



Camila Bravo Fontoura

**O Curso de Comando e Estado-Maior do Exército:
Conteúdos e mudanças após a criação do Ministério da
Defesa do Brasil**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Celina D'Araujo

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2015



Camila Bravo Fontoura

**O Curso de Comando e Estado-Maior do
Exército: Conteúdos e mudanças após a
criação do Ministério da Defesa do Brasil**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Maria Celina Soares D'Araujo

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Prof. Samuel Alves Soares

UNESP

Prof. Vagner Camilo Alves

UFF

Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Camila Bravo Fontoura

Graduou-se em Psicologia na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2003. Concluiu o Mestrado em Psicologia Social, também realizado na UERJ, em 2007. Atualmente é professora adjunta do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) do Exército Brasileiro e fez parte do *Núcleo de Estudos Sociais das Instituições Militares Brasileiras*, uma parceria entre CEP e PUC-Rio (Pró-defesa), entre os anos 2009 e 2013.

Ficha Catalográfica

Fontoura, Camila Bravo

O curso de Comando e Estado-Maior do Exército : conteúdos e mudanças após a criação do Ministério da Defesa do Brasil / Camila Bravo Fontoura ; orientadora: Maria Celina D'Araujo.– 2014.

266 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2015.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Ensino militar, Exército brasileiro. 3. Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME). 4. Curso de Comando e Estado-Maior, currículos e títulos das monografias. 5. Ministério da Defesa e Políticas de Defesa. I. Araujo, Maria Celina d'. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

Agradecimentos

Aos meus pais pela vida, educação e carinho.

Aos meus sobrinhos Ivis, Juliana e Matheus e irmãos Claudinei e Raquel pela companhia familiar.

À PUC-Rio pelo auxílio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos amigos Monique, Alexandre Santos, Ventura, Leonardo, Adrienne, Sarita, Vitor José, Daniel, Sanya e Maria Rachel pelas diferentes formas de vibração, incentivo e companheirismo. Sei e sinto que me querem bem e isso é muito bom!

À Adeliz pelas revisões e à Vanusa pela amizade e ajuda com os dados.

À Deise Mancebo e a todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ que me acolheram no início dessa jornada.

Aos meus alunos, ex-alunos e parceiros de trabalho do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias que me ajudam a entender melhor o Exército Brasileiro tanto nas reflexões em sala de aula e na rotina do trabalho quanto na ajuda com a coleta e interpretação dos dados da tese.

Aos professores Eduardo Raposo e Samuel Soares pelas contribuições no exame de qualificação.

À Maria Celina D'Araujo pela confiança, preciosas orientações, leitura atenta, apoio e incentivo.

Ao meu marido Ender pelo amor, respeito, preocupação, dedicação, gestos de compreensão e companheirismo tão importantes na elaboração desse trabalho e na minha vida.

Resumo

Fontoura, Camila Bravo; D'Araujo, Maria Celina. **O Curso de Comando e Estado-Maior do Exército**: Conteúdos e mudanças após a criação do Ministério da Defesa do Brasil. Rio de Janeiro, 2015. 266p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese é uma pesquisa sobre o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro e tem como objetivo o estudo da formação dos oficiais de carreira bélica do Quadro de Estado-Maior da Ativa e os impactos das políticas de Defesa nos conteúdos e monografias de conclusão do curso, após a criação do Ministério da Defesa. Para isso, foram investigadas as legislações de ensino, os Planos de Disciplinas, os títulos e as palavras-chave das monografias, nos dando uma parte da dimensão de como essa classe militar é formada e uma premissa de como pensam os temas relacionados à Defesa. Constatamos que as Políticas e as Estratégias de Defesa nacionais, bem como as novas conjunturas no campo da segurança e defesa internacional, após a Guerra Fria, estabeleceram mudanças na formação do Estado-Maior do Exército no período de 1999 a 2013. Identificamos as influências das legislações, diretrizes e ações estabelecidas pelo Ministério da Defesa, demonstrando que o Exército não é totalmente refratário e se ajusta, mesmo que lentamente e a seu modo, às transformações exigidas por outros órgãos e pelos eventos externos à instituição. Porém, cabe destacar, que as mudanças afetaram, mas continuam não interferindo na autonomia militar. As mudanças observadas foram protagonizadas pelos próprios militares, que estabelecem os critérios de mudanças de acordo com seus interesses e perspectivas, reafirmando a autonomia institucional. Este trabalho contribui para as discussões sobre o ensino militar brasileiro e sobre quais Forças Armadas desejamos, tendo como contexto o perfil estratégico planejado pelo país e os princípios democráticos.

Palavras-chave

Ensino militar, Exército Brasileiro; Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME); Curso de Comando e Estado-Maior, Currículos e títulos das monografias; Ministério da Defesa e Políticas de Defesa.

Abstract

Fontoura, Camila Bravo; D'Araujo, Maria Celina (Advisor). **The Course at the Command and General Staff College of the Army: Content and changes after the creation of the Ministry of Defense in Brazil.** Rio de Janeiro, 2015. 266p. Doctoral Thesis – Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The purpose of this research is to study the formation of Army career officers in the Course of Command and Staff College of the Brazilian Army, by verifying the impacts of defense policies in course content, and graduating papers, after the creation of the Ministry of Defense. For this, we investigated the related legislation, the curriculum, the titles of thesis and key-words that gave us a partial idea of how military are formed, and how they think the issues related to defense. We found that policies and national defense strategies, along with new situations in the field of international security, and defense after the Cold War, established changes in the formation of career officers during the 1999-2013 period. Thus, we identified the influences of law, guidelines and actions established by the Ministry of Defense, demonstrating that the Army is not entirely refractory and adapts to transformations required by other agencies and by events external to the institution, though in a low way and at its own path. However, it is worth noting that the changes affect, but still do not interfere with military autonomy. The observed modifications were created by the military themselves, who set the changing criteria according to Army interests and perspectives reaffirming institutional autonomy. This work contributes to the discussions on the Brazilian military education, and on the desired Armed Forces within the context of the strategic profile planned by the country according to democratic principles.

Keywords

Military education, Brazilian Army; Command and Staff College (ECEME); Command and Staff College Course, Curriculum and titles of thesis; Ministry of Defense and Defense Policies.

Sumário

1. Introdução	17
2. O Estado-Maior do Exército Brasileiro: Quadro, história, ensino e autonomia	24
2.1. O Estado-Maior e a sua escola de formação	24
2.2. A origem e a criação do Estado-Maior do Exército Brasileiro	26
2.3. Criação da Escola de Estado-Maior: considerações sobre a participação política dos militares e a formação do Estado-Maior do Exército	33
2.4. ECEME, ESG e participações nas doutrinas do regime militar	37
2.5. Sobre a transição democrática, a autonomia e o controle civil	41
3. Políticas de Defesa Nacional e o Exército Brasileiro	48
3.1. O mundo e o Brasil em mudanças	48
3.2. As Políticas Nacionais de Defesa e o Ministério da Defesa	51
3.3. As Estratégias Nacionais de Defesa	58
3.4. O Livro Branco de Defesa Nacional	60
3.5. As Políticas de Defesa e o Exército Brasileiro	62
3.6. A Transformação e o ensino profissional militar	67
4. Sobre a ECEME e o Curso de Comando e Estado-Maior	74
4.1. O Sistema de Ensino do Exército	74
4.2. Formação, Aperfeiçoamento e Altos Estudos da linha militar bélica	75
4.3. A seleção dos Cursos de Altos Estudos Militares	78
4.4. Estrutura e ensino da ECEME	79
4.5. O CCEM	80
4.6. ECEME: o filtro institucional	82
4.7. Considerações sobre a pesquisa	85
5. Planos de Disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior – 1999 a 2013	91
5.1. Introdução	91
5.2. Ciências Gerenciais: o início das mudanças	92
5.3. Quando as políticas de defesa começam a impactar o CCEM	94
5.4. A disciplina Serviço de Estado Maior e Apoio Logístico e Mobilização	97
5.5. A disciplina Inteligência Militar	99
5.6. As disciplinas Garantia da Lei e da Ordem e Direito	100
5.7. As disciplinas Estratégia e Política	102

5.8. As disciplinas História e Liderança: recomendações do Comandante da Força	105
5.9. A disciplina Ciência e Tecnologia	107
5.10. As disciplinas que auxiliam a equiparação dos cursos militares com as especializações civis	108
5.11. O impacto da END/2008 e as novas disciplinas de 2010	110
5.12. Complementação do ensino	115
6. Monografias do Curso de Comando e Estado-Maior – 1999-2012	117
6.1. Introdução	117
6.2. A ECEME e a socialização da cúpula militar	119
6.3. O controle institucional	121
6.4. Procedimentos metodológicos	123
6.5. Sobre o Grupo Endógeno	126
6.6. Sobre o Grupo Autonomia Militar	128
6.7. Sobre o Grupo Exógeno	135
7. Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e as monografias com temas exógenos dos anos 2004, 2011 e 2012	146
7.1. Introdução	146
7.2. A ECEME e o contexto nacional no ano de 2014	147
7.3. Análise dos temas exógenos das monografias do CCEM/2004	153
7.4. A ECEME e o contexto nacional nos anos 2011 e 2012	157
7.5. Análise dos temas exógenos das monografias do CCEM/2004	163
8. Considerações Finais	170
9. Referências Bibliográficas	178
10. Anexo A	197

Lista de figuras

Figura 1 - Série histórica nº de candidatos no concurso de admissão do curso de Comando e Estado-Maior	83
Figura 2 - Temas Monografias CCEM (1999-2012)	126
Figura 3 - Temas sobre Operações e Estratégias Militares	127
Figura 4 - Temas sobre Liderança e História Militar	127
Figura 5 - Temas sobre Recursos Humanos, Gestão e Informática	128
Figura 6 - Temas sobre Direito e Justiça Militar	129
Figura 7 - Temas sobre Ensino Militar	130
Figura 8 - Temas sobre Operações Conjuntas	130
Figura 9 - Temas sobre Indústria de Defesa	131
Figura 10 - Temas sobre Missão no Exterior	132
Figura 11 - Temas sobre GLO	133
Figura 12 - Temas sobre Serviço Militar Obrigatório	135
Figura 13 - Temas sobre Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	136
Figura 14 - Temas sobre Desenvolvimento Nacional e Exército e Sociedade	137
Figura 15 - Temas sobre Amazônia	139
Figura 16 - Temas sobre Geopolítica e Relações Internacionais	143
Figura 17 - Temas sobre Direito Humanitário	144

Lista de tabelas

Tabela 1 – Distribuição do efetivo de Oficiais-Generais do Exército em 2013	81
Tabela 2 – Alunos concludentes do CCEM (1999-2013)	83
Tabela 3 – Grade curricular do Curso de Comando e Estado-Maior – CCEM (1999-2013)	87
Tabela 4 – Categorização dos títulos das monografias do CCEM e agrupamentos dos temas para análise	125
Tabela 5 – Assuntos exógenos sobre a Amazônia nas monografias do CCEM (1999-2012)	140
Tabela 6 – Frequência dos temas das monografias CCEM – 2004	153
Tabela 7 – Títulos das Monografias com temas exógenos em 2004	154
Tabela 8 – Frequência dos temas das monografias CCEM – 2011 e 2012	164
Tabela 9 – Títulos das Monografias com temas exógenos em 2011 e 2012	164
Tabela 10 – Pergunta: Fora das Instituições Militares, o Sr. cursou mestrado	174
Tabela 11 – Pergunta: Fora das Instituições Militares, o Sr. cursou doutorado	175
Tabela 12 – Pergunta: A aproximação entre o Exército e a Universidade pode contribuir para o aperfeiçoamento dos seus oficiais	175
Tabela 13 – Pergunta: Assinale a opção que o Sr. mais se identifica	175

Lista de abreviatura e siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ALBA - Alternativa Bolivariana para as Américas

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

BOAI - Batalhão de Operações e Apoio à Informação

CAEM – Curso de Altos Estudos Militares

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCEM – Curso de Comando e Estado-Maior

CCEM/Int - Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes

CCEM/Med - Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos

CCEM/ONA - Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas

CCOPAB - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CDEM - Curso de Direção para Engenheiros Militares

CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano

CEE – Centro de Estudos Estratégicos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CEP/FDC – Centro de Estudo de Pessoal e Forte Duque de Caxias

CGAEM - Cursos de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior

CNE/CES – Conselho Nacional de Educação/Conselho do Ensino Superior

CoEP – Comitê de Ética em Pesquisa

COTER – Comando de Operações Terrestres

CPEAEx - Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército

CP/ECEME – Curso Preparatório para admissão na Escola de Comando e Estado-Maior

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

C&T – Ciência e Tecnologia

CREDN - Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

DCT – Departamento de Ciência e Tecnologia

DECEX – Departamento de Educação e Cultura do Exército

DEP – Departamento de Ensino e Pesquisa

DESMil - Diretoria de Educação Superior Militar

DFA – Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento

DGP – Departamento-Geral do Pessoal

DLog – Departamento Logístico

EAM – Evolução em Assuntos Militares

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica

EMCFA – Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

EME – Estado Maior do Exército

EMFA – Escola Militar da Força Aérea

ENABED - Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa

END – Estratégia Nacional de Defesa

EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ESG – Escola Superior de Guerra

EsPCEX - Escola Preparatória de Cadetes do Exército

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUSEX - Fundo de Saúde do Exército

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

GTEME – Grupo de Trabalho para Estudo da Modernização do Exército

IDOC - Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas

IES – Instituto de Ensino Superior

IME – Instituto Militar de Engenharia

IPC - Instituto Pandiá Calógeras

LBDN – Livro Branco da Defesa Nacional

LC – Lei Complementar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MD – Ministério da Defesa

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MERC – Metodologia de Elaboração e Revisão de Currículos

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NERC – Norma de Elaboração e Revisão de Currículos

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organizações das Nações Amigas

OPAQ - Organização para Proibição de Armas Químicas

OTT – Oficial Técnico-Temporário

PDN – Política de Defesa Nacional

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PEG – Programa de Excelência Gerencial

PEnsD - Política de Ensino de Defesa

PEO – Planejamento Estratégico Organizacional

PLADIS – Planos de Disciplinas

QCO – Quadro Complementar de Oficiais

QEMA – Quadro do Estado-Maior da Ativa

RAM – Revolução em Assuntos Militares

RESDAL - Red de Seguridad y Defensa de América Latina

SAE/PR – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

SEG – Sistema de Excelência Gerencial

SIDOMEx – Sistema de Doutrina Militar do Exército

SIPLEx - Sistema de Planejamento do Exército

SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SIVAM - Sistema de Vigilância Aérea da Amazônia

SMDO - Sistema de Medição de Desempenho Organizacional

SPsq – Seção de Pesquisa

TI – Terra Indígena

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

PUC – Pontifícia Universidade Católica

ZA – Zona de Administração

ZC – Zona de Combate

A arte de pensar sem riscos. Não fossem os caminhos de emoção a que leva o pensamento, pensar já teria sido catalogado como um dos modos de se divertir. Não se convidam amigos para o jogo por causa da cerimônia que se tem em pensar. O melhor modo é convidar apenas para uma visita, e, como quem não quer nada, pensa-se junto, no disfarçado das palavras.

Clarice Lispector, *A arte de brincar* (1967)

1 Introdução

Desde o final dos anos 1990, apesar de incipiente, o tema da Defesa Nacional tem estado mais presente nos debates políticos e acadêmicos no Brasil. Com o advento do Ministério da Defesa, em 1999 e, conseqüentemente, das políticas públicas que lhe dizem respeito, vêm-se buscando estreitar os laços entre sociedade, Estado e Forças Armadas gerando pulsões e tensões que merecem discussões em diversos campos de estudo.

Visando contribuir com as investigações sobre o ensino militar, essa tese de doutorado trata da formação dos oficiais de carreira bélica do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e dos impactos das políticas de Defesa sobre o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército. O período examinado decorre a partir do ano da criação do Ministério da Defesa até o último ano da coleta de dados, em 2013.

A hipótese dessa pesquisa é que as Políticas e as Estratégias de Defesa Nacional, juntamente com as novas conjunturas no campo da segurança e defesa internacional, após a Guerra Fria, estabelecem mudanças na formação do Estado-Maior do Exército Brasileiro. O objetivo geral desse trabalho é detectar as influências das legislações, diretrizes e ações estabelecidas pelo Ministério da Defesa nos conteúdos e nos temas das monografias elaboradas pelos oficiais do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM).

Para a realização da tese foram utilizados referenciais teóricos de autores civis e militares e legislações originadas no Ministério da Defesa, no Exército, entre outros, destacando, principalmente, as legislações que são pertinentes ao ensino militar. As análises apresentadas também tiveram como fonte de pesquisa os Planos de Disciplinas (PLADIS), disponibilizados pela Diretoria de Ensino Superior Militar (DESMil) e os títulos e as palavras-chave dos trabalhos de conclusão do curso estudado, disponibilizados pela Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME).

A ECEME é o estabelecimento de ensino responsável por selecionar e preparar oficiais superiores para o exercício de funções do Quadro de Estado-Maior, comando, chefia, direção e assessoramento aos mais elevados escalões da Força Terrestre. Além disso, coopera com os órgãos de direção-geral e setorial no

desenvolvimento da doutrina para o preparo e emprego da força¹. A Escola é como um filtro institucional que, ao selecionar seus alunos determina a composição do grupo que Janowitz (1967a, p. 151) denominou como o “núcleo da elite militar”.

Quanto à formação do Estado-Maior do Exército, preliminarmente, é preciso caracterizar a autonomia técnica e administrativa do sistema de ensino militar, reconhecidas pelo Estado brasileiro no artigo nº 42 da *Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira* (1996). Isso quer dizer que os próprios militares decidem, sem intervenção do Ministério da Defesa ou do Ministério da Educação, os currículos, as orientações pedagógicas e a estruturação dos seus cursos.

Na área de conhecimento da Educação, há muitos trabalhos que abordam a importância da escola para a sociedade e para o futuro social e político, como as obras de Paulo Freire (1997a, 1997b e 2000), Dermeval Saviani (1994 e 1997), Edgar Morin (2001), Bourdieu e Passeron (2008) e tantos outros. Tais estudos contribuem para a formação dos educadores do país, demonstrando que as práticas escolares constituem atos políticos por excelência. Por outro lado, sobre o ensino militar, são poucos os trabalhos que se dispõem a analisá-lo, quer pelos limites impostos às informações nas instituições militares quer pelas resistências e desinteresse dos acadêmicos civis.

Para Soares (2006, p. 196), o nível de autonomia presente no ensino das Forças Armadas propõe, às próprias instituições militares, um espaço significativo para um processo de socialização que nem sempre pode ocorrer de maneira condizente aos princípios democráticos. Sendo assim, entende-se que pesquisar o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro é importante para o avanço e fortalecimento democrático do país, pois proporciona mais conhecimento e transparência sobre uma importante parte das Forças Armadas, além de ampliar a participação e contribuição dos civis nos assuntos militares.

Mencionamos acima que o Curso de Comando e Estado-Maior prepara o oficial do Exército Brasileiro para ocupar cargos e funções de elevada importância dentro da estrutura organizacional da Força. Os cargos ocupados, as funções atribuídas e a hierarquia, características marcantes das instituições militares, atribuem ao oficial do Quadro de Estado-Maior responsabilidades com alto nível

¹ *Livro Branco de Defesa Nacional*, 2012, p. 126.

decisório que repercutem em toda a instituição. Sendo assim, os cursos da ECEME constituem a fase máxima da formação profissional do Exército. Após rígidos processos de seleção para ingresso nessa escola, atingem-se os últimos patamares da profissionalização educacional da instituição, habilitando, os concludentes dos seus cursos, a concorrer às vagas destinadas ao generalato.

Para Moskos (1984), o profissionalismo militar é o que diferencia os militares das demais profissões. O autor aponta as especificidades da profissão militar como os aspectos da formação (educação militar), o desempenho e desenvolvimento do trabalho realizado, a organização hierárquica e o sistema de promoções. Distinguindo profissionalismo de profissionalização, Moskos compreende como profissionalização o processo histórico da organização burocrática e social das instituições militares, que as constituem como grupos diferenciados e com cultura própria. A concepção de profissionalização também abre espaço para as interpretações das relações entre as Forças Armadas, as novas demandas da contemporaneidade e, conseqüentemente, novas relações com o Estado e a sociedade.

É importante destacar que nas configurações históricas e sociais dos países da América Latina, e em especial o Brasil, os militares adotaram papéis muito além das atribuições militares, controlando áreas de defesa, política, educação, desenvolvimento e estabelecendo regimes autoritários. Sendo assim, o ritmo e as atuações dessas instituições militares ao longo do tempo não são os mesmos que os dos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental, por exemplo. Porém, as influências globais têm atingido nossas instituições, levando-as a incorporarem novas tecnologias e a aceitar “novas missões”, enquadrando-se no contexto global, apesar das diversidades.

As novas concepções sobre os riscos e perigos nacionais e internacionais e as novas configurações das guerras contemporâneas, impõem a toda sociedade, tanto para civis quanto para militares, novas concepções sobre as intervenções das Forças Armadas e a divisão de responsabilidades sobre os desafios da Defesa. Para Duran (2010, p. 79), não se trata de militarizar a sociedade ou “civilizar” as Forças Armadas, mas de reconhecer a importância decisiva do diálogo sobre as questões referentes aos perigos da contemporaneidade e à guerra, uma vez que estão diretamente relacionadas à manutenção da paz. Sendo assim, para a autora, a tradicional separação entre militares e civis, ainda que seja uma realidade, não é

mais desejável, revelando-se inadequada e inoportuna diante dos desafios dos novos tempos e consolidação dos processos democráticos.

Em condições de normalidade democrática, a criação do Ministério da Defesa no Brasil é considerada² como uma das reformas mais importantes no campo da Defesa Nacional brasileira. Embora os instrumentos de defesa sejam naturalmente militares, o Ministério é civil e uma das principais mudanças está na dupla subordinação dos militares a esse poder, estabelecida pelo presidente da República e pelo Ministro da Defesa. Destaca-se também a importância que os temas de defesa passaram a ter na agenda política e na agenda pública brasileira após a criação do Ministério.

Após quinze anos da sua criação, o Ministério da Defesa ainda caminha na tentativa de se constituir como Ministério civil e aumentar o controle sobre as Forças Armadas. É esperado que as atuações do Ministério e as determinações e práticas das políticas e estratégias formuladas repercutam no meio militar. Porém, ainda não se têm estudos suficientes para analisar quais e como têm sido os impactos causados nos diversos segmentos das Forças Armadas após a criação do Ministério. Nessa pesquisa, além de apresentar para a comunidade acadêmica as informações sobre o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, identificamos as mudanças curriculares e as mudanças ocorridas nas escolhas dos temas das pesquisas monográficas dos oficiais concludentes desse curso.

Sendo assim, essa pesquisa pretendeu atingir os seguintes objetivos específicos:

- 1) Apresentar e analisar a formação do Quadro de Estado-Maior do Exército Brasileiro
- 2) apresentar e analisar os planos de disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior, realizado na ECEME no período de 1999 a 2013
- 3) apresentar e analisar os temas das monografias de conclusão do curso de Comando e Estado-Maior no período de 1999 a 2012 e
- 4) identificar e analisar os impactos causados com a criação do Ministério da Defesa e com as políticas e estratégias de defesa nas escolhas e conteúdos das disciplinas e nos temas das monografias realizadas no Curso de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

² OLIVEIRA, 2005, p. 119.

A tese está dividida em duas partes. Na parte I (capítulos 2 e 3) estão contidas informações sobre as transformações históricas das escolas militares em relação à formação do Estado-Maior do Exército e a criação do Ministério da Defesa do Brasil e as principais políticas de Defesa do país.

No segundo capítulo, sendo o primeiro a introdução, apresenta-se o Quadro do Estado-Maior da Ativa, sua composição e as características que os diferenciam dos demais militares do Exército. A fim de entender como se configurou o ensino militar para a formação do QEMA, os aspectos históricos, apresentados nesse capítulo, concentram-se nas mudanças ocorridas nas escolas de formação de oficiais e nos principais acontecimentos sociais e políticos do país que influenciaram a profissionalização militar. Neste capítulo, também é analisada a participação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército nas doutrinas da ditadura militar e as mudanças ocorridas no Sistema de Ensino do Exército após a Constituinte de 1987/88.

No terceiro capítulo, apresentam-se os temas relacionados à criação do Ministério da Defesa, juntamente com as Políticas, Estratégias e o Livro Branco da Defesa. A análise desses documentos e as reflexões sobre as “novas demandas” das Forças Armadas na contemporaneidade são importantes para a identificação dos impactos causados na estrutura e funcionamento do Curso de Comando e Estado-Maior e a comparação dos temas das políticas com os temas das monografias de conclusão do curso.

A parte II (capítulos 4 a 7) é dedicada às investigações e análises relativas à ECEME e, mais especificamente, ao Curso de Comando e Estado-Maior do Exército.

No quarto capítulo, apresentamos o Sistema de Ensino do Exército, a estrutura e funcionamento da Escola de Comando e Estado-Maior e o processo de seleção do CCEM. Nesse capítulo, explicamos os procedimentos metodológicos utilizados na coleta dos dados e análise dos conteúdos que compõem o curso pesquisado, identificando-se também as disciplinas e os períodos de mudanças na grade curricular entre os anos 1999 e 2013.

No capítulo cinco, apresenta-se a análise dos Planos de Disciplinas do CCEM que contém informações sobre os objetivos, assuntos gerais e específicos, procedimentos metodológicos e referenciais bibliográficos das disciplinas. Essas informações possibilitam conhecer o que é estudado pelos oficiais que ingressam

no Quadro de Estado-Maior do Exército e os conteúdos elencados pela ECEME que são considerados necessários para a formação desses oficiais. Identificamos e analisamos as mudanças de carga horária, a inserção e exclusão de disciplinas e as escolhas dos referenciais bibliográficos, contextualizando-os com os eventos e as mudanças internas da escola e com os contextos nacionais na área de Defesa.

A análise dos títulos e das palavras-chave das monografias do CCEM é apresentada no capítulo seis. Descrevemos como é o processo de seleção e escolha dos temas, a elaboração dos trabalhos e o controle que a ECEME realiza em todo esse processo. Nesse capítulo, explicam-se também os procedimentos metodológicos utilizados na coleta dos dados e análise dos títulos e palavras-chaves dos trabalhos de conclusão do curso entre os anos 1999 e 2012. Estabelecemos três categorias de análise das monografias. Para cada categoria, detalhamos os temas abordados através de gráficos, que permitem análises quantitativas sobre a periodicidade dos assuntos ao longo dos anos pesquisados e os níveis de importância dos temas escolhidos pelos militares, associando-os ao contexto nacional e às políticas de defesa do país.

No sétimo capítulo, realizamos análises dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como foco as questões relacionadas à Defesa Nacional e as mudanças ocorridas na Escola de Comando e Estado-Maior. Buscou-se uma explanação suficiente para entender o contexto nacional e os fatores que possam ter influenciado nos temas das monografias produzidas pelo Curso de Comando e Estado-Maior nos anos 2004, 2011 e 2012. Esses anos foram destacados na pesquisa por apresentarem particularidades na distribuição dos temas das monografias, diferentemente dos demais anos pesquisados.

Por fim, nas considerações finais, capítulo 8, sustentamos que os conteúdos curriculares e as temáticas das monografias do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército foram influenciados pela nova realidade delineada no cenário da Defesa Nacional brasileira. Demonstramos que, apesar da autonomia do ensino militar no Exército Brasileiro, as políticas e estratégias de defesa, aprovadas pelo Congresso Nacional, e os eventos internacionais na área de segurança e defesa têm impactado, ainda que de maneira lenta, na forma como a ECEME define os conteúdos para a formação dos oficiais. Assim como também têm impactado os temas escolhidos para a elaboração das pesquisas monográficas de conclusão do curso e a relação da escola com o meio acadêmico, através de programas como o

Pró-Defesa e o credenciamento, pela CAPES, do curso de mestrado profissional em Ciências Militares.

Apesar da grande resistência às mudanças, o Exército Brasileiro não é totalmente refratário e se adapta lentamente às transformações exigidas por outros órgãos e pelos eventos externos à instituição. Na formação dos oficiais do Estado-Maior, percebe-se que os militares se antecipam e se esforçam para anular as possíveis motivações e ações de intervenção civil nessa etapa do ensino militar. O Exército e, conseqüentemente, a ECEME promovem sucessivas reformas que atendem, em parte, ao que é estabelecido pelas legislações e diretrizes. Porém, as mudanças acontecem de forma autônoma e de acordo com as expectativas e interesses do Estado-Maior do Exército, executadas sob rígido controle disciplinar que visam à manutenção do *status quo*. Sendo assim, as mudanças referem-se apenas ao que é conveniente à instituição, garantindo e, por vezes, até aumentando as prerrogativas conquistadas ao longo dos anos.

2

O Estado-Maior do Exército Brasileiro: Quadro, história, ensino e autonomia

2.1

O Estado-Maior e sua escola de formação

Quando falamos em Estado-Maior do Exército Brasileiro, podemos estar nos referindo à direção geral da instituição ou aos oficiais do Quadro do Estado-Maior da Ativa. O Estado-Maior do Exército (EME) é o órgão de direção geral, responsável pela preparação do Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional¹. Suas atuais atribuições são a elaboração da política, o planejamento estratégico e a orientação do preparo e do emprego da força terrestre, em conformidade com as decisões e diretrizes do comandante do Exército. Cabe ao órgão, no quadro das decisões e diretrizes ministeriais, estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército, na paz e na guerra².

Criado no início do período republicano, o EME é comandado por um general de Exército, o mais alto posto em tempo de paz e está diretamente vinculado ao Comandante do Exército³. Juntamente com os demais generais de Exército integram o Alto Comando, que é responsável pelas principais decisões da Força e pelas indicações dos generais a serem promovidos⁴. Atualmente existem quinze cargos de general de Exército, ocupados na própria instituição⁵. Há também um cargo no Ministério da Defesa, como chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que pode ser ocupado por um oficial general do último posto, da ativa

¹ BANHA, 1984, p. 11.

² Ver atribuições funcionais do EME disponível em <<http://www.eme.eb.mil.br/>>, acessado em 9 set 2014.

³ Ver organograma da estrutura organizacional do Exército. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma_exercito.php>, acessado em 1º set 2014.

⁴ Ver Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art 84, XIII (35ª Edição, 2012); Decreto nº 3998 de 5 out 2001, que regulamenta, para o Exército, as promoções dos Oficiais da Ativa e *Estatuto dos Militares*, Lei nº 6880 de 9 dez 1980.

⁵ Ver distribuição do efetivo de pessoal militar para o ano 2014 no Decreto nº 8.210 de 21 março de 2014

ou da reserva, de qualquer Força, indicado pelo Ministro da Defesa e nomeado pelo presidente da República⁶. Eventualmente, quando cabe ao Exército o Comando da Escola Superior de Guerra (ESG), o cargo também é exercido por um General de Exército⁷.

O Estado-Maior do Exército possui sete subchefias que regulam áreas específicas, dando indícios sobre como a instituição se subdivide em termos de organização, áreas de atuação e elaboração das doutrinas. São elas: Pessoal, Educação e Cultura; Informação e Defesa Cibernética; Doutrina Militar Terrestre; Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia; Assuntos Especiais e Internacionais; Economia e Finanças; e Política e Estratégia⁸.

Sob a denominação militar do Exército Brasileiro, existe uma ampla gama de especializações. Seus integrantes podem exercer diversos campos de atividades o que, na maioria dos casos, define toda a carreira⁹. Uma das grandes divisões dessas especializações é definida pela Arma, Quadro e Serviço a que pertence o militar. As armas englobam o militar combatente por excelência e é considerada a atividade-fim da profissão. São elas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. Os Quadros reúnem os militares que, de origem diversa, ali se concentram com uma finalidade geral própria. São eles: o Quadro de Material Bélico, Quadro Complementar de Oficiais (integrado por oficiais possuidores de formação superior em diferentes áreas do conhecimento e especializações técnicas), Quadro Auxiliar de Oficiais (oficiais que ascenderam hierarquicamente dos postos de subtenentes) e o Quadro de Engenheiros Militares (oficiais que concluíram o curso do Instituto Militar de Engenharia, o IME). Por fim, há os Serviços que têm uma atividade de apoio bem definida, normalmente de cunho logístico. São eles: o Serviço de Intendência, o Serviço de Saúde e o Serviço de Assistência Religiosa¹⁰.

⁶ Sobre as competências e atribuições do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas ver *Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa*, aprovada pelo Decreto nº 7.9744 de 1º abr 2013.

⁷ Sobre o regulamento da Escola Superior de Guerra ver Decreto nº 5.874, de 15 ago 2006.

⁸ Ver estrutura organização do Estado-Maior do Exército disponível em < http://www.eb.mil.br/institucional/-/asset_publisher/XgAMGtLY8FM1/content/estrutura-organizacional>. Acessado em 1º out 2014.

⁹ Sobre as origens hierárquicas da organização militar brasileira ver Leirner, 1997.

¹⁰ Informações extraídas no do site do Exército. Disponível em < <http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos>>. Acessado em 7 set 2014 e do Manual de Fundamento EB20-MF-10.102, *O Exército Brasileiro*, disponível no site do Centro de Doutrina do Exército: <<http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/produtos-doutrinarios/novos-manuais>>. Acessado em 7 set 2014.

Com relação às funções que os oficiais das armas podem exercer, nessa pesquisa nos limitaremos ao estudo da formação do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) que é composto de oficiais pertencentes aos quadros gerais das Armas, do Serviço de Intendência, dos quadros de Material Bélico, Engenheiros Militares e de Saúde, que realizam os cursos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Os oficiais concludentes desses cursos estão aptos a ocupar cargos e funções privativas ao seu quadro nos grandes comandos e nas grandes unidades do Exército, bem como nos órgãos de direção geral e setorial e de apoio subordinados. Habilitam, ainda, ao exercício de cargos e funções, também privativos, de oficial-general¹¹.

Neste capítulo iremos traçar o percurso histórico que levou à criação do Estado-Maior do Exército, em 1896, e à criação da escola que forma o Quadro de Estado-Maior da Ativa, em 1905. Veremos que em termos técnicos, a Escola de Comando e Estado-Maior foi criada para atender às exigências dos diferentes tipos de comandos e direções táticas, operacionais e doutrinárias¹². Mas em termos sociais e políticos foi e é responsável pela formação de um tipo de intelectual militar¹³, tidos como uma elite militar¹⁴, que concorrem para o processo de formação do pensamento da instituição, sendo, por isso, considerado como um grupo voltado ao desenvolvimento do próprio aparelho militar (Oliveira, 1994, p. 104).

2.2

A origem e a criação do Estado-Maior do Exército Brasileiro

Foi no século XIX, durante a Guerra Franco-Prussiana, que as assessorias aos grandes chefes militares se consagraram tanto no planejamento quanto na execução, surgindo a concepção de Estado-Maior Geral das Forças Armadas. Huntington (1996a) atribui aos prussianos, à época de Frederico II, o Grande, o mérito de empregar pela primeira vez o serviço de estado-maior. Porém, sua importância para conduzirem operações militares somente foi reconhecida mundialmente a

¹¹ Informações extraídas do perfil profissiográfico dos concludentes do Curso de Comando e Estado-Maior. *Boletim do Exército*, nº 086, de 11 de novembro de 2013.

¹² Ver MOTTA, 2001, PERES E CÂMARA, 2005 e TREVISAN, 2011.

¹³ Consideramos que outras escolas do Exército também formam intelectuais militares como o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), formando tipos intelectuais voltados para áreas de tecnologia e educação e sociologia, respectivamente. Sobre a concepção do Estado-Maior do Exército como intelectuais militares ver Oliveira, 1994.

¹⁴ JANOWITZ, 1967a.

partir da Revolução Francesa e de Napoleão, cujos feitos foram interpretados por Carl Von Clausewitz, dando novas feições à arte da guerra. No final do século XIX, a França implantou no seu sistema de ensino militar a formação do oficial do estado-maior na Escola Superior de Guerra¹⁵.

Com a expansão e inovações da produção bélica, possibilitadas pela Revolução Industrial, surgiram novas necessidades de controle e coordenação na condução da guerra. Para Huntington (1996a, p. 44 e 45), seguindo as concepções de Clausewitz, o organismo capaz de conduzir as ações militares seria o Estado-Maior que, tendo como base o planejamento científico e analítico, integra o poder militar e promove as estratégias de atuação.

Para Banha (1984), as raízes remotas do Estado-Maior do Exército Brasileiro são encontradas, ainda no período colonial. Quando se transfere para o Rio de Janeiro a sede do governo colonial, D. João encontrou forças militares frágeis, mal instruídas, precariamente armadas e, sobretudo, faltavam-lhes a articulação e o sentido de conjunto, próprios dos organismos militares europeus¹⁶. Em decreto assinado em 13 de maio de 1808, D. João providenciou medidas que constituíam a base de uma organização militar como a criação do Corpo da Brigada Real do Brasil e outros estabelecimentos como a fábrica de pólvora e os arsenais de guerra, dando sinais de maior aparelhamento das forças militares na Colônia. Dentre esses estabelecimentos é criado, pelo Conde de Linhares, primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o Comando de Armas da Corte, constituindo o embrião do Estado-Maior do Exército¹⁷.

Substituindo precários cursos ministrados nos corpos de tropa, para oficiais e soldados, nos séculos XVII e XVIII, uma das principais medidas do ministério Linhares, no que se refere ao ensino militar, foi a criação da Real Academia Militar, em 4 de dezembro de 1810. Os desafios e demandas de estradas, pontes para os largos rios e portos também foram considerados e, com o estatuto de 1810, nasceram, no Brasil, os estudos de Matemática Superior e de Engenharia, juntamente com a escola que cuidava das técnicas da guerra militar. Sendo assim, a Real Academia Militar foi concebida como um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a colônia portuguesa (Motta, 2001, p. 21).

¹⁵ BANHA, 1984, p. 11 e PERES E CÂMARA, 2005, p. 21.

¹⁶ Ver OLIVEIRA LIMA, 2006.

¹⁷ *Histórico do Estado-Maior do Exército*, disponível em <<http://www.eme.eb.mil.br/>>. Acesso em 9 set 2014 e op. cit., 1984.

A composição do Estado-Maior Geral estava condicionada às escolhas do rei na progressão das patentes e funções ocupadas pelos oficiais do Exército¹⁸. Segundo Souza (2004, p. 161), dos 46 generais da ativa do Exército, entre os anos de 1822 a 1889, apenas 9 haviam cursado a Real Academia Militar, enquanto 30 não possuíam nenhuma formação acadêmica.

Em 1824, D. Pedro I, após outorgar a primeira Constituição do Brasil independente, reorganizou o Exército Imperial. O imperador substituiu o Comando de Armas da Corte e estabeleceu o Quartel General da Corte, concedendo aos seus integrantes o uso da farda azul, prerrogativa dos oficiais do Estado-Maior¹⁹. Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o Exército passou a contar com o Estado-Maior General, organizado em estados-maiores de 1ª (funções de desempenho de assessoramento superior) e 2ª (funções de apoio às atividades auxiliares do órgão) classes, mas ainda sem um curso específico para esses cargos²⁰.

O ensino militar, um ano antes do início do Segundo Reinado, em 1839, sofreu uma reforma, aproximando mais o currículo da Escola Militar dos currículos das academias militares francesas. Ao analisar o currículo de 1839 da Imperial Academia Militar, Jehovah Motta (2001, p. 77 e 78) apresenta as mudanças na escola que, segundo o autor, buscavam adequar a formação, dando um caráter mais específico da profissionalização militar. Entre as mudanças estavam a inclusão da disciplina História Militar, a diminuição do tempo dos cursos de infantaria e cavalaria para dois anos e início dos primeiros cursos de estado-maior que, assim como a formação dos oficiais de artilharia e engenharia, passaram a ter duração de cinco anos. Os cursos de estado-maior contemplavam duas formações: 1ª e 2ª classes, realizados após a formação dos alferes (hoje conhecidos como aspirantes a oficial). Entre os conteúdos ministrados encontravam-se disciplinas sobre Topografia e Geodésia, tornando os oficiais de estado-maior aptos para executar reconhecimentos e organizar a cartografia necessária²¹.

Com a ascensão de D. Pedro II ao trono é implantado, em 1840, um Regulamento Militar transformando os Cursos de Estado-Maior de 1ª e 2ª classes, realizados na Academia, em uma Escola Superior de Guerra. A seleção para o curso

¹⁸ CARVALHO, 2006, p. 200-201.

¹⁹ Decreto Imperial de 13 de março de 1824. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38575-13-marco-1824567105-publicacaooriginal-90521-pe.html>>. Acessado em 9 set 2014.

²⁰ PERES e CÂMARA, 2005, p. 38.

²¹ MOTTA, 2001, p. 78.

de capacitação de oficiais para o serviço de estado-maior obedecia, em princípio, ao nível de desempenho alcançado pelo alferes-aluno no curso que o havia recém-formado. Com duração de um ano, os cursos tinham em seus currículos disciplinas de Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Política e Economia aplicadas ou não à atividade militar²².

As condições de preparação para a defesa do território imperial foram testadas nas campanhas do Rio da Prata, de 1851 e 1852. Como consequência do insatisfatório desempenho militar da tropa brasileira, o Estado-Maior Geral propôs a criação do Curso de Infantaria e Cavalaria na província do Rio Grande do Sul. Sendo assim, em 1851 tem-se o desdobramento da Academia em dois estabelecimentos: a permanência da escola do Largo de São Francisco e a criação de outra escola no Rio Grande do Sul²³. A escola do Largo de São Francisco também passou por mudanças. Em 1855, o Exército passou a ter, na Corte, duas escolas: a antiga, do Largo de São Francisco, que passou a ser conhecida como “Escola Central”, e outra, de início, na Fortaleza de São João e, após 1857, na Praia Vermelha, conhecida como “Escola das três armas”. Para Motta (2001, p. 119) pela primeira vez as mudanças cogitavam um plano de estudos adaptado às funções do oficial pertencente ou que pretendesse pertencer ao corpo de Estado-Maior:

A Escola da Praia Vermelha era chamada inicialmente de “aplicação”. Seus alunos deveriam aprender a serem soldados, e, por isso, a escola teve como objetivo ministrar a técnica profissional. Aplicada ao campo e à linha de tiro, a escola era também um quartel, com rigores de disciplina e internato. Já os preceitos, princípios e teorias da matemática, ciências físicas e engenharia ficaram a cargo da Escola do Largo de São Francisco. Os alunos frequentavam uma e outra escola, segundo modalidades que variavam com as suas Armas. A Praia Vermelha ficou sendo a escola das “três Armas” (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) e o Largo de São Francisco a escola da Engenharia e Estado-Maior, esse último composto por alunos militares com o 4º ano (Motta, 2001, p. 119).

Dentre as mudanças organizacionais em relação ao Estado-Maior, em 1857, o ministério de Caxias substituiu o *Quartel-General da Corte* pela *Repartição do Ajudante Geral*. Com atribuições apenas administrativas, o Estado-Maior oitocentista, segundo José Murilo de Carvalho (2006, p. 217), não atuava na prática porque não existiam planos nacionais de defesa. O que existia na área se baseava num conceito estreito de defesa que se limitava quase que apenas à proteção de fronteiras do Sul e Sudoeste. Para o autor, as diretivas que os membros de uma

²² PERES e CÂMARA, 2005, p. 39.

²³ Op. cit., 2005, p. 41.

unidade do Exército recebiam eram em geral dadas por seus comandantes. As atribuições técnicas da força eram de responsabilidade do Ministro da Guerra, alocadas no âmbito do seu gabinete e as questões técnico-profissionais transformavam-se em questões políticas.

Para Motta (2001, p. 99), a partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passou a ter uma administração pública mais empreendedora, resultado de uma prosperidade econômica e de ideias de modernização para o Brasil. Para o autor, essas ideias de renovação chegam ao Exército com o Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo. Nesse período tem-se como referência, mudanças nas normas reguladoras do acesso no quadro hierárquico, a lei de promoções e seu regulamento. Pela primeira vez, em 1858, em termos nítidos, se estabelecia como condição essencial para acesso na carreira militar, a formação em uma Escola Militar. O *status* de oficial implicaria em estudos sistematizados, feitos em cursos regulares, e a Academia passaria a ser a única porta para a vida militar²⁴. No mesmo ano, após resistências políticas, foi aprovada na Câmara dos Deputados a permissão para que uma parte das vagas da Infantaria e Cavalaria fosse preenchida sem as habilitações científicas exigidas pela lei²⁵.

Após o fim vitorioso da Tríplice Aliança na guerra contra o Paraguai, apareceram, no Brasil, questões importantes, marcando a inquietação do período: a da liberdade sexagenária, a lei eleitoral e a liberdade do ventre da escrava. Às novas configurações sociais do Exército²⁶, atrelados à valorização simbólica do mérito individual adquiridos na guerra do Paraguai, somaram-se a cultura cientificista entre os alunos e jovens oficiais da Escola da Praia Vermelha²⁷. Todos esses eventos foram fatores que desviaram boa parte dos militares para cogitações filosóficas, científicas e para o positivismo, levando à participação política dos militares que ficou conhecida como a Questão Militar²⁸.

²⁴ Ver CASTRO, 1995, p. 19.

²⁵ Op. cit., 1995, p. 19.

²⁶ Para Sodré (2010, p. 182), a guerra do Paraguai alterou significativamente a estrutura social do Exército. Os “Voluntários da Pátria”, cidadãos comuns entre 18 e 50 anos, receberam promoções por bravura e foi a porta de entrada para a carreira militar de grande número de libertos e de escravos.

²⁷ MOTTA, 2001, p.147 e CASTRO, 1995 e 2000.

²⁸ A Questão Militar, segundo Sodré (2010, p. 185), compreende o período entre os anos 1884 a 1888 e é definida como a “sensibilidade aguda do ambiente político às questões envolvendo militares”. As lutas pela Abolição marcaram a estreita dependência entre o que se passava no meio militar e o que se passava na política do país. Para Celso Castro (2000, p. 31), foi a primeira vez na história brasileira que grupos de militares haviam afirmado publicamente e com força a existência

A Questão Militar também marcou o surgimento, na cena política, do então major Benjamin Constant. A reunião de 10/10/1886 na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro, para discutir a Questão Militar, foi o primeiro encontro, em espaço público e fora das salas de aula, da “mocidade militar” com o Dr. Benjamin, como era chamado por seus alunos. Esse encontro terá importantes desdobramentos. A partir do final de 1886, a biografia de Benjamin Constant não pode ser desvinculada de sua relação com a “mocidade militar”. É no Dr. Benjamin que os jovens oficiais “científicos” irão se fixar na busca por um líder da conspiração republicana (Castro, 1995, p. 105)

Assumindo a pasta do Ministério da Guerra depois de instalado o regime republicano, Benjamin Constant, colaborou com o regulamento do Ensino Prático da Escola da Praia Vermelha, em 1889. Segundo Motta (2001, p. 172) o chamado “Regulamento Benjamin Constant” trouxe a concepção do “cidadão armado”, agente dinamizador do progresso e defensor da República. No ensino, os oficiais passaram a ter quatro anos de formação geral, estudando as ciências gerais da classificação de Comte. Um ano de curso para as três armas, contendo estudos profissionais da Arte Militar, Balística e também Direito e Economia Política. Oficiais do Corpo de Estado-Maior passaram a ter sua formação na Escola Superior de Guerra, localizada em São Cristóvão, num curso de mais três anos, juntamente com os oficiais de Artilharia e Engenharia Militar.

É de ressaltar-se o progresso desse currículo no que diz respeito ao Curso de Estado-Maior. Sem atingir ainda um maior grau de perfeição ou de adequação, esses estudos, tal como previstos pelo Regulamento de 1889, significam um avanço se comparados com os do estatuto de 1874. Compreendem eles pontos tais como: cartas geográficas (construção e redução), levantamentos geodésicos, reconhecimento de Estado-Maior, aplicações militares de fotografia e da aerostação, aplicações Tática e da Estratégia, mobilização dos exércitos, serviço do Estado-Maior (Motta, 2001, p. 179).

Para Peres e Câmara (2005, p. 49), as lutas de consolidação da República e a Guerra de Canudos foram marcos que acentuaram a questão da profissionalização militar, tanto no que se refere ao protagonismo político dos militares quanto na sua frágil ação de combate. Segundo os autores, o surgimento do Estado-Maior do Exército correspondeu ao início da reação contra essa fase.

A frágil unidade da “classe militar”, forjada pouco antes do golpe entre a “mocidade militar” liderada por Benjamin Constant e um pequeno grupo de oficiais *troupiers*, próximo a Deodoro, desfez-se em pouco tempo. Benjamin

de uma “classe militar”, opondo-se a atos do governo. Essa ideologia intervencionista girava em torno do soldado-cidadão que, segundo Carvalho (2006, p. 229), foi difundida pelos jornalistas republicanos, sendo um instrumento de afirmação militar, reforçando para os soldados a ideia de participar da vida política do país como qualquer cidadão.

não permaneceu muito tempo no Ministério da Guerra; em abril de 1890, assumiu o recém-criado Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, passando Floriano Peixoto a ocupar o Ministério da Guerra (Castro, 1995, p. 197).

Criado pela Lei 403, de 24 de outubro de 1896, o Estado-Maior do Exército surgiu pela extinção gradativa da antiga repartição do Ajudante-General²⁹. Sua missão, conforme o artigo 1º do seu regulamento, consistia em "estudar o emprego das tropas em campanha e preparar os elementos de sua mobilização, transporte e concentração nos diversos teatros de operações"³⁰.

A criação do Estado-Maior do Exército repercutiu no ensino militar. Os oficiais formados nos cursos de estado-maior, ainda sem experiências técnicas da função, foram selecionados para estagiar nos exércitos europeus. A partir de 1906, três grupos foram enviados para estagiar na Alemanha, considerado o país que possuía o Exército mais bem organizado da época³¹. Ao retornarem ao Brasil, esses grupos iniciaram uma campanha para a vinda da Missão Militar Alemã, que foi interrompida por causa da Primeira Guerra. Mesmo assim, os militares brasileiros traçaram planos para difundir os conhecimentos adquiridos. Traduziram obras e escreveram artigos sobre o exército e a indústria bélica da Alemanha. Conhecidos como "jovens turcos", criaram a revista *A Defesa Nacional* para disseminar os conhecimentos adquiridos. A revista era extremamente técnica e foi recebida com reações mistas, repercutindo com algumas punições aos seus redatores. Porém, como ressalta Carvalho (2006, p. 216), "aos poucos os 'turcos' foram vencendo" e implantaram importantes projetos de modernização do Exército Brasileiro³².

As revoltas frequentes (março de 1895, maio de 1897 e a Revolta da Vacina, em novembro de 1904), protagonizadas pelos integrantes da Escola Militar da Praia Vermelha, aceleraram medidas que modificaram as estruturas da força terrestre. Para Trevisan (2001), visando eliminar a visão positivista e bacharelista que, desde a segunda metade do século XIX, predominava nos estabelecimentos de ensino da instituição, o governo federal fecha a Escola da Praia Vermelha e

²⁹ A Repartição do Ajudante-General foi extinta definitivamente em janeiro de 1899 (Ver BANHA, 1984, p. 12).

³⁰ Op. cit., 1984, p. 9.

³¹ CARVALHO, 2006, p. 215.

³² Sobre a influência dos "Jovens turcos" no Exército Brasileiro ver CARVALHO, 2006 e NASCIMENTO, 2009.

prende os alunos que participavam das rebeliões. A escola é reaberta em 1911³³, no bairro de Realengo, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Em 1944, muda-se para a Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, cidade localizada no sul do estado fluminense³⁴, onde se encontra até os dias atuais.

2.3

Criação da Escola de Estado-Maior: considerações sobre a participação política dos militares e a formação do Estado-Maior do Exército

Com o fim da Escola da Praia Vermelha, o Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, dá início a algumas mudanças no Exército como a criação de uma escola destinada especificamente à formação dos oficiais de Estado-Maior³⁵. O ato oficial de criação da chamada Escola de Estado-Maior foi publicado pelo Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905. No Capítulo VIII, a escola é caracterizada como de formação complementar, em nível superior, destinada aos oficiais até o posto de capitão e curso com duração de dois anos. Vinculada diretamente ao Estado-Maior do Exército, seu funcionamento começou nas dependências desse órgão militar³⁶.

A Escola de Estado-Maior ocupou cinco sedes, todas no Rio de Janeiro³⁷. As três primeiras foram provisórias ou emergenciais. De 1905 a 1917, a escola ocupou as instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, sediada no atual Palácio Duque de Caxias, o prédio da extinta Escola da Praia Vermelha e as instalações da Direção de Saúde, onde hoje é a Policlínica do Exército, na Praça da República.

A Escola de Estado-Maior não funcionou entre 1918 e 1920, ano em que foi inaugurada a quarta sede, ocupada por vinte anos, localizada na Rua Barão de Mesquita, onde hoje se encontra o 1º Batalhão de Polícia do Exército, zona Norte da cidade carioca.

Com a derrota alemã na Primeira Guerra, o ensino militar germânico perde prestígio. Para completar o trabalho de modernização do Exército, iniciado pelos

³³ Durante esse período, o ensino militar foi todo feito em Porto Alegre.

³⁴ Sobre a Academia Militar de Realengo ver ARAGÃO, 1959. E sobre a Academia Militar das Agulhas Negras ver CASTRO, 2004a.

³⁵ PERES e CÂMARA, 2005, p. 52.

³⁶ Op.cit., 2005, p. 53.

³⁷ Sobre as sedes da Escola de Estado-Maior ver PERES e CÂMARA, 2005.

“jovens turcos”, chegou ao Brasil, em 1920, a Missão Francesa³⁸. A ideia de convidar uma missão militar francesa para modernizar a instrução das tropas partiu da articulação feita entre o Ministro da Guerra General Cardoso de Aguiar em acerto com representantes brasileiros que estavam em Paris por ocasião das negociações do Tratado de Versalhes de 1919³⁹. A Escola de Estado-Maior foi a sede do movimento francês. Sob sua influência, a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica com a criação de diferentes escolas para cada tipo de especialidade. Para Malan (1988), foi na formação de oficiais de estado-maior e na criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) que a Missão exerceu maior impacto sobre o ensino do Exército.

A noção moderna de defesa nacional, incluindo, a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos, só começou a ter maior circulação com os “jovens turcos”. E foi a Missão [Francesa], através da formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão, que tornou possível o início da implementação da nova política. Para a organização significou movimento de centralização e coesão. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas em pormenores pela cúpula hierárquica, o Estado-Maior. Já em 1920 surgem o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento para a Instrução e Serviços Gerais (RISG). A nova concepção de defesa nacional abrangia todos os aspectos relevantes da vida do país, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderurgia (Carvalho, 2006, p. 217).

Segundo Trevisan (2011, p. 140), todas as reformas propostas para o ensino militar no Brasil, desde a fundação da Real Academia, estavam dissociadas da prática militar. Ou seja, a formação nas escolas militares e a prática profissional não tinham relações. O autor considera que, com a Missão Francesa, pela primeira vez, desenvolveram um “projeto de Exército”, unindo a prática profissional dos militares com a formação nas suas escolas, justificando as renovações curriculares e programáticas pretendidas. Sodré (2010, p. 255) relata que construíram novos quartéis, distribuíram melhor a oficialidade pelos corpos de tropa e o investimento no ensino militar de formação e aperfeiçoamento tinha o objetivo de dar eficiência profissional aos novos quadros. Todas as disciplinas da Escola de Estado-Maior foram ministradas pelos militares da Missão Militar Francesa, até a ocorrência da Revolução de 1932, que motivou uma nova programação do ensino e quando os novos temas passaram a ser ministrados por oficiais brasileiros.

³⁸ CARVALHO, 2006, p. 216.

³⁹ SODRÉ, 2010, p. 255.

Para Carvalho (2006, p. 231), o movimento renovador dentro do Exército preocupava-se com a profissionalização militar e via como requisito desta profissionalização o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos. Porém, as questões da profissionalização, desenvolvidas pela missão francesa, não evitaram os movimentos militares de 1922 e 1924, considerados, por Coelho (2000) como instâncias do tenentismo, mais uma vez demonstrando as relações políticas entre Exército e governo. Para o autor, o pressuposto de que a neutralidade ou apolitismo militar era condição indispensável para o aperfeiçoamento profissional foi recusado. Segundo Peres e Câmara (2005, p. 70), dentro de uma perspectiva profissional, sem ultrapassar os limites legais permitidos pelos regulamentos disciplinares e dentro das instituições políticas vigentes, as influências estrangeiras contribuíram para aprofundar os conflitos internos do Exército.

Os desacertos do regime e dos sucessivos governos penetraram na área de atenção dos oficiais revoltosos sob a forma de percepção das disfuncionalidades do meio ambiente no que dizia respeito à organização militar. Os primeiros fatores a serem percebidos foram os que afetavam negativamente a existência individual dos oficiais: condições materiais de vida, oportunidade de ascensão na hierarquia, gratificações de natureza profissional. Estes fatores foram conectados, em seguida, à presença de determinadas condições organizacionais: formação profissional deficiente, incompetência das chefias, falta de renovação do quadro de oficiais superiores, para citar apenas algumas das mais importantes. Estas últimas condições forma, por sua vez, relacionadas ao estado do sistema mais inclusivo, isto é, o regime liberal corrompido e os sucessivos governos com suas contínuas crises. A ocorrência de fatores precipitantes criou o estímulo final para a erupção dos movimentos contestatórios (Coelho, 2000, p. 98).

A participação dos militares na política brasileira é acompanhada das instabilidades internas da instituição, colocando em crise a sua coesão. As inúmeras manifestações, desde o início do Império, mostraram que todos os setores, dos oficiais superiores, intermediários e subalternos, aos praças, todos estiveram envolvidos e se manifestaram a favor ou contra as decisões dos chefes de Estado, em diferentes momentos do país.

Foi o velho Exército de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto que instaurou a República, em 1889, antes de entregar a direção da coisa pública aos civis. E foi ele também que deu fim à República oligárquica, em 1930. Foi ele igualmente que permitiu, em 1937, a instauração, pela força da ditadura centralizadora, do Estado Novo de Getúlio Vargas. E o Exército, que sustentou essa experiência autoritária, chegando o momento, em 1945, depôs Vargas e estabeleceu um sistema democrático. Vigilantes, mas aparentemente inconsequentes, os fiadores “da ordem e do progresso” se opuseram em 1945 e 1961 às autoridades legitimamente eleitas, mas em 1955 voaram em socorro da Constituição. Enfim, em 1964, os militares abandonaram seu pa-

pel “moderador” tradicional para assumir a direção do sistema político (Rouquié, 1980, pg. 11).

Em 1929, às vésperas da Revolução de 1930, o Decreto nº 13.451, torna o Curso de Estado-Maior indispensável para a promoção ao posto de general de brigada. Para Peres e Câmara (2005, p. 70 e 71) a estruturação da proposta de condicionar o generalato à formação dos oficiais da Escola de Estado-Maior marca a diferença entre os oficiais com formação de Estado-Maior do restante dos militares (incluindo oficiais e praças). Segundo os autores, a partir de então, a Escola de Estado-Maior concentrou esforços para uma formação baseada na obediência aos regulamentos e, conseqüentemente, às ordens do Estado-Maior.

Para Nelson Werneck Sodré (2010), a Revolução de 1930⁴⁰ trouxe alterações na estrutura social brasileira e, conseqüentemente, alterações na estrutura militar, que o autor considera como tendo, anteriormente, um caráter antinacional intrínseco, ou seja, sujeito à influência estrangeira.

É por isso que surgem e se afirmam formas de organizações novas, específicas, nacionais: métodos novos, também específicos, de combate – uma tática brasileira enquanto voltada para a utilização de forças em defesa dos interesses brasileiros; processos e técnicas também novos, inclusive aqueles que se referem ao armamento e às organizações que os utilizam. Todo um processo de alienação, que segue em curso nas escolas de formação e de aperfeiçoamento das Forças Armadas – e em que o Brasil é totalmente esquecido, não existe, chega ao seu termo. O caráter antinacional intrínseco dessa alienação começa a surgir aos olhos menos atentos. Começa a ficar claro que tais escolas poderiam funcionar no Rio como em Cingapura, sem a menor alteração para as Forças Armadas brasileiras, de que só ostentam o título, desligadas que estão da realidade do país e, principalmente, de suas necessidades e exigências. Tudo o que diz respeito às Forças Armadas deriva do que diz respeito ao país (p. 490).

A partir do ataque de militantes rebeldes aos quartéis no Levante Comunista, em 1935, a Praia Vermelha viveu confrontos e, após esses episódios, o prédio da antiga Escola Militar Central foi demolido. Em 1940, já sem a presença dos militares da Missão Francesa, a quinta e atual instalação da Escola de Estado-Maior foi inaugurada. Para Carvalho (2006, p. 234), o Estado Novo é o período em que sai de cena o soldado-cidadão para surgir a corporação e a classe, com ênfase no soldado profissional. Para o autor, desaparece a ideia de intervenção contestatória e surge a de intervenção controladora.

⁴⁰ Ver A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. *Coleção Temas Brasileiros*, V. 54. Rio de Janeiro. Setembro de 1983.

Com este cenário, no final da década de 1930 e início da década de 1940, o concurso de admissão para a Escola de Estado-Maior, passou a ter a conformação mais complexa de toda a sua história, demonstrando o alto nível de exigência para a seleção dos futuros líderes militares. Primeiro, os candidatos eram submetidos a um conjunto de provas eliminatórias. Posteriormente, os aprovados ficavam adidos ao Comando Regional para realizar um curso de preparação presencial, com duração de um ano. Após esse período, os candidatos realizavam nova bateria de exames, as chamadas provas de admissão, sendo nove provas escritas, sete orais e três práticas⁴¹.

2.4

ECEME, ESG e participações nas doutrinas do regime militar.

O impacto da Segunda Guerra Mundial coincidiu com o término do contrato da Missão Militar Francesa. Inicialmente neutro, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados no ano de 1942. Para se associar aos Aliados, os militares brasileiros tiveram que se adaptar à doutrina e ao material de guerra dos Estados Unidos, que, nesta altura do conflito, assumia a maioria do esforço militar. Com o envio de militares brasileiros para o teatro de operações mediterrâneo e para a realização de cursos nas escolas militares norte-americanas, foi criada uma massa crítica de profissionais, adaptados aos conceitos de emprego do poder militar da época. Após o período de adaptação e treinamentos, em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) iniciou seu deslocamento para a Itália, sob o comando do general de Divisão Mascarenhas de Moraes⁴².

A vitória dos Aliados liderados pelos EUA consolidou a aproximação do Brasil com os norte-americanos. O Brasil alinhou-se ao bloco liderado pela superpotência norte-americana, celebrando acordos e intercâmbios militares, principalmente nos estabelecimentos de ensino militar brasileiro⁴³. Essa ligação durou até

⁴¹ As provas eram divididas em: parte escrita, sobre Tática, Geografia, História Geral, História Militar, Sociologia e Economia Política, Direito Internacional e Constitucional, Técnica aplicada ao material de guerra, Francês e Espanhol; parte oral que abordava assuntos relativos à Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Transmissões, Aviação, Francês e Espanhol; e parte prática na qual era demonstrada a aptidão do oficial na equitação, topografia e datilografia (Ver OLIVEIRA NETO, 2010).

⁴² Sobre a participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial ver GUIMARÃES, 2010 e SEITENFUS, 2003.

⁴³ SILVA, 2011, p. 61.

1977, quando terminou o *Acordo Militar de Assistência Mútua Brasil-Estados Unidos*⁴⁴.

Diferente da Missão Francesa, os militares norte-americanos integraram-se à estrutura da Escola de Estado-Maior, mas não exerceram função de instrutores. A influência norte-americana foi sentida fortemente na doutrina, no conteúdo dos manuais e pelas experiências vividas pelos oficiais, ex-integrantes da FEB, como o Coronel Castello Branco, que, retornando da guerra como oficial de operações, assumiu o cargo de diretor de ensino da Escola de Estado-Maior⁴⁵.

A criação da FEB formalizou a criação de um Estado-Maior Conjunto⁴⁶ e do Conselho Nacional de Segurança, integrando Exército, Marinha e Aeronáutica. O General César Obino e o General Cordeiro de Farias, os principais organizadores da força expedicionária, estimulados por essas novas experiências e considerando o contexto político do país, desenvolveram a proposta de uma escola especial que formulasse uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacionais, a Escola Superior de Guerra (ESG)⁴⁷.

A ESG é criada em agosto de 1949 pelo Projeto nº 476, transformado na Lei Ordinária 785/1949⁴⁸. O documento enfatiza a preocupação em unificar, através da profissionalização, os chefes militares para o predomínio de ações combinadas no planejamento da segurança nacional.

Apesar de seguir o modelo norte-americano, a ESG diferenciou-se em alguns aspectos. Duas das mais significativas mudanças foram: o envolvimento no desenvolvimento econômico do país, assim como nos assuntos relacionados a educação, indústria e agricultura, dando a eles aspectos relacionados às questões militares, além da participação de civis como parte central da escola (Stepan, 1975, p. 129).

A criação da ESG também trouxe perspectivas diferentes para a formação

⁴⁴ O acordo de Assistência Militar entre o Brasil e Estados Unidos está disponível em <www.cnen.gov.br/Doc/pdf/Tratados/ACOR0021.pdf>. Acessado em 24 nov 2014.

⁴⁵ MOTTA, 2011, p 61.

⁴⁶ Neste trabalho nos limitamos ao estudo do Estado-Maior do Exército. Sobre o Estado-Maior das Forças Armadas, sua concepção e trajetória ver BANHA (1987). Sobre o atual Estado-Maior conjunto e suas atribuições ver informações sobre origem e atribuições disponíveis no site do Ministério da Defesa em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/forcas-armadas/estado-maior-conjunto>>. Acessado em 5 set 2014.

⁴⁷ Sobre a criação da ESG ver FRAGOSO, 1968.

⁴⁸ Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=177516>>. Acessado em 20 out 2014.

do Estado-Maior. No nível estratégico, a formação desses oficiais foi acrescida de estudos e propostas contrarrevolucionárias internacionais disseminadoras. Desde o início dos anos 1950, a Escola de Estado-Maior e a ESG promoveram e elaboraram doutrinas intimamente ligadas à intervenção militar em assuntos não-militares como a *Doutrina de Segurança Nacional*⁴⁹ e a *Doutrina de Guerra Revolucionária*. Stepan (1975) atribui a essas doutrinas um novo modelo de regimes militares:

A expansão de doutrinas de guerra revolucionária engendrou nos militares um complexo conjunto de respostas: temor do comunismo (especialmente por causa de sua ameaça ao exército regular), desenvolvimento de doutrinas de contra-insurreição, e a convicção de que era necessária uma mudança básica para evitar a revolução. Percebendo que a estratégia da guerra revolucionária envolvia todos os níveis da sociedade, o conceito de segurança entre as Forças Armadas passou a abarcar todos os aspectos da vida social e política (p. 128).

Na década de 1950 a participação de uma parcela significativa dos oficiais da escola de Estado-Maior em reuniões de caráter político, trouxe como maior consequência a exoneração do seu comandante, o General Castello Branco⁵⁰. Em 1955, a Escola mudou de denominação passando a chamar-se Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a ECEME, como a conhecemos atualmente. A escola ampliou seus cursos, além do curso de Comando e Estado-Maior, incluiu os cursos de Chefia de Serviços e o de Instrutores⁵¹.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e atendendo ao comando do Estado-Maior do Exército, a ECEME suspendeu as aulas nos anos de 1960 e 1961, e seus oficiais participaram da preparação de medidas de manutenção da lei e da ordem, compondo estados-maiores de grandes unidades. A ECEME também atuou na formulação dos programas, nos regulamentos e em suas aplicações à ameaça das transformações ideológicas, sociais e culturais vivenciadas no contexto mundial⁵².

⁴⁹ Alfred Stepan (1975) chama a Doutrina de Segurança Nacional como “Novo profissionalismo militar”: um soldado com perfil moldado não somente para as operações de segurança externa e interna, mas também apto para a administração político-social (p. 21).

⁵⁰ Antes da Segunda Guerra Mundial Castello Branco foi instrutor da Escola de Estado-Maior. Após compor a Força Expedicionária Brasileira como oficial de operações, retorna à escola como diretor de ensino e, em 1954 e 1955, já promovido a general, foi seu comandante. Em 2005, por ocasião da comemoração do centenário de criação da escola, a ECEME recebeu a denominação histórica de “Escola Marechal Castello Branco” (Portaria nº 526, de 11 jun 2005).

⁵¹ Ver TURATTI, 2005.

⁵² PERES e CÂMARA, 2005, p. 228.

O objetivo principal era permitir à Nação Brasileira a consecução dos objetivos nacionais permanentes, segundo os aprofundados estudos levados a efeito na Escola Superior de Guerra com o apoio de renomados mestres civis e militares. A manutenção da viabilidade do território e do patrimônio nacionais indicava, com clareza, a abrangência da destinação constitucional do Exército, dirigida a bloquear ameaças externas e internas. Essa área foi estimulada pelo Estado-Maior do Exército a propor pré-projetos de manuais e regulamentos (Peres e Câmara, 2005, p. 230).

Em 1963, a ECEME implanta um novo currículo e um novo plano geral de ensino. Criou-se, na divisão de ensino da escola, a área “Segurança Interna e Defesa Territorial”, predominando o estudo das operações contra o inimigo de influência marxista⁵³.

Para Smallman (2004), a profissionalização também colaborou para que a violência se tornasse burocrática, institucionalizada e centralizada. Juntamente com a modernização das técnicas de guerra, oriundas do combate real na segunda grande guerra, a profissionalização aprimorou e investiu em um permanente sistema de inteligência. Tendo como consequência punições de toda espécie, utilizou de acordos com os interesses das forças “internacionalistas”, reprimindo as ideias contra-hegemônicas, antes e durante o golpe de 1964. No início, era dentro das instituições militares e posteriormente, em toda a sociedade civil.

Em 1968, após a intervenção direta dos militares no cenário político brasileiro, o plano geral de ensino da ECEME, atendendo ao Comando do Exército, voltou a valorizar o nível operacional (quadros e princípios clássicos da guerra convencional). O programa do concurso de admissão da escola foi limitado, retornando às concepções de 1905 abordando temas exclusivamente militares. Em 1969, a ECEME saiu da subordinação direta do Estado-Maior do Exército e passou a ser subordinada à Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA) e esta, ao Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)⁵⁴. Tal medida, apesar de ter distanciado burocraticamente a escola do órgão central do Exército, manteve a destinação estabelecida na década de 1930. Conforme estabelecido em seu Regulamento R-181⁵⁵, a Escola continua contribuindo para o pensamento e as doutrinas militares, com a participação de seus instrutores, estagiários e alunos.

⁵³ Op. cit., 2005, p. 229.

⁵⁴ Ver TURATTI, 2005 e op.cit, 2005.

⁵⁵ *Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior (R-181)*. Portaria nº 843, de 11 nov 2005.

2.5

Sobre a transição democrática, a autonomia militar e o controle civil

A questão militar brasileira e sua relação com o Estado e a sociedade são permeadas pela dicotomia autonomia militar e controle civil das políticas de defesa e das forças armadas. Douglas Bland (1999) considera que nas designadas “democracias maduras” o relacionamento entre poder civil e militar apresenta três aspectos: controle da política de defesa e das Forças Armadas através do parlamento, separação entre esferas políticas e militares e restrição do uso partidário das Forças Armadas.

Uma característica destes Estados democráticos é, segundo Bland, a responsabilidade partilhada da defesa nacional. Os governos, assessorados por fóruns de debate das questões de defesa e da coordenação de políticas e operações, estabelecem os objetivos de defesa e proporcionam os recursos necessários à sua concretização. Já os líderes militares, desenvolvem e orientam as Forças Armadas para que os objetivos sejam alcançados.

Porém, nas novas democracias, como o caso do Brasil, enfrentamos diversos desafios. No retrospecto histórico que realizamos nesse capítulo, percebemos as fragilidades das relações civis-militares, principalmente nas questões relacionadas à subordinação dos militares e as deficiências de controle do poder civil. A cultura de intervenções militares na política, a continuação das prerrogativas e da autonomia militar após o fim do regime ditatorial e a pouca participação civil, tanto acadêmica quanto no legislativo, sobre os assuntos de defesa, demonstram que ainda temos um caminho a ser percorrido.

No que diz respeito à autonomia militar, utilizaremos o conceito desenvolvido por Eliézer Rizzo de Oliveira (1987, p. 148), que diz tratar-se da capacidade do aparelho militar de definir com grande independência, em relação aos demais setores e atores do Estado e da sociedade, seus próprios objetivos políticos, estratégicos e materiais. A autonomia envolve a capacidade de lutar pela obtenção dos meios que o aparelho militar define como necessários àqueles fins, ao passo que as forças políticas, representadas no Estado, tendem a reconhecer não apenas a autonomia militar como também a legitimidade da presença e das aspirações militares.

Soares (2006, p. 22-23), estabelece diferenças entre a autonomia política dos militares e autonomia institucional:

A *autonomia política* dos militares compreende a capacidade de definir interesses, de antecipar-se em relação ao desenvolvimento de conjunturas e de tomar iniciativas políticas relevantes, as quais condicionam o campo de luta política no âmbito do Estado e das lutas sociais. Já a *autonomia institucional* diz respeito aos espaços próprios em que as instituições do Estado adotam procedimentos que tratam de questões administrativas internas ou mesmo quando atuam politicamente para a busca de seus interesses, desde que se limitando a assuntos que não ultrapassem o seu campo de atuação.

Nas abordagens históricas apresentadas nesse capítulo, vimos que todas as reformas administrativas e de ensino do Exército foram idealizadas e executadas exclusivamente pelos militares. A autonomia militar, tanto política quanto institucional é oposta à supremacia civil necessária ao desenvolvimento democrático do país⁵⁶. Mais do que minimizar a intervenção militar na política, a supremacia civil para Oliveira e Soares (2000, p. 119) é a necessidade de as autoridades civis terem primazia em todas as áreas, inclusive na formulação e implantação da política de defesa nacional. Significa também a capacidade de determinar orçamentos, estratégias de defesa e prioridades, aquisição de armas, doutrina e questões relacionadas ao ensino militar. Assim como o legislativo deve ter a capacidade⁵⁷ de rever essas decisões e monitorar sua implantação.

Alfred Stepan (1975, p. 99-102) ao analisar as relações civil-militares sugere o cruzamento do grau e abrangência das prerrogativas militares e o grau e nível de contestação militar às ordens civis. Utilizando o modelo de Stepan, o autor Zaverucha (2000, p. 37) estabeleceu quinze prerrogativas presentes nos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. São elas: 1) Forças Armadas garantem os poderes constitucionais, a lei e a ordem; 2) potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna; 3) militares controlam principais agências de inteligência; parca fiscalização parlamentar; 4) Polícia Militar e Bombeiros sob parcial controle das Forças Armadas; 5) grande possibilidade de civis serem julgados por tribunais militares mesmo que cometam crimes comuns ou políticos; 6) pequena possibilidade de militares federais da ativa serem julgados por tribunais comuns; 7) falta de rotina legislativa e de sessões detalhadas sobre assuntos militares domésticos e de defesa nacional; 8) ausência do Congresso na promoção de oficiais-generais; 9)

⁵⁶ ZAVERUCHA, 2000, p. 36.

⁵⁷ Os autores chamam a atenção para o conceito de capacidade, considerando-o mais do que conhecimento, mas também compreensão e experiência para formular decisões efetivas, a fim de que tenham credibilidade, respeito e aceitação das próprias Forças Armadas.

Forças Armadas são as principais responsáveis pela segurança do presidente e do vice-presidente da República; 10) presença militar em áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação etc.); 11) militares da ativa ou da reserva participam do gabinete governamental; 12) inexistência do Ministério da Defesa; 13) Forças Armadas podem vender propriedade militar sem prestar contas totalmente ao Tesouro; 14) política salarial do militar similar à existente durante o regime autoritário; 15) militar com direito de prender civil ou militar sem mandado judicial e sem flagrante delito nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar.

As permanências das esferas de autonomia militar, para Soares (2006) estão ligadas, em boa parte, às escolhas, decisões e ações dos atores envolvidos no processo de transição do regime, iniciado por Geisel em meados da década de 1970 e finalizada por Figueiredo em meados dos anos 1980. Como interventores do Estado, os militares fizeram com que o processo fosse “lento, gradual e seguro”, uma liberação política que manteve importantes prerrogativas em relação à autonomia militar⁵⁸.

A tutela militar na Constituinte de 1987/88 tornou reais os perigos relacionados à presença militar na conjuntura dos processos decisórios, preservando pontos sensíveis nas relações Exército, Estado e sociedade. A imprecisão constitucional sobre as missões militares, a garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem, o controle dos militares das principais agências de inteligência, a ausência de participação do congresso na promoção de oficiais-generais, a presença militar em áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação etc.), a inexistência do Ministério da Defesa, entre outras, são exemplos dos espaços de autonomia das Forças Armadas em relação ao sistema político logo após a abertura política. Essas lacunas comprometeram e comprometem a consolidação democrática, dificultando a institucionalização das relações de poder dentro do Estado⁵⁹.

Faz-se necessário pontuar a tímida participação de civis especializados e interessados em assuntos militares nas políticas de defesa, assim como a falta de participação do Congresso e dos partidos políticos na análise dessas questões. Essas carências reafirmam a competência dos militares e delega a eles as respon-

⁵⁸ Ver CAVAGNARI FILHO, 1987.

⁵⁹ Ver SAINT-PIERRE, 2007, p. 33-72.

sabilidades sobre os temas. Mathias (2004, p. 187) exemplifica essa realidade no período de 1986 até 1998, quando estava em discussão, primeiro no Congresso em razão da Constituinte, e depois no interior do Ministério da Educação e Cultura e na Comissão de Educação do Congresso Nacional, uma nova legislação para a Educação. Apesar de, ao que tudo indica, não haver interesse e nem interferência militar nesse processo, o ensino militar continuou a ser autônomo, tanto em termos didático-pedagógicos quanto em termos estruturais, sem questionamentos dos agentes envolvidos com os projetos.

Portanto, mesmo com o fim do regime militar e a elaboração da Constituição de 1988 pelos dirigentes civis, as Forças Armadas, como um todo, conservaram poder e privilégios ao definir, por exemplo, suas missões e prioridades, sem interferências do poder civil. Entendemos que o padrão das relações civis-militares repercute diretamente na qualidade das políticas de defesa adotadas no país. Como vimos, o controle civil das Forças Armadas pressupõe compreensão mútua entre civis e militares e é condição necessária para a formulação e implementação de uma agenda nacional democrática no campo da defesa.

Com o avançar da Nova República, a participação dos militares, como protagonistas da política brasileira, tem regredido, como atestam as eleições diretas de 1989, o *impeachment* do presidente Fernando Collor, a posse de Itamar Franco, a Lei dos Desaparecidos, a criação do Ministério da Defesa⁶⁰ e a criação da Comissão da Verdade⁶¹. Atualmente, pode-se dizer que as Forças Armadas estão subordinadas, mas continuam a gozar de um relativo grau de autonomia⁶², tanto nos assuntos relacionados à defesa nacional, como na autonomia decisória e administrativa no interior da caserna.

A partir da década de 1980, em meio às mudanças políticas no país e às transformações sociais, econômicas e tecnológicas do pós-guerra fria, o Exército realizou uma sequência de reformas. Na área administrativa houve a criação do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), em 1989 e do Quadro de Oficiais Técnicos-Temporários (OTT) em 1996/97, envolvendo as áreas de Administração, Direito, Magistério, Psicologia, Pedagogia, dentre outras, com o intuito de incrementar a eficiência da burocracia militar, liberando os militares combatentes para

⁶⁰ Sobre esses assuntos ver OLIVEIRA e SOARES, 2000, pg. 100.

⁶¹ Sobre a Comissão da Verdade ver D'ARAUJO 2012c e CUNHA 2014

⁶² SOARES e MATHIAS, 2001/2002, p. 85.

a realização das atividades-fim⁶³. A entrada desses militares, incluindo o segmento feminino, com saberes técnicos diferentes dos militares formados na Academia Militar, provocaram mudanças significativas⁶⁴. Um exemplo é a liderança militar que, baseada nos hábitos militares tradicionais, passou a dividir o poder com os peritos, não apenas em assuntos técnicos, mas também em assuntos de relações organizacionais e humanas⁶⁵.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, lançou o primeiro documento da *Política de Defesa Nacional* (PDN), com a participação de diplomatas e militares em sua elaboração. A Política anunciava os objetivos da defesa, a postura estratégica e as diretrizes do Brasil voltadas para as ameaças externas. A ideia era definir uma política militar baseadas nessas orientações, e tirar dos militares as prerrogativas de elaboração da defesa do país⁶⁶.

Juntamente com o lançamento da *Política Nacional de Defesa*, o sistema de ensino do Exército passou pelo maior período de mudanças da sua história. Entre os anos de 1994 a 2001 trabalhou-se na reformulação e implantação do projeto conhecido como *Processo de Modernização do Ensino*⁶⁷. O primeiro passo foi um simpósio realizado pelo Estado-Maior, em Brasília. As principais conclusões desse simpósio foram publicadas no documento “Política Educacional do Exército para o ano – 2000: Fundamentos”⁶⁸ que passaram a ser trabalhadas pelo Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Exército (GTEME), integrado por instrutores, pedagogos, sociólogos e psicólogos da própria instituição⁶⁹. As propostas elaboradas pelo GTEME serviram de base para as principais mudanças no ensino militar do Exército iniciadas em 1996.

⁶³ Lei nº 7.831, de 2 out 1989, Art. 1º. É criado no Comando do Exército o Quadro Complementar de Oficiais - QCO, destinado a suprir as necessidades de suas Organizações Militares - OM com pessoal de nível superior para o desempenho de atividades complementares.

⁶⁴ Ver D’ARAÚJO, 2004; LIMA, 2008 e MAZULO, 2010.

⁶⁵ Sobre o impacto dos peritos na hierarquia e autoridade nos estabelecimentos militares, ver JANOWITZ, 1967b.

⁶⁶ Sobre a elaboração da primeira *Política Nacional de Defesa* ver PROENÇA Jr e DINIZ, 1998.

⁶⁷ Ver Diretrizes para modernização de ensino. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria nº 25 de julho de 1996 e Diretrizes para a reformulação de ensino. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria nº 28 jun 1997.

⁶⁸ Disponível em http://www.decex.ensino.eb.br/port_/leg_ensino/8_outras/a_memoria_moderniz_ensino/3_politica_EducacionalparaAno2000_1994.pdf>. Acessado em 8 out 2014.

⁶⁹ *Fundamentos para a Modernização do Ensino. GTEME – 1996 (Extrato)*. Disponível em <http://www.decex.ensino.eb.br/port_/leg_ensino/8_outras/a_memoria_moderniz_ensino/7_doc49_15Jul1996_FundamentosModernizEns_GTEME_EXTRATO.pdf> acessado em 8 de out 2014.

O *Processo de Modernização do Ensino* destaca-se das outras reformas de ensino sofridas pelo Exército, pelas originais concepções do processo de mudança⁷⁰. Pela primeira vez, implantaram-se em todas as escolas militares parâmetros pedagógicos vigentes na sociedade brasileira dos anos 1990, sob a influência das leis nacionais de educação como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB, 9394/96) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), divulgados em 1997 e 1998. A *Lei do Ensino do Exército* de nº 9786, de 08 de fevereiro de 1999, em vigor até 2014, fundamenta todo o processo de modernização, trazendo os princípios que consolidam o atual sistema de educação militar do Exército.

Esta atualização do *ethos* militar do ensino ocorreu em favor de uma racionalidade pedagógica centrada em valores e categorias de análise completamente opostas: ao invés da subordinação absoluta do indivíduo ao grupo e à Instituição (holismo), a ponderação das necessidades emocionais e cognitivas dos educandos; ao invés do primado irrestrito da hierarquia, a menção a critérios racionais-legais de exercício de liderança; no lugar da onipresença do ascetismo radical, a defesa da utilização eventual do princípio da aprendizagem prazerosa (Magalhães, 2010, p. 2).

A modernização do ensino foi a proposta lançada para substituir a estrutura do ensino tradicional e resolver as questões de ordem sistêmica e de infraestrutura, relacionados à precariedade da formação dos combatentes. Em estudo feito sobre o *Processo de Modernização do Ensino do Exército*, Fázio (2008) afirma que antes do processo não havia interligação entre as escolas e faltava diálogo entre os recursos humanos dos Estabelecimentos de Ensino e a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP). Houve mudanças significativas como a implantação do novo sistema de avaliação e reformulação das metodologias utilizadas nas escolas, fruto de treinamentos, aperfeiçoamentos e valorização dos oficiais que formavam o Quadro do Magistério Militar. A autora aponta ainda a valorização da supervisão escolar dos órgãos centrais, atualização de bibliotecas e estímulo à leitura com a criação e obrigatoriedade de participação de todos os militares nos “Programas de Leitura”. Passou-se a cobrar maior sistematização nos planejamentos das instruções, com planos de ensino previamente autorizados pelos comandantes, inibindo os excessos dos instrutores nos exercícios de terreno. Passou-se a valorizar o planejamento baseado em pesquisas científicas como dosagem de água e tempo de sono. Nas avaliações, incluem-se aspectos emocionais, conhecidos como atributos

⁷⁰ Sobre a originalidade do *Processo de Modernização do Ensino* ver FÁZIO, 2008 e MAGALHÃES, 2010.

da área afetiva. Assim, em todos os níveis de estudo, os militares passaram a ser formados e avaliados nos aspectos físicos, cognitivos e emocionais, previamente estabelecidos pela instituição⁷¹.

No próximo capítulo avançaremos na discussão sobre os temas relacionados à criação do Ministério da Defesa e às políticas públicas de defesa neste novo contexto da formação do *ethos* militar. Tais análises envolvem os documentos da *Política Nacional de Defesa* (anos 1996, 2005 e 2012), *Estratégia Nacional de Defesa* (anos 2008 e 2012) e *Livro Branco da Defesa* (2012) que confrontaremos com as diretrizes gerais do Exército, seu sistema de ensino e o Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME, entre os anos de 1999 e 2012.

⁷¹ FÁZIO, 2008 e MAGALHÃES, 2010.

3 Políticas de Defesa Nacional e o Exército Brasileiro

3.1 O mundo e o Brasil em mudanças

O fim da Guerra Fria, a globalização e a intensificação de diversos processos como o surgimento dos blocos econômicos e a diluição das concepções de Estado-Nação¹ representaram uma nova fase mundial, refletindo-se nas relações entre civis e militares, principalmente, no que diz respeito aos parâmetros de atuação do Estado em assuntos ligados à segurança e à defesa de seus países. Para Martínez (2006, p. 94), passou-se a ter uma necessidade urgente de desmilitarizar a consciência dos cidadãos sobre as questões da segurança, modificando também a mentalidade de que os assuntos de defesa são apenas para militares. Para o autor, a contemporaneidade está relacionada com a segurança na sua concepção humana, ou seja, uma busca de condições que permitam desenvolver livremente os cidadãos em termos pessoal, social e familiar tendo como premissa a paz, com liberdade e democracia².

O fim do comunismo como ameaça à segurança nacional, marcou a defasagem dos fundamentos estratégicos da *Doutrina de Segurança Nacional* como parâmetro para a organização da defesa do nosso país. Segundo Santos (2004a, p. 117), os novos conceitos estratégicos internacionais, como os propostos pela Cúpula de Roma, em 1991, afetaram os países em desenvolvimento como o Brasil. De acordo com essas propostas, influenciadas pelas novas guerras tecnológicas, como foi a Guerra do Golfo³, os países da América Latina deveriam seguir as mesmas diretrizes dos aliados ocidentais, com uma redução drástica do contingente das Forças Armadas, abrindo espaço para Forças modernamente equipadas, com unidades menores, profissionalizadas e especializadas.

¹ Sobre as transformações sociais, políticas e econômicas Pós Guerra Fria ver SADER (org.), 1995; SADER e GENTILI, 1996; SEVCENKO, 2001; SANTOS, 2004b; SARLO, 2005; CANCLINI, 2008 e SENNETT, 2009.

² Ver também BOBBIO, 2003 e 2004.

³ Sobre os significados políticos da Guerra do Golfo ver ARRAES, 2004.

Sobre o atual cenário internacional, mais especificamente após os atentados de 11 de setembro de 2001, vimos surgir a necessidade de se dar maior importância à agenda de defesa e segurança internacional (Shaw, 2004). As “novas ameaças” relacionadas ao terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, tráficos de armas e drogas trazem novas demandas de intervenções militares e policiais. Esses eventos são acompanhados de fenômenos graves como o aumento das desigualdades socioeconômicas, a pobreza extrema, o crescimento populacional desordenado, a desigualdade de renda e as questões ambientais que repercutem diretamente nas políticas internas e externas dos países.

O Brasil, para Rudzitz e Nogami (2009), está nos primeiros estágios do processo de formação do Estado democrático e imerso na ampliação e intensificação dos direitos do homem, posto na ordem do dia por reconhecidas assembleias internacionais⁴. Narcis Serra (2006, p. 20), ao escrever sobre o controle das Forças Armadas e a transição democrática, menciona três passos importantes. O primeiro é um pacto civil efetivo para não utilizar os militares nas decisões políticas. O segundo é inibir as lutas das Forças Armadas para ampliar suas autonomias de organização e gestão e, em terceiro, temos que considerar as diferenças existentes entre os valores militares e a sociedade.

Pelo nosso tempo histórico, diferentemente da Europa Ocidental e América do Norte, as adequações dos militares brasileiros na sociedade pós-moderna apontam, ainda, para a necessidade de mudanças no conservadorismo e autoritarismo estabelecidos. Hierarquia, disciplina, patriotismo, civismo, fé na missão, abnegação, espírito de corpo, sentimento do dever, honra pessoal, pundonor militar e decoro de classe⁵ são valores reforçados durante a formação e socialização do militar brasileiro. Segundo Sennett (2001, p.20), esses valores representam qualidades de uma autoridade, por termos estabelecido socialmente que são capacidades de julgamento superiores, capazes de impor a disciplina e que inspiram medo. Para o autor, muitas vezes as palavras “autoridade” e “poder” são usadas como sinônimos e são exercitadas no campo social e político. Consequentemente, acaba-se confundindo autoridade com “autoritário”, presente nos sistemas repressivos e quando não são usadas a serviço de um ideal mais elevado ou de proteção às pessoas, produz dominação (op. cit., p. 32).

⁴ Ver BOBBIO, 2004.

⁵ BRASIL, 2002.

A reflexão sobre a formação e socialização militar não pode limitar-se a compreensão da sua importância para o fortalecimento da organização e para a construção de uma identidade. Entendemos que a socialização nas organizações é um processo intencional, com objetivos definidos, que tanto transmite como exalta valores e atribuem papéis.

Na maioria dos países, as festas da pátria sempre são o espaço para os desfiles militares exatamente porque as Forças Armadas são expressão viva e idealizada da nação. (...) A opção pelo desfile militar assenta-se na crença de que a organização militar, em qualquer país, configura um microcosmo da nação em sua heterogeneidade e acima de qualquer compromisso religioso, étnico, político e ideológico que as pessoas possam ter. Na aparência o desfile é militar, mas quem desfila para a sociedade é a própria sociedade e as fardas nada mais são do que a representação simbólica do mais elevado compromisso que uma nação pode ter para consigo mesma: o compromisso de colocar a sua vida, de se dispor ao sacrifício último pela nação (Ferreira, 2005, p. 60).

Sendo assim, apesar de sabermos que as organizações de uma forma geral criam identidades próprias, tornando-se um microcosmo autônomo e com leis próprias, concordamos que, no caso das Forças Armadas, seu sistema de valores e práticas não pode destoar dos valores da sociedade, nem lhes causar medo ou dano. Para D'Araujo (2004, p. 440), as Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e estão conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si, em termos de defesa e de construção de direitos de cidadania e soberania.

O militar na pós-modernidade, portanto, deve rever a interpretação dos valores militares, deixando de se considerar como expressão maior da sociedade e sim como parte dela⁶. As relações civis e militares desejáveis do Estado democrático ainda estão em processo de construção. Apesar da aparente estabilidade, os militares seguem empenhados em manter um grau significativo de influência dentro das condições do novo regime, preocupados em proteger seus valores e bem-estar institucional⁷. Para Zaverucha (2000), ao analisar comparativamente os governos Collor, Itamar e o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, se aceita que os militares estão submissos ao poder civil quando as coisas, em especial, ocorrem do modo que eles querem:

Apesar das peculiaridades de cada governo, há um padrão de regularidade nas relações civil-militares. Ora o poder militar se ajusta aos ditames do

⁶ SERRA, 2006 e DONADIO, 2010.

⁷ Sobre casos de intervenção dos militares no cenário político contemporâneo ver LIMA, 2012.

poder civil, ora acontece o inverso. Portanto, há uma relação instável mas com significativa previsibilidade. Ou seja, os militares não procuram dar um golpe de Estado, nem os civis trabalham por um regime democrático. Um governo democrático com espaços para os militares exercerem sua autonomia é o ponto de equilíbrio do jogo no sentido de que nenhum dos lados, desde 1985, teve motivos para abandonar sua posição original (p. 297).

A real subordinação dos militares ao controle civil, orientados por políticas que contemplem a participação da sociedade nas questões da defesa nacional depende de alguns fatores. Serra (2006) traz alguns pontos sensíveis para pensarmos nessas questões, principalmente no que se refere à necessidade da reforma militar, entre elas: controle da educação militar, superação do serviço militar obrigatório, redução da presença militar em campos civis da administração pública, prestação de conta das instituições militares pelos abusos cometidos nos regimes ditatoriais, eliminação dos privilégios como o sistema previdenciário e de pensões, prestação de contas da administração pública e justiça militar.

3.2

As Políticas Nacionais de Defesa e o Ministério da Defesa

Todas as questões apresentadas acima, sobre o quadro mundial contemporâneo, as novas demandas das Forças Armadas e as relações civis e militares permearam a primeira *Política de Defesa Nacional* (PDN), de 1996. Dividida em cinco partes: introdução, quadro internacional, objetivos, orientações estratégicas e diretrizes, o documento contempla uma série de questões relacionadas à defesa do país, mas deixou de definir os conceitos de defesa nacional e segurança, importantes para entendermos o ponto de partida das questões apresentadas. Para Miyamoto (2000), ficam visíveis no texto da *Política de Defesa Nacional* as dificuldades encontradas para elaborá-la por causa dos diferentes interesses, militares e diplomáticos, e a dificuldade de harmonização dos pontos de vista⁸.

Se olharmos bem, o documento produzido [PDN] é menos uma política de defesa e mais uma harmonização de pontos de vista entre diversas agências responsáveis por assuntos externos do país: a Secretaria de

⁸ Em maio de 1996 foi criada a Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) no Conselho de Governo. A CREDN reunia os Ministérios das Relações Exteriores, de Justiça, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, o EMFA, a Casa Civil, a Casa Militar e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Em setembro do mesmo ano, a recém-criada câmara divulgou um *Documento de Política de Defesa Nacional (DPDN)*. Ver SAINT-PIERRE e WINAND, 2010.

Assuntos Estratégicos da Presidência da República — SAE/PR —, os ministérios militares e o Ministério das Relações Exteriores — Itamaraty ou MRE —, além da presença, pouco clara em termos institucionais, do Ministério da Justiça. A abrangência e a qualidade de seu conteúdo desafiam seu enquadramento na metodologia usual que estabelece uma hierarquia entre uma política de segurança, uma política de defesa, uma política militar e seus desdobramentos.

De fato, o documento pode ser considerado uma formulação de princípios norteadores e da enumeração de questões gerais relacionadas à segurança e defesa do país. Nesse sentido, talvez fosse melhor caracterizá-la como uma espécie de “declaração da postura internacional” do Brasil, solidarizando as vertentes diplomática e militar com os princípios pétreos das relações internacionais do Brasil, tais como estabelecidos no artigo 4º da Constituição de 1988. Este sentimento sobre a natureza deste documento reflete-se na forma pela qual ele é identificado pela própria Secretaria de Assuntos Estratégicos, que o denomina “Documento *sobre* Política de Defesa Nacional” (grifo dos autores) (Proença Jr e Diniz, 1999, p.1).

Segundo Fuccille (2006, p. 104) a *Política de Defesa Nacional* de 1996 serviu de substrato que serviria de norte para a futura criação do Ministério da Defesa, instituído oficialmente em 10 de julho de 1999, pela Lei Complementar nº 97/99, que trata das normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e pelo Decreto nº 3.080/99, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Ministério da Defesa. Posteriormente, segundo autor citado acima, essa legislação foi complementada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999, que alterou os artigos 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição Federal e criação do Ministério.

No Brasil, a formulação, a implantação e o acompanhamento das políticas públicas de nível federal estão a cargo dos ministérios, secretarias especiais, autarquias, agências reguladoras e conselhos. O presidente da República pode, por meio de lei especial, criar, modificar a estrutura e extinguir ministérios, secretarias e órgãos da administração pública⁹.

Os ministérios integram a cúpula administrativa. São diretamente subordinados ao Presidente da República, auxiliando no exercício do Poder Executivo. Possuem autonomia técnica, financeira e administrativa para executar as ações nas suas áreas de competência. Também cabe a eles estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais. Os titulares das pastas são escolhidos pelo Presidente da República. Apenas a chefia do Ministério de Estado da Defesa é privativa de brasileiros natos. Os ministros devem ter mais de 21 anos e gozar de direitos políticos.

⁹ BRASIL, Constituição Federal, Art 61, § 1º, item e.

Eles são responsáveis pela coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na sua área de competência (Portal Brasil, 2014).

Em seu discurso de posse, em 1995, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso¹⁰ determinou que fossem realizados estudos visando à adaptação gradual das nossas forças de defesa atendendo às demandas do futuro, iniciando o processo que levou a criação do Ministério da Defesa do Brasil¹¹. Considerado como um marco positivo no âmbito da modernização do Estado¹², o Ministério da Defesa passou a ser a instituição formalmente mediadora entre as Forças Armadas e os demais órgãos da administração pública.

Até 1999, apenas o Japão, o México e o Brasil, considerados países importantes, mantinham o formato de dispersão dos temas militares em vários ministérios (Alsina Jr., 2003, p. 62). Havia seis diferentes canais de interlocução política nos assuntos referentes à defesa: Ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, da Casa Militar da Presidência da República e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, atuavam como interlocutores entre os interesses militares e o poder político. Já o Estado-Maior das Forças Armadas era o órgão de assessoramento direto do Presidente e responsável por estudos de política, estratégia e doutrinas militares, além de elaborar e coordenar os programas implantados¹³.

A criação do Ministério da Defesa é a mais importante reforma no campo da Defesa Nacional na história republicana em condição de normalidade democrática. O Ministério da Defesa implicou a extinção do Estado-Maior das Forças Armadas e a transformação dos Ministérios Militares em Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica¹⁴. Em consequência, as instituições militares passaram a subordinar-se duplamente ao poder civil: ao Presidente da República e ao seu Ministro da Defesa (Oliveira, 2005, p. 119).

No entanto, é oportuno destacar que o Ministério da Defesa, de acordo com Brigagão e Proença Jr (2002, p. 55), foi constituído sem a correspondente estrutura de quadros, carreiras e regulamentação para a condução da pasta de

¹⁰ Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acessado em 23 set 2014.

¹¹ Sobre o percurso e acontecimentos que levaram a criação do Ministério da Defesa ver: ZAVERUCHA, 2000 e 2005; FUCCILLE, 2002; ALSINA JR, 2003; BITTENCOURT, 2006; SAINT-PIERRE e WINAND, 2008; SAINT-PIERRE, 2008.

¹² Sobre a modernização do Estado realizado no governo de Fernando Henrique Cardoso e a criação do Ministério da Defesa ver FUCCILLE, 2007.

¹³ Ver PROENÇA JR e STAUDOHAR, 2002.

¹⁴ Medida Provisória 1.911-8 de 29 jun 1999, que altera dispositivos da lei nº 9649, de 27 mai 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

defesa. Ao se observar o organograma em vigor destacam-se quadros ocupados, na sua maioria, por militares¹⁵. Para os autores, o problema se juntou à falta de preparo do ministério para lidar com as resistências de comando civil das Forças. Sendo assim, há situações, por exemplo, em que o Ministro da Defesa exerce a direção superior da pasta, mas delega a questão da gestão orçamentária aos comandantes.

Desde sua criação, o Ministério da Defesa teve sete ministros. A “missão” do ministério, de acordo com as informações encontradas na sua página da internet¹⁶, é coordenar o esforço integrado de defesa, visando a contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional e salvaguardar os interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional. E sua “visão de futuro” é ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacional, dispendo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estrutura político-estratégica do Brasil. Os termos “missão” e “visão de futuro” foram apropriados pelos militares das modernas doutrinas gerenciais e administrativas, e, assim como os cargos dispostos no organograma do Ministério da Defesa, demonstram o predomínio dos militares e de suas concepções na organização e administração do órgão. Isso reforça a crítica da falta de controle do ministério sobre as Forças Armadas, tendo-as à sua disposição, desde que não fira as suscetibilidades militares.

O período entre a primeira e a segunda *Política de Defesa Nacional* configurou-se por mudanças no cenário internacional, marcado pelo Onze de Setembro. O terrorismo passou a ter a mais alta prioridade para o governo norte-americano e, conseqüentemente, para o mundo (Proença Jr. e Staudohar, 2002, p. 3). O sentimento de medo gerado pelas grandes catástrofes, pandemias, contaminação de água e alimentos, terrorismo e outros fenômenos atrelados às tendências globalizantes, segundo Beck (2011, p. 16), gerou um novo tipo de

¹⁵ Organograma do Ministério da Defesa disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estrutura/organograma.pdf>>. Acessado em 27 set 2014.

¹⁶ A divulgação sobre a “missão” e “visão de futuro” do Ministério da Defesa encontra-se no link “perguntas frequentes”, disponível em <<http://www.defesa.gov.br/imprensa-perguntas-frequentes>>. Acessado em 23 set 2014.

dinâmica social e política, surgindo ameaças globais supranacionais e independente de classe.

Para o autor, os riscos das fábricas e dos profissionais do século XIX e da primeira metade do século XX eram limitados geograficamente ou em função de grupos específicos. A transição da sociedade de classes para a de risco substituiu o sistema axiológico da sociedade “desigual” pelo sistema axiológico da sociedade “insegura” (p. 59). Sendo assim, o avanço tecnológico-econômico gera cada vez mais riscos, sendo impossível, até mesmo para uma superpotência econômica e militar, resolver sozinha questões que têm interdependência global, como é o caso do terrorismo.

Diante dessas novas perspectivas e discussões sobre as questões de segurança e defesa nacional, da mudança de governo e das críticas sofridas pela primeira política de defesa, fez-se necessário repensar os mecanismos de defesa do Brasil. Sancionada pelo presidente Lula em 2005, a segunda *Política de Defesa Nacional* inova, em relação à versão anterior, ao incluir os conceitos de segurança conforme os padrões das Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Apresenta uma visão mais ampliada sobre o “desenvolvimento humano”, visto sob uma perspectiva não só militar, mas também coletiva e cooperativa com diferentes setores políticos e da sociedade.

Dividida em oito partes, a *Política de Defesa Nacional* de 2005¹⁷ é composta de uma introdução e as demais partes explicam e orientam sobre o que vem a ser a Política e como a segurança e a defesa nacionais devem ser entendidas e direcionadas. Na introdução é lembrado que o tema da defesa nacional é de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira e tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal, as orientações governamentais e a política externa do país. A primeira parte da PDN, intitulada “O Estado, a segurança e a defesa” estabelece os principais conceitos a serem entendidos no restante do documento. O Estado é definido como o conjunto de território, povo, leis e governo próprios, assim como a independência em suas relações externas (p. 1). Dois outros conceitos são muito importantes no texto:

¹⁷ BRASIL. *Política de Defesa Nacional*. Decreto nº 5.484, 30 jun 2005.

1.4 Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2005, p. 2).

Sobre os conceitos de segurança e defesa não há um consenso para os termos, assim como não há consenso para as políticas governamentais dessa área e para o papel dos militares neste processo. Por isso, em nossas análises, utilizaremos essa estrutura teórica, atribuída pela *Política de Defesa Nacional*, que contribui para o ordenamento das discussões sobre os temas.

A segunda e a terceira partes da PDN fazem referência, respectivamente, ao ambiente internacional e ao ambiente regional do entorno estratégico brasileiro. Na quarta parte, destaca-se a importância da Amazônia brasileira, considerando questões relacionadas a política indigenista, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente como aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região (2005, p.4). Também é dado destaque à chamada “Amazônia Azul”, região marítima que concentra as maiores reservas energéticas naturais do país. Ressalta-se também o repúdio ao terrorismo (item 4.8), a intensificação da cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados e o reaparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas com redução da dependência tecnológica.

As três últimas partes da *Política de Defesa Nacional* consistiram em definir seus objetivos, suas orientações estratégicas e suas diretrizes de atuação. Nas orientações estratégicas, a ação diplomática é tida como o primeiro instrumento de solução de conflitos. Na reformulação da Política, em 2012, quando passou a se chamar *Política Nacional de Defesa*¹⁸, no item 7.12, das orientações estratégicas, a ação diplomática na solução de conflitos, passou a *somar-se* (grifo nosso) à estratégia militar da dissuasão, alterando a concepção da

¹⁸ BRASIL. *Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acessado em 25 set 2014.

diplomacia de prioritária para complementar. Em relação aos conflitos de maior extensão, também verificamos mudança em relação as duas políticas de defesa. Na Política de 2005, dizia-se que o Brasil “poderia” participar de arranjo de defesa coletiva autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU. Na Política de 2012, o verbo utilizado é o “deverá”, afirmando o compromisso do país nas questões internacionais.

Sobre a participação em ações humanitárias e missões de paz o documento de 2005 falava em “intensificar” (p. 8) a participação brasileira. No documento de 2012 altera-se o termo para o “aperfeiçoamento do preparo das Forças Armadas de acordo com os interesses nacionais” (p. 22), demonstrando a preocupação e a necessidade de capacitar os militares para missões de não-guerra.

A *Política Nacional de Defesa* de 2012 é uma reformulação da Política de 2005. As partes iniciais são mantidas na essência, conservando as definições de segurança e defesa, com ajustes na redação e substituição de algumas ideias, como a troca do termo “orientações governamentais” para “aspirações nacionais”, quando se trata da consonância do documento e sua relação com o executivo. Na PND de 2012 também é suprimido o item “diretrizes”, apresentando apenas objetivos e orientações para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.

No item “orientações” conservaram-se elementos do documento de 2005 acrescentando-se temas que antes constavam nas diretrizes¹⁹. Dá-se destaque para as questões relacionadas à autonomia tecnológica e alocação de recursos e interação das políticas de defesa com as demais políticas governamentais, permitindo um melhor preparo e uso do equipamento adequado das Forças Armadas (itens 7.18 e 2.21, p. 34 e 35). A PDN de 2005 não fez referência ao serviço militar obrigatório. No documento de 2012 esse tema vem no item “orientação”, considerando o serviço militar obrigatório como a garantia de participação dos cidadãos na Defesa Nacional e como contribuição para o

¹⁹ As diretrizes da *Política de Defesa Nacional*, de 2005, constituem vinte e seis tópicos. Destacam-se o aprimoramento e a vigilância aérea do território nacional e das fronteiras, o aumento da presença militar na Amazônia, o fortalecimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação, a manutenção do clima de paz e de cooperação nas áreas de fronteira, a participação em missões de paz e ações humanitárias, a intensificação dos intercâmbios entre Forças Armadas nacionais e as novas tecnologias de interesse da defesa e, por fim, a contribuição ativa para a expansão e consolidação da integração regional com ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa.

desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira (item 7.3, p. 31).

Para os autores Proença Jr e Diniz (1998, p. 37), uma política de defesa apresenta-se como um documento de natureza política, sendo o resultado dos interesses e perspectivas das diversas forças do cenário político da sociedade brasileira. Como resultado desses acordos, a *Política de Defesa Nacional* reflete os domínios temporários das forças e formas de como os grupos políticos agem no cenário internacional, levando também em consideração as repercussões públicas que esses documentos apresentam. A seguir, veremos as complementações das políticas de defesa e suas consequências para o Exército Brasileiro.

3.3

As Estratégias Nacionais de Defesa

A reedição e renomeação da *Política Nacional de Defesa*, em 2012, também foi acompanhada da reedição da *Estratégia Nacional de Defesa* (END) e do lançamento do primeiro *Livro Branco da Defesa Nacional* (LBDN) do país, no mesmo ano²⁰. O ministro da defesa, Celso Amorim, ao participar do Seminário sobre a *Defesa do Brasil*, na Câmara dos Deputados²¹, ressalta a importância do lançamento dos três documentos por considerar que, por meio deles, a sociedade irá conhecer, de forma ampla, as capacidades militares do país e os objetivos e desafios da Defesa Nacional.

Formulada pelo Ministério da Defesa juntamente com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (Ruivo, 2011), a primeira *Estratégia Nacional de Defesa* foi outorgada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Decreto No. 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

Diferentemente da *Política de Defesa Nacional*, a *Estratégia Nacional de Defesa*, segundo Amorim (2012, p. 332), estabelece as orientações e as formas de alcançar os objetivos de Defesa por meio de ações de médio e longo prazo. O foco do documento está na atuação interna do Estado, sobre, por exemplo, a necessidade de promover o desenvolvimento da indústria de defesa e sobre a atuação das Forças Armadas no que diz respeito ao seu preparo e organização.

²⁰ BRASIL, 2012.

²¹ AMORIM, 2012.

A END de 2008 apresenta 23 diretrizes que são preservadas na sua reformulação, em 2012. Convém destacar a dissuasão de forças hostis em fronteiras (terrestres, marítimas, fluviais ou aéreas), o monitoramento e controle do território nacional, a mobilidade estratégica a fim de responder o mais prontamente possível em caso de agressão e/ou ameaça, o fortalecimento estratégico dos setores espacial, cibernético e nuclear da economia e da tecnologia nacionais, o reposicionamento dos efetivos das Forças Armadas, a prioridade para ações na região amazônica, as medidas de garantia de lei e ordem, o estímulo à integração do país com os demais países da América do Sul, a atuação em operações e missões de paz, a capacitação da indústria nacional de material de defesa e com a conseqüente autonomia tecnológica.

No item 25, sobre o serviço militar obrigatório, na estratégia de 2012 foi suprimida a frase “o objetivo, a ser perseguido gradativamente, é tornar o Serviço Militar realmente obrigatório” (2008, p. 19). Na Estratégia mais recente, a questão do serviço militar obrigatório limita-se a mencionar os requisitos para a seleção e justificar sua manutenção como uma forma de “mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional. É, também, instrumento para afirmar a unidade da Nação, independentemente de classes sociais, gerando oportunidades e incentivando o exercício da cidadania” (p. 62).

Na END de 2012 foram inseridas duas novas diretrizes, descritas nos itens 24 e 25. O item 24 faz referência ao desenvolvimento da infraestrutura estratégica do país. Já o item 25 recomenda a “inserção nos cursos de altos estudos estratégicos de oficiais das três forças, os princípios e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, inclusive aqueles que dizem respeito ao Estado-Maior Conjunto” (p. 63). Isso demonstra a percepção e a necessidade de termos novos elementos para estruturar um projeto educacional de formação de comandantes coerentes com as políticas nacionais.

Os “eixos de orientação” das duas Estratégias são iguais. O primeiro é a reorganização das Forças Armadas, apresentando sua composição organizacional e práticas operacionais, assim como sobre as capacidades e os meios necessários para assegurar sua eficácia. No documento, o Ministério da Defesa, buscando um melhor desempenho no cumprimento de seu papel constitucional, estabelece diretrizes e especificações de funções a cada uma das Forças, destacando três áreas: cibernética (Exército), espacial (Aeronáutica) e nuclear (Marinha). As

diretrizes destinadas ao Exército focam nos Recursos Humanos da instituição, ressaltando a necessidade de “efetivos muito bem adestrados” e com capacidade de elasticidade e flexibilidade nas mobilizações.

O segundo eixo da END é relacionado à reestruturação da indústria bélica brasileira. A finalidade é atender às necessidades de independência tecnológica nacionais, com domínio exclusivo sobre as tecnologias essenciais ao equipamento e manutenção segura das Forças Armadas. A Estratégia visa a equipar as forças com autonomia, articulando-a com a indústria e tecnologia nacional, com proteção e auxílio econômico para a produção. Por fim, o terceiro eixo, explora a reestruturação e composição dos efetivos das Forças Armadas e a mobilização nacional. Neste eixo tecem-se considerações sobre o serviço militar obrigatório a fim de que a nação dê importância à sua manutenção. Propõe-se alongar e aprofundar o serviço militar obrigatório e a implementação de um serviço civil obrigatório subscrito ao Ministério de Defesa. O serviço civil obrigatório foi retirado da END de 2012.

Ainda em relação ao Serviço Militar Obrigatório, até a END de 2012 não se tinha estabelecido quem seria responsável por estabelecer a proporção de recrutas e soldados profissionais. Agora, isso é atribuído ao Ministério da Defesa, que após consulta às Forças Armadas, estabelece a proporção de recrutas e de soldados profissionais de acordo com as necessidades de pronto emprego e da organização de uma reserva mobilizável que assegure o crescimento do poder militar como elemento dissuasório.

As medidas de implementação da *Estratégia Nacional de Defesa* de 2012 complementam a formulação sistemática contida na primeira parte e está dividida em três abordagens:

A primeira aborda o contexto, enumerando circunstâncias que ajudam a precisar-lhe os objetivos e a explicar-lhe os métodos. A segunda destaca como a Estratégia será aplicada a um espectro, amplo e representativo, de problemas atuais enfrentados pelas Forças Armadas e, com isso, tornar mais claras sua doutrina e suas exigências. A terceira enumera as ações estratégicas que indicam o caminho que levará o Brasil, de onde está para onde deve ir, na organização de sua defesa (PND, 2012, p. 113).

3.4

O Livro Branco de Defesa Nacional

O *Livro Branco de Defesa Nacional* soma-se à *Estratégia Nacional de Defesa* e à *Política Nacional de Defesa* como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil. Desta forma, a Lei Complementar nº 97 de 1999, alterada pela de nº 136 de 2011, institui o *Livro Branco de Defesa Nacional*, determinando sua elaboração e periódica revisão. Lançado em 2012, para o Ministro Celso Amorim:

O Livro Branco é, ele mesmo, indicador da transformação do lugar ocupado pela Defesa na agenda pública no Brasil e da transformação da própria Defesa. A transparência é dimensão fundamental dessa transformação, reforçada pelas medidas práticas para dar plena vigência à Lei de Acesso à Informação no âmbito do Ministério da Defesa. Ao mesmo tempo em que aproxima a população dos assuntos militares, a transformação da Defesa aproxima as Forças Armadas dos anseios da sociedade (2012, p. 334).

Na América Latina, o surgimento dos Livros Brancos coincide com a consolidação da transição democrática (Raza, 2002, p. 3). Segundo Flandes (2014), o Chile foi o primeiro país da região a apresentar um Livro Branco sobre a política de defesa, elaborado tanto por peritos civis quanto por militares. Em 1994, o então presidente do Chile, Eduardo Frei, propôs uma discussão nacional para a revisão e busca de consenso sobre o domínio de competências da defesa e de suas responsabilidades institucionais (Raza, op. cit.).

Em 2002, a *Organização dos Estados Americanos*, pela resolução do seu Conselho Permanente, CP/RES. 829 (1342/02)²², resolveu convocar e incentivar seus Estados membros a apresentarem diretrizes para a elaboração de documentos sobre políticas e doutrinas nacionais de defesa para promoção e fortalecimento da confiança e da segurança em todo continente. Este documento teve como objetivo fornecer uma breve descrição das características essenciais de Livros Brancos da Defesa e explicar os fundamentos e o processo para o seu desenvolvimento, assim como os elementos comuns que deveriam conter. Como exemplo, Flandes (2004) traz a importância dos livros brancos militares da Argentina e Chile²³, que constituíram uma base importante para um acordo sobre mútua transparência dos gastos de defesa destes países, firmado em agosto de 2001 e cuja implementação é

²² OEA. Adoption of the guidelines on developing national defense policy and doctrine papers. Disponível em <<http://www.oas.org/consejo/resolutions/res829.asp>>. Acessado em 22 set 2014.

²³ Segundo FLEMES (2014), em 1997, o Chile foi o primeiro país da região a apresentar um livro branco sobre a política de defesa, elaborado tanto por peritos civis como militares.

supervisionada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)²⁴.

O *Livro Branco da Defesa Nacional* brasileiro aborda assuntos como o cenário estratégico para o século XXI, a Política Nacional e a Estratégia de Defesa, a modernização das Forças Armadas e o suporte econômico da Defesa Nacional.

A elaboração do Livro envolveu a participação da sociedade na reflexão e no debate dos temas através de oficinas temáticas, seminários e mesas-redondas, contando com a participação de civis e militares, brasileiros e estrangeiros nas cinco regiões do país²⁵. Porém, D'Araújo (2012a, p. 157) considera que as extensas informações sobre a composição das Forças, seus planos e projetos, alguns pouco estruturados e com execuções não garantidas em curto prazo, identifica o documento como corporativo e atendendo aos interesses da expansão do orçamento militar.

3.5

As Políticas de Defesa e o Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro tem passado por um processo de transformação e reorganização estrutural, sendo justificado como resultados das políticas voltadas para a área de defesa do país. Em 2009, o Comandante do Exército expediu suas diretrizes, seguidas de um planejamento denominado “Estratégia Braço Forte”²⁶, apresentando quatro programas²⁷, envolvendo principalmente a Amazônia e questões de mobilidade e combate.

²⁴ A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU) e foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si quanto com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Informações disponíveis no site < <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acessado em 22 set 2014.

²⁵ Sobre a elaboração do *Livro Branco da Defesa* ver < <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/index.php>>. Acessado em 27 set 2004.

²⁶ A *Estratégia Braço Forte*, encaminhada ao Ministério da Defesa em 30 de junho de 2009, segundo a Portaria nº 687, de 22 set 2009.

²⁷ São eles: Amazônia Protegida, Sentinela da Pátria, Mobilidade Estratégica e Combate Brasileiro. Sobre esses projetos ver CASTRO (org.), 2006 e MARQUES, 2007.

Posteriormente, em 2010, por meio do Estado-Maior do Exército, foi produzido um documento intitulado *Processo de Transformação do Exército Brasileiro*²⁸ com a finalidade de orientar o planejamento das atividades relacionadas ao processo de transformação²⁹ da Força Terrestre. O documento traz os seguintes objetivos:

- a. Promover a transformação do Exército, trazendo-o de uma concepção ligada à era industrial para a era da informação.
- b. Proporcionar ao Exército o desenvolvimento das capacidades requeridas pela evolução da estrutura político-estratégica do Brasil.
- c. Reforçar junto à sociedade brasileira a percepção da relevância e da imprescindibilidade do Exército para a Nação.
- d. Realizar a modernização dos sistemas operacionais, aproximando-os do “estado da arte”.
- e. Implantar uma mentalidade de inovação.
- f. Adequar a estrutura do Exército aos limites impostos pelo orçamento federal (Exército, 2011a, p. 1 e 2)

Além dos objetivos, o documento apresenta os vetores da transformação que são eixos que orientarão todas as ações relativas ao processo. Os seis vetores são o desdobramento de três áreas básicas da instituição: doutrina, recursos humanos e gestão, subdivididos em: doutrina, preparo e emprego, educação e cultura, gestão de recursos humanos, gestão corrente e estratégica e Ciência e Tecnologia (C&T) e modernização do material.

No vetor doutrina, o documento faz críticas, considerando a doutrina do Exército ultrapassada por não ter incorporado conceitos próprios dos conflitos contemporâneos. Proteção ao combate, minimização de danos colaterais sobre as populações e o meio-ambiente, opinião pública como importante fator de vitória, superioridade de informações, domínio da “consciência situacional” e outros conceitos relacionados a equipamentos e sistemas com elevado padrão tecnológico são alguns itens que precisam ser adquiridos e incorporados à instituição.

²⁸ A diretriz do Comandante do Exército para o *Processo de Transformação do Exército*, encontra-se no *Portal da Transformação*. Disponível em <http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=18d47a84-99ac-45d3-7d537c9b5e53dc&groupId=1094704>. Acessado em 27 set 2014.

²⁹ O conceito de transformação no meio militar, significa mudanças estruturais, de formação e de gestão. O termo surgiu na década de 1970, a partir da discussão sobre a Evolução em Assuntos Militares (EAM) e Revolução em Assuntos Militares (RAM), combinando dinâmica do progresso gradual com a necessidade de periodicamente se romper paradigmas na busca da plena capacidade de superar oponentes e cumprir missões. Relaciona-se às novas tecnologias e as ações necessárias para o aproveitamento militar dessas vantagens potenciais e visualizadas para o futuro. Para saber mais sobre EAM e RAM ver STEPHENSON, 2010.

No segundo vetor, denominado “preparo e emprego”, o documento orienta para a manutenção do serviço militar, sugerindo mudanças que o desassocie do adestramento.

Em muitos países, segundo Oliveira e Soares (2000, p. 120), o sistema de conscrição está sendo substituído pelo voluntariado, alterando substancialmente a identificação oriunda da Revolução Francesa, entre o soldado e o cidadão³⁰:

As Forças Armadas brasileiras, em destaque o Exército, apresentam resistências em adotar esse novo modelo, não só pelos custos envolvidos, mas também porque há um caráter simbólico que busca preservar: a caserna como fator de formação da nacionalidade e do patriotismo. Na prática, o elevado índice de desemprego torna o serviço militar uma alternativa atraente para muitos jovens em idade de conscrição, de sorte que esta não é uma questão que mobilize a opinião pública. Ainda assim, o impacto tecnológico e as exigências de maior eficiência e preparo das tropas serão, crescentemente, uma variável a tensionar o modelo vigente (p. 120)

A resistência do Exército em manter o serviço militar obrigatório e as tensões geradas das novas necessidades de preparo, mencionados pelos autores acima, refletiram no documento de Transformação do Exército, que mantém a necessidade da obrigatoriedade do serviço e ressaltam a necessidade de mudanças tendo como modelos a Marinha e a Aeronáutica.

As três Forças possuem o mesmo modelo de conscrição, regulados pela *Lei do Serviço Militar*³¹. Após serem incorporados, os recrutas cumprem de 10 a 18 meses de serviço militar obrigatório, seguindo os planos estabelecidos por cada Força. Terminado esse período, cada Força, com critérios próprios, podem incorporar esses recrutas como soldados profissionais por um período de no máximo oito anos³². A Marinha e a Aeronáutica diferenciam-se do Exército por terem incluído nos seus planos de profissionalização a possibilidade dos recrutas ingressarem na carreira militar através de cursos que realizam durante o tempo de serviço³³. Para minimizar essa discrepância, o documento de transformação sugere

³⁰ Portugal, Espanha, Alemanha, Itália, Suécia, Croácia, Marrocos, Romênia, entre outros, são países que aboliram, totalmente ou em tempo de paz, o método da conscrição. Alguns países adotaram exércitos profissionais, outros substituíram os recrutas forçados por militares voluntários. Sobre os tipos de serviço militar e normas legais correspondentes na América Latina ver IDEPE, disponível em < <http://www.idepe.org/ServMilitarReclutamiento.htm>>. Acessado em 26 set 2014.

³¹ Lei n.º 174 de 21 set 1999.

³² Lei n.º 8.745 de 9 dez 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

³³ Ver Carreira Naval, disponível em <<https://www.ensino.mar.mil.br/sitenovo/ingresso2.html>>.

a flexibilização do tempo de duração do serviço militar obrigatório, do universo abrangido, dos sistemas de instrução e a implantação das concepções de profissionalização, atendendo às realidades locais da conscrição.

No vetor educação e cultura destaca-se a necessidade de inovação e permanente atualização e conscientização de que o domínio de novas tecnologias será condição básica para êxito profissional de todos os militares (p. 39).

As modificações requeridas no quarto vetor, denominado “gestão de recursos humanos”, alertam sobre a necessidade de mudanças de paradigmas arraigados na instituição e sugerem ajuste da composição dos efetivos e gestão de pessoal. Estimulam, por exemplo, a valorização e aumento de estagiários, emprego de civis e terceirização de atividades administrativas. No quinto vetor, “gestão corrente e estratégia”, são dadas sugestões de contenção de despesas e foco nos métodos de gestão por projeto e processos, com ênfase na execução.

O sexto vetor, relacionado à modernização do material, apresenta o diagnóstico de um estudo realizado pelo EME sobre as três capacidades básicas que a *Estratégia Nacional de Defesa* estabeleceu para o Exército: monitoramento/vigilância, mobilidade e presença. O documento admite que o Exército apresenta sérias deficiências em relação às duas primeiras, atribuindo o problema à obsolescência dos equipamentos (p. 42). Na terceira edição da END foi acrescentado o item que é o sétimo vetor da *Estratégia Braço Forte*, a logística. Para atender aos princípios logísticos de controle, coordenação, economia de meios, simplicidade, objetividade e unidade de comando, foi criado, no Exército, o Departamento Logístico (DLog), buscando a concentração das funções logísticas de transporte, suprimento e manutenção de material em um único órgão de direção setorial (p. 43).

O fim do documento sistematiza o apoio administrativo, divulgação, recursos financeiros e estabelece os grupos de estudo e trabalho para implementação das diretrizes de acordo com os comandos regionais e diretorias. Para orientar o processo de transformação foi criado o *Projeto de Força do Exército Brasileiro* (Pró-Força)³⁴ que apresenta as diretrizes para a concepção e a evolução da Força para 2031, com marcos temporais em 2015 e 2022.

Acessado em 26 set 2014.

³⁴ Portaria do Comandante do Exército nº 001-Res, de 27 fev 2012, que aprova o Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA).

Levando em consideração a evolução dos conflitos armados e os exércitos na era do conhecimento, o Pró-Força apresenta essas tendências do futuro frente às “novas ameaças”, mas ressalta a preservação dos “valores centrais” do Exército, considerados imutáveis. O Pró-Força tem como prioridade macroprojetos que contemplam as necessidades emergenciais de recompletamento da Força. O *SISFRON*³⁵ é um dos principais projetos estratégicos do Exército e consiste em um sistema integrado de monitoramento, controle e atuação das fronteiras terrestres. O *Projeto Guarani* tem por objetivo transformar as organizações militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada. Para isso, estão sendo desenvolvidas viaturas blindadas sobre rodas, contribuindo também para o crescimento da indústria nacional. Em março de 2014 foram entregues treze Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal, Médias sobre Rodas³⁶.

O projeto de *Defesa Antiaérea*³⁷ visa reequipar as atuais organizações militares de Artilharia Antiaérea com aquisição de novos meios, modernização dos meios existentes e desenvolvimento de itens específicos. Esse projeto visa o aumento da Indústria Nacional de Defesa e a capacitação de pessoal. Já o *Projeto Brigada Braço Forte*, estabelece as Brigadas como módulo básico de emprego, porém algumas, não definidas nos documentos, poderão ter “estruturas flexibilizadas”.

No que concerne os recursos humanos do Exército, o documento estabelece que o “militar do futuro” deverá estar qualificado/habilitado/capacitado a:

- 1) Transmitir as tradições e os valores do Exército Brasileiro (cultura militar), além de internalizá-los;
- 2) liderar, em todos os níveis/escalões;
- 3) atuar em operações de guerra convencional e assimétrica (operações de amplo espectro);
- 4) atuar em operações de não-guerra;
- 5) participar de operações conjuntas, multinacionais e interagências;
- 6) participar de Força Expedicionária;
- 7) integrar informações de combate, pelo emprego do Sistema Operacional Informação (Guerra Eletrônica, Operações Psicológicas, Dissimulação, Segurança das Operações, Defesa Cibernética, Assuntos civis, Comunicação Social e Inteligência de Combate);

³⁵ Sobre o Projeto SISFRON informações disponíveis em <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/sisfron>> e <http://eblog.exercito.gov.br/?page_id=775>. Acessados em 25 set 2014.

³⁶ Ver página do escritório de projetos do Exército. Disponível em <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/guarani>>, acesso em set de 2014 e sobre a entrega das viaturas ver <<http://www.defesenet.com.br/guarani/noticia/14642/VBTP-MR-Guarani-entra-em-servico-no-EB/>>. Acessado em 14 set 2014.

³⁷ Ver <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/defesa-antiaerea>>. Acessado em 23 set 2014.

- 8) comunicar nos idiomas inglês e espanhol, principalmente na sua vertente instrumental, além de ter conhecimentos básicos de outro idioma;
- 9) atuar no espaço cibernético;
- 10) desenvolver pensamento crítico;
- 11) desenvolver pesquisa científica em Defesa Nacional e Ciências Militares, para cooperar com o desenvolvimento da Doutrina Militar do Exército (SIDOMEx);
- 12) identificar as implicações da legislação ambiental para o Exército brasileiro;
- 13) conhecer os princípios básicos de Relações Internacionais;
- 14) conhecer profundamente a História Militar e a Ética Profissional Militar;
- 15) empregar os preceitos do Direito Internacional humanitário (DIH)/Direito Internacional dos Conflitos Armados;
- 16) negociar e gerenciar conflitos (gerenciar crises);
- 17) desenvolver os atributos de adaptabilidade, iniciativa, cooperação, rusticidade, persistência, resiliência e flexibilidade;
- 18) operar produtos de defesa com alta tecnologia agregada;
- 19) conhecer os princípios básicos de Sistema de Tecnologia da informação;
- 20) operar e interagir com Sistemas Autônomos (veículos não tripulados, robôs, etc);
- 21) trabalhar em ambientes colaborativos interligados (rede); e
- 22) utilizar ferramentas gerenciais. (Exército, 2012, p. 11-12).

Os requisitos do “militar do futuro”, listados acima, estão diretamente relacionados à formação do oficial combatente. As exigências destacadas aos recursos humanos na *Estratégia Nacional de Defesa* e as diretrizes do Comandante Geral da Força impactaram sobre o sistema educacional, exigindo adequações aos novos conhecimentos e novas atitudes nas formas de atuação dos militares. O multifacetado campo de batalha moderno e a presença de várias agências de ação de guerra e de não-guerra demandam mais do que comportamentos adestrados, exigindo dos militares tomadas de decisões complexas, precisas e rápidas diante da incerteza. Para atender ao solicitado, veremos, no próximo item, a mudança que está sendo implementada no sistema de ensino do Exército.

3.6

A Transformação e o ensino profissional militar

A educação militar é parte integrante de um projeto de forças armadas e é, como já vimos, um forte exemplo da autonomia dos militares, legitimando mais uma de suas prerrogativas. Consagrado pelo Parágrafo único, do art. 6º, da Lei nº 4.024/61, que prescreveu que “o ensino militar será regulado por lei especial”, a

dicotomia do ensino, civil e militar, foi conservada pelo Art. 83º da nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que diz que o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. Para Araujo Neto (2011), somando-se o tradicional argumento de que a profissão militar possui singularidades que somente os próprios militares conhecem, junto à base legal da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, permitiu-se que cada Força Armada fosse contemplada com a própria legislação de ensino militar.

Por outro lado, o Executivo Nacional, através do Ministério de Educação e Cultura, apesar de não ter competência para validar os cursos militares, reconhece os cursos de formação de praças e oficiais como de nível elementar, médio³⁸ ou superior³⁹, atribuindo sua equivalência com o sistema de ensino civil nacional, mas sem avaliá-los efetivamente.

Em 2011, pouco antes do fim da gestão do Ministro da Defesa Nelson Jobim, foi publicada a Portaria Interministerial nº 1.874-A que constituía Grupos de Trabalho Interministerial com o objetivo de analisar os currículos dos cursos de formação de oficiais e apresentar proposta de aperfeiçoamento das seguintes instituições: Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea. Segundo Lima (2012), a proposta foi mal recebida nos altos escalões militares e, com a demissão do ministro, o grupo de trabalho que vinha atuando em baixa velocidade, produziu um relatório final no qual nenhuma mudança foi proposta e nada mais foi feito, sendo o processo arquivado e o assunto encerrado (p. 212).

Em resposta às demandas elaboradas nos novos documentos de defesa, o Exército, utilizando sua autonomia, realizou, em 2010, estudos comandados pela Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA) e o Centro de Estudos de Pessoal (CEP) do Exército, elaborando propostas para modificações na formação dos oficiais da linha de ensino bélico⁴⁰. Como resultado desses estudos, o

³⁸ Ver Portaria Normativa Interministerial nº 1, de 14 mar 2014. Dispõe sobre equivalência dos cursos de educação profissional técnica de nível médio desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

³⁹ Ver Portaria Normativa Interministerial nº 15, de 27 mai 2010. Dispõe sobre equivalência dos Cursos Superiores de Tecnologia desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e Portaria Normativa Interministerial nº18, de 13 nov 2008. Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu*.

⁴⁰ Exército. *Implantação da educação por competências na formação de oficiais da linha de*

Comandante do Exército na Portaria nº 137, de 28 de fevereiro de 2012, aprovou a diretriz para o *Projeto de Implantação do Ensino por Competências*. Entre outras orientações, a diretriz determina que o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) insira em todos os níveis da educação profissional da instituição a educação por competências, sendo um marco na preparação dos futuros líderes militares para as décadas de 2020/2030.

Vimos no capítulo anterior que, a partir do ano 1994, o Exército deu início à reforma no seu sistema de ensino denominado de *Processo de Modernização do Ensino*, baseando-se nas correntes e tendências pedagógicas do período. Schaffel (2010, p. 28) afirma que a tendência tecnicista da educação, dominante naquela ocasião, acompanhava todo um movimento de racionalização que impregnava a burocracia do estado e refletiu no ensino militar brasileiro. Apesar das mudanças metodológicas nas didáticas, enfatizando o trabalho em grupo, e mudanças no controle das diretorias de ensino nos aspectos relacionados à coordenação, controle e supervisão das escolas militares, os currículos permaneceram estruturados, atendendo aos princípios taxonômicos educacionais de Benjamin Bloom, chamado de “currículo por objetivos”⁴¹, presente no ensino do Exército desde a década de 1970. A *Taxonomia de Bloom* consiste em um conjunto de categorias hierarquizadas (objetivos), gerais e específicas que incluem os resultados pré-estabelecidos pelos agentes de ensino (instrutores, equipes técnicas e comandantes), sendo orientados para a determinação de um tipo de comportamento específico⁴².

Levando em consideração os diferentes aspectos sociais e políticos que compõem a estruturação das instituições militares, para Raza e Proença Jr (2003, p. 10) a educação militar que nasce de um processo taxonômico de classificação de semelhanças e diferenças se dissocia dos processos críticos e reflexivos e pode ser tomado por capacidades explicativa e preditiva. Para entendermos como isso influencia os aspectos da aprendizagem, os autores tomam como análise a disciplina de História Militar. É notório o elevado grau de importância que os militares atribuem à sua história e, dessa forma, a seus personagens, sendo uma

ensino bélica. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, 2011b.

⁴¹ Portaria nº 73/DEP, de 10 dez 87, que aprovou a 2ª versão da Metodologia para Elaboração e revisão de Currículos (MERC/87).

⁴² Sobre a Taxonomia dos objetivos educacionais ver RODRIGUES JR., 1994 e FERRAZ e BELHOT, 2010.

das bases que constituem suas tradições e reforçam os valores dos heróis nacionais⁴³. A Estratégia Pró-Força, no item 14, sobre as orientações sobre os recursos humanos, ressalta a necessidade de os militares “conhecerem profundamente a História Militar”. Para os autores o que se espera é que este processo leve a uma internalização madura do que a História lhes pode ensinar. Porém,

uma armadilha recorrente no processo educacional militar, e principalmente, de forma trágica, nos altos estudos, é a sedução por uma lógica simples que afirma a atualidade permanente de soluções previamente exitosas. Essa abordagem postula que existe um acervo de opções intrinsecamente vitoriosas, e argumenta, falaciosamente, que estas foram validadas pelo sucesso dos que as adotaram originalmente. (...) Essa abordagem é perigosamente sedutora exatamente porque se pode e se deve aprender com a História – mas não desta forma quase mecânica. Assim, o entendimento de que a História oferece um receituário de soluções tem que ser reconhecido e constantemente reafirmado como sendo um erro (p. 10, 11).

Reconhecendo a defasagem do “currículo por objetivos” nas modernas teorias educacionais e buscando alinhar as transformações no ensino com as “novas demandas” militares, o grupo destinado a promover sugestões de mudanças no sistema de ensino do Exército optou pela implantação do “currículo por competências”⁴⁴. O conceito de educação por competências tem como pressupostos a ideia de dar ao aluno ferramentas para que ele possa solucionar novas e complexas situações-problema, desde o início da sua formação, aprendendo a mobilizar recursos cognitivos e emocionais em diferentes contextos. A aplicabilidade do conhecimento fica mais clara para o instruído que passa a identificar a finalidade do que está aprendendo⁴⁵.

Para Markert (2000), nas discussões sociológicas e pedagógicas, desenvolvidas a partir do final dos anos 1980, destaca-se o surgimento das competências no mundo do trabalho.

Nessa direção, as futuras exigências de conhecimento colocam para a pedagogia a necessidade de que se desenvolva, na escola e com os alunos, a complexidade das tarefas, a aprendizagem através da descoberta e a resolução de problemas. Tais exigências colocam as seguintes tarefas para a pedagogia:

⁴³ Sobre a importância dos heróis históricos na cultura e identidade militar ver CASTRO, 2002.

⁴⁴ Portaria nº 152-EME, de 16 nov 2010. Aprova a Diretriz para a Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército Brasileiro da Linha de Ensino Militar Bélico e dá outras providências.

⁴⁵ Sobre educação por competências ver PERRENOUD, 1999 e 2002 e ZABALLA e ARNAU, 2010.

- a. definir as futuras qualificações e capacidades (competências) do homem no trabalho e no mundo vivido.
- b. desenvolver novos conceitos curriculares, didáticos e metodológicos para a transmissão das novas competências na prática pedagógica.
- c. contribuir com novos princípios pedagógicos para a formação da personalidade e/ou do sujeito (Op. cit., 2000, p. 180).

As mudanças apresentadas acima levam, inevitavelmente, a uma crise do paradigma do conhecimento tradicional (tecnocrata e behaviorista), que durante muitos anos dominou mundialmente a construção de planos de ensino e currículos das escolas⁴⁶, sejam elas civis ou militares. A necessidade do estudo sistemático sobre o currículo de formação do militar do Exército se baseia na concepção das teorias educacionais sobre currículos, que associam a intencionalidade de transmissão de conhecimentos e valores exigidos pela sociedade. Cabendo reflexões sobre essas concepções e as habilitações bélica, administrativa e profissional dos militares.

A END destaca o imperativo da flexibilidade, definindo-a como a capacidade de empregar as forças militares, com o mínimo de rigidez pré-estabelecida e com o máximo de adaptabilidade à situação de combate. Ressalta, também, a necessidade de elasticidade, que se traduz na capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das forças militares, mobilizando em grande escala os recursos humanos e materiais do país. Nesse sentido, a mobilidade estratégica ganha relevância como fundamento da atuação unificada das três forças, o que pressupõe a inserção do conceito de interoperabilidade como ideia-força no processo de profissionalização do militar brasileiro (END, 2012b, p. 129).

Sendo assim, os militares do Exército precisam adquirir competências que os capacitam a realizar com eficiência as missões contemporâneas. A definição de competências elaborada pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército, em publicação institucional de 2011⁴⁷, estabelece que seja a capacidade de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira interrelacionada, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, para decidir e atuar em situações diversas (p. 39). Com isso, a perspectiva é que desde o início de sua carreira profissional, o militar acostume-se a solucionar problemas com diferentes graus de complexibilidade, livrando-se das

⁴⁶ Sobre as mudanças na relação entre trabalho e conhecimento ver THERRIEN, 1996.

⁴⁷ EXÉRCITO, 2011b.

metodologias que preconizavam ações determinadas e condicionadas, que inibiam a criatividade e resultavam em homens obedientes, mas pouco reflexivos e inovadores⁴⁸.

Todas as sugestões propostas no documento de transformação do Exército e as propostas de mudança curriculares apontam para adequação da Força a um contexto nacional e mudanças globais. Trata-se de planos para rever e adaptar a formação do oficial combatente no nível curricular, ou seja, estrutural. Vemos um avanço na inserção das disciplinas relacionadas aos Direitos Humanos e sobre as Políticas de defesa do país, mas acreditamos que as mudanças ocorrem, de fato, no chamado “currículo oculto”, presente nos procedimentos internos e na socialização, que precisam atender às práticas democráticas e superação dos valores autoritários. Para Ludwig (1998), a democratização do ensino militar brasileiro tem um sentido político especial, pois constitui um pressuposto básico para “vacinar os funcionários fardados contra a ingerência na esfera política do país, embora não tenha o poder de imunizá-lo completamente” (p. 112). As mudanças não podem ser vistas como ameaças e sim como oportunidade de inovação.

Para Saavedra (2012), a reforma no ensino militar não deve partir das Forças Armadas, mas do Ministério da Defesa, tendo os militares e especialistas como colaboradores. Caberia ao ministério desenvolver os planos da reforma, o que facilitaria, por exemplo, a integração do Exército com as outras Forças. Faz-se necessário pensar na abertura do ensino militar, tanto em relação à entrada de especialistas civis nas escolas militares, quanto da maior integração da formação militar nas universidades. Os critérios e as escolhas dos instrutores que ministram disciplinas não-militares como História, Psicologia, Direito e Sociologia também precisam ser repensados. Essas disciplinas precisam ser ministradas por profissionais que possuam os cursos correspondentes, utilizando leituras de textos científicos que contribuam para reflexões em todos os assuntos, especialmente os de natureza militar, substituindo os instrutores militares (sem formação específica) e os manuais produzidos endogenamente e reproduzidos, sem revisões, por longos anos.

⁴⁸ Op. cit, 2011b, p. 33.

No próximo capítulo iremos estender essas discussões para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Apresentaremos a estrutura curricular dos Cursos de Comando e Estado-Maior desde o ano de 1999. Nossa intenção será analisar as mudanças estruturais sofridas no curso desde a criação do Ministério da Defesa e como as políticas de defesa vêm interferindo na formação dos comandantes da Força.

4

Sobre a ECEME e o Curso de Comando e Estado-Maior

4.1

O Sistema de Ensino do Exército

Vimos nos capítulos anteriores que o sistema de ensino das Forças Armadas possui autonomia técnica e administrativa, reconhecida pelo Estado brasileiro no artigo nº 83 da *Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira*. Regulado por lei específica, no caso do Exército, seu ensino é fundamentado pela *Lei de Ensino do Exército*¹, sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso um mês após a criação do Ministério da Defesa. A autonomia da educação militar, autorizada pelo Estado, gera, segundo D'Araujo (2012b, p.88), o predomínio do corporativismo arraigado nas Forças Armadas, pois apenas escolas militares podem formar militares.

De acordo com a *Lei de Ensino do Exército*, o sistema possui características próprias, com a finalidade de qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, em sua organização, na paz e na guerra. O sistema compreende as atividades de educação, de instrução e de pesquisa realizados nos estabelecimentos de ensino, institutos de pesquisa e outras organizações militares. O Estado-Maior do Exército é quem determina as regras e diretrizes que serão submetidas a todo Exército, incluindo suas escolas, através do conjunto de documentos denominado *Sistema de Planejamento do Exército* (SIPLEx). O SIPLEx, segundo Esteves (1996, p. 537), especifica a missão do Exército, a análise de cenários nacional e internacional e a avaliação da Força dentro desses cenários a curto, médio e longo prazo. Estabelece também a *Política Militar Terrestre*², sua concepção estratégica, as diretrizes e os planos operacionais em determinado período de tempo.

¹ Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.

² *Política Militar Terrestre*, SIPLEx 3. Disponível em <http://www.decex.ensino.eb.br/port/_leg_ensino/2_educacao_ebdecex/37_siplex3_2011_PoliticMilTer.pdf>. Acessado em 6 out 2014.

Seguindo as orientações gerais do SIPLEx, é elaborada, também pelo Estado-Maior, a *Política de Ensino*. A sua última versão, publicada na Portaria nº 715, de 6 de dezembro de 2002, estabelece o ensino no Exército como atividade prioritária da Força, capaz de manter atualizados os recursos humanos, atendendo à evolução e ao progresso em todos os campos do conhecimento.

Subordinado ao Estado-Maior do Exército (EME) está o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), órgão responsável por administrar a execução das políticas de ensino, assim como cooperar na formulação e no desenvolvimento da doutrina militar terrestre e estabelecer e manter contatos com a comunidade nacional de ensino e pesquisa³. O DECEX distribui os recursos financeiros, formula os métodos e estruturações dos currículos, e é responsável pela elaboração dos manuais referentes à sua área de atuação. Sob o seu comando está a Diretoria de Educação Superior Militar⁴ (DESMil) que cuida das atividades de ensino dos cursos de Formação, de Aperfeiçoamento, de Altos-Estudos, de gestão e de assessoramento dos militares da linha bélica. A ECEME está subordinada ao DECEX e à DESMil⁵, cumprindo suas diretrizes e submetendo, a esses órgãos, as informações, planejamentos anuais e reestruturações curriculares dos seus cursos.

4.2

Formação, Aperfeiçoamento e Altos-Estudos da linha militar bélica.

O oficial de carreira da linha militar bélica ingressa no Exército mediante a aprovação em concurso público, de âmbito nacional, após concluir ou estar cursando o último ano do ensino médio⁶. Destinada apenas aos jovens do sexo masculino, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército⁷ (EsPCEX) é a porta de

³ Ver Histórico e atribuições do DECEX. Disponível em <<http://www.decex.ensino.eb.br/default.php?url=historico>>. Acessado em 6 out 2014.

⁴ Sobre as atribuições da Diretoria de Educação Superior Militar ver <<http://www.desmil.ensino.eb.br/pt/organograma>>. Acessado em 9 out 2014.

⁵ Sobre a estrutura organizacional do Exército ver <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma_exercito.php>. Acessado em 6 out 2014.

⁶ Sobre as formas de ingresso no Exército ver <<http://www.eb.mil.br/web/ingresso/militar-de-carreira>>. Acessado em 6 out 2014.

⁷ A Portaria nº 178-EME, de 13 de novembro de 2012, do Estado-Maior do Exército, aprovou a normatização do Curso de Formação do Oficial de Carreira do Exército Brasileiro da Linha de Ensino Militar Bélico. Por essa diretriz, o curso de Bacharel em Ciências Militares passou durar cinco anos, sendo o primeiro deles na EsPCEX e os quatro restantes na AMAN. Assim sendo, muitas disciplinas de nível superior não propriamente profissionais passaram a ser ministradas na Escola, que antes era considerada de nível médio e com funções preparatórias.

entrada para o segmento e tem como objetivo selecionar e preparar o futuro cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

A formação do oficial combatente do Exército Brasileiro tem duração de cinco anos, mas não se resume a esses anos, em regime de internato, na escola Preparatória e na Academia. Ao concluir os cursos, os jovens são declarados aspirantes-a-oficial, recebendo o diploma de Bacharel em Ciências Militares. Posteriormente, ao atingirem o posto de Capitão, todos os oficiais dispõem da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) que, apesar de não ser obrigatória, torna-se condição importante para as futuras promoções na carreira do militar⁸. Após a EsAO o oficial, ao atingir o último ano no posto de Capitão, pode tentar o ingresso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

A ECEME é o estabelecimento de ensino responsável pela seleção, formação e aperfeiçoamento do Estado-Maior da Força. Segundo o Regulamento da Escola (R-181), a finalidade da ECEME é:

- Preparar oficiais, habilitando-os para o exercício dos cargos estabelecidos nos quadros de organização do Exército e de cargos no Ministério da Defesa e no Poder Executivo, em tempo de guerra ou de paz, a serem desempenhados por comandantes, chefes, diretores; oficiais de estado-maior; e assessores de alto nível nos altos escalões de comando, chefia e direção;
- contribuir para o desenvolvimento da doutrina militar na área de sua competência; e
- realizar e divulgar pesquisas na área de sua competência, se necessário, com a participação de instituições congêneres (R-181. BE nº 47, de 25 ago 2001).

A ECEME destaca-se por sua importância relacionada à profissionalização militar. Soares (2005) justifica a importância dessa escola militar como objeto de estudo pois:

(...) de maneira exclusiva [a ECEME] habilita o oficial ao generalato, ao comando de unidades militares e à constituição dos estados-maiores dos grandes comandos. Em outras palavras, apresenta-se como um núcleo central para o processo de socialização institucional e constitui uma via necessária para a formação da cúpula militar.

Este fato é significativo, na medida em que os oficiais concluintes do curso de estado-maior funcionam concomitantemente como reformuladores de doutrina e "caixas de ressonância" na propagação da mentalidade militar, pois na qualidade de chefes qualificados exercem considerável influência em instituições hierarquizadas (p. 50-51).

⁸ Ver *Pontuação para promoções dos componentes da profissão militar para oficiais da linha de ensino bélico*, "Anexo A" da portaria nº058-DGP, 10 mar 2009.

Para ingressar na ECEME o candidato precisa ser oficial das Armas, do Serviço de Intendência, do Quadro de Material Bélico, do Quadro de Engenheiros Militares ou do Quadro de Médicos do Serviço de Saúde. Com faixa etária aproximada entre 35 e 40 anos⁹, o oficial deve pertencer ao universo compreendido entre Capitães (desde que estejam no último ano do posto) e Tenentes-Coronéis (recém-promovidos do posto de Major)¹⁰.

Em 2014, a ECEME possui cinco cursos¹¹: Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM), Curso de Preparação aos Cursos de Altos Estudos Militares (CP/CAEM), Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) e Cursos de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM). Os três últimos são de atualização e visam ampliar os conhecimentos dos oficiais já possuidores do Curso de Altos Estudos Militares (CAEM).

Os Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) preparam os alunos para os cargos de estado-maior e de comando das grandes unidades, como as Brigadas. Após a conclusão desse curso o oficial passa a compor o Quadro do Estado-Maior da Ativa (QEMA), condição mínima para acesso ao generalato.

São cinco os Cursos de Altos Estudos: Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM, que contempla oficiais das Armas Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações e do Quadro de Material Bélico), Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes (CCEM/Int), Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos (CCEM/Med)¹², Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas (CCEM/ONA) e Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM). Todos os concludentes desses cursos estarão aptos a exercerem cargos e funções de estado-maior e de comando, chefia ou direção, atendendo às especificidades dos cargos referentes às armas, quadros e serviços. Com exceção dos Oficiais das Nações Amigas, os demais concludentes dos cursos de Altos-Estudos também estão aptos aos cargos e funções privativos

⁹ OLIVEIRA NETO (2010, p. 4).

¹⁰ Portaria nº 103 - DECEEx, de 7 ago 2014. Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão e Matrícula na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

¹¹ Boletim do Exército nº 47, de 25 ago 2001, Título V, Seção III. *Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* – R-181, ainda em vigor.

¹² É apenas pelo Curso de Chefia e Estado-Maior para oficiais do quadro de Saúde, que militares mulheres têm a possibilidade de concorrer à promoção ao posto de oficial-general. Segundo o *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012, p. 132), a ECEME diplomou, no ano de 2011, pela primeira vez desde sua criação, três oficiais do segmento feminino.

de oficial-general, também respeitando às correspondentes armas, quadros e serviço. O CCEM/ONA tem objetivo maior de realizar intercâmbio de conhecimentos com oficiais de nações amigas e estreitar os laços de amizade com os países representados. Os alunos podem já ter feito ou não o curso de Estado-Maior em seus países.

4.3

A seleção dos Cursos de Altos Estudos Militares

O processo seletivo dos candidatos aos Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) é executado em três subprocessos: a inscrição, a seleção institucional e a seleção intelectual¹³. A seleção institucional é realizada pela Comissão Permanente de Sindicância e pelo Conselho Permanente de Revisão, sob a supervisão e coordenação da Chefia do Departamento-Geral do Pessoal (DGP) do Exército. Depois de avaliadas as fichas de alterações dos oficiais inscritos, se houver algo que os desqualifiquem profissionalmente como punições, processos administrativos etc., esses militares poderão ter seus processos de inscrição na seleção indeferidos. A seleção intelectual avalia a capacidade de resolução de problemas, com reduzida disponibilidade de tempo e utilizando a expressão escrita de conteúdos das disciplinas de História e Geografia. Sendo aprovados, os oficiais ficam à disposição da escola durante o tempo do curso de dois anos.

Para atender ao processo seletivo, foi criado em 1965 o Curso de Preparação para a ECEME (CP/ECEME)¹⁴. O curso tem duração de nove meses e é feito na modalidade de ensino a distância, via rede mundial de computadores¹⁵. Além dos conteúdos didáticos de História e Geografia, o curso destina-se, principalmente, a ensinar o método de solução das questões do concurso de admissão para que os candidatos atinjam o nível de desempenho estabelecido pela comissão organizadora¹⁶.

¹³ *Instruções reguladoras do concurso de admissão e matrícula na Escola de Comando e Estado-Maior*, EB60-IR-11.001 e Portaria nº 103 – DECEX de 7 ago 2014.

¹⁴ PERES e CÂMARA, 2005.

¹⁵ Portaria nº227-EME, de 13dez 2006. Normatiza o Curso de Preparação à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (CP/ECEME).

¹⁶ Sobre o método para soluções de questões do processo seletivo da ECEME, ver o manual elaborado pelo CP/ECEME/2014 disponível em <http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/01_%20Pub_METODO_14.pdf>, acessado em 6 out 2014.

4.4

Estrutura do ensino da ECEME

Segundo o regulamento da ECEME (R-181), a escola tem a seguinte estrutura:

- I - Comando
- II - Subcomando
- III - Divisão de Ensino (DE)
- IV - Divisão Administrativa (DA)
- V - Divisão de Doutrina (DD)
- VI - Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM)
- VII - Curso de Preparação e Seleção (CPS)
- VIII - Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx)
- IX - Centro de Estudos Estratégicos (CEE)
- X - Divisão de Comunicação Social (DCS)
- XI - Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
- XII - Divisão de Pessoal (DP)
- XIII - Divisão de Planejamento e Coordenação (DPC) e
- XIV - Companhia de Comando e Serviço (CCSv)

O corpo discente de todos os cursos da ECEME constitui cerca de trezentos oficiais-alunos do Exército Brasileiro e de nações estrangeiras¹⁷. O corpo docente, segundo regulamento da escola, é composto pelo Comandante, instrutores, professores civis e militares, palestrantes e conferencistas convidados. O recrutamento de instrutores militares é feito em todo o Exército mediante seleção que considera a competência profissional, a conduta militar e civil e a capacidade para o ensino, evidenciada ao longo da carreira do oficial e por seu resultado no curso que o capacitou para o exercício da função. Também podem integrar o corpo docente oficiais superiores da Marinha do Brasil, da Aeronáutica e de nações amigas possuidores de curso equivalente aos da ECEME¹⁸.

De regra o número de instrutores é em torno de 20 a 25 militares, dependendo das disponibilidades e nomeações do Departamento Geral do Pessoal (DGP). No ano de 2014, foram incorporados 21 instrutores militares¹⁹. O número de professores civis que ministram aula é baixo, por volta de 2 a 4, contratados

¹⁷ Informação disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalet/manaus2013/index.php/historico>. Acessado 7 out 2014.

¹⁸ Boletim do Exército nº 47, de 25 ago 2001, Título VII . *Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* – R-181.

¹⁹ Lista de novos instrutores da ECEME, 2014. Disponível para download em < http://pop3.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1069&Itemid=86>. Acessado em 7 out 2014.

temporariamente e destinam-se às disciplinas não-militares como Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior²⁰.

Ao lado das coordenações dos cursos, atuam seções específicas, com instrutores, funcionários civis e militares, responsáveis por pesquisar, aplicar a doutrina, controlar, supervisionar, conduzir o ensino, elaborar avaliações e organizar os Exercícios no Terreno e as visitas institucionais dos alunos. As seções são divididas em: Seção do Corpo Discente²¹, Seção de Estratégia e Administração, Seção de Operações Defensivas, Seção de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e Seção de Logística e Mobilização.

Essas seções estão assim organizadas desde a reforma no ensino da ECEME, em 2001. Uma das principais mudanças dessa reforma, segundo Santos (2005, p. 58) foi a troca de denominação da Seção de Defesa Interna e Territorial, que passou a ser denominada Seção de Garantia da Lei e da Ordem. Segundo o autor, as mudanças ocorreram por causa da introdução do conceito de garantia da lei e da ordem, em substituição ao conceito de defesa interna na Constituição de 1988 e a extinção do Serviço Nacional de Informações, no governo do presidente Fernando Collor de Mello.

4.5

O CCEM

O foco das nossas investigações é o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM). A escolha por esse curso se justifica por ele ser a porta de entrada dos oficiais para a composição do Estado-Maior combatente. Pelo quadro abaixo, observamos que os oficiais que concluem o CCEM formam o maior número de generais da Força, sendo também os únicos que chegam ao posto de General de Exército.

²⁰ As informações sobre os professores civis foram fornecidas por militares que trabalham e estudam na ECEME. Segundo o quantitativo de servidores civis do Ministério da Defesa, em 2012, presente na parte “Anexos” do *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012, p. 238), o Ministério conta com 416 civis com planos de carreira de Magistério Superior. Desses, 70 estão no Exército distribuídos em todo território nacional. O Exército é a Força que tem o menor quantitativo, já que Marinha tem 119 e Aeronáutica 227 professores de nível superior.

²¹ À Seção Discente compete: planejar, orientar e controlar as atividades administrativas referentes ao corpo discente, assegurando a coordenação e a integração com as de ensino e providencia o registro das alterações dos alunos (*Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército* (R-126), Portaria nº 549, de 6 out 2000).

Tabela 1
Distribuição do efetivo de Oficiais-Generais do Exército em 2014

Posto	Combatente	Dos Serviços		Engenharia Militar	Total
		Intendência	Saúde		
General de Exército	15	-	-	-	15
General de Divisão	37	3	1	3	44
General de Brigada	71	7	4	7	89
Total	123	10	5	10	148

Fonte: Anexo "A" do Decreto nº 8.210, de 21 março 2014.

Os cursos das escolas do Exército Brasileiro são estruturados a partir da elaboração do documento de currículo que contém os objetivos gerais do curso e os objetivos particulares de cada disciplina que será ministrada. Segundo as *Normas de Elaboração e Revisão de Currículos* (NERC - Portaria nº 103/DEP, de 28 Dez 2000), o "currículo" para as escolas militares são:

Todas as experiências organizadas e supervisionadas pela escola, tendo em vista o desenvolvimento integral do educando enquanto indivíduo e membro da sociedade. O currículo é um plano de ação, isto é, uma descrição de situações, de atividades a serem desenvolvidas, de seleção de setores das disciplinas do conhecimento humano, de prescrições pedagógicas e como desenvolvimento das atividades educacionais. O currículo de uma escola está condicionado a uma série de aspectos históricos, culturais, políticos, filosóficos e religiosos. Dessa forma, reflete a filosofia e a política educacional de um contexto social mais amplo onde se insere a instituição militar.

Esses aspectos são os referenciais para a definição das metas e dos objetivos que vão nortear as experiências e a formação dos profissionais que participam do processo educacional e que, igualmente exercem impacto na elaboração de currículos (Exército, NERC, 2000, p. 6).

Para elaboração do currículo é constituído um grupo de trabalho que realiza o levantamento sobre os objetivos que pretendem atingir na formação dos militares. Para isso, são considerados os conhecimentos mínimos, o perfil profissiográfico, os relatórios de análise ocupacional e as experiências adquiridas pela escola nos cursos já realizados.

O Curso de Comando e Estado-Maior atualmente tem duração de 2.857 horas (1.476 no primeiro ano e 1.381 no segundo ano)²². Em seu documento de currículo, aprovado em 2010, é estabelecido que o curso destina-se a capacitar o oficial para:

²² Documento de Currículo, ECEME, 2010.

- aplicar os princípios de guerra no planejamento operacional dos escalões da Força Terrestre a partir do nível brigada;
- identificar problemas e formular soluções na administração de recursos financeiros material e patrimonial sob sua responsabilidade;
- realizar, permanentemente, estudos, visando à obtenção de maior eficiência e eficácia em seu campo de atuação;
- participar de trabalhos de estado-maior e de atividades ligadas ao Sistema de Ensino;
- determinar custos de atividades de toda natureza;
- adequar os planejamentos aos meios disponíveis;
- valorizar a elaboração de documentos;
- aplicar conhecimentos linguísticos, oral e escrito, em outro idioma, no exercício das funções inerentes ao comando e ao trabalho em estado-maior.
- aplicar conhecimento de Ciências Gerenciais no escalão que chefiará, comandará ou estará subordinado;
- evidenciar adaptabilidade, autoconfiança, criatividade, direção, disciplina intelectual, equilíbrio emocional, liderança e flexibilidade. (Documento de Currículo, ECEME, 2010).

Analisando o eixo curricular especificado acima percebemos que há uma intencionalidade da escola em formar os oficiais do Estado-Maior brasileiro, sobretudo, em áreas administrativas.

4.6

ECEME: o filtro institucional

O período das nossas análises compreende os anos de 1999 a 2013. O ano de 1999 marca a criação do Ministério da Defesa, a regulamentação da *Lei de Ensino do Exército* e o início das outras regulamentações de ensino da instituição, que surgiram após a implementação das propostas elaboradas pelos grupos de trabalho do *Processo de Modernização do Ensino*, começados em 1994. A análise dessa pesquisa encerra-se em 2013, ano final da coleta de dados das monografias produzidas no ano de 2012.

Abaixo, segue o quadro com o número de alunos do CCEM no período de realização dessa pesquisa. Os critérios para definição do número de vagas para os cursos da ECEME são estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército²³.

²³ *Instruções reguladoras do concurso de admissão e matrícula na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*. Portaria nº 103 – DECEX de 7 ago 2014.

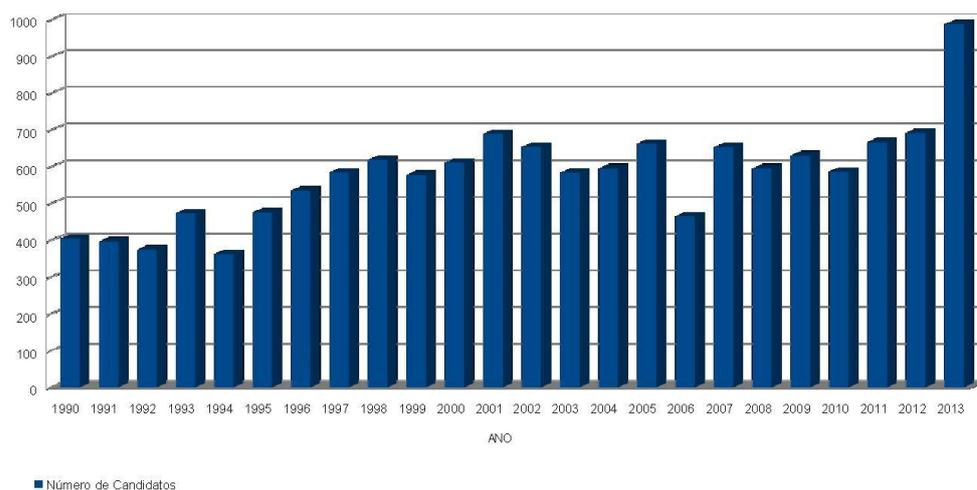
Tabela 2
Alunos concluintes do CCEM (1999-2013)

Ano	Quantitativo de concluintes do CCEM
1999	93
2000	99
2001	96
2002	104
2003	110
2004	108
2005	104
2006	114
2007	121
2008	119
2009	113
2010	132
2011	115
2012	127
2013	111

Fonte: Placas das turmas dos concluintes do Curso de Comando e Estado-Maior

Analisando a tabela acima e a figura abaixo, com a série histórica do número de candidatos ao concurso de admissão, percebemos que em 2013, por exemplo, a escola absorveu em torno de 10% dos candidatos ao curso de Comando e Estado-Maior.

Figura 1
Série histórica do nº de candidatos no concurso de admissão do Curso de Comando e Estado-Maior



Fonte: ECEME, 2014.

Em termos gerais, em 2014, o Exército conta com 19.465 oficiais de carreira²⁴, destes, 1.517²⁵, ou seja, 8% são do Quadro de Estado-Maior da Ativa. Os oficiais que concluem os Altos Estudos da ECEME recebem 30%, de adicional de habilitação sobre seus soldos²⁶.

A ECEME é como um filtro institucional que, ao selecionar seus alunos determina a formação de uma elite de oficiais com possibilidades de chegarem ao generalato. A própria ideia de comando de grandes unidades, sendo a ECEME o instrumento de chancela, é a característica que diferencia os oficiais de carreira no Exército.

Janowitz (1967a) consagra os oficiais do estado-maior como “núcleo da elite militar”. Sobre as teorias das elites Wright Mills (1968) analisa o conceito sob três pilares: os políticos, os ricos e os militares. Mills enfatiza que as elites não cumprem deveres, mas sim os determinam, distribuindo ordens e julgando os homens pelo padrão de poder. O termo elite, além de exercer as funções e diretrizes da coletividade implica, também, em questões que envolvem dominação econômica²⁷ e domínio político²⁸, que o separa da massa, reconstruindo uma minoria dirigente.

Segundo Oliveira (1994, p. 103) podemos tomar o conceito de dominação política como a capacidade de um grupo social para organizar ou para influenciar o exercício do poder estatal. O autor considera que a autonomia autárquica dos militares reflete esse poder político dos militares na sociedade brasileira e afirma que a dominação política do grupo social formado por alguns militares não pode dissociar-se da função intelectual que o grupo desempenha.

Se considerarmos que o Estado produz políticas de cuja formulação os militares são chamados a participar, é possível aplicar na análise as funções sociais que Gramsci atribui aos intelectuais, de modo a relacioná-las com o papel político dos militares brasileiros. Deste modo, como categoria profissional e política, estes militares têm desempenhado coletivamente a função social de intelectual do Estado, cujo objetivo é a participação na direção política do Estado (Oliveira, 1994, p. 103-104).

²⁴ Distribuição do efetivo do Exército em 2014. Anexo “A” do Decreto nº 8.210, de 21 mar 2014.

²⁵ DGP. *Informação do Pessoal*. Disponível em <www.portal.dgp.eb.mil.br>, acesso restrito em 8 out 2014.

²⁶ Remuneração dos militares das Forças Armadas, Tabela III. Medida provisória nº 2.215-10, de 31 ago 2001.

²⁷ Sobre as questões econômicas nas teorias da elite ver ARON, 1991.

²⁸ Sobre domínio político das elites ver PARETO, 1987.

Para Oliveira (1994, p. 104) os instrutores de tropa e os oficiais do Estado-Maior são tipos de intelectuais voltados eminentemente para o desenvolvimento do próprio aparelho militar. No caso dos oficiais do Estado-Maior, suas atuações para o desenvolvimento interno são marcadas pelos cargos que ocupam estabelecendo relações políticas e militares.

Diante do exposto, podemos considerar que os oficiais do Estado-Maior formam uma elite militar estabelecida pelos critérios de seleção exigidos pela ECEME que constituem em um grupo específico, com poderes institucionais e reconhecimento social dentro e fora da instituição. E, compõem também, pela visão gramsciana, um grupo de intelectuais militares, principalmente por ocuparem cargos estratégicos e influenciarem no exercício do poder estatal.

4.7

Considerações sobre a pesquisa

O objetivo dessa pesquisa é analisar como se dá a formação dos oficiais do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército e como são abordados os temas relacionados às políticas de defesa do país após a criação do Ministério da Defesa. O material utilizado para as análises são os Planos de Disciplinas (PLADIS) do Curso de Comando e Estado-Maior, além das monografias dos oficiais que concluíram o curso.

Realizamos a busca dos Planos de Disciplina a partir do ano determinado, 1999. Os PLADIS são documentos que apresentam o conteúdo programático das disciplinas, os objetivos particulares de cada disciplina, as unidades didáticas, os assuntos, os objetivos específicos de cada assunto, o número de sessões (hora/aula) que serão destinados a cada assunto, as instruções metodológicas (sugestões de recursos didáticos que podem ou devam ser utilizados na instrução), a referência bibliográfica base e o tipo de avaliação em cada disciplina. Quando a escola termina a elaboração do currículo (o Documento de Currículo e os Planos de Disciplinas), esses documentos são encaminhados à Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil). Na diretoria, após estudo, os documentos são encaminhados ao Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX), que,

valendo-se do assessoramento pedagógico da Assessoria de Modernização do Ensino, os analisa e os aprova, com a publicação em boletim interno²⁹.

O acesso às informações e a coleta dos dados dessa pesquisa de doutorado foram realizados de diferentes maneiras. As Grades Curriculares, constituídas dos nomes das disciplinas e suas respectivas cargas horárias foram disponibilizadas pela Seção Técnica da Divisão de Ensino da ECEME. Os Planos de Disciplinas (PLADIS) foram fornecidos pela *Diretoria de Educação Superior Militar* (DESMil), diretoria a qual a ECEME é subordinada. A diretoria se tornou a melhor opção por não ter exigido processos burocráticos para acesso às informações, diferente das exigências encontradas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército³⁰.

Abaixo segue a tabela com todas as disciplinas e cargas horárias que compõe o Plano de Disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior, no período de 1999 a 2013. Destacamos, com cores diferentes, quatro períodos de mudanças em termos de carga horária, inclusões e retiradas de disciplinas, marcando os períodos de mudanças curriculares no curso:

Bloco 1 (cor azul) – 1999 a 2002.

Bloco 2 (cor verde) – 2003 a 2005 (com alterações de carga horária e criação da disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS).

Bloco 3 (cor laranja) – 2006 a 2009 (com alterações de carga horária, retirada do Treinamento Físico Militar como disciplina, junção das disciplinas ECONOMIA e ADMINISTRAÇÃO).

Bloco 4 (cor-de-rosa) – 2010 a 2013 (com alterações de carga horária, retirada das disciplinas ECONOMIA, INTELIGÊNCIA MILITAR e COMUNICAÇÃO SOCIAL e criação das disciplinas GEOPOLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS ATIVIDADES e OPERAÇÕES CONJUNTAS, INTERALIADAS E SIMULAÇÃO DE COMBATE).

²⁹ *Normas de Elaboração e Revisão de currículos*, aprovadas pela Port nº 103/DEP, de 28 Dez 2000.

³⁰ Cabe destacar que o fato de a pesquisadora ser professora civil do Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro e conhecer militares que atuam nos diferentes órgãos de ensino da instituição ajudou na identificação dos meios mais acessíveis para pesquisa e coleta dos dados.

Tabela 3
Grade curricular do Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM (1999-2013)

Disciplinas	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1. Serviço de Estado-Maior	109h	109h	109h	109h	106h	106h	106h	101h	101h	101h	101h	122h	122h	122h	122h
2. Operações dos Escalões da Força Terrestre	952h	952h	952h	952h	952h	974h	974h	1024h	1024h	1024h	1024h	879h	879h	879h	879h
3. Apoio Logístico e mobilização	318h	318h	318h	318h	337h	339h	339h	333h	333h	333h	333h	249h	249h	249h	249h
4. Garantia da Lei e da Ordem	198h	198h	170h	170h	170h	185h	185h	185h	185h						
5. Inteligência Militar	45h	39h	39h	39h	39h	-	-	-	-						
6. Estratégia	181h	178h	178h	178h	178h	186h	186h	186h	186h						
7. História Militar	81h	86h	86h	86h	86h	61h	61h	61h	61h						
8. Política	23h	23h	23h	23h	23h	20h	20h	20h	20h						
9. Direito	20h	20h	20h	20h	20h	50h	50h	50h	50h						
10. Economia	10h	10h	10h	10h	10h	10h	22h(1)	22h	22h	22h	22h	-	-	-	-
11. Ciência e Tecnologia	37h	31h	31h	31h	31h	37h	37h	37h	37h						
12. Administração	32h	32h	12h	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Comunicação Social	35h	32h	32h	32h	32h	32h	32h	32h	32h	32h	32h	-	-	-	-
14. Comando, Chefia, Liderança/Liderança	13h	16h	16h	16h	16h	29h	29h	29h	29h						

Nossa outra fonte de pesquisa são as monografias produzidas no período de 1999 a 2012 pelos alunos do Curso de Comando e Estado-Maior. Assim como todos os procedimentos de ensino do Exército, as monografias também possuem regulamentos que, nesse caso, são estabelecidos pelas escolas através em seus regimentos internos.

Como forma de direcionar os trabalhos para os temas mais relevantes para o Exército e para a ECEME, o diretor de ensino (o comandante) da escola define quais áreas de estudos serão ativadas anualmente. Para cada área, são definidos grupos de pesquisa, organizados em torno de linhas de pesquisa. Depois de divulgada as linhas de pesquisa, os discentes apresentam propostas que são avaliadas pela Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação. Segundo o *Regimento interno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*¹ são avaliados os seguintes aspectos:

- área de estudo;
- linha de pesquisa;
- referencial conceitual, com ênfase na situação-problema;
- disponibilidade de pesquisador para apoiar o discente;
- qualificações do discente para desenvolver a pesquisa decorrente;
- consistência, objetivo, viabilidade, relevância e oportunidade da pesquisa; e
- interesse do EB e da ECEME no resultado da pesquisa.

Sendo assim, apesar de sabermos que as monografias não têm o mesmo peso institucional e simbólico de um documento oficial, entendemos que elas podem ser consideradas como um discurso legitimado pela instituição, constituindo rica fonte de análises.

O acesso à relação das monografias foi solicitado diretamente à biblioteca da ECEME, quando de uma visita institucional. Com o auxílio dos bibliotecários foi emitido um “relatório de entrada de material” gerado pelo programa *Pergamun*², contendo uma listagem com títulos, autores, números catalográficos e as palavras-chaves das monografias do CCEM, no período de janeiro de 1996 a fevereiro de 2013. O relatório já estava pronto a pedido da Divisão de Pesquisa e Pós-graduação da escola e foi gentilmente cedido pelos bibliotecários. No próximo capítulo apresentaremos uma categorização dos temas presentes nas monografias e a frequência dos temas. Interessou-nos especificamente temas

¹ Publicado no Adt/Bol Esc Nº 73, de 06 de outubro de 2009.

² Sistema Integrado de bibliotecas, incluindo as bibliotecas do Exército. Disponível em <<http://redebie.decex.ensino.eb.br/biblioteca/index.php>>, acessado em 17 nov 2014.

relacionados às políticas de defesa do país como operações conjuntas, indústria de defesa, novas demandas das Forças Armadas, Amazônia, desenvolvimento nacional, ensino militar, serviço militar obrigatório, força de paz e direitos humanos.

Os demais dados e informações foram coletadas nas legislações nacionais e do Exército, acessados via rede mundial de computadores, visitas institucionais à ECEME e à DESMil e por consultas a militares de diferentes áreas de atuação.

No próximo capítulo aprofundaremos a análise dos materiais coletados e suas interfaces com as políticas de defesa do país.

5

Planos de Disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior – 1999 a 2013.

5.1

Introdução

Neste capítulo iremos analisar os Planos de Disciplina (PLADIS) do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) no período de 1999 a 2013.

O PLADIS é um dos documentos de ensino do Exército e contém informações sobre as disciplinas a serem ministradas nos cursos. Nele está explicitado a carga horária, os objetivos particulares da disciplina, as unidades didáticas, os assuntos, os objetivos específicos dos assuntos, o número de sessões (tempo de aula), as instruções metodológicas, as referências bibliográficas e o tipo de avaliação. Esses tópicos tornam o PLADIS um documento rico em informações uma vez que estabelecem todos os assuntos, os objetivos que deverão ser alcançados, como e com quais recursos as instruções serão ministradas.

A nossa análise começou com o estudo das grades curriculares de todos os anos estudados nessa pesquisa, fornecidos pela seção técnica da Divisão de Ensino da ECEME. As grades curriculares são documentos simples, usados pela seção técnica para a elaboração e emissão de certificados e é o extrato dos PLADIS, contendo apenas os nomes das disciplinas e suas cargas horárias. Pela grade curricular estabelecemos os períodos da disciplina de acordo com as cargas horárias e identificamos a retirada e a inclusão de disciplinas no período estudado.

Rememorando o que apresentamos no capítulo anterior, rerepresentamos abaixo os blocos de alterações curriculares identificados no Curso de Comando e Estado-Maior no período estudado.

Bloco 1 – 1999 a 2002.

Bloco 2 (cor verde) – 2003 a 2005 (com alterações de carga horária e criação da disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS, em 2004).

Bloco 3 (cor laranja) – 2006 a 2009 (com alterações de carga horária, retirada do Treinamento Físico Militar como disciplina, junção das disciplinas ECONOMIA e ADMINISTRAÇÃO).

Bloco 4 – 2010 a 2013 (com alterações de carga horária, retirada das disciplinas ECONOMIA, INTELIGÊNCIA MILITAR e COMUNICAÇÃO SOCIAL e criação das disciplinas GEOPOLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS ATIVIDADES e OPERAÇÕES CONJUNTAS, INTERALIADAS E SIMULAÇÃO DE COMBATE).

A Diretoria de Ensino Superior Militar (DESMil) órgão responsável pela aprovação dos Planos de Disciplina da ECEME, foi a instância que demonstrou menos resistência na disponibilidade dos dados. Após a definição dos blocos, com os períodos das mudanças curriculares, solicitei à DESMil as portarias de aprovações e quatro conjuntos de PLADIS de todas as disciplinas, um para cada bloco estabelecido na pesquisa das grades curriculares. Sendo assim, as informações aqui apresentadas foram obtidas dos PLADIS, de todas as disciplinas do curso do CCEM, anos 1999, 2005, 2007 e 2010. Iremos apresentar os objetivos particulares de cada disciplina, pontos considerados importantes na especificidade da formação do oficial do Estado-Maior e apresentação e análise das disciplinas correlacionando-as com as políticas de defesa do país.

5.2

Ciências Gerenciais: o início das mudanças

Apesar das variações de estrutura e carga horária, o CCEM de 1999 a 2013 possuiu 18 disciplinas distribuídas em dois anos de formação.

Em 2004, acompanhando as mudanças provocadas pelo projeto *Modernização do Ensino do Exército* e a criação do *Sistema de Excelência Gerencial (SEG)*¹, foi incluída a disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS. Houve também redução de carga horária na disciplina SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR

¹ *Programa Excelência Gerencial do Exército Brasileiro (PEG-EB)*, Portaria Cmt Ex nº 191, de 17 de abril de 2003. Baseado na Gestão Pública de Excelência, o PEG-EB pode ser definido como uma ferramenta que visa melhorar a operacionalidade do Exército, para que atenda nas melhores condições aos anseios de defesa e segurança da sociedade brasileira, tendo por base a capacitação dos recursos humanos e caracterizada por ações voltadas para a otimização dos processos, o gerenciamento de projetos e o permanente estímulo para motivação de todos os integrantes da Força (Extrato do PEG-EB, publicado PADECEME, 2003).

e aumento nas disciplinas OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE e APOIO LOGÍSTICO E MOBILIZAÇÃO.

Tais mudanças foram realizadas sem a necessidade de aprovação prévia do escalão superior. As *Normas para Elaboração e Revisão dos Currículos*² (NERC), com finalidade de agilizar as mudanças, e para atender às alterações imediatas das escolas militares, permite alteração nos Planos de Disciplinas em algumas situações. As escolas do Exército têm autonomia para alterar até 20% da carga horária de uma disciplina, retirando ou incluindo assuntos e, para atender a uma necessidade urgente do Exército, pode-se criar uma disciplina, como foi o caso da criação da disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS, após a implantação do Programa de Excelência Gerencial do Exército, em 2003.

A disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS foi ministrada no primeiro e no segundo ano do CCEM no período de 2004 a 2009, com carga horária de 100h. Em 2006 ela tem duração de 90h, permanecendo com os mesmos conteúdos e em 2010 passa a ser ministrada apenas no segundo ano do curso.

A disciplina apresenta os seguintes objetivos:

- Apresentar o Sistema de Excelência Gerencial no EB (SE – EB);
- identificar o modelo de Excelência em Gestão do Exército Brasileiro;
- conhecer as etapas para a realização do Planejamento Estratégico Organizacional (PEO);
- analisar projetos voltados à gestão estratégica;
- caracterizar a elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos;
- conhecer a metodologia de análise e melhoria de processos;
- identificar planejamentos com base nos Recursos Humanos;
- identificar o processo decisório e negociação;
- apresentar o Sistema de Medição de Desempenho Organizacional (SMDO) utilizado no Exército;
- descrever a conjuntura econômica nacional e internacional e seus impactos nos planejamentos estratégicos;
- aplicar os conhecimentos referentes à gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais;
- aplicar os princípios e os conceitos da moderna administração na racionalização das funções administrativas no Exército;
- interpretar a sistemática de controle interno do poder executivo, particularmente no Exército, e sua vinculação com o controle externo; e
- compreender as principais atividades relacionadas com a promoção e avaliação, o serviço militar, efetivos e movimentações, inativos e pensionistas e Fundo de Saúde do Exército (FUSEx) (PLADIS, 2005, 2007 e 2010).

² Este documento é originário do processo de modernização do ensino do Exército e foi aprovado pela Port nº 103/DEP, de 28 Dez 2000.

Pela análise dos PLADIS, nesta disciplina utilizam-se muitos manuais, legislações e planejamentos elaborados pelo Comando do Exército; Estado-Maior do Exército; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Economia e Finanças da União. Encontram-se também teorias da liderança, motivação e da administração, constando nas referências bibliográficas autores como Abraham Maslow, Idalberto Chiavenato, Douglas McGregor, Bill Gates e Daniel Goleman.

Os conteúdos ministrados na disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS, por envolverem temas relacionados aos aspectos econômicos e de gestão do Exército, levaram à exclusão, em 2010, das disciplinas ECONOMIA e ADMINISTRAÇÃO, unidas em 2002.

5.3

Quando as políticas de defesa começam a impactar o CCEM

Em 2006, um ano após a publicação da primeira política de defesa nacional, o CCEM apresenta mudanças nas cargas horárias das disciplinas, diminuindo o tempo das disciplinas SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR, APOIO LOGÍSTICO E MOBILIZAÇÃO, GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, INTELIGÊNCIA MILITAR, ESTRATÉGIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA e CIÊNCIAS GERENCIAIS. Por outro lado, houve aumento na carga horária das disciplinas OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE e HISTÓRIA MILITAR. A grade curricular do ano de 2006 foi aprovada pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP, hoje atual Departamento de Educação e Cultura do Exército, DECEX) em 1º de novembro de 2005.

O aumento da carga horária da disciplina OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE de 974h para 1024h deu-se, segundo Amaral (2007), em razão da *Política de Defesa Nacional* de 2005 que trouxe, como objetivo a ser alcançado, “incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, ampliando o emprego combinado”. No mesmo ano, o Ministério da Defesa organizou operações conjuntas das três Forças como as de Timbó III, Jauru II, Leão II,

Maracaju IV e Pampa I³, que justificaram e reforçaram a necessidade de mudanças na formação do Estado-Maior para atender a esses tipos de operações.

A disciplina OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE é ministrada, desde sua criação nos primeiro e segundo ano do CCEM e tem os seguintes objetivos:

- Planejar operações em ambiente de selva;
- planejar operações de Força de Paz;
- planejar o combate de resistência nos níveis Grande Comando e Grandes Unidades;
- planejar o emprego da Força Terrestre na Defesa Territorial, incluindo operações combinadas; e
- elaborar o Plano de Defesa Territorial (PLADIS, 1999, 2005, 2007 E 2010).

A justificativa para o aumento da carga horária dessa disciplina foi a inclusão das unidades didáticas “Operações Psicológicas”, “Combate de Resistência” e “Operações de Forças de Paz”. Essas três unidades didáticas referem-se a alguns dos grandes temas relacionados às “novas demandas” do Exército na contemporaneidade⁴.

Cabe destacar que, apesar de o Brasil participar das missões de Paz da ONU desde 1947⁵, o assunto “operações de Forças de Paz” só passou a fazer parte do currículo do CCEM em 2006. Provavelmente por causa da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), desde 2004.

As Operações Psicológicas, segundo informações do 1º Batalhão de Operações e Apoio à Informação (1º BOAI), são procedimentos técnicos especializados, operacionalizados de forma sistemática, para apoiar a conquista de objetivos políticos e/ou militares, desenvolvidos antes, durante e após o emprego da força, visando motivar públicos-alvo hostis a atingir comportamentos desejáveis⁶.

Brant (1967) considera o pioneirismo das operações psicológicas em grande escala na Segunda Guerra Mundial, quando, com a utilização e influência da

³ Ver *Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (2004-2007)*, Ano base 2005, Ministério do Planejamento e Ministério da Defesa, 2006, p. 19-20.

⁴ Como foi analisado no capítulo 3, onde tratamos de temas relacionados às políticas de defesa e ao Exército Brasileiro.

⁵ Ver “A participação do Brasil nas missões de Paz”, *Livro Branco da Defesa*, 2012.

⁶ Ver 1º Batalhão de Operações e Apoio à Informação, *Institucional*. Disponível em <<http://www.boppsico.eb.mil.br/institucional.html>>. Acessado em 13 out 2014.

radiofusão, provocaram transformações em certos aspectos da tática e da estratégia militar desmoralizando nações e exércitos inimigos. O autor ressalta que, atualmente, as técnicas de persuasão das Operações Psicológicas têm aumentado em função da evolução dos métodos científicos de atuação sobre as motivações humanas e do desenvolvimento de meios de comunicação social de alta tecnologia. Devido a esse crescimento de importância, em 2010, os temas relacionados às “Operações Psicológicas” migraram para a recém-criada disciplina OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS ATIVIDADES.

Sobre o tema “Combate de Resistência”, ele constitui um manual produzido pelo Estado-Maior do Exército⁷, que organiza procedimentos estratégicos ao considerar, principalmente, a presença militar estrangeira na Amazônia.

As experiências vietnamitas da Doutrina de Combate de Longa Duração, segundo Andrade Jr (2005), inspiraram o desenvolvimento de técnicas e táticas chamadas de “Combate de Resistência” que envolvem níveis estratégicos e táticos. O material produzido pelo EME supõe estratégias contra forças invasoras de poder militar superior às do Brasil e variáveis de intervenções ou não intervenções de organismos internacionais na região Amazônica.

Tais concepções atendem ao proposto na *Política Nacional de Defesa* que orienta que o planejamento da defesa deve incluir todas as regiões brasileiras e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico, como a Amazônia e o Atlântico Sul (2012, p. 23).

Sendo assim, “O Combate de Resistência” na Amazônia tem a finalidade de “anular a vontade do invasor de prosseguir combatendo em um conflito prolongado e desgastante, obrigando-o a retirar-se do território nacional” (*Manual de Combate de Resistência*, 2002, cap. 4, p.1). As doenças tropicais devem ser usadas como experiência dissuasória ao público estrangeiro, que viriam a contraí-las e ter prejuízos provocados pelas condições ambientais decorrentes das operações militares na região (*Manual de Combate de Resistência*, cap. 5, p.13).

Os assuntos “Operações Psicológicas” e “Combate de Resistência” na disciplina OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS ATIVIDADES, correspondem às diretrizes estabelecidas ao preparo e atuação do Exército Brasileiro presentes na Estratégia Nacional de Defesa:

⁷ O *Manual de Combate de Resistência* faz parte das Instruções Provisórias IP 72-2, aprovada pela Portaria 035-EME-Res, de 24 de maio de 2002.

10. Atender ao imperativo da elasticidade será preocupação especial do Exército, pois é, sobretudo, a Força Terrestre que terá de multiplicar-se, em caso de conflito armado/guerra.

11. Os imperativos de flexibilidade e de elasticidade culminam no preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a qualquer pretexto, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia.

12. A preparação para tal guerra não consiste apenas em ajudar a evitar o que hoje é uma hipótese remota: a de envolvimento do Brasil em uma guerra de grande escala. É, também, aproveitar disciplina útil para a formação de sua doutrina militar e de suas capacitações operacionais. Um exército que conquistou os atributos de flexibilidade e de elasticidade é um exército que sabe conjugar as ações convencionais com as não-convencionais. A guerra assimétrica, no quadro de uma guerra de resistência nacional, representa uma efetiva possibilidade da doutrina aqui especificada (END, 2012, p. 82)

5.4

A disciplina Serviço de Estado-Maior e Apoio Logístico e Mobilização

A disciplina SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR tem os seguintes objetivos particulares:

- Aplicar o método de estudo de situação para a resolução de problemas militares;
- elaborar o Estudo de Situação dos Aparelhos de Combate/Aparelhos de Logística nos escalões Brigada e Divisão de Exército;
- determinar os efeitos do terreno e das condições meteorológicas sobre as operações militares; e
- analisar a organização, as características, as possibilidades, as limitações e a doutrina do inimigo externo convencional (PLADIS 2010).

A análise do PLADIS da disciplina SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR demonstra que, até 2005, a disciplina focava nos assuntos de atuação do Estado-Maior em situações de operação no primeiro ano do curso e, no segundo ano, abordava assuntos do Estado-Maior em tempo de paz. De 2006 até 2009 houve uma diminuição da carga horária. A disciplina passou a ser ministrada completamente no primeiro ano do CCEM apenas com assuntos de atuação do Estado-Maior em operações defensivas e ofensivas. Esses assuntos abordam métodos de resolução de problemas militares e documentos de Estado-Maior. Em 2010, a disciplina teve acréscimo de carga horária, porém sem alterações nos conteúdos.

A disciplina APOIO LOGÍSTICO E MOBILIZAÇÃO, em todos os PLADIS analisados, vem sendo ministrada nos dois anos do CCEM e tem como objetivos particulares:

- Analisar a estrutura, a organização e o funcionamento do Sistema de Apoio Logístico do Exército;
- apresentar uma estimativa de recursos financeiros necessários a uma operação militar;
- planejar o apoio logístico no escalão Exército de Campanha;
- planejar a segurança da área de retaguarda para o Exército de Campanha;
- planejar o deslocamento estratégico de uma Grande Unidade por via rodoviária e ferroviária;
- analisar a dinâmica das funções logísticas na Zona de Combate (ZC) e na Zona de Administração (ZA);
- planejar o Apoio Logístico no Exército de Campanha;
- planejar a segurança da área de retaguarda para o Exército de Campanha;
- planejar o Apoio Logístico na ZC e na ZA;
- identificar a importância dos transportes militares para o Apoio Logístico;
- avaliar a capacidade do Apoio Logístico na ZC e na ZA, em situações de emergência, com os meios existentes e passíveis de mobilização;
- planejar o apoio logístico nas operações em ambiente de selva;
- analisar o Apoio Logístico nas operações de não-guerra;
- avaliar a estrutura, a organização e o funcionamento do Sistema de Mobilização Nacional, Militar e do Exército;
- avaliar a influência da Mobilização na formulação da estratégia e da doutrina militar; e
- avaliar a inter-relação entre a Logística e a Mobilização (PLADIS, 1999, 2005, 2007 e 2010).

Nesta disciplina os alunos realizam atividades de Exercício no Terreno de Operações Defensivas⁸, exercitando as fases de planejamento de uma Divisão de Exército e Brigada em Operações Defensivas⁹. Os alunos do Curso de Comando e Estado-Maior¹⁰ compararam seus estudos à aplicação no terreno e realizaram a retificação e/ou ratificação dos planejamentos de Manobra, Apoio de Fogo e Defesa Antiaérea, Apoio Logístico, Comando e Controle e Guerra Eletrônica.

⁸ Os exercícios são realizados nas Divisões de Exército e Brigada em Operações Defensivas localizados nas cidades de Vila Velha/ES e Juiz de Fora/MG, de acordo com o planejamento anual da ECEME.

⁹ Informações sobre as Instruções metodológicas dos PLADIS e artigos disponíveis sobre a ECEME e os Exercício no terreno, estão disponíveis em <<http://www.eceme.ensino.eb.br/portalet/vilavelha/2013/index.php/component/content/frontpage>>, acessado em 13 out 2014.

¹⁰ Faz-se destacar que, segundo PERES e CÂMARA (2005, p. 244), desde 1996, com as transformações didáticas e metodológicas provocadas pela modernização do ensino do Exército, cada turma de aula dos cursos da ECEME passou a ser dividida em grupos de trabalho. No CCEM os alunos são organizados pela divisão de coordenação discente para o desenvolvimento das atividades escolares, com o objetivo de preparar o aluno para a realidade de um estado-maior.

Encerrando essa fase de reconhecimentos no terreno, realizam a conclusão dos planejamentos do escalão Divisão de Exército que são avaliados e resultam na nota final da disciplina.

Em 2010 a disciplina teve diminuição de carga horária porque transferiram a unidade didática “Apoio Logístico nas operações combinadas” para a recém-criada disciplina OPERAÇÕES CONJUNTAS, INTERALIADAS E SIMULAÇÃO DE COMBATE, que será analisada mais a frente.

5.5

A disciplina Inteligência Militar

A disciplina INTELIGÊNCIA MILITAR manteve o mesmo conteúdo curricular em todo o período pesquisado, com pequena redução de carga horária entre os anos 2006 e 2009. Em 2010, ela deixa de ser disciplina e passa a integrar os assuntos da disciplina OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS ATIVIDADES.

A Estratégia Nacional de Defesa, tanto a de 2008 como a de 2012, traz a concepção da Inteligência de Defesa. Para o documento:

Por meio da Inteligência, busca-se que todos os planejamentos – políticos, estratégicos, operacionais e táticos – e sua execução desenvolvam-se com base em dados que se transformam em conhecimentos confiáveis e oportunos. As informações precisas são condição essencial para o emprego adequado dos meios militares.

A Inteligência deve ser desenvolvida desde o tempo de paz, pois é ela que possibilita superar as incertezas. É da sua vertente prospectiva que procedem aos melhores resultados, permitindo o delineamento dos cursos de ações possíveis e os seus desdobramentos. A identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa (END, 2012, p. 129).

Sobre a obtenção e uso das informações dos serviços de inteligência, a END reforça que as atividades de inteligência devem obedecer a salvaguardas e controles que resguardecem os direitos e garantias constitucionais (END, 2012, p. 120).

Na disciplina INTELIGÊNCIA MILITAR, ministrada para os alunos do CCEM, tem-se como objetivos principais:

- Interpretar a estrutura e o funcionamento do Sistema de Inteligência do Exército;
- planejar a atividade de inteligência no emprego da Força Terrestre na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem;

- planejar a atividade de inteligência no emprego da Força Terrestre nas operações militares;
- apreciar as relações entre as necessidades de informações estratégicas do estado com as restrições legais;
- identificar os componentes dos Sistemas de Informações Estratégicas Militares e suas atribuições; e
- interpretar a sistemática de estudo estratégico de área (PLADIS, 2005 e 2007).

Entre esses objetivos há o reconhecimento das orientações da *Estratégia Nacional de Defesa* em relação ao planejamento da atividade de inteligência no emprego da Força Terrestre na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Destacamos o quarto objetivo da disciplina que é “apreciar as relações entre as necessidades de informações estratégicas do estado com as restrições legais”. Na verificação do PLADIS não encontramos detalhes desse objetivo da disciplina que se limita a colocá-lo, nos mesmos termos, como objetivo específico do assunto geral “Informações Estratégicas”, ficando em aberto quais seriam essas relações. A disciplina INTELIGÊNCIA MILITAR utiliza como referenciais bibliográficos manuais produzidos pelo Comando do Exército, pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), criada em 1999¹¹ e manuais produzidos pela própria ECEME.

5.6

As disciplinas Garantia da Lei e da Ordem e Direito

A disciplina GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO) é a quarta com maior carga horária no CCEM. Segundo Amaral (2007), esta disciplina aparece pela primeira vez na grade curricular da ECEME em 1989. Um ano antes, a Constituição Federal de 1988 reafirmou o papel das Forças Armadas com a garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem em substituição ao conceito de defesa interna.

Na *Estratégia Nacional de Defesa* (2012, p. 129) ressalta-se que o emprego episódico da GLO é regulado por leis específicas nos termos da Constituição, da Lei nº 9.299, de 7 de agosto de 1996, a Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 e a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, que reafirmam o dever das Forças Armadas de prever a capacitação de tropa para o cumprimento desse tipo de missão.

¹¹ Lei nº 9.883, de 7 dez 1999.

O Ministério da Defesa lançou, em 2013, o segundo documento intitulado *Garantia da Lei e da Ordem*. Nesse documento as Operações de Garantia da Lei e da Ordem caracterizam-se como operações de “não-guerra”, pois, embora empregando o poder militar, no âmbito interno, não envolve o combate propriamente dito, mas podem, em circunstâncias especiais, envolver o uso da força de forma limitada, podendo ocorrer tanto em ambiente urbano quanto rural¹².

A diminuição da carga horária dessa disciplina entre os anos 2006 e 2009, foi devida à transferência do assunto “Operações Psicológicas” para a disciplina OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE. As demais variações de carga horária são aumento e reduções de tempo dos assuntos e não constam mudanças nos conteúdos.

Os objetivos particulares da disciplina GARANTIA DA LEI E DA ORDEM são:

- Caracterizar a Política de Segurança Nacional;
- caracterizar a doutrina de Segurança Interna;
- distinguir os dispositivos legais de interesse da Segurança Interna;
- analisar a ação desenvolvida pelos movimentos revolucionários, terrorismo e outras ameaças;
- identificar as formas de atuação dos movimentos revolucionários e terroristas de cunho internacional;
- analisar a ação desenvolvida no país, por potenciais forças adversas;
- avaliar a conjuntura no quadro da Segurança Interna;
- elaborar o Plano de Segurança Integrada;
- planejar operações de Garantia da Lei e da Ordem contra forças adversas;
- descrever o apoio ao combate e o apoio aéreo às operações de garantia da lei e da ordem contra forças adversas;
- planejar Operações Contra Forças Irregulares;
- planejar o emprego da Força Terrestre na Defesa Territorial; e
- elaborar o Plano de Defesa Territorial (PLADIS, 2005, 2007 e 2010).

No assunto “planejamento das operações contra forças irregulares”, a disciplina divide as operações contra forças irregulares em ambiente rural, urbano e contraterrorismo.

¹² Portaria Normativa nº 3.461 /MD, de 19 dez 2013. Dispõe sobre a publicação “Garantia da Lei e da Ordem”.

Nas referências bibliográficas do PLADIS dessa disciplina são indicados documentos produzidos pelo EME, ESG¹³ e manuais e apostilas elaborados pela própria ECEME. Sobre as legislações referentes à garantia da lei e da ordem, apenas a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 97, de 9 de Junho de 99¹⁴ estão nas referências.

O aumento da violência urbana e o uso do aparelho militar na segurança pública, iniciados com a introdução do conceito da garantia da lei e da ordem, na Constituição de 1988, tiveram reflexos no currículo do CCEM. Os limites dos “excessos” por parte dos militares nas intervenções urbanas¹⁵ reforçaram a necessidade de abordarem assuntos sobre “direito penal militar” e “direito processual penal militar” na formação do oficial do Estado-Maior, incluindo esses temas no plano da disciplina DIREITO¹⁶ no período de 1999 a 2009.

Na reformulação dos currículos, em 2010, a disciplina DIREITO passou a dedicar mais carga horária aos assuntos “fundamentos de direito constitucional”, “introdução aos direitos humanos” e “direito internacional dos conflitos armados”. Esses assuntos contemplam as diretrizes da *Política Nacional de Defesa* e as orientações da *Estratégia Nacional de Defesa* (2008 e 2012) para o ensino das três Forças. Esses documentos apontam que as Forças Armadas deverão manter, nos currículos de formação militar, disciplinas relativas a noções de Direito Constitucional e de Direitos Humanos, considerados indispensáveis na consolidação e na identificação das Forças Armadas com o povo brasileiro (END, 2012, p. 149).

5.7

As disciplinas Estratégia e Política

A disciplina “Estratégia” tem como objetivos particulares:

- Identificar os conceitos básicos da estratégia e suas relações;
- identificar as principais correntes geoestratégicas;
- identificar as linhas de pensamento estratégico clássico e contemporâneo; e

¹³ Referente ao *Manual Básico* (2005), produzido pela Escola Superior de Guerra.

¹⁴ Que foi alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, e dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.

¹⁵ Sobre as intervenções urbanas dos militares nos governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso ver FUCCILLE, 2006 e ZAVERUCHA, 2000.

¹⁶ AMARAL, 2007, p. 60.

- identificar os elementos políticos e estratégicos envolvidos nos planejamentos das operações do Comando Terrestre de Operações e da FTC (PLADIS, 2005, 2007 e 2010).

De 1999 a 2009 a disciplina sofreu algumas mudanças de carga horária, mas não modificou o conteúdo. A partir de 2010, além dos assuntos “Aspectos introdutórios e conceitos básicos”, dados no primeiro ano, e “planejamento estratégico”, “concepções estratégicas” e “estudos estratégicos”, ministrados no segundo ano do curso CCEM, foram acrescentados os assuntos “estratégia: fundamentos e aplicação” e “fundamentos das operações estratégicas”, ministradas também no segundo ano, aumentando carga horária de 178h para 186h.

Percebemos que a disciplina ESTRATÉGIA do Curso de Comando e Estado-Maior é baseada nas concepções da disciplina geopolítica juntamente com a ação militar. A Geopolítica surgiu como campo de estudo no final do século XIX e início do século XX, tendo como função primordial servir de instrumento estratégico aos Estados que estavam em busca da conquista de novos mercados para o seu desenvolvimento capitalista, inseridos na dinâmica do imperialismo¹⁷.

Nos PLADIS da disciplina de 1999 a 2005 encontramos nas referências bibliográficas autores como Rudolf Kjellen, Halford MacKinder, Alfred Mahan e Carlos Meira Mattos – nomes tradicionalmente ligados à ideia da geopolítica como ciência que “procura nos dados geográficos orientações para uma política” (Comblin, 1978) e os generais brasileiros Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

Frédéric Ratzel, que possuía uma concepção biológica, expansionista e imperialista do Estado, é considerado o precursor da geopolítica. Já Rudolf Kjellen foi fundador da perspectiva que a concebe a geopolítica como disciplina separada da geografia. Suas ideias foram assimiladas pelas estratégias nazistas na conquista de territórios e na formulação do seu império. Segundo Beserra (1985), entre os construtores da Geopolítica, Halford Mackinder também merece destaque pelas influências que suas teses exerceram sobre o Instituto de Munique, que adaptava quase todas as teorias geopolíticas do período fascista às necessidades do III Reich. Mackinder é o criador da teoria do “heartland”, teoria do coração da

¹⁷ Sobre o surgimento e função da Geopolítica ver CHIAVENATO (1981), TOSTA (1984), COSTA (1992), HUNTINGTON (1996b).

Terra ou teoria do poder terrestre. A síntese de sua teoria geopolítica envolvia a dominação da Europa Oriental como condição inicial para o domínio do mundo, representando teses que serviam muito bem ao imperialismo e às condições políticas desenvolvida no período. Já Alfred Tahyer Mahan pode ser considerado como o precursor da Teoria Geopolítica, com a sua concepção de *Destino Manifesto*, preconizando a visão de mundo baseada na crença de um papel civilizador dos bárbaros por inspiração ou mesmo determinação divina, que justificava guerras e expansões tipicamente imperialistas (Carmona, 2012).

Os generais Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, baseados na tradição geopolítica do norte-americano Alfred Thayer Mahan e do britânico Halford John Mackinder constituíram o fio condutor de teorias sobre geopolítica brasileira concebidas no início dos anos 1930¹⁸. Essas teorias nacionais e internacionais guiaram Golbery e o próprio Meira Mattos, participantes da *Força Expedicionária Brasileira* e comandantes da Escola Superior de Guerra, contribuindo com as atividades e elaboração das doutrinas no centro de pesquisa militar da Escola Superior de Guerra. Também colaboraram os pesquisadores civis Everardo Backheuser e Therezinha de Castro que participaram, na ESG e no meio acadêmico, da elaboração e defesa da doutrina de segurança para o Brasil¹⁹.

Na época da revolução de 1964, havia um grupo de oficiais e tecnocratas civis que tinham recebido uma formação comum sobre os problemas brasileiros e que haviam desenvolvido uma doutrina controversa e discutível, mas razoavelmente coerente sobre como proceder ao desenvolvimento do país. Portanto, depois da queda do presidente João Goulart, em 1964, havia dentro das Forças Armadas um nível de confiança relativamente elevado de que elas contavam com membros possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros e que estavam tecnicamente preparados para governar. Além do mais, os estreitos laços da ESG com os civis significou que era possível entregar muitos dos pontos-chave àqueles civis que partilhavam do ponto de vista da ESG. Tudo isso contribuiu para difundir a crença em sua própria legitimidade e capacidade de governar e é um fator essencial na compreensão da mudança radical nas relações entre civis e militares que ocorreu após a queda de Goulart (Stepan, 1975, p. 137).

A partir de 2006, com a reformulação dos planos de disciplina da ECEME, os autores Rudolf Kjellen, Halford MacKinder e Carlos Meira Mattos, com exceção do autor Alfred Mahan, foram excluídos das referências bibliográficas e incluído

¹⁸ VIEIRA, 2005, p. 122.

¹⁹ Op. cit, 2005, p 149.

autores como Raymund Aron (livro Paz e Guerra entre as Nações), Abel Couto (livro Elementos de Estratégia, 1989), Arnold, Toynbee (livro A Humanidade e a Mãe Terra), André, Beaufre (livro Introdução à Estratégia) e John Stoessinger (livro O Poder das Nações). Clausewitz (livro Trechos de sua obra) e Sun Tzu (livro A Arte da Guerra) além de manuais elaborados pela própria ECEME e pela ESG, que já estavam nas referências bibliográficas da disciplina desde 1999, permaneceram.

Na disciplina POLÍTICA, de 1999 a 2005, também encontramos nas referências bibliográficas os autores Rudolf Kjellen, Halford MacKinder, Alfred Mahan e Carlos Meira Mattos, além de Mário Travassos, Therezinha Castro e Golbery Couto e Silva.

Na reformulação da disciplina, em 2006, dos autores mencionados acima, apenas Mário Travassos e Therezinha Castro continuaram presentes. Nas novas referências bibliográficas, dois discursos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em mensagem ao Congresso Nacional nos anos 2003 e 2007, foram acrescentados. Os textos, apresentados por ocasião da solenidade de abertura dos trabalhos do poder legislativo, apresentam explanações sobre a situação econômica e social do Brasil e as perspectivas e propostas do governo para os anos em questão. A disciplina POLÍTICA teve os seguintes objetivos de 1999 a 2009:

- Relacionar o estudo da Política à Estratégia;
- caracterizar os diferentes regimes políticos contemporâneos;
- descrever os fundamentos da política nacional;
- caracterizar a evolução da política internacional após a 2ª Guerra Mundial;
- caracterizar a evolução da política externa brasileira no século atual; e
- aplicar os conceitos da geopolítica na interpretação da política externa brasileira (PLADIS 1999 a 2009).

Com as reformulações dos currículos, em 2010, a criação da disciplina GEOPOLÍTICA incorporou o último objetivo mencionado acima, diminuindo a carga horária da disciplina POLÍTICA de 23h para 20h.

5.8

As disciplinas História e Liderança Militar: recomendações do Comandante da Força.

A disciplina HISTÓRIA MILITAR, ministrada no CCEM da ECEME, segundo as diretrizes do comandante da escola²⁰, busca relacionar de modo objetivo os ensinamentos de cada caso histórico com os aspectos pertinentes dos temas aplicados aos alunos. A disciplina tem os seguintes objetivos:

- Interpretar o pensamento de comandantes e estrategistas militares;
- analisar batalhas e casos históricos de operações militares;
- relacionar os ensinamentos dos casos históricos com a doutrina atual;
- interpretar os aspectos políticos, estratégicos, logísticos e de liderança em casos históricos e batalhas;
- analisar a formação e a evolução histórica do Exército Brasileiro; e
- analisar casos históricos de operações estratégicas militares.

Os documentos *Proforça e Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014*, destacam a importância dos oficiais conhecerem a História Militar e a necessidade de “intensificar a pesquisa e a difusão da História Militar do Brasil, para reforçar a contribuição do Exército à Nação e afirmar a identidade do soldado brasileiro”.

Apesar das orientações, ao analisarmos os PLADIS da disciplina HISTÓRIA MILITAR percebemos decréscimos de carga horária. Até o ano de 2009 os assuntos ministrados eram: “evolução da arte da guerra e do pensamento militar”, “síntese histórica do Exército Brasileiro”, “casos históricos de operações táticas” e “casos históricos de operações táticas acima do escalão Divisão de Exército”. A partir de 2010, com 20h a menos, os assuntos são: “conflitos e guerras na historiografia militar contemporânea: estudos de casos sobre operações táticas”, “síntese histórica do Exército” e “conflitos e guerras na historiografia militar contemporânea: estudos de casos sobre operações estratégicas”. Os PLADIS não especificam quais casos são estudados, apenas determinam que o instrutor use casos que demonstrem o papel desempenhado pelo Exército na manutenção da unidade nacional, na vida política do país e nas campanhas extraterritoriais.

A *Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014* também se destaca pelo estímulo dado ao estudo e ensino da liderança militar em todos os níveis (p. 6). No CCEM, a disciplina LIDERANÇA MILITAR, antes de 2004, chamada de COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA, apresenta como objetivos específicos:

²⁰ Plano de Gestão da ECEME (2010 – 2011).

- Apreciar os princípios da ética e da liderança militar;
- analisar situações à luz da ética e da liderança militar no trabalho do oficial de EM; e
- analisar situações à luz da ética e da liderança militar no Comando de OM (PLADIS, 2005, 2007 e 2010).

Desde a reformulação do Plano de Disciplina, em 2005, consta nas referências bibliográficas da disciplina LIDERANÇA, autores civis e militares como Edmundo Campo Coelho (livro *Em busca da Identidade: O Exército e as Instituições Políticas*, 1983), Nelson Werneck Sodré (livros: *Memórias de um Soldado*, 1967; *A História Militar do Brasil*, 1979 e *Narrativas Militares*, 1959), Jarbas Passarinho (livro *Um híbrido fértil*, 1996) e Castelo Branco (livro *O Brasil na II Guerra Mundial*, s/d).

5.9

A disciplina Ciência e Tecnologia

A disciplina CIÊNCIA E TECNOLOGIA, durante os anos pesquisados, esteve na grade curricular do segundo ano do CCEM, tendo os seguintes objetivos:

- Descrever as condições necessárias ao desenvolvimento de sistemas militares de armas;
- caracterizar a tecnologia de ponta empregada no desenvolvimento de sistemas de armas;
- avaliar as relações existentes entre a Ciência e a Tecnologia e o Poder Nacional;
- relacionar o estudo da Ciência e da Tecnologia à Estratégia;
- avaliar a influência da Ciência e da Tecnologia na formulação da estratégia e da doutrina militar; e
- caracterizar o papel que a Ciência e a Tecnologia desempenham no mundo contemporâneo.

No plano de gestão da ECEME (2010-2011) sugere-se intensificar o estudo de Ciência e Tecnologia pelos CCEM e CCEM/Int. O objetivo do plano é identificar o potencial da Base Industrial de Defesa para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamentos da Força Terrestre apoie-se em tecnologias sob domínio nacional, como preconizado pela *Estratégia Nacional de Defesa* (2008, p. 15).

Entre os assuntos ministrados na disciplina CIÊNCIA E TECNOLOGIA estão “ciclo de vida dos materiais de emprego militar”, “obtenção de material de emprego militar”, “importância da transferência de tecnologia” e “ projeção da

Ciência e da Tecnologia no Poder Nacional”. Nas referências bibliográficas encontra-se documentos produzidos pelo Ministério da Defesa até o ano de 2003, não contemplando as portarias normativas sobre a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional²¹ (2004) e as Ações Estratégicas da Política Nacional da Indústria de Defesa²² (2006) que estabelecem objetivos e diretrizes específicas para o tema.

5.10

As disciplinas que auxiliam a equiparação dos cursos militares com as especializações civis

A disciplina METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR tem como unidades didáticas temas sobre o ensino superior no Brasil e a estrutura e funcionamento do Exército Brasileiro.

Essa disciplina surgiu no currículo do CCEM com o intuito de preencher os requisitos necessários para a equiparação dos cursos de especialização militares com os cursos de pós-graduação *lato sensu* ministrados nas escolas civis²³.

Apesar de os cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*, oferecidos por instituições de ensino superior no Brasil, serem independentes de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento por parte do Ministério da Educação, eles devem atender ao disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Esta resolução não estabelece disciplinas obrigatórias para constar nos currículo dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, deixando que as próprias instituições o façam. A autonomia concedida às instituições gerou um consenso de que Cursos de Especialização oferecidos por instituição de ensino superior que visam preparar para o exercício do magistério superior devem, necessariamente, incluir disciplinas pedagógicas em seu currículo, uma das quais poderá ser a Didática do Ensino Superior.

Sendo assim, A ECEME, buscando proporcionar aos seus ex-alunos a equiparação do CCEM a uma especialização válida no “mundo civil”, tem em sua grade curricular, já em 1999, a disciplina METODOLOGIA DO ENSINO

²¹ Portaria Normativa nº 1.317/MD, de 4 de novembro de 2004. Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional.

²² Portaria Normativa nº 586/MD, de 24 de abril de 2006. Aprova as Ações Estratégicas da Política Nacional da Indústria de Defesa.

²³ MINISTÉRIO DA DEFESA. Equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu*. Portaria Normativa Interministerial nº18, de 13 nov 2008.

SUPERIOR, que pode ser equiparada à disciplina de “Docência do Ensino Superior” ministrada em instituições civis.

O mesmo acontece com a disciplina METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS MILITARES. A disciplina é pré-requisito para a elaboração de projetos de pesquisa nos cursos realizados na ECEME. Em 2002, o Ministério da Educação reconheceu as Ciências Militares como um dos campos do conhecimento estudados no Brasil²⁴. Neste mesmo ano, segundo Amaral (2007, p. 61), a ECEME adotou o sistema de apresentação de monografias como atividade obrigatória no CCEM²⁵.

A obrigatoriedade de apresentação da monografia de conclusão do curso é condição necessária para a expedição de certificados em cursos civis de pós-graduação *lato sensu*, como prescreve o artigo sétimo da Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Assim como aconteceu com a disciplina METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR, visando a adequação às exigências de equiparação dos currículos militares e civis, apesar da obrigatoriedade da monografia dar-se em 2002, desde 1999 encontramos na grade curricular da ECEME a disciplina de METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS MILITARES, que em 2010 ganhou mais cinco horas na carga horária.

Sobre as especificidades das Ciências Militares, no Exército Brasileiro, por meio da Portaria/EME nº 517, de 26 de setembro de 2000, tornou-se consenso definir Ciências Militares como sendo:

[Art 1º] o conjunto de conhecimentos relativos à esfera militar, obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e método próprio.

Art 2º Ficam as seguintes áreas de estudo a serem abrangidas pelas Ciências Militares: Administração, Direito, Doutrina, Educação e Cultura, Estratégia, História Militar, Instrução Militar, Inteligência, Liderança, Logística, Mobilização, Operações Militares, Política de Defesa Nacional, Relações Internacionais e Tecnologia.

Ao incluir as Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país, o Ministério da Defesa destacou a sua importância e enfatizou o resguardo dos

²⁴ Diário Oficial da União de 26 de março de 2002, sobre o parecer CES/CNE nº 1295/2001.

²⁵ A lei de ensino do Exército (Lei nº 9.786, de 8 fev 99), estabelece que o ensino do Exército possui as seguintes modalidades de ensino: formação, graduação, especialização, aperfeiçoamento, extensão e altos estudos. A pós-graduação, segundo Art 6º, parágrafo 1º, complementa a graduação e a formação universitária, por meio de cursos específicos ou considerados equivalentes, mediante a concessão, o suprimento ou o reconhecimento de títulos e graus acadêmicos. Sendo assim, na ECEME, até 2002, os alunos que concluíam o CCEM, sem apresentação da monografia, recebiam apenas o título de altos estudos. Com a obrigatoriedade da monografia, todos os alunos passaram a receber o certificado de pós-graduação, equiparado ao ensino civil.

aspectos bélicos como exclusivos às Forças Armadas. Sobre a pesquisa científica e as Ciências Militares, a proposta apresentada na *Estratégia Nacional de Defesa* (edição 2012, p.144) visa medidas para estimular e fomentar a pesquisa científica em Ciências Militares e em Defesa nos centros e institutos de ensino superiores militares e civis. A END também ressalta que as complexas configurações da guerra, na atualidade, impõem a toda sociedade, quer para civis quer para militares, a responsabilidade de assumir os desafios da defesa do país.

Sendo assim, as “novas demandas” provocadas pela globalização, exigem soluções para os problemas complexos da realidade. As buscas de soluções para esses problemas, como o uso dos saberes interdisciplinares, levam a reflexões sobre a exclusividade dos militares no campo das Ciências Militares, entendendo que estudar e pesquisar as Ciências Militares difere da exclusividade do uso bélico. Vale destacar o crescimento de cursos de pós-graduação que trazem em suas linhas de pesquisa temas relacionados à defesa²⁶ e criação do mestrado em Ciências Militares, realizado na ECEME e reconhecido pela CAPES²⁷, com participação de pesquisadores civis e militares.

5.11

O impacto da END/2008 e as novas disciplinas de 2010

O lançamento da primeira *Estratégia Nacional de Defesa* destacou-se pelas atribuições específicas de cada Força Armada, influenciando a reformulação do Curso de Comando e Estado-Maior. Em 2010, ocorreu a maior mudança estrutural do curso, em relação ao período estudado por essa pesquisa²⁸. Além das mudanças de carga horária das disciplinas já existentes há a criação de quatro novas disciplinas: GEOPOLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS ATIVIDADES e OPERAÇÕES CONJUNTAS, INTERALIADAS E SIMULAÇÃO DE COMBATE.

Sobre a disciplina GEOPOLÍTICA, faz-se perceber, que a inclusão de temas sobre a América Latina como parte do nosso ambiente regional e de entorno

²⁶ Com vistas a contribuir para o desenvolvimento dessas atividades acadêmicas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Defesa associaram-se no lançamento do Programa de Apoio ao ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em defesa nacional (Pró-defesa), em 2005. Sobre os objetivos do Pró-defesa ver *Livro Branco da Defesa*, 2012, p. 183.

²⁷ Homologado pelo CNE (Port 1.009 no DOU 11/10/2013, Seção 1, p. 13).

²⁸ O novo PLADIS foi aprovado em Boletim Interno nº89/DFA, de 25 de novembro de 2010.

estratégico, enfatizado nas políticas de defesa de 2008, refletiu-se nos temas estudados por essa disciplina no CCEM.

A *Política de Defesa Nacional* considera importante que o desenvolvimento do Brasil seja integrado e harmonia com os demais países da América do Sul, diretrizes que se estendem, naturalmente, para as áreas de defesa e segurança regionais (PDN, 2008).

As questões referentes à América Latina aparecem na disciplina GEOPOLÍTICA que tem os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os elementos básicos da geopolítica e suas relações;
- identificar as principais linhas de pensamento geopolítico;
- identificar as principais teorias do poder;
- caracterizar os aspectos relevantes da Geopolítica do Brasil e da América do Sul, particularmente no espaço amazônico, e suas projeções;
- identificar os aspectos relevantes da Geopolítica do Brasil e da América do Sul, particularmente no espaço amazônico, e suas projeções; e
- identificar os conceitos da geopolítica na interpretação da política externa brasileira (PLADIS, 2010-2013).

Quando tratamos sobre a disciplina ESTRATÉGIA, vimos que até 2005 a disciplina tinha em suas referências bibliográficas autores que contribuíram com teorias geopolíticas que foram adaptadas pelo Instituto de Munique, na Alemanha, às necessidades do III Reich e no Brasil para a *Doutrina de Segurança Nacional* da ESG. Afirmamos que, após 2005, os autores Rudolf Kjellen, Halford Mackinder e Carlos Meira Mattos foram retirados do PLADIS da disciplina. Porém, na reformulação dos currículos do CCEM, ocorrida em 2010, com a criação da disciplina GEOPOLÍTICA esses autores foram resgatados. Assim como a manutenção dos outros autores Therezinha de Castro, Golbery do Couto e Silva e Mario Travassos.

Cabe destacar que esses autores representam os primórdios da disciplina Geopolítica, que surgiu no período do processo de unificação e ascensão da Alemanha ao poder no mundo e suas contribuições históricas para a compreensão da disciplina faz-se necessário. Para Contini (2009) a Geopolítica inicia-se em meados do século XIX e conclui-se com a Segunda Guerra Mundial. Atravessa, portanto, a idade dos imperialismos e os dois conflitos mundiais, antes de cair no ostracismo. Porém, para o autor, a disciplina ressurgiu no fim dos anos 70, buscando uma abordagem epistemológica radicalmente renovada, levando em

conta, as críticas que endereçaram a geopolítica clássica. Em particular, busca-se uma análise mais da identificação de outros atores geopolíticos e de seus interesses.

No âmbito das discussões acadêmicas aflorou uma nova reflexão, que compartilha com a ruptura do ponto de vista único e objetivo, e em comum com a geopolítica anti-imperialista, a atenção para a multiplicidade dos discursos, privilegiando os discursos em relação aos movimentos ideológicos. Esta nova prática, surge em meados dos anos 90 do século passado, e se define como “geopolítica crítica”, e se conecta ao nome de autores como Gerard Toal, Simon Dalby, John Agnew, Joanne Sharp (Contini, p.9, 2009).

Verificamos que dos autores da “geopolítica crítica”, citados acima, nenhum foi adotado nas referências bibliográficas da disciplina GEOPOLÍTICA do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, em 2010. Nota-se, pela relação das referências bibliográficas que apresentamos abaixo, que a ECEME optou pela estruturação da disciplina na abordagem da “geopolítica clássica” ou histórica, utilizando também autores militares e edições da Biblioteca do Exército Brasileiro (BIBLIEx). Da listagem abaixo o autor Vesentini (2003) é o único com perspectiva mais atual da disciplina:

- ACKENSER, Everaldo. *Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1952.
- BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. *Retrato do Brasil: Texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro, 1986. Atlas.
- CASTRO, Therezinha de. *O Brasil no Mundo Atual*. Rio de Janeiro: Pedro II, 1982.
- _____. *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. Rio de Janeiro.: [s.n.], 1986.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- KJÉLLEN, Rudolf. *Teoria Geral do Estado*. Universidade Upsala. Suécia.
- MACKINDER, Halford. *Democratic Ideals and Reality*. Holt. Nova York. 1919.
- MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica: Introdução ao Estudo*. São Paulo: Sicureza, 2006.
- MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power Upon History*. Little, Brown and Co. Boston, 1918.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, [19--].
- _____. *Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.
- _____. *Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1977.
- _____. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
- _____. *Projeção Mundial do Brasil*. Gráfica Leal Ltda. São Paulo, 1960.
- _____. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.
- SPYKMAN, Nicholas. *América's Strategy and World Politics*. New York, 1942.

TOSTA, Octávio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
 TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. Rio de Janeiro: EME, 1933.
 VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 2ª ed. São Paulo. Contexto. 2003 (PLADIS GEOPOLÍTICA, CCEM/ECEME, 2011).

A disciplina **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** tem como objetivos específicos:

- Identificar as principais teorias das relações internacionais;
- interpretar os papéis desempenhados pelos principais organismos internacionais no contexto das relações entre os Estados;
- identificar os conceitos das relações internacionais na interpretação da política externa brasileira;
- interpretar as Diretrizes da Política Externa Brasileira e seus desdobramentos nos campos político, comercial e militar; e
- identificar os fundamentos do Direito Internacional Público (PLADIS, 2010-2013).

Entre os assuntos ministrados nessa disciplina está “as Relações Internacionais na Atualidade”, que aborda grandes temas como a interpretação dos papéis desempenhados pelos principais organismos internacionais no contexto das relações entre os Estados e os impactos causados sobre a soberania dos Estados pelos novos atores e temas da política internacional. Também se abordam questões sobre as origens, o histórico e a evolução do Tribunal Penal Internacional, as principais participações e ações brasileiras em Forças de Manutenção da Paz, envolvendo o conhecimento da legislação nacional e internacional de amparo à participação do Brasil em operações de paz, as diferenças entre os dispositivos previstos nos capítulos 6 e 7 da Carta da ONU²⁹ e as lições aprendidas pelas Forças Armadas brasileiras no tocante às operações de paz.

A disciplina **OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS ATIVIDADES** tem nas suas unidades didáticas temas de “Inteligência Militar”, “Comunicação Social”, “Operações Psicológicas” e “Assuntos civis, atividades de cooperação civil-militar (CIMIC) e atribuições subsidiárias”. Os dois primeiros temas, antes de 2010, eram disciplinas da grade curricular e foram transferidos

²⁹ O capítulo 6 trata da solução pacífica de controvérsias, “onde as partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha” (Carta da ONU, 1945, p. 22). O capítulo 7 trata da ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão.

para essa disciplina, mantendo os conteúdos. O tema “Operações Psicológicas” antes era conteúdo da disciplina OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE.

Os Assuntos Cíveis, juntamente com as Relações Públicas são os serviços responsáveis pela relação com as autoridades civis e pela administração de territórios ocupados, como suprimentos para a manutenção das condições mínimas de sobrevivência da população³⁰. Como objetivos específicos o tema “Assuntos Cíveis” propõe identificar os fundamentos das atividades de Assuntos Cíveis, assim como as funções correlatas do Chefe da 5ª Seção no Estado-Maior e em Grandes Unidades. Nesta disciplina também se apresenta temas relacionados à atuação militar na faixa de fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais, realizando estudos sobre a conjuntura nacional e internacional e o entorno estratégico, assim como os amparos legais da *Política de Defesa Nacional*, *Estratégia Nacional de Defesa* e outros documentos. É a disciplina que mais indica no campo “Assuntos” as legislações de defesa do país.

A disciplina OPERAÇÕES CONJUNTAS, INTERALIADAS E SIMULAÇÃO DE COMBATE tem como objetivos específicos:

- Adestrar Estado-Maior Conjunto e Estado-Maior de Grandes Unidades da Força Terrestre;
- capacitar os oficiais-alunos a participar dos exercícios de adestramento do Ministério da Defesa;
- praticar a elaboração de documentos utilizados nas operações conjuntas e singulares;
- testar a doutrina militar conjunta e singular e colaborar para o aperfeiçoamento de ambas, por intermédio da simulação de combate;
- conhecer o “modus operandi” da Marinha e da Força Aérea Brasileira, de modo a aperfeiçoar a interoperabilidade; e
- capacitar os oficiais-alunos a integrar Comissões para elaboração e revisão de documentos doutrinários de interesse do MD e do EME.

Essa disciplina é ministrada durante os dois anos do CCEM. Ela é constituída de um exercício de dupla ação denominado AZUVER, um jogo de guerra simulado de dupla ação, criado em 1990 e que envolve a participação das três Forças Armadas³¹. O exercício possui três fases: planejamento operacional (duração de duas semanas), planejamento tático (duração de uma semana) e

³⁰ Manual Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10 (2013).

³¹ Sobre AZUVER ver <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/11/oficiais-da-fab-treinam-planejamento-de-guerra>>. Acessado em 17 nov 2014.

simulação de combate (duração de duas semanas) e tem como cenário a disputa entre dois exércitos, Azul e Vermelho, que lutam por uma determinada região.

O exercício AZUVER faz parte do currículo das Escolas de Estado-Maior das três Forças e permite aprimorar a instrução das operações conjuntas, padronizando o conhecimento de suas doutrinas³². De acordo com os procedimentos metodológicos, no início da disciplina os alunos recebem instruções teóricas na ECEME, conduzida, inicialmente, por oficiais do Comando de Operações Terrestres (COTER). A segunda parte é o exercício AZUVER, geralmente aplicado na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar).

5.12

Complementação do ensino

Além das disciplinas, o CCEM é composto por atividades de complementação do ensino, envolvendo dinâmicas de grupo realizadas pela seção de Psicopedagogia, tempo de pesquisa para a realização e apresentação da monografia de conclusão de curso, palestras e conferências, programa de leitura, viagens e visitas, treinamento físico militar e teste de aptidão de tiro.

A seção Psicopedagógica tem como atribuições planejar, orientar, coordenar, acompanhar e controlar as avaliações vertical (professor avaliando aluno) e lateral (aluno avaliando aluno) do que é chamado no Exército de “área afetiva”.

Por área afetiva entende-se, segundo a Portaria nº 102/ DEP, de 28 de dezembro de 2000, ser o domínio do comportamento humano que compreende todos os aspectos relacionados aos valores, atitudes, sentimentos, interesses e emoções. Na elaboração dos documentos de currículo, as escolas militares estabelecem além dos objetivos e conteúdos das disciplinas, os objetivos da área afetiva que deverão ser desenvolvidos e avaliados ao longo dos cursos.

Para o CCEM, a ECEME elencou oito atributos necessários ao oficial do Estado-Maior, que serão estimulados e avaliados durante todo o curso:

Adaptabilidade – capacidade de se ajustar apropriadamente às mudanças de situações.

³²Sobre a integração das Forças no exercício Azuver, ver <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?option=com_content&view=article&id=403:azuver-2013&catid=1:noticias&Itemid=146&lang=pt>. Acessado em 15 out 2014.

Autoconfiança – capacidade de demonstrar segurança e convicção em suas atitudes, nas diferentes circunstâncias.

Criatividade – capacidade de produzir novos dados, ideias e/ou realizar combinações originais, na busca de uma solução eficiente e eficaz.

Direção – capacidade de conduzir e coordenar grupos e/ou pessoas, na consecução de determinado objetivo.

Disciplina Intelectual – capacidade de adotar e defender a decisão superior e/ou do grupo mesmo tendo opinado em contrário.

Equilíbrio Emocional – capacidade de controlar as próprias reações para continuar a agir, apropriadamente, nas diferentes situações.

Liderança – capacidade de dirigir, orientar e propiciar modificações nas atitudes dos membros de um grupo, visando atingir os propósitos da instituição.

Flexibilidade - capacidade de reformular planejamentos e comportamentos, com prontidão, diante de novas exigências (Documento de Currículo da ECEME e Portaria n° 012, de 12 de maio de 1998).

As viagens e visitas, combinadas ou não com os Exercícios no Terreno, variam conforme os planejamentos anuais da ECEME e procuram atingir todas as áreas do território nacional: Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Núcleo Central, Região Sul, Região Nordeste e Região Centro-Oeste³³.

Os ciclos de palestras e conferências também variam de acordo com os planejamentos anuais. O grande número de palestrantes civis nos faz crer que seja o momento de maior participação civil na formação dos oficiais do Estado-Maior. Os temas variam conforme os acontecimentos nacionais e mundiais e são convidados especialistas civis e militares para proferirem palestras e debates sobre os temas escolhidos³⁴.

No próximo capítulo analisaremos as monografias do Curso de Comando do Estado-Maior entre os anos 1999 e 2012.

³³ Regiões estabelecidas no Plano de Gestão da ECEME (2010 – 2011).

³⁴ Detalhes sobre os eventos realizados, incluindo informações sobre os palestrantes civis, na ECEME desde 2010 estão disponíveis em <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?option=com_content&view=article&id=110&Itemid=94&lang=pt>. Acessado em 16 out 2014.

6

Monografias do Curso de Comando e Estado-Maior – 1999 a 2012

6.1

Introdução

O presente capítulo trata dos temas das monografias de conclusão do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército no período de 1999 a 2012. Como vimos nos capítulos anteriores, após a aprovação no concurso de admissão da ECEME, os oficiais, durante os dois anos de formação do CCEM, realizam as disciplinas obrigatórias e participam de todas as atividades de complementação do ensino da escola, incluindo exercícios no terreno em diversas regiões do país e carga horária de palestras e seminários com especialistas civis e militares.

Para efeito de progressão na carreira militar, os cursos de altos estudos militares, incluindo o CCEM, é o penúltimo ciclo de capacitação¹, estabelecido pela Lei de Ensino do Exército de 08 de fevereiro de 1999, e o seu respectivo Regulamento, de 23 de setembro 1999. A *Lei de Ensino do Exército* inovou ao determinar a criação de Pós-Graduações nos cursos realizados no Exército Brasileiro. No Art. 15 da lei, define-se a pós-graduação como a complementação da graduação e da formação universitária, possuindo programas de mestrado e de doutorado e currículos dos cursos de aperfeiçoamento, de especialização e outros.

Para atender às novas propostas da Política de Ensino² estabelecida pelo *Processo de Modernização do Ensino do Exército*, iniciado em 1994, foi escolhido para comandar a ECEME, entre os anos de 2000 e 2002 o General-de-Brigada Paulo César de Castro. O General Castro foi diretor da extinta Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), atual Diretoria de Educação Superior

¹ O último ciclo das atividades de ensino do Exército, para fins de progressão na carreira, é o curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx).

² Portaria nº 715, de 6 dez 2002.

Militar (DESMil), órgão que conduziu os trabalhos de elaboração e execução do processo de modernização do ensino.

Em 2001, no comando da ECEME, o General Castro criou a seção de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Militares, setor responsável pelos trabalhos de conclusão de todos os cursos da ECEME. A partir de 2002, após o reconhecimento do Ministério da Educação das Ciências Militares como um dos campos do conhecimento estudados no Brasil³, as monografias passaram a ser obrigatórias no CCEM⁴. Antes, o oficial aluno optava por realizar ou não monografia e caso ele não realizasse recebia o título de especialista em Altos Estudos, mas não poderia pedir equiparação com cursos fora do Exército⁵.

As mudanças no ensino militar, iniciadas com a Lei de ensino de 1999, são concomitantes à criação do Ministério da Defesa no mesmo ano. Os militares, atentos às mudanças no cenário político do país e acompanhando as tendências em voga, estabelecem a criação das Pós-Graduações no sistema de ensino do Exército. As Pós-Graduações tentam aproximar o ensino militar do ensino civil, como demonstram os objetivos da Seção de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME:

- Criar um corpo de pesquisadores que atenda às necessidades em Pesquisa Aplicada das Forças Singulares em Ciências Militares;
- desenvolver a pesquisa como instrumento para elaboração de doutrina e resolução de problemas baseado em uma metodologia científica, proporcionando, por conseguinte, uma maior fundamentação teórica aos trabalhos do oficial de Estado-Maior e um assessoramento altamente qualificado;
- capacitar recursos humanos em um alto nível de assessoramento para mobiliar o Órgão de Direção Geral, os Órgãos de Direção Setorial e o Ministério da Defesa, buscando atender às necessidades da instituição, tais como o processo de transformação do Exército e as adequações das estruturas organizacionais à *Estratégia Nacional de Defesa*;
- proporcionar uma maior interação civil-militar, com intercâmbio de professores civis e militares e intercâmbio entre a ECEME e os principais centros universitários do país e do exterior; e
- proporcionar a realização de cursos de pós-graduação nas áreas das Ciências Militares e da Defesa para civis (ECEME, SPPG, 2014).

Os objetivos acima demonstram as preocupações em formar *expert* para ocupar cargos no Ministério da Defesa, a necessidade de adequar-se às

³ Diário Oficial da União de 26 de março de 2002, sobre o parecer CES/CNE nº 1295/2001.

⁴ Ver PERES e CÂMARA, 2005, p. 157.

⁵ Como vimos no capítulo 5, segundo a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, a monografia é condição necessária para expedição de certificados em cursos civis de pós-graduação *lato sensu*.

orientações da *Estratégia Nacional de Defesa* e a necessidade de ampliar a interação civil-militar. Para Oliveira (1994, p. 104) os militares, respaldados em sua autonomia, apresentam capacidade polivalente de:

a) definir interesses; b) antecipar-se analítica e politicamente com relação ao desenvolvimento das conjunturas; e c) tomar iniciativas políticas relevantes, tendo em vista condicionar (no sentido de restringir, ampliar, abrir ou fechar) o campo da luta política no nível do Estado e das lutas sociais. Em razão de um importante fechamento institucional, a direção político-intelectual e a orientação ideológica do aparelho militar sofrem poucas influências externas à instituição. (...) A instituição militar é efetivamente autárquica no que diz respeito à formação profissional, a qual via de regra repele o debate político ao mesmo tempo em que, por meio dos canais burocráticos, elabora o pensamento da instituição.

6.2

ECEME e a socialização da cúpula militar

De cadete até o Quadro do Estado-Maior da Ativa e, quem sabe, o generalato, o militar, durante toda sua carreira é habitante do universo hermético da caserna que possui regras de convivência muito peculiares. Castro (2004a) diz que os militares, desde a Academia, são socializados e acostumados a dividir o mundo e suas perspectivas entre os militares, “de dentro”, e o dos paisanos, “de fora”. A forma de organização do universo militar criou exclusividades que, mesmo com as mudanças provocadas pela pós-modernidade, ainda estão presentes na definição da identidade da vida dos militares. Como exemplo, temos a costumeira convivência entre os militares que têm os filhos frequentando as mesmas escolas, o lazer nos mesmos clubes, os estudos nos mesmos cursos de especialização, moradias nas vilas militares etc.

Outra característica que chama atenção são os aspectos endógenos que compõem e retroalimentam as concepções, ideologias e formas de atuação tanto nos aspectos sociais, quanto políticos dos militares. Há quartéis que todas as atividades são exercidas por militares: da faxina realizada pelos soldados às licitações administrativas realizadas pelo oficial intendente. O mesmo acontece no magistério militar, pois os militares ministram todas as disciplinas, até as que precisam de formações específicas como Psicologia, Sociologia, Direito e História.

Esse “mundo de dentro” dos militares ao mesmo tempo em que os afastam também os fazem responsáveis pelas questões da “Pátria”, irremediavelmente ligada ao “mundo de fora”. Para Castro (1993), a exacerbação das diferenças entre

militares e paisanos extrapolam os aspectos profissionais e se estendem para a escala de valores. Para o autor, “o perigo mais óbvio dessa situação é o desenvolvimento (ou persistência) dentro do Exército, de valores diferentes daqueles desejados pela sociedade civil” (p. 231).

Leirner (1995, p. 122) considera que no Exército existem lugares estrategicamente definidos e que possuem o papel de contato dos militares com o mundo civil. A ECEME é um desses lugares onde, além da integração, os comandantes fazem as funções de relações públicas da instituição. Porém, como lembra Oliveira (1994, p. 104), a entrada dos civis nesses espaços corresponde a uma mão dupla através da qual o aparelho militar também influencia seus parceiros civis e condicionam suas entradas por critérios de seleção que atendam ao que é desejado pela instituição, estabelecendo os limites da sua participação e convivência.

Em geral, isso se dá da maneira mais visível sob a forma de eventos em que civis, geralmente professores, empresários e profissionais liberais – são convidados a expor sobre um tema de interesse da escola e depois debatê-lo. Nestes eventos, certos grupos de oficiais aproveitam as informações e incorporam-nas em seus trabalhos e atividades. Pode-se dizer que a ECEME desempenha esse papel dentro do Exército porque sua função educativa se coaduna com influxos externos à instituição, ou seja, aproveita a “visão da sociedade” (termo empregado em um destes eventos) com o pretexto de executar uma constante reavaliação da doutrina da força (Leirner, 1995, p. 122).

A ECEME une experiências de diferentes tipos de oficiais. Os alunos já “amadurecidos” na carreira recebem aulas de instrutores rigidamente selecionados e que possuem, além da vivência nacional, experiências adquiridas em missões no exterior⁶. Tudo isso, atrelado às características da instituição, à dinâmica de ensino da escola, ao conhecimento aplicado nas disciplinas e às intervenções de civis nas palestras e conferências, é misturado e relido, produzindo percepções e avaliações da realidade.

É nesse contexto que as monografias de conclusão de curso dos oficiais que realizam o CCEM são realizadas. Pelas monografias podemos observar como os oficiais-autores interpretam o contexto militar e os contextos nacional e internacional. Por meio dos temas podemos perceber também o que é importante

⁶ Pelos critérios estabelecidos pela Diretoria Geral do Pessoal (DGP), o militar ao retornar de missão no exterior deve ser movimentado para Organizações Militares (OM) onde os conhecimentos adquiridos possam ser aproveitados e difundidos, dando prioridade para as escolas militares. Ver Instruções Reguladoras para Aplicação da Movimentação de Oficiais e Praças do Exército (EB 30-IR-40.001), Portaria nº 47/DGP, de 30 mar 2012.

para eles e, conseqüentemente, para a instituição. Os autores que já estudaram as monografias produzidas na ECEME (CEEM e CPEAEx) como Leirner (1995), Soares (2005), Lourenção (2007) e Marques (2007), consideram as monografias como discursos legitimados institucionalmente e por isso chamados de “pensamento militar”.

6.3

O controle institucional

As monografias, apesar de serem trabalhos individuais, só são concretizadas mediante rigoroso controle institucional. A confecção e apresentação das monografias da ECEME são reguladas por documentos elaborados pela própria escola e que fazem parte do seu Regimento Interno. São eles o “Regimento Interno da Pós-Graduação” e a “Coletânea de Instruções da Pós-Graduação”, fontes de onde extraímos todas as informações a seguir⁷.

Os documentos definem monografia de acordo com a ABNT (NBR1472 14724,2005), como sendo o documento que representa o resultado de pesquisa e estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido e estar relacionado com o conteúdo do curso regular da Escola. Estabelece também que o trabalho deve ser feito sob a coordenação de um orientador, visando a obtenção do título de especialista.

A cada ano a Seção de Pesquisa (SPsq) recebe sugestões de linhas e temas de pesquisa para constarem dos programas no ano seguinte. As sugestões são originárias de órgãos superiores do Exército como o COTER, EME, DCT⁸, Comando de Operações Especiais e o próprio comando da ECEME. Os temas chegam à ECEME com justificativas que especificam os objetivos a serem atingidos, as prioridades, as formas de aproveitamento do trabalho e outras informações que facilitem a escolha e consolidação dos temas.

A SPsq consolida as propostas e formula uma relação final das linhas de pesquisa e temas que é submetida ao Conselho de Ensino. Presidida pelo

⁷ Os documentos com edições de 2007 e 2009 podem ser consultados na página da pós-graduação da ECEME em <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?option=com_docman&Itemid=207&lang=pt>. As edições anteriores desses documentos, dos anos 2001 e 2005 foram consultadas na Divisão de Ensino da ECEME, sem a possibilidade de reprodução, por serem classificadas como sigilosas. Em 2001, os documentos tinham a denominação de *Norma de Obtenção dos Resultados da Aprendizagem* (NORA).

⁸ Departamento de Ciência e Tecnologia.

Comandante da ECEME, o conselho aprova a lista que será utilizada nos Cursos de Altos Estudos Militares e no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, dentro dos diversos grupos de pesquisa que constam do programa de pós-graduação para cada ano.

A lista das Áreas de Estudo é disponibilizada aos alunos do CCEM na primeira semana de aula⁹ e cabe ao aluno indicar suas opções de área (em ordem decrescente de prioridade) por intermédio da Ficha de Inscrição no Programa de Pós-Graduação. A ficha de inscrição contém informações pessoais sobre os cursos civis e militares realizados, funções exercidas na carreira e citações de publicações científicas. A SPsq analisa se o tema escolhido corresponde às aptidões do aluno e, caso não tenha um tema de urgência ou de maior interesse para a força, o tema escolhido pelo aluno é mantido e aprovado.

Estabelecido os temas das pesquisas, durante a disciplina Metodologia da Pesquisa em Ciências Militares, os alunos confeccionam seus projetos e novamente os submetem à avaliação da Seção de Pesquisa. Sendo aprovado, o aluno mantém contato com o orientador¹⁰ determinado pela SPsq, cumpre o cronograma estabelecido em seu projeto de pesquisa e apresenta o trabalho para a Comissão de Avaliação no prazo e nas condições determinadas.

A Comissão de Avaliação é presidida pelo orientador e composta por mais dois oficiais (preferencialmente integrantes do grupo de pesquisa relacionado) ou civis especialistas do tema. No CCEM, a monografia é pré-requisito para obtenção do título, porém não recebe nota, sendo necessário que o oficial-aluno receba apenas a menção “Aprovado”.

A divulgação das monografias varia de acordo com o tratamento quanto ao grau de sigilo do trabalho. A classificação sigilosa das monografias pode ser proposta pelo discente, pelo orientador, pela comissão de avaliação ou pela banca examinadora. Os critérios sigilosos são estabelecidos pelas Instruções Gerais para

⁹ De 2008 a 2010 a ECEME contratou a FGV para realizar um Curso de Metodologia de Ciências Militares oferecido a distância para os alunos e futuros orientadores das monografias. O curso era realizado antes de os oficiais chegarem à ECEME. Segundo Azevedo (et. al, 2009), a iniciativa de oferecer um curso de metodologia de pesquisa a distância foi a solução encontrada pela escola para que os alunos e instrutores chegassem com um conhecimento mais profundo de metodologia de pesquisa, estando melhor preparados tanto para desenvolver, como para orientar os projetos de pesquisa. As aulas de metodologia presencial não sofreram alterações.

¹⁰ O orientador pode ser oficial do corpo docente da ECEME, oficial externo à Escola ou civil que possua habilitação requerida. Quando o orientador for externo, obrigatoriamente será designado um oficial do corpo docente ou pesquisador da ECEME na condição de co-orientador.

a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (IG 10-51), com destaque para os seguintes itens:

1) Deverá ser seguido rigorosamente, no âmbito da Escola, o prescrito no Art. 14 das IG 10-51 quanto à compartimentação no acesso a documentação sigilosa. Em consequência, os trabalhos científicos que receberem classificação sigilosa não serão de consulta e cópia livres pelos demais alunos, e não está autorizada a sua inclusão em eventuais “CDs da turma”, páginas da internet ou outros meios de divulgação.

2) Serão autorizadas as seguintes modalidades de divulgação dos trabalhos científicos: disponibilidade para consulta física na Biblioteca da Escola e disponibilização em rede eletrônica de dados (dos títulos e resumos). Os trabalhos que receberem classificação sigilosa não serão disponibilizados em rede eletrônica, e serão mantidos em arquivo à parte na Biblioteca da ECEME, sendo sua consulta controlada de acordo com as normas previstas para o grau de sigilo correspondente.

3) Durante a elaboração, o autor já deverá propor um grau de sigilo ao seu trabalho, como prevê o Art. 50 das IG 10-51. A avaliação, a fim de atribuir a classificação sigilosa final, é realizada pela Banca Examinadora/Comissão de Avaliação, seguindo a proposta do autor ou por iniciativa de qualquer de seus membros.

4) Todos os trabalhos que tenham conteúdo sensível, seja pelo assunto abordado, seja pela forma de abordagem, podem receber classificação sigilosa, ainda que o assunto em si não seja claramente sigiloso. Deve ser observado, em particular, o inciso IV do Art. 4º das IG 10-51, que define como assunto reservado todo aquele “que não deva, imediatamente, ser do conhecimento do público em geral”. A atribuição de classificação sigilosa deverá ser baseada na experiência pessoal do autor e dos avaliadores, tomando por critérios práticos, além dos prescritos nas IG 10-51:

- natureza sensível do tema tratado;
- natureza sensível ou polêmica das informações tratadas ou das conclusões apresentadas;
- natureza sensível ou polêmica dos argumentos apresentados pelo autor; e
- argumentação excessivamente dura ou incisiva ao apontar falhas ou criticar instituições.

Quando a pesquisa envolve seres humanos, segundo os regulamentos, devem-se tomar todas as providências de informação e acompanhamento do Comitê de Ética na Pesquisa (CoEP) designado pelo DECEX. O aluno é obrigado a informar com antecedência, ao orientador e à ECEME, a respeito dos procedimentos de pesquisa, assim como possíveis relacionamentos a serem estabelecidos com autoridades externas.

6.4

Procedimentos metodológicos

Apesar de o acesso às monografias da ECEME ser possível pela rede *Pergamum*¹¹, disponibilizado na internet, o trabalho de coleta por esse meio é dificultado pelos instrumentos de busca do sistema que não garantem o quantitativo total das monografias nos anos pesquisados. Em visitas à biblioteca da ECEME, conseguimos uma relação dos títulos dos trabalhos de conclusão de cursos (incluindo monografias, dissertações e teses) de todos os cursos realizados na ECEME entre os anos 1996 e 2012.

A listagem possui informações sobre os títulos das monografias, autores, palavras-chaves, número de cadastro na biblioteca, cursos correspondentes e os anos da entrega dos trabalhos. Encerramos a coleta dos materiais dessa pesquisa, sobre o CCEM, em julho de 2013. Como o registro das monografias é realizado no ano posterior a sua entrega, as análises aqui apresentadas correspondem às monografias realizadas entre os anos 1999 e 2012.

Na listagem fornecida pela biblioteca da ECEME e em consulta ao sistema *Pergamum*, não constam informações sobre os trabalhos de conclusão dos cursos no ano de 2009. Não encontramos registro escrito sobre os motivos da ausência desses trabalhos no sistema da biblioteca e os bibliotecários, recém-contratados como Oficiais Técnico-Temporários (OTT), também não souberam responder sobre a ausência dos trabalhos nesse ano. Os motivos podem ser desde uma ordem do comando à falta de soldados para o registro das informações no sistema. Porém, sabe-se que em 2009 o CCEM funcionou normalmente e as monografias foram realizadas. Com a recém-contratação dos bibliotecários e a dificuldade de acesso aos arquivos onde as monografias ficam condicionadas, não conseguimos verificar as monografias impressas, o que impede as análises das monografias do ano de 2009 nesta pesquisa.

Da listagem recebida, separamos as monografias do CCEM de acordo com os anos estabelecidos por essa pesquisa. O curso totalizou 1.429 títulos, que separamos de acordo com as informações disponíveis (nome do aluno autor, ano e palavras-chaves). Analisando cada título e suas respectivas palavras-chaves, as monografias foram agrupadas em 15 categorias.

¹¹ A Rede *Pergamum* é constituída pelas instituições usuárias do software *Pergamum* - Sistema Integrado de Bibliotecas, tendo por finalidade melhorar a qualidade global dos serviços dos usuários, promover a cooperação no tratamento da informação e o compartilhamento de recursos de informação. Informações extraídas de <<http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/index.php>>. Acessado em 26 out 2014.

Após a criação das categorias, identificamos três grupos de assuntos, assim distribuídos¹²:

Tabela 4
Categorização dos títulos das monografias do CCEM e agrupamentos dos temas para análise

	Grupo Endógeno	Grupo Autonomia Militar	Grupo Exógeno
Categorias das Monografias	<ul style="list-style-type: none"> • Operações e Combate • Liderança e História Militar • Recursos Humanos, Gestão e Informática 	<ul style="list-style-type: none"> • Operações conjuntas • Indústria de Defesa • Direito e Justiça Militar • Ensino Militar • Missões no Exterior • Garantia da Lei e da Ordem • Serviço Militar Obrigatório 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas demandas das Forças Armadas e Políticas de Defesa • Desenvolvimento Nacional e relações Exército e Sociedade • Amazônia • Geopolítica e Relações Internacionais • Direito Humanitário

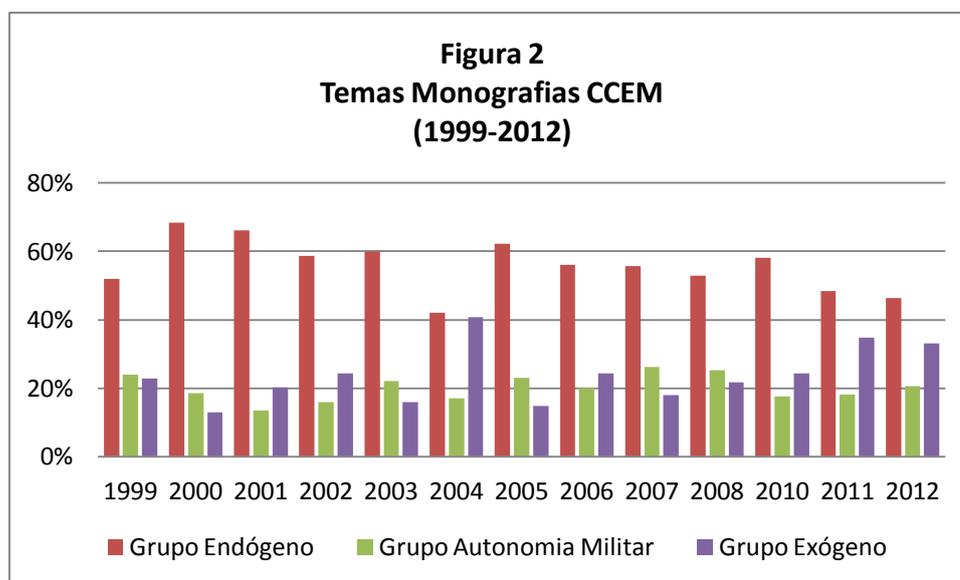
I – Grupo Endógeno: Monografias cujos temas possuem assuntos técnico-militares como questões bélicas, táticas, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística. Inserimos também temas relacionados aos valores militares como liderança e história militar.

II – Grupo Autonomia Militar: Monografias cujos temas são militares, mas que não são técnicos e não estão relacionados aos valores (como liderança e história militar). São assuntos que contribuem, principalmente, para discussões nas questões relacionadas à autonomia militar e controle civil.

III – Grupo Exógeno: Monografias cujos temas possuem assuntos relacionados às políticas de defesa e questões nacionais e internacionais, envolvendo outros atores, além dos militares.

¹² No artigo intitulado “O Exército e a questão da Amazônia” Piero Leirner (1995 e 2006) classificou as monografias da ECEME que tratavam do tema “Amazônia”, como endógenas e exógenas. Inspirados nessa concepção, utilizamos as classificações utilizadas pelo autor após categorizar os títulos de todas as monografias pesquisadas. Utilizamos as concepções endógena e exógena como “grupos” para nomear o aglomerado de monografias já categorizadas por temas, mas que permaneciam com pontos de análise em comum.

Sobre a predominância dos temas, percebemos, como demonstra o gráfico a seguir, a supremacia dos temas relacionados aos aspectos técnicos e de conhecimento específicos da profissão militar (grupo endógeno). Os dois outros grupos (grupo autonomia militar e grupo exógeno) oscilam em termos de predominância no decorrer dos anos.



Sendo assim, destaca-se o ano de 2004, como o ano de maior equivalência entre os grupos com temas de caráter endógeno e exógeno à instituição¹³. Os anos de 2011 e 2012 também se destacam por apresentarem uma queda nos temas endógenos e crescimento dos temas exógenos. As especificidades apresentadas nos anos 2004, 2011 e 2012 serão tratadas no próximo capítulo, onde também analisaremos o contexto das políticas de defesa e das políticas militares dos governos nesses períodos.

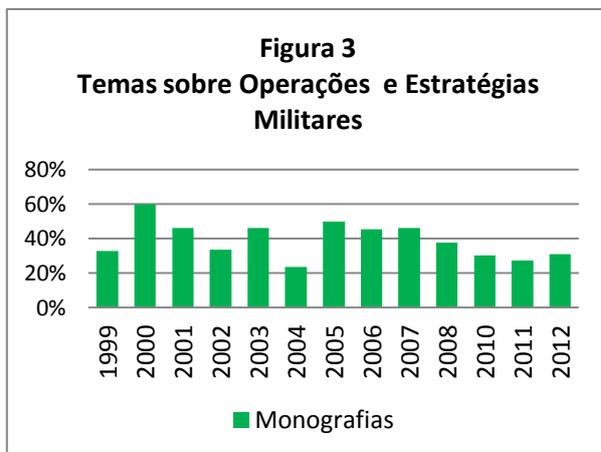
6.5

Sobre o Grupo Endógeno

De todos os temas apresentados nas monografias pesquisadas, os títulos envolvendo questões bélicas, táticas, de inteligência, doutrina, adestramento,

¹³ Esse resultado talvez seja reflexo da implantação da Pós-graduação na ECEME e a obrigatoriedade da monografia como requisito para a conclusão do CCEM, em 2002. Exatamente os dois anos de duração do curso e o tempo entre a escolha dos temas e a entrega das monografias da turma de 2004.

administração e logística foram preponderantes, chegando a quase 60% do total de monografias no ano 2000 (Figura 3).

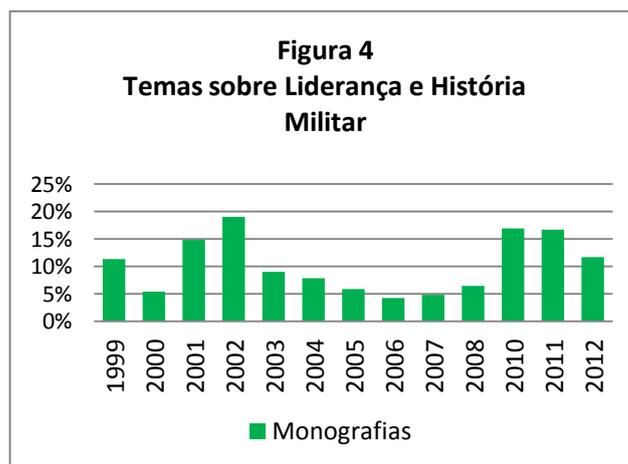


Os temas abordam assuntos sobre operações e estratégias específicos das armas militares, como emprego de artilharia antiaérea, família de blindados, avaliações do adestramento, apoio logístico nas manobras, emprego dos órgãos de inteligência nas operações militares, sincronização no

campo de batalha, gestão de suprimentos etc.

Também incluímos no Grupo Endógeno os temas das monografias relacionados à Liderança e História Militar (Figura 4).

Sobre o tema liderança encontramos a predominância de títulos que ressaltam a importância da liderança nos oficiais do Alto-Comando. Em seguida, aparecem temas que relacionam a liderança militar com teorias da Administração como: tipos de lideranças,



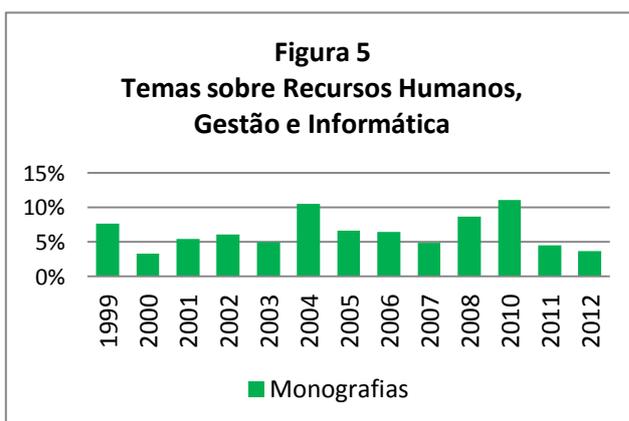
identificação de lideranças e influência da cultura organizacional na liderança dos comandantes.

Sobre o tema História Militar, percebemos que em datas comemorativas como os 500 anos do Brasil e o centenário da ECEME, houve um direcionamento da Seção de Pós-Graduação para a escolha de temas específicos para esses eventos.

Em 2001, há monografias que abordam a origem, evolução e contribuições de cada arma militar durante os 500 anos do Brasil. As monografias apresentam o mesmo título, mudando apenas o nome das armas, ex: “A infantaria do Exército Brasileiro: origem, evolução e contribuições durante os 500 anos do Brasil: perspectivas para o início do século XXI”.

O mesmo aconteceu em 2002, com monografias com títulos sobre a história do centenário da ECEME, que iria ocorrer em 2005. As monografias também apresentam títulos semelhantes, alterando apenas os períodos dos anos pesquisados. São títulos que abordam a relação da ECEME com os contextos históricos (ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares) e títulos que contam a história dos comandantes, instrutores, colaboradores e alunos (perfil, ideias, relações e realizações) da escola. As monografias com esses temas foram transformadas em artigos e publicadas na Revista PADECEME, edição comemorativa, em 2005.

Os temas sobre Recursos Humanos, Gestão e Informática (Figura 5) também foram incluídos no Grupo Endógeno por tratar de temas do cotidiano administrativo da caserna. Na análise dos títulos das monografias, o tema aparece como preocupações dos futuros comandantes, principalmente em assuntos relacionados às questões administrativas das grandes unidades do Exército. Os títulos contemplam assuntos sobre as implantações de programas gerenciais,



sistema de avaliações dos militares, sistema de promoções e otimização dos recursos humanos.

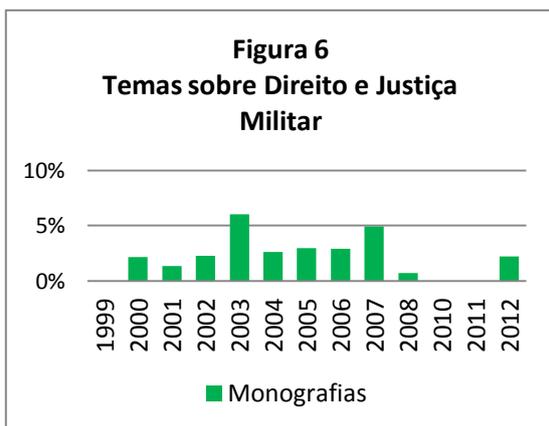
A princípio, parece natural que a expertise militar se reflita nas proposições dos temas das monografias dos futuros

oficiais do Estado-Maior, seja devido às experiências adquiridas na carreira, seja pelas futuras atribuições que irão assumir. Mas, cabe ressaltar, que a predominância dos temas exclusivamente militares, não é apenas uma escolha dos alunos, mas também uma orientação da instituição, que limita as pesquisas e as metodologias de acordo com seus interesses.

6.6

Sobre o Grupo Autonomia Militar

Os temas relacionados a esse grupo também tratam de questões técnico-militares, mas diferem, por abordarem questões nacionais e políticas da instituição. Muitos títulos abordam as especificidades da instituição militar, em relações às demais instituições do Estado, como os temas ligados à Justiça e ao Ensino Militar. Há também temas relacionados às Políticas de Defesa e Coordenação do Ministério da Defesa como as Operações Conjuntas, Indústria de Defesa e Missões no Exterior. E, por fim, temas que refletem a relação direta do



Exército com a sociedade apresentadas nos títulos e palavras-chaves sobre a Garantia da Lei e da Ordem e o Serviço Militar Obrigatório.

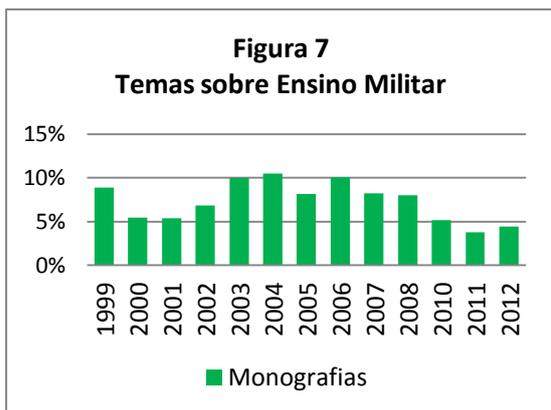
Pela Figura 6 podemos perceber que os temas relacionados ao Direito e Justiça Militar não chegam a 10% das

monografias produzidas pelos futuros oficiais do Estado-Maior. Os anos 1999, 2010 e 2011 não apresentaram nenhuma monografia sobre o tema.

A maioria dos títulos pesquisados apresentam questões técnicas como a confecção do inquérito militar e apontamentos sobre a necessidade de conhecimentos jurídicos por parte do oficial do Exército Brasileiro. O ano de 2003 foi o ano em que apareceram títulos mais críticos sobre os temas, como:

- “Reflexo das sentenças judiciais nas organizações militares do Exército Brasileiro”.
- “A justiça militar federal diante da reforma do poder judiciário”.
- “Análise jurídica do Regulamento Disciplinar do Exército à luz do direito constitucional e administrativo”.
- “Apreciação crítica quanto à inclusão da disciplina nas escolas militares: uma visão objetiva da importância do estudo do direito para o comandante de unidade (palavra-chave: Direito Agrário)”.
- “Modernização do Código Penal Militar e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional”.
- “As inovações na política criminal introduzidas pela lei n. 9.099/95 e os códigos penais militares”.

Sobre o Ensino Militar (Figura 7) encontramos monografias com títulos sobre como ensinar e desenvolver a liderança nos diversos níveis do ensino militar, do ensino médio nos Colégios Militares à formação do Estado-Maior. Há trabalhos sobre o próprio curso da ECEME, com sugestões de aprimoramento na seleção, análises sobre os impactos da Modernização do Ensino na escola, validação dos currículos e metodologias de ensino. Há monografias (com predominância do tema em 2006) sobre viabilidades e avaliações da modalidade

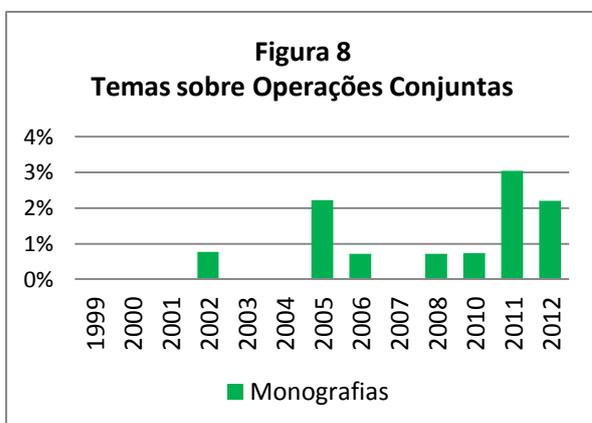


de ensino a distância que, devido à capilaridade nacional da instituição, é uma das formas de diminuir custos de transferências e movimentações.

Quatro títulos das monografias destacam o ensino da disciplina “História Militar” nas escolas militares. São eles:

- “O ensino de história militar no Exército Brasileiro: uma abordagem crítica” (monografia de 1999).
- “O ensino da história militar na ECEME e na EsAO: uma proposta” (monografia de 2000).
- “A influência da história militar na formação e aperfeiçoamento do profissional militar” (monografia de 2004).
- “A importância do estudo da História Militar para o desenvolvimento da Estratégia Militar” (monografia de 2012).

Sobre a adequação do sistema colégio militar do Brasil às diretrizes e bases da educação nacional, encontramos dois títulos com esses assuntos, em 2003 e

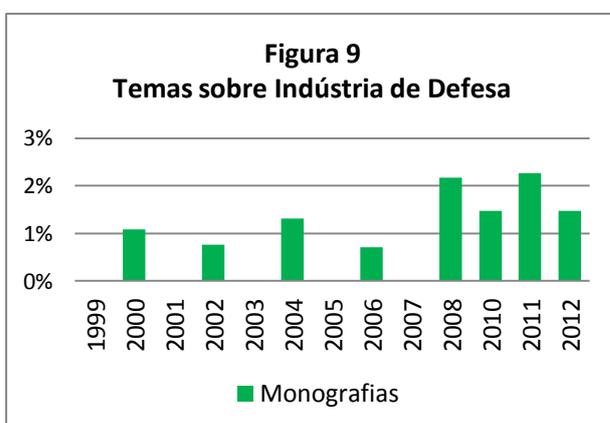


2011. Não encontramos nenhuma monografia que faça menção à autonomia do ensino militar bélico, sobre a necessidade de abertura do ensino ou troca de conhecimentos com instituições civis.

Também incluímos no Grupo Autonomia, monografias que abordam assuntos sobre as Operações Conjuntas.

Uma das diretrizes da END/2008 é unificar e desenvolver as operações conjuntas das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos. Os instrumentos principais dessa unificação são o Ministério da Defesa e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Dos anos pesquisados nesse trabalho, quase metade não apresentou monografias sobre o tema (Figura 8). Nos demais anos, os títulos abordam a participação dos serviços de inteligência, do apoio logístico e das operações psicológicas do Exército Brasileiro nas Operações Conjuntas. Em 2005, há um tema sobre a situação no período e as perspectivas futuras sobre a integração das Forças Armadas. E, em 2011, há uma monografia que relata experiências no Teatro de Operações Amazônico (defesa de hidrovias) no emprego conjunto das Forças Singulares.



Sobre temas relacionados à Indústria de Defesa, percebemos nos títulos das monografias (Figura 9), o avanço que o setor teve ao longo dos anos estudados, apesar da ausência do tema nos anos 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007 (Figura 9). A

Política Nacional da Indústria de Defesa¹⁴ e as novas concepções, como, por exemplo, os avanços nas pesquisas tecnológicas, a participação de empresas civis e a criação da base industrial de defesa aparecem nos títulos das monografias¹⁵.

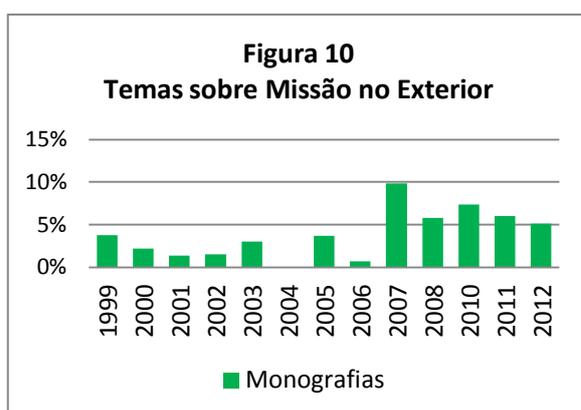
Em 2000, encontramos títulos referentes às “Dificuldades interpostas à modernização da Força Terrestre brasileira: óbices à constituição de uma base industrial de defesa”. Em 2002, surgem temas como “Propostas de reativação da indústria bélica nacional”. E, em 2008 e 2010, após a primeira *Estratégia Nacional de Defesa*, os temas retratam “a avaliação da participação do Estado brasileiro, das Forças Armadas e da iniciativa privada na pesquisa e desenvolvimento de material de defesa” (ano 2008), “a nacionalização dos

¹⁴ Aprovada pela Portaria Normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005.

¹⁵ Sobre a defesa e o desenvolvimento industrial: incentivo ao aumento das exportações, marcos regulatórios, desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, interlocução com as empresas brasileiras e base industrial de defesa, ver *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012).

materiais de defesa” (ano 2008) e “a base industrial de defesa do Brasil como fator de dissuasão na América Latina” (em 2010).

Os anos de 2011 e 2012 trazem temas sobre a mobilização industrial cívico-militar e estudos de caso sobre a obtenção dos materiais de emprego militar como oportunidade de fomento à Base Industrial de Defesa, como a aquisição do radar SABER M60 pela EMBRAER e ORBISAT.



Sobre as monografias que possuem temas relacionados às Missões no Exterior, concentramos os títulos e palavras-chaves que continham conteúdos relacionados às missões de paz e aos observadores militares.

Em relação às missões de Paz, segundo o *Livro Branco da Defesa* (2012, p. 160), desde 1947, o Brasil participa de missões de paz da ONU, tendo já contribuído com mais de 30 mil militares e policiais. Integrou operações na África (Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), na América Central e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor leste) e na Europa (Chipre, Croácia).

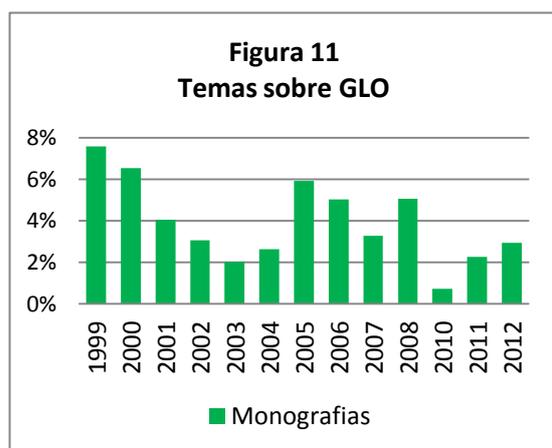
Nas monografias do CCEM, encontramos trabalhos sobre as missões de paz em Angola (monografia de 1999), Moçambique (monografia de 2007) e Timor Leste (monografia de 2001). Em 2004, iniciou-se a missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, conhecida como MINUSTAH. O Brasil detém o comando dessa força de paz e oferece mais de 2 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica que, segundo o *Livro Branco da Defesa Nacional*, é o maior contingente de tropas entre os 15 países participantes.

Os títulos das monografias que fazem menção às missões de paz no Haiti começam a aparecer em 2005. Em 2006, um dos títulos aponta para a necessidade de melhor preparação psicológica para os oficiais e familiares antes da missão. Em 2007, encontramos um título que relata as experiências e dificuldades do primeiro contingente. A partir de 2010, ano do grave terremoto que atingiu a capital haitiana, Porto Príncipe, surgem, nas monografias, títulos mais críticos como: “O Brasil no HAITI: missão de imposição ou manutenção da paz?” e “Imposição da Paz: a pacificação de Cité Soleil e sua contribuição para a projeção

do poder nacional brasileiro”. Em 2012, há predominância de títulos que associam a missão de paz no Haiti com a projeção internacional do Brasil. Entre os títulos destacamos: “A participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas como vetor de inserção internacional de segurança”, “O Brasil na MINUSTAH e o aumento de sua projeção no Cone Sul”, “O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: uma forma de incrementar a Política Externa Brasileira” e “A participação do Brasil em operações de paz desde a Segunda Guerra Mundial: aumento do prestígio e da projeção do Brasil no cenário internacional e oportunidade para o preparo da Força Terrestre”.

Sobre os observadores militares, em 1999, há monografias sobre relatos de experiências na ex-Iugoslávia e sobre as “situações críticas vividas por oficiais do Exército Brasileiro como observadores”. Também encontramos títulos que ressaltam a importância dos observadores para a projeção do poder nacional nas monografias dos anos 2003 e 2010.

A Constituição de 1988 estabeleceu que as Forças Armadas podem intervir em assuntos de segurança interna, desde que solicitado por um dos três poderes da República. Na análise das monografias do CCEM sobre os temas relacionados à Garantia da Lei e da Ordem (Figura 11) encontramos um título, em 2006, que aborda as implicações da Constituição de 1988 para a doutrina alfa do Exército Brasileiro¹⁶. As questões da subordinação militar e a possibilidade de solicitação dos três poderes são preocupações constantes dos militares. Entre os anos pesquisados, encontramos pelo menos um título de monografia, em cada ano,



abordando os aspectos jurídicos e as implicações legais para esse tipo de missão do Exército Brasileiro.

Em 2004, há uma monografia sobre as intervenções do Exército durante motins das Polícias Militares. Os movimentos grevistas, recorrentes no período¹⁷, chegaram

¹⁶ A doutrina alfa é a estratégia terrestre que orienta o emprego do Exército em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Sobre as doutrinas do Exército Brasileiro e seus planejamentos ver DA SILVA, 2009.

¹⁷ Um exemplo foi a greve da Polícia Militar, em Salvador, no ano de 2002. Ver < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101200202.htm>>. Acessado em 27 de out de 2014.

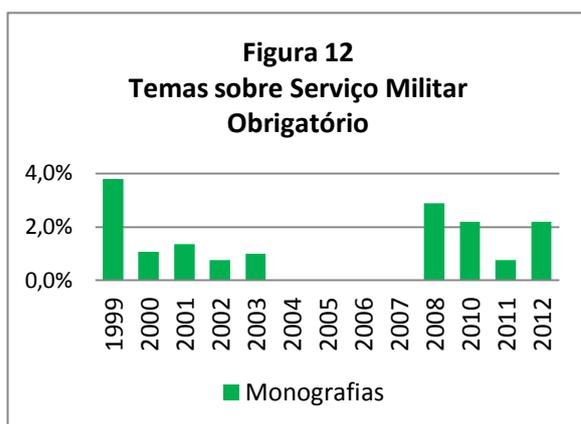
até às Polícias Militares em vários estados do Brasil. O problema levou o governo federal a reagir, em 2001, pelo Decreto nº 3.847, fixando as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. Segundo D'Araujo (2008, p. 9), a Constituição de 1988 não alterou o aspecto de as Polícias Militares serem forças auxiliares do Exército. Sendo assim, a partir do decreto mencionado acima, as Forças Armadas passaram a ter papel de polícia em caso de greve das Polícias Militares, aumentando ainda mais seus poderes de intervenção interna.

Do universo das monografias sobre o tema da GLO também encontramos estudos de casos. Em 2001, há uma monografia que relata a “Operação Mandacaru”, ocorrida entre novembro de 1999 e janeiro de 2000. A operação teve participações do Exército, Polícias Federal, Civil e Militar e atuou principalmente no combate ao plantio e ao tráfico de maconha no sertão de Pernambuco. Segundo Soares (2005, p. 185), a Operação Mandacaru foi a primeira megaoperação militar de combate ao narcotráfico do país, envolvendo mais de 1.500 soldados. Outro estudo de caso é encontrado em uma monografia do ano de 2012, que aborda a intervenção do Exército na denominada Operação Arcaño. A Operação Arcaño foi o nome dado à Força de Pacificação, entre os anos 2010 e 2012, nos Complexos do Morro do Alemão e da Penha, na cidade do Rio de Janeiro. Outra categoria selecionada para fazer parte do Grupo Autonomia Militar é o Serviço Militar Obrigatório. Esse é um dos assuntos de menor interesse nos trabalhos de conclusão do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército (Figura 12). Entre os anos de 2004 e 2007, não encontramos monografias sobre o tema e, nos demais anos, o assunto não chegou a 4% dos temas escolhidos.

Na análise realizada, verificamos que até 2008, os títulos abordam questões sobre o fator de ocupação territorial dos Tiros de Guerra¹⁸ (monografias de 1999, 2000 e 2002) e sobre o papel educativo do Exército na formação dos jovens brasileiros, como prevenção às drogas (monografia de 1999) e educação ambiental (monografias de 2008)¹⁹. Sobre a seleção do recrutamento, encontramos títulos

¹⁸ Os Tiros de Guerra são órgãos de formação de reserva que possibilitam aos convocados, mas não incorporados em organizações militares da ativa, prestar o serviço militar inicial nos municípios onde estão residindo. No Tiro de Guerra, o Atirador deverá permanecer por um período de 6 a 10 meses participando de atividades específicas das Forças Armadas. Ao término do período o referido militar é licenciado das fileiras do Exército. Informações disponíveis em <<http://www.eb.mil.br/web/ingresso/servico-militar>>. Acessado em 24 out 2014.

¹⁹ Historicamente o Exército tem se colocado como guardião da nacionalidade. Em documentos como o *Proforça* e o *Processo de transformação do Exército Brasileiro* uma série de motivos para a manutenção do serviço militar obrigatório é apontada, entre eles a percepção do Exército como



com propostas de modernização para o processo nas monografias dos anos 2003 e 2010.

A partir de 2010, aparecem títulos que associam o serviço militar obrigatório com a *Estratégia Nacional de Defesa*. Uma das monografias, de 2012,

traz como título “as possibilidades e limitações do serviço militar em relação às políticas de defesa do país”.

Em 2010, uma das monografias ganha destaque porque apresenta propostas de adequação do serviço militar obrigatório na Amazônia Ocidental²⁰. A particularidade desse tema reflete uma das preocupações do Exército na região. Após o Decreto 4.412/2002, que autoriza a construção de instalações militares e policiais em terras indígenas (TIs), ocorreram muitas manifestações contrárias às intervenções provocadas pela presença militar nas TIs²¹. Sendo assim, em 2003, o EME publicou o manual com diretrizes para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas²². Nas diretrizes, o item sobre o recrutamento militar na região, recomenda priorizar a incorporação de jovens oriundos das comunidades indígenas, desde que voluntários e aprovados no processo de seleção. Para Marques (2007, p. 106), a necessidade de aprender com os nativos as estratégias de sobrevivência na selva e formas de combate a invasores fez com que o Exército procurasse incorporar, cada vez mais, indígenas em seu efetivo.

6.7

Sobre o Grupo Exógeno

escola de cidadania e civismo. Sobre os argumentos militares para a preservação do serviço militar obrigatório, ver KUHLMANN, 2001.

²⁰ A Amazônia Ocidental, para o Exército, compreende a faixa de fronteira com o Peru (na calha do Rio Javari), com a Colômbia (nas calhas dos rios Traíra e Apapóris) e nas calhas dos rios Solimões, Iça, Juruá, Moa, Japurá, Boia, Juatai, entre outros menores interiores. A área é de responsabilidade da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf SI), sediada na cidade de Tefé e possui cerca de 570.000 Km² (FIORAVANTE, 2001).

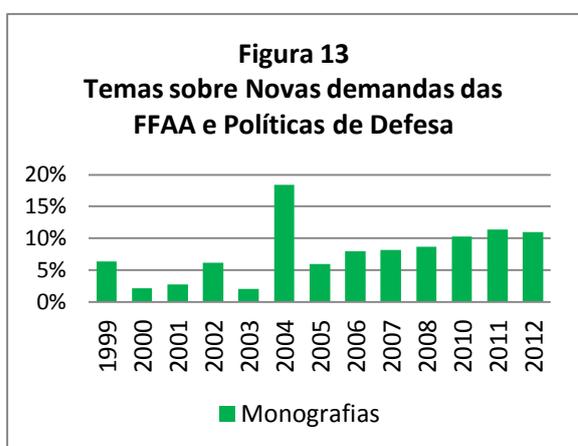
²¹ Sobre as manifestações indígenas contra do Decreto 4.412/2002 ver RICARDO e RICARDO (Orgs.), 2006, p. 227.

²² Portaria 20/EME, de 2 de abril de 2003.

No grupo das monografias categorizadas no Grupo Exógeno, elencamos as que trazem nos títulos temas externos à instituição militar, que envolvem outros atores e outras instituições sociais. Seleccionamos também os títulos das monografias que envolvem questões nacionais e internacionais como Geopolítica, Relações Internacionais e Direito Humanitário.

No capítulo 3, mencionamos que o cenário internacional, mais especificamente após os atentados de 11 de setembro de 2001, viu surgir a necessidade de maior importância às agendas de defesa e segurança internacional. As “novas ameaças” relacionadas ao terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, tráficos de armas e drogas trouxeram novas demandas para as intervenções militares. Assim como os graves fenômenos provocados pelo aumento das desigualdades socioeconômicas, a pobreza extrema, o crescimento populacional desordenado e os riscos ambientais que também se tornaram temas que repercutem diretamente nas políticas internas e externas de todos os países do mundo.

Sobre o tema “Novas demandas das Forças Armadas” (Figura 13), nas monografias realizadas no CCEM, encontramos títulos sobre a adequação do



Exército Brasileiro às novas tecnologias. Os militares usam termos como preparação para a “Guerra do Futuro” (monografia de 1999), “Combate do futuro” (monografia de 2004), “Exército do futuro” (monografia de 2005) e “Campo de Batalha do século XXI” (monografia 2012).

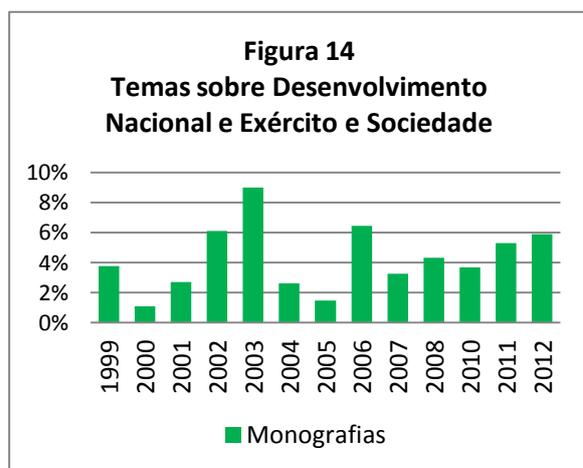
Como uma das preocupações relacionadas à defesa nacional, encontramos títulos e palavras-chaves sobre os riscos ambientais no Brasil (monografias de 2004, 2010 e 2012) e participação do Brasil na organização sobre a proibição de armas químicas²³ (2000 e 2011).

²³ Ver Decreto nº 2.977, de 1º março 1999 que promulga a Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a destruição das armas químicas existentes no mundo, assinada em Paris, em 12 de janeiro de 1993.

Sobre os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, encontramos trabalhos sobre esse tema em 2004 e 2005. Em relação aos impactos do terrorismo no Brasil e a necessidade de adequação do Exército Brasileiro diante dessa ameaça, encontramos títulos das monografias que abordam esses temas nos anos 2006, 2007, 2008 e 2012.

Sobre a *Política de Defesa Nacional* encontramos trabalhos que abordam esse tema em 2005 (título: “A Política de Defesa Nacional: adequação para o Brasil atual e perspectivas para o futuro”) e em 2007 (título: “O estudo das estratégias de dissuasão e da resistência para a validação da Política de Defesa Nacional”).

Em 2010, há, entre as monografias pesquisadas, um título que associa a criação do Ministério da Defesa e o fortalecimento da expressão militar do Poder Nacional e um título que aborda os impactos da *Estratégia Nacional de Defesa* sobre a liderança estratégica do Exército Brasileiro. Em 2011 e 2012, encontramos monografias que analisam as influências das políticas de defesa e a doutrina militar terrestre.



Sobre as monografias que trazem questões sobre o desenvolvimento nacional (Figura 14), os militares do CCEM manifestam opiniões sobre acordos econômicos e as grandes obras nacionais. A questão do gasoduto Brasil-Bolívia e a utilização de biocombustíveis são temas nas monografias dos anos

1999, 2007 e 2010 e 2012. Em 2002, uma das monografias fala sobre a implantação do Plano Plurianual “Avança Brasil”²⁴ e, em 2003, há duas monografias cujos títulos mencionam a transposição do Rio São Francisco. Uma delas aborda a capacidade de o Rio São Francisco atender à expectativa do

²⁴ O Projeto “Avança Brasil” foi desenvolvido para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), visando a continuidade de seu projeto anterior, o programa “Brasil em Ação”. Trata-se de um conjunto de projetos envolvendo todas as áreas: economia, política, sociedade, etc objetivando a modernização do país. Sobre o projeto ver <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/relatorio/080807_PUB_Rel_relAtividade2000.pdf>. Acessado em 25 out 2014.

planejamento que justifica a obra e a outra monografia trata da participação do Exército nas obras de transposição.

Em todos os anos pesquisados, encontramos monografias que falam sobre a importância da opinião pública nas decisões dos comandantes da Força. Dá-se destaque às propagandas realizadas para o público alvo das operações de garantia da lei e da ordem e sobre a importância do marketing para o fortalecimento da imagem institucional do Exército.

Sobre as relações civis e militares há uma monografia, em 2006, que tem como título “As relações entre civis e militares com o advento do Ministério da Defesa e da Política de Defesa Nacional: como sensibilizar a sociedade brasileira para os assuntos de Defesa” e, em 2012, há uma monografia sobre “a proposta de criação da carreira de Defesa Nacional e sua contribuição para a integração entre o meio acadêmico civil e militar”.

Outros temas que merecem destaques são os movimentos indígenas, as questões quilombolas e as consequências das demarcações de suas terras. Todos os títulos de monografias sobre esses temas demonstram que uma das percepções dos militares sobre o assunto é que as questões indígenas e quilombolas são ameaças à soberania nacional. Seguem os títulos:

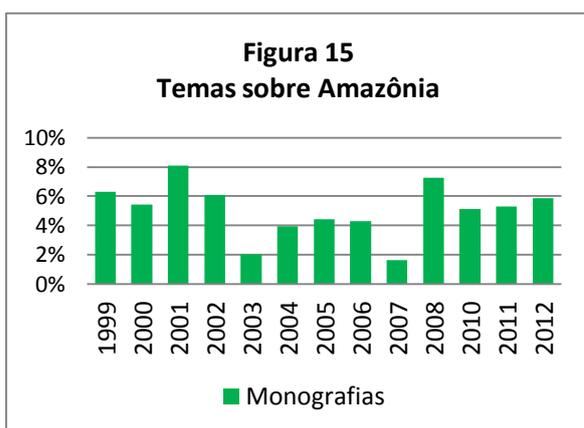
- Em 2004: “A criação de terras indígenas e de unidades de conservação na fronteira Norte do Brasil: atual interesse externo com potencial ameaça à Soberania Nacional” e “As questões ambientais e indígenas na Amazônia - ameaças à soberania nacional”.

- Em 2007: “Movimentos indígenas e a soberania dos Estados”.

- Em 2010: “Os desafios do Exército Brasileiro na Amazônia Legal: A consolidação do Movimento Indígena e suas implicações para a Política de Defesa Nacional e/ou Estratégia Nacional de Defesa” e “Reserva indígena Raposa/Serra do Sol: implicações para a Política de Defesa Nacional”.

- Em 2011: “A questão quilombola: origens, atualidade e suas implicações para a Defesa na Conjuntura Nacional”.

- Em 2012: “As implicações das questões indígenas e quilombolas nas expressões do poder e seus riscos à segurança nacional” e “Implicações para o Exército Brasileiro na demarcação de terras indígenas na Amazônia: o fortalecimento do poder militar nos territórios ocupados pelos índios, aumentando o poder do Estado nessas regiões”.



Sobre os assuntos relacionados à Amazônia (Figura 15), a maioria dos trabalhos de conclusão do curso de Comando e Estado-Maior, com esse tema (75%), tratam de questões técnicas, como o uso das tecnologias e novas formas de combate, necessários às

especificidades da região. Os títulos e as palavras-chaves mencionam a utilização de transportes multimodal, novas doutrinas de emprego militar nas embarcações na Amazônia, sistemas de vigilância das fronteiras, alternativas de suprimento de água subterrânea, doenças emergentes, uso da Guerra Eletrônica em ambientes de selva, viabilidade do emprego de búfalos como transporte e emprego de armas biológicas.

Para Castro (2006, p. 7), nas duas décadas que se seguiram ao fim do regime militar no Brasil, a Amazônia assumiu crescente importância no cenário da defesa nacional. Um marco desse processo foi o início do projeto Calha Norte, em 1985. A importância do tema aumentou ainda mais quando começou a ser implantado, na década seguinte, o Sistema de Vigilância Aérea da Amazônia (SIVAM). Para o autor, embora esses projetos tenham pretendido ser nacionais, envolvendo também a sociedade civil, na prática, permaneceram fundamentalmente militares (tanto pela resistência das Forças Armadas em abrir mão dos assuntos de defesa quanto pelo desinteresse dos civis). Sobre o SIVAM encontramos três monografias sobre o tema, todas com assuntos exclusivamente técnicos sobre a atuação dos militares na região:

Em 2003 – “A bateria de Artilharia Antiaérea de Selva e sua integração ao sistema de vigilância da Amazônia”.

Em 2005 – “A Defesa Antiaérea nas Operações contra Desembarque Anfíbio na Área Estratégica Amazônica”.

Em 2006 – “O Monitoramento do Espaço Amazônico Brasileiro e suas Vulnerabilidades”.

Os temas exógenos sobre a Amazônia representam 25% das monografias do CCEM, no período pesquisado. Entre os assuntos, destacam-se questões sobre a representação do Exército como os únicos agentes do Estado na região, o

desenvolvimento da Amazônia e sua relação com a política externa e a soberania nacional.

A seguir apresentamos uma tabela com os sub-temas, títulos e anos das monografias sobre a Amazônia que classificamos como assuntos exógenos.

Tabela 5
Assuntos exógenos sobre a Amazônia nas monografias do CCEM (1999-2012)

Sub-temas sobre a Amazônia	Títulos das Monografias	Ano
Importância do Exército na região	1. O Exército brasileiro como motivador da vontade nacional contra a integração da Amazônia	2001
	2. A liderança estratégica no Exército Brasileiro: as contribuições para o aprimoramento da Defesa Nacional na região Amazônica	2012
	3. Ausência do Estado Nacional na Amazônia	2012
Desenvolvimento regional	4. Obras na Região Amazônica: Óbices e Sugestões	1999
	5. A Amazônia sob a ótica do desenvolvimento	2002
Soberania nacional	6. A narcoguerrilha na fronteira amazônica: uma questão de soberania e integridade territoriais	2001
	7. A Vontade Nacional na defesa da Amazônia Legal	2004
	8. A doutrina de segurança nacional e a internacionalização da questão ambiental: Reflexos para a soberania nacional e para o Exército Brasileiro.	2008
	9. Os riscos impostos pelas FARC para a Soberania Brasileira na Amazônia	2010
	10. A soberania brasileira	

	na Amazônia: o mito da priorização do tema	2010
	11.A Amazônia e a soberania nacional	2012
Políticas de defesa e Amazônia	12.A Amazônia sob a ótica da defesa nacional	2002
	13.A estratégia nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira	2011
	14.Perspectivas estratégicas para a defesa da Amazônia à luz da Estratégia Nacional de Defesa: prováveis contribuições no campo militar do poder nacional	2011
Geopolítica	15.A Redivisão Geográfica do Estado do Amazonas com a Criação dos Territórios Federais do Rio Negro e Alto Solimões: Reflexos no desenvolvimento Regional e na Segurança.	1999
	16.A Amazônia como rota de união e desenvolvimento entre Brasil-Peru	2000
	17.A política externa brasileira de segurança e defesa da Amazônia (1964 - 2007): Um estudo comparativo	2008
	18.A organização do tratado de cooperação Amazônica: suas implicações para a segurança e defesa da Amazônia brasileira.	2008

Segundo o General Fioravante (2011), que comandou a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, entre 2010 e 2012, as missões constitucionais atribuídas ao

Exército abrangem todo o território nacional, mas agregam alto grau de complexidade quando cumpridas na Amazônia.

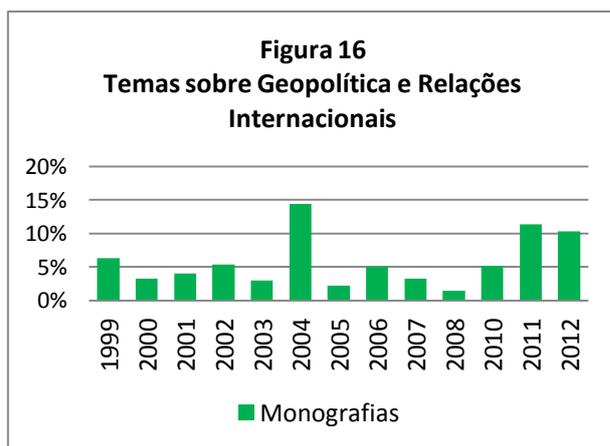
No caso da Amazônia, o trabalho desenvolvido pelo Exército extrapola o espectro constitucional e mergulha em ações de caráter humanitário mais profundo e complementar, pautando sempre sua atuação no respeito e na preservação da diversidade étnica e cultural dos seus habitantes originais. Essa complementariedade refere-se à atuação em áreas que não são contempladas no arcabouço jurídico como de sua responsabilidade constitucional, mas que garante a presença do Estado (Fioravante, 2011, p. 18)

As palavras do general refletem um dos pensamentos dos militares, que consideram os representantes do Exército Brasileiro como os únicos agentes do Estado na região amazônica. Tais concepções, como percebemos na tabela acima, também estão presentes nas monografias do CCEM em dois momentos: uma monografia em 2001, que destaca o Exército Brasileiro como motivador da vontade nacional contra a integração da Amazônia, e duas monografias em 2012, uma abordando a liderança estratégica do Exército, e outra sobre as contribuições da Força para o aprimoramento da Defesa Nacional na região Amazônica.

Sobre a associação da Amazônia com questões relacionadas à soberania nacional, monografias de 2001, 2004, 2008, 2010 e 2012 reforçam a importância do Exército na região e o combate ao narcotráfico, considerado um dos riscos à soberania nacional. Sobre as Políticas de Defesa Nacional na Amazônia, apenas três monografias falam sobre o tema: uma em 2002 e duas em 2011.

No subtema geopolítica há uma monografia de 2008 que compara as políticas externas de segurança e defesa da Amazônia entre os anos 1964 e 2007 e outra, do mesmo ano, que aborda o tratado de cooperação Amazônica²⁵ e suas implicações para a segurança e defesa na região.

²⁵ O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos oito países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Mas entrou em vigor, de acordo em as disposições de seu Artigo XXVIII, no dia 2 de agosto de 1980. O Tratado prevê a colaboração entre os países membros para promover a pesquisa científica e tecnológica e o intercâmbio de informações; a utilização racional dos recursos naturais; a liberdade de navegação nos rios amazônicos; a proteção da navegação e do comércio; a preservação do patrimônio cultural; os cuidados com a saúde; a criação e a operação de centros de pesquisa; o estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações; o incremento do turismo e o comércio fronteiriço. Todas essas medidas devem ser adotadas mediante ações bilaterais ou de grupos de países, com o objetivo de promover o desenvolvimento harmonioso dos respectivos territórios. Sobre o Tratado de cooperação Amazônica ver Decreto nº 85.050, de 18 ago 1980.



Os assuntos relacionados à Geopolítica e às Relações Internacionais foram os temas mais diversificados que encontramos nas análises das monografias do CCEM. O MERCOSUL é um dos temas mais recorrentes, aparecendo em todos os anos pesquisados.

Ressaltamos o ano de 2010, por termos encontrado títulos que destacam o protagonismo do Brasil na América do Sul em todas as monografias analisadas nessa categoria (seis no total). Talvez isso tenha acontecido por influência da publicação da END/2008 (ano das escolhas dos temas das monografias entregues em 2010), que reforça, entre outras coisas, o estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro. Nesses trabalhos, encontramos títulos que abordam os reflexos dessa integração para o Exército Brasileiro, o papel estratégico das armas nucleares, os desafios de uma identidade de segurança sul-americana, análise da postura do Estado Brasileiro no Conselho de Defesa Sul-Americano e o processo de integração da infraestrutura viária na região.

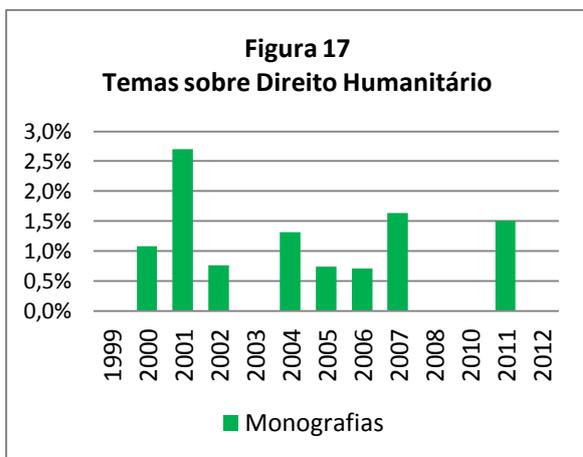
Sobre as relações comerciais entre o Brasil e os outros países do mundo, encontramos os seguintes temas: “A integração Brasil-Peru, através de corredores bioceânicos” e “As relações bilaterais Brasil-África do Sul”, com destaque para a expressão militar (monografias de 2002) e “Comércio entre Brasil e China, Índia, Coréia” (monografias de 2004).

Sobre o Plano Colômbia²⁶ e as questões da narcoguerrilha colombiana, encontramos esses temas em monografias dos anos 2000, 2001, 2004, 2006, 2007, 2011 e 2012. Os temas abordam as origens dos movimentos sociais de massa, o desenvolvimento estratégico das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a instabilidade entre a Colômbia e a Venezuela e os reflexos para o Brasil e o Exército Brasileiro.

²⁶ O Plano Colômbia aconteceu entre os anos 1999 e 2005 e consistia em uma iniciativa destinada à revitalização institucional, social e econômica da Colômbia, ao fim do conflito armado e à criação de uma estratégia antinarcótica nesse país, com auxílio econômico dos Estados Unidos. Sobre o Plano Colômbia ver COSTA, 2005.

Os principais protocolos, tratados e convenções internacionais sobre desarmamento e reflexos para a Força Terrestre, foram abordados em uma monografia de 1999. A Convenção de Genebra e as novas concepções do Direito Internacional são abordadas em uma monografia de 2002. Os conflitos entre Palestinos e Israelenses são tema de uma monografia em 2003 e o conflito de interesses no Timor Leste, em 2004. Os conflitos internos da Angola e Guatemala foram abordados em monografias do ano 2005 e a relação Brasil e Paquistão, numa perspectiva de futuro, em 2012. Também, em 2012, encontramos títulos sobre a política externa da Coreia em relação ao Brasil e uma comparação das propostas de defesa entre a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA).

O agrupamento econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, conhecido como BRICS, aparece como tema de uma monografia, em 2011, e associa a participação brasileira com as atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro no campo das relações internacionais, durante o período de 2003 a 2010.



Por fim, o tema de menor frequência nas monografias do CCEM é sobre o Direito Humanitário. Dos anos pesquisados, cinco não tiveram nenhuma monografia com o tema (Figura 17). Nos anos 2000, 2001, 2002, 2005, 2011 e 2012 os temas se assemelham, apresentando

títulos sobre a importância do assunto para a formação do oficial brasileiro e para o combate pós-moderno. Em 2006, faz-se alusão ao Direito Internacional Humanitário e às restrições ao uso de armamentos, uma análise do protocolo V da convenção sobre algumas armas convencionais. Em 2007, a única monografia sobre o tema, traz uma proposta para o Exército Brasileiro no que diz respeito ao tratamento de prisioneiros de guerra à luz dos Tratados Internacionais.

A relação completa dos títulos das monografias, agrupadas pelos anos pesquisados e pelas categorias de análise, encontra-se no Anexo A²⁷.

²⁷ Os títulos das monografias foram selecionados a partir da classificação dos trabalhos na relação das obras disponibilizadas pela biblioteca da ECEME. Nas especificações todos os itens que apresentavam a indicação MO (Monografia) e CCEM (Cursos de Comando e Estado Maior) foram selecionados. Percebemos que alguns títulos trazem conteúdos que indicam trabalhos realizados por alunos estrangeiros, talvez participantes do CCEM/ONA, mas como na indicação da listagem estavam incluídos como CCEM, assim os consideramos. O mesmo acontece com trabalhos que foram catalogados duas vezes, ora como MO e ora como ME (Mestrado) ou DO (Doutorado), na dúvida e por acreditar na não interferência da duplicidade nas análises, também os consideramos como MO do CCEM.

7

Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e as monografias com temas exógenos dos anos 2004, 2011 e 2012

7.1

Introdução

Vimos no capítulo anterior, quando analisamos os títulos das monografias do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME, entre os anos 1999 e 2012, que os anos 2004, 2011 e 2012 destacaram-se por apresentarem diferenças na proporção dos grupos temáticos (endógeno e exógeno), em relação aos demais anos pesquisados.

O ano de 2004 foi destaque por ter sido o ano de maior equivalência entre as monografias com temas endógeno e exógeno à instituição. Os anos de 2011 e 2012 também se destacaram por apresentarem uma queda na frequência dos temas endógenos (ainda predominante) e crescimento do número de monografias com temas exógenos. Cabe então a pergunta: Quais poderiam ser as razões que explicam as diferenças dos temas das monografias nesses anos?

Neste capítulo, iremos concentrar nossa análise no contexto social e político do país, tendo como foco as questões relacionadas à Defesa Nacional e as mudanças ocorridas na Escola de Comando e Estado-Maior nesses três anos destacados. A proposta é buscar uma explanação suficiente para entender o contexto nacional e as influências que possam ter exercido nas monografias produzidas pelo Curso de Comando e Estado-Maior nos anos 2004, 2011 e 2012.

Como as monografias do grupo endógeno possuem assuntos exclusivamente técnico-militares como questões bélicas, táticas, de inteligência, adestramento, administração e logística, preferimos trabalhar com os títulos das monografias do grupo exógeno, cujos temas possuem assuntos relacionados às políticas de defesa e questões nacionais e internacionais, envolvendo outros atores sociais, além dos militares. Consideramos que esses temas refletem os impactos do “mundo

externo” na formação do oficial concludente do CCEM e representam como as políticas de defesa estão sendo discutidas por esses oficiais.

Levando em consideração que as escolhas dos temas das monografias do CCEM são realizadas no início do curso que tem duração de dois anos, iremos contextualizar as monografias do grupo exógeno do ano 2004, em relação às do período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e as dos anos 2011 e 2012, em relação a todo o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

7.2

A ECEME e o contexto nacional no ano 2004

No ano de 2004, os assuntos endógenos representaram 43% das monografias e os exógenos 41%¹. Foi o único ano em que quase houve a mesma proporção entre esses dois grupos. Nos demais anos pesquisados, os assuntos endógenos predominavam, chegando a 60% dos temas das monografias do CCEM, no ano 2000.

Podemos analisar essa mudança sob dois aspectos: um, analisando os acontecimentos internos na ECEME e outro, analisando o contexto nacional, principalmente sobre as políticas de defesa e as relações entre governo e militares.

A mudança na frequência dos temas das monografias de 2004 talvez seja reflexo dos impactos causados pelas políticas da Modernização do Ensino do Exército na ECEME. Em 2001, foi criado na escola a Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação e, em 2002, a monografia tornou-se requisito obrigatório para a conclusão do CCEM e para a equiparação do curso da ECEME com as especializações do ensino civil, como vimos no capítulo 5 e 6. A criação de uma divisão para tratar das monografias dos cursos, sistematizou o processo da escolha dos temas e elaboração dos trabalhos.

O comandante da ECEME, entre os anos 2002 e 2004, foi o General-de-brigada Lúcio Mário de Barros Góes². O General Lúcio foi o comandante que aprovou a lista dos temas das monografias de 2004. Segundo Peres e Câmara (2005, p. 156), seu comando foi marcado pela elaboração do 1º Regimento Interno da Pós-Graduação da escola, implantação dos núcleos de pesquisadores e

¹ Os outros 16% são temas do grupo Autonomia Militar.

² Comandou a escola de maio de 2002 a maio de 2004.

intensificação do relacionamento da ECEME com o meio acadêmico civil através da realização do primeiro Simpósio de Educação Superior na escola.

Além das mudanças estruturais ocorridas na ECEME e as influências do general Lúcio, cabe-nos também analisar o contexto nacional do governo Fernando Henrique Cardoso e suas providências em relação às políticas de defesa e às políticas aplicadas aos militares.

Para Martins Filho (2000, p. 2), a primeira decisão crucial do governo Cardoso, no plano militar, foi a Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995, conhecida como a *Lei dos Desaparecidos*. Enfrentando um dos temas mais sensíveis das relações civil-militares no pós-1985, esta lei reconheceu os desaparecidos políticos e criou uma comissão, vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar as denúncias referentes a esses casos. Segundo o autor, essas decisões provocaram visível insatisfação militar, ao tocar no tabu da culpa da corporação nos episódios de tortura e aniquilação de presos políticos, em nome da ideologia da segurança nacional, no período ditatorial do pós-64.

Os primeiros anos do governo FHC também ficaram marcados pela *Lei da remuneração militar*. Pressionado pelos militares, em março de 1996, o presidente solucionou a defasagem salarial dos militares ao enviar ao Congresso a proposta de emenda constitucional (PEC nº338), tratando da definição das atividades militares como "carreiras típicas de Estado". Segundo Martins Filho (op. cit., p. 5), o projeto não apenas permitia desvincular a política salarial dos militares do restante dos funcionários civis, como propunha que as leis concernentes à remuneração das Forças Armadas deixassem de ser de iniciativa do Congresso para passarem a ser prerrogativa do presidente da República. Após conceder os reajustes salariais diferenciados do restante dos servidores federais, no final de 1999, o presidente autorizou estudos para uma ampla revisão da *Lei de Remuneração Militar*³, que foi decretada em julho de 2002.

No mesmo ano, em 1996, foi lançada a primeira *Política de Defesa Nacional*, que apesar de ser considerado um documento genérico, incipiente, essencialmente elaborado pelos militares e sem participação do Congresso Nacional, como vimos no capítulo 3, constituiu um fato inédito na história

³ Decreto nº 4.307, de 18 jul 2002, que Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.

brasileira, ao tornar públicas as diretrizes da política de defesa do país. Para Soares (2006, p. 155), as diretrizes da PDN constituem um dos primeiros passos para a criação do Ministério da Defesa, pois aprimorava a capacidade de controle de todos os órgãos envolvidos nas questões da defesa. Apesar de, mais uma vez, as próprias Forças Armadas estabelecerem suas prioridades e diretrizes, no discurso de lançamento da PDN, o presidente Fernando Henrique ressalta e abre espaço para a participação civil e dos órgãos do governo e do Estado para as questões da defesa:

A natureza preventiva da defesa brasileira valoriza a ação diplomática como primeiro instrumento de antecipação aos conflitos ou de sua solução e a existência de uma estrutura militar com eficaz credibilidade dissuasória. Porém, a defesa não se restringe à responsabilidade dessas duas áreas. Ela envolve toda a sociedade civil e os órgãos do Governo e do Estado, única forma de contar com todas as forças materiais e morais para atender aos objetivos de garantia da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais; de garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas, de preservação da coesão e da unidade da Nação; de salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros; de consecução e manutenção dos interesses brasileiros no exterior; de projeção do Brasil no concerto das Nações e sua maior inserção no processo decisório internacional e de contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais (Cardoso, 1996, p. 457-458).

No primeiro ano do segundo mandato de FHC, em 1999, instituiu-se o Ministério da Defesa que, como vimos no capítulo 3, substituiu os ministérios militares e o Estado-Maior das Forças Armadas. A troca de direção dos representantes ministeriais militares alterou a relação entre o governo e os militares. Segundo Soares (2006, p. 156), o que antes era uma representação das Forças no governo passou a ser uma orientação política do governo sobre as Forças Armadas.

A criação do Ministério da Defesa não proporcionou grandes mudanças nas relações civil-militares naquele momento. As críticas realizadas pelos autores⁴, nesse episódio, revelam que os militares, apesar de se sentirem desprestigiados com o novo ministério, mantiveram sua autonomia e força institucional nas decisões e no desempenho dos assuntos relacionados à Defesa do país.

⁴ Sobre a criação do Ministério da Defesa e as relações civis-militares ver PROENÇA JR e STAUDOHAR (2002), ALSINA JR. (2003), BRIGAGÃO e PROENÇA JR. (2002), OLIVEIRA (2005) e FUCCILLE (2007).

O governo FHC também foi marcado por greves⁵ e uma sequência de casos envolvendo violência policial contra civis. Em 1995, os petroleiros iniciaram a mais longa greve da história da categoria (32 dias) para impedir a privatização da Petrobras⁶. Em 1996, dezenove sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Pará no episódio conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”⁷, além dos episódios do “massacre do Carandirú” (1992) e as chacinas da Candelária e Vigário Geral (ambas em 1993). Esses eventos marcam um dos aspectos da política militar do governo FHC que foi o recurso da utilização das Forças Armadas em situações de crise social ou como forma de controle de movimentos sociais⁸.

Outra situação de utilização das Forças Armadas nas crises internas, foi o combate ao narcotráfico⁹. O governo FHC negocia e assina, em abril de 1995, o "Acordo de Combate ao Narcotráfico" com o governo norte-americano. Em 1998, o governo cria a Secretaria Nacional Antidrogas delegando seu controle ao Gabinete Militar da Presidência da República e não à Polícia Federal, órgão responsável constitucionalmente pela prevenção e repressão de entorpecentes e drogas afins¹⁰. Segundo Martins Filho (2000, p. 11), o país passou a receber um auxílio em verba e treinamento das agências norte-americanas, além de receber agentes da DEA para acompanhar operações e realizar treinamentos.

Para atender às contenções de crises sociais e combate à violência e ao narcotráfico foi preciso complementar a disciplina constitucional e legal do emprego das Forças Armadas nas ações de garantia da lei e da ordem estabelecida no artigo 142 da Constituição Federal de 1988. A complementação foi realizada, inicialmente por meio da Lei nº 97, de 9 de junho de 1999, que estabelecia as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas, passando a GLO a ser realizada com amparo legal mais adequado e com maior apoio jurídico¹¹.

⁵ Entre elas a greve dos caminhoneiros em 1999, greve dos professores das universidades federais em 2001, greve da polícia militar de Salvador em 2002.

⁶ Sobre a greve dos petroleiros ver ROMÃO, 2006.

⁷ Após os episódios de Eldorado, o MST, em 1997, realizou a marcha até Brasília conhecida como a "Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária" e, em 2002, invadiu a fazenda da família do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁸ Sobre o governo FHC e a utilização dos militares em situações de crises sociais ver ZAVERUCHA (2000 e 2005), MARTINS FILHO (2000) e OLIVEIRA (2009).

⁹ Sobre o combate ao narcotráfico no governo FHC ver Mota, 2012.

¹⁰ Ver Art 144, parágrafo 1º, alínea II da *Constituição da República Federativa do Brasil*.

¹¹ SOUZA, 2004, p. 84.

Porém, como vimos nos casos citados, as Forças Armadas, mesmo antes da lei complementar 97/99, já eram utilizadas durante crises de ordem interna em razão de greves dos órgãos de segurança pública e em ocasiões anteriores como a ECO 92 e a Operação Rio 94¹². Porém, segundo Souza (2004), para a aplicação da Lei Complementar nº 97/99, algumas expressões nela utilizadas necessitavam de regulamentação, para melhor definição de seu conteúdo e alcance, como “quaisquer dos poderes constitucionais” e “esgotamento dos órgãos de segurança pública”.

Com relação à expressão “quaisquer dos poderes constitucionais” era preciso definir o seu conteúdo, tornando claro se a referência valia apenas para os Poderes da União ou se abrangeria outros poderes constitucionais decorrentes do princípio federativo adotado pelo Estado brasileiro.

A expressão “esgotamento dos órgãos de segurança pública” carecia de melhor definição legal, a fim de estabelecer limites ao poder discricionário do Presidente da República do uso das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Todos esses questionamentos foram respondidos pelo Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 (Souza, 2004, p. 85).

Por meio do Decreto 3.897/01, o governo FHC fixou as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. Segundo Zaverucha (2005, p. 150), esse decreto pela primeira vez conferiu ao Exército o poder de polícia em ações que incluam competência, constitucional e legal das Polícias Militares. Essa medida foi tomada para garantir juridicamente a atuação dos militares, principalmente, quando viessem a ser empregados em áreas urbanas.

Mesmo com a lei complementar nº 97/99 e com o decreto nº 3.897/01, a continuidade das operações para atender necessidades de ordem pública, chegando a mais de 50 operações entre 1999 e 2004 (Galvão, 2011, p. 15), produziram experiências que apontavam para a necessidade de aperfeiçoamento neste ordenamento jurídico sobre GLO. Os problemas foram resolvidos com a lei complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, alterando porém, sem extinguir, a lei 97/99.

A nova lei esclareceu, por exemplo, quando os instrumentos de Segurança Pública são considerados esgotados. Essa questão gerava diferentes interpretações

¹² José Murilo de Carvalho (2005, p. 169) intitula um dos capítulos do livro *Forças Armadas e Política no Brasil* como “ECO Verde-Oliva” em referência e crítica à ocupação militar no Rio de Janeiro durante a ECO-92, questionando sobre quem havia tomado essa decisão e a ausência da cobertura da imprensa sobre a ação militar.

nas legislações anteriores sobre o acionamento das Forças Armadas nas operações de GLO. No parágrafo 3º:

Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no artigo 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional (LC nº 117/2004).

Estabeleceu-se também que:

(...) na hipótese de emprego, nas condições previstas no parágrafo 3º deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem (Parágrafo 4º da LC nº 117/2004).

A lei complementar nº 117/2004 também incluiu, na sua composição, o artigo 17º que define as atribuições subsidiárias para o Exército. Na legislação anterior, definiam-se apenas as atribuições para as Forças Armadas em geral e as da Marinha e Aeronáutica em apoio a outros órgãos do Estado, deixando de estabelecer as ações do Exército. E, por fim, destacou-se como crime militar¹³ os delitos decorrentes da atividade das Forças Armadas no uso do poder de polícia. Antes, os militares em operações de GLO, em casos de irregularidade, como excessos cometidos nas operações poderiam ser submetidos à justiça civil. Com a nova lei, os delitos passam a ser processados e julgados pela Justiça Militar da União, propiciando segurança jurídica às operações de garantia da lei e da ordem.

Martins Filho (2000, p. 1) resume assim os primeiros anos do governo FHC:

A nosso ver, a política militar de Fernando Henrique combina avanços, vacilações e recuos. Apesar disso, no complexo quadro das relações entre Executivo e Forças Armadas no Brasil, talvez seja possível encontrar uma coerência em torno de três motivações básicas e, às vezes, contraditórias. De um lado, o governo Cardoso tudo fez para não desagradar os militares, mesmo num quadro de crises econômicas e aguda contenção de gastos públicos; de outro, o presidente cedeu às injunções de uma política externa de aliança preferencial com os Estados Unidos, o que acabou por definir um rumo perigoso na questão da participação dos militares no combate ao narcotráfico. Por último, mas não menos importante, Fernando Henrique Cardoso, durante todo seu período de governo, acenou com a intervenção das Forças Armadas como cartada usual em sua política de contenção dos movimentos sociais.

¹³ Parágrafo 7º do artigo 15º da *Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004*.

7.3

Análise dos temas exógenos das monografias do CCEM/2004

Levando em consideração o que apresentamos acima, sobre o contexto nacional e as mudanças internas ocorridas na ECEME, partiremos para as análises das monografias entregues na conclusão do Curso de Comando e Estado-Maior em 2004. Segue abaixo a tabela com as porcentagens dos temas que compõem os grupos endógenos e exógenos à instituição:

Tabela 6
Frequência dos temas das monografias CCEM – 2004

Grupo	Temas	Porcentagem
Grupo Endógeno	Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, de inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)	24%
	Liderança e História Militar	8%
	RH, Gestão e Informática	11%
TOTAL		43%
Grupo Exógeno	Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	18%
	Desenvolvimento Nacional e Exército e Sociedade	3%
	Amazônia	4%
	Geopolítica e Relações Internacionais	15%
	Direito Humanitário	1%
TOTAL		41%

A quase mesma proporção de assuntos exógenos (43%) e endógenos (41%) foi o que nos chamou atenção, diferenciando o ano 2004 dos demais anos pesquisados. Pela tabela acima, percebemos que os temas “Novas demandas das Forças Armadas e Políticas de Defesa” e “Geopolítica e Relações Internacionais” foram os temas de maior porcentagem do grupo exógeno. Sendo assim, a partir dos títulos das monografias dessas duas categorias (tabela 7), buscamos verificar como as questões nacionais do governo Fernando Henrique Cardoso foram abordadas nos trabalhos dos oficiais concludentes do Curso de Comando e Estado-Maior no ano de 2004.

Tabela 7
Títulos das Monografias com temas exógenos em 2004

Temas	Títulos das Monografias
<p>Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amplitude das restrições impostas pela legislação ambiental ao preparo e emprego da Força Terrestre: uma proposta de solução 2. A Gestão sustentável dos recursos naturais nos Campos de Instrução do Exército Brasileiro 3. A Guerra do Afeganistão: ensinamentos para as guerras assimétricas 4. A Questão ambiental: tendências atuais e reflexos na segurança nacional 5. A Tutela do meio ambiente e sua influência na atividade militar da Força Terrestre 6. Projeto de Força: o cerne de um sistema de planejamento de defesa moderno 7. Análise da Refundação do Exército da França 8. A postura norte-americana após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e suas implicações políticas e militares para o Brasil. 9. O Desenvolvimento Sustentável e a Proteção Ambiental são aspectos da Segurança Nacional? 10. Sistemas de Combate do Futuro: elementos para a formulação conceitual 11. Prospecção em ciência e tecnologia: uma proposta para a implantação da atividade no Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro 12. A importância do emprego da Política de Defesa Nacional da República da Guatemala 13. Novas ameaças: narcotráfico e terrorismo 14. O Meio Ambiente e a Logística
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Timor Leste: um conflito de interesses 2. Globalização da economia: soberania nacional e MERCOSUL 3. Conflitos colombianos: origem dos movimentos sociais de massa-reflexões para o Brasil 4. O Fundamentalismo Religioso: sua influência na eclosão de conflitos no

<p>Geopolítica e Relações Internacionais</p>	<p>mundo Pós-Guerra Fria 5. O plano Colômbia: reflexos para o Brasil 6. A implantação da ALCA e as influências na agenda brasileira de negociações comerciais no âmbito da OMC. 7. O incremento das relações comerciais do Brasil com a China e a Índia: uma opção aos mercados excludentes dos Estados da América e da União Europeia 8. A participação do Brasil nos blocos econômicos regionais do hemisfério americano: a importância da soja como um produto agrícola de relevância nacional 9. Os conflitos árabes-israelenses e as estratégias empregadas por Israel desde a criação do seu Estado 10. A Influência de aumento do Poder Militar Japonês na Península coreana 11. Relações Brasil-República Popular da China (RPC) no campo militar.</p>
---	---

Percebe-se pelo quadro acima que o que predomina no tema “Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa” são temas sobre o “Meio ambiente” e “Desenvolvimento Sustentável” (6 monografias, do total de 14). Entendemos que as abordagens desses temas estão associadas às concepções sobre as “novas ameaças”, vistas no capítulo 3, e o lançamento da *Política de Defesa Nacional*, de 1996.

Segundo Beck (2011, p. 29) a discussão em torno da destruição da natureza e do meio ambiente em geral, ainda é exclusiva ou predominantemente conduzida de acordo com categorias e fórmulas das ciências naturais. Para o autor, isso atrofia uma discussão da natureza sem o viés humano, sem questionar seu sentido social e cultural. Faz-se necessário considerar que os riscos não estão mais limitados geograficamente ou em função de grupos. Independente de renda, educação, profissão e dos respectivos hábitos e possibilidades de alimentação, habitação e lazer, todos são afetados pelas ameaças supranacionais, como é o caso das questões do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Para Beck (p. 40), as questões ambientais estão no núcleo da consciência do risco no futuro, tornando ativos hoje para evitar problemas ou crises do amanhã.

A questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável se enquadram nas orientações da PDN que, voltadas para ameaças externas,

reorientou a estratégia de proteção do país para os elementos nacionais, como a formulação do significado que adquiriu a Amazônia.

A PDN/1996 insere nos objetivos da política de defesa a proteção da Amazônia com a valorização da presença militar e dos órgãos estimuladores de desenvolvimento da faixa de fronteira nas regiões Norte e Centro-Oeste, destacando o respeito ao meio ambiente e às populações locais. Dentro desse contexto está o risco da disputa pela biodiversidade e dos problemas na fronteira política como o narcotráfico, contrabando e guerrilha.

No governo Fernando Henrique também ocorreram mudanças no Projeto Calha Norte¹⁴, revitalizando-o e implantando o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Ambos os projetos, segundo Nascimento (2006, p. 101), buscam proteger a fronteira amazônica com uma política de ocupação baseada no desenvolvimento local, realizando parcerias com as prefeituras dos municípios da Calha Norte do rio Amazonas. Para o autor, a articulação da defesa militar por terra, água e mar serviria para aprimorar o funcionamento das instituições públicas e estreitar as relações entre universidades e centros de pesquisas da região e aparelhamento e modernização dos equipamentos e instrumentos de vigilância. Tais medidas puseram em prática ações de curto e longo prazo para mudar o ritmo da modernização econômica, política e social na região. Essas questões justificam o interesse dos militares pelos temas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável retratados nas monografias de 2004. Nos títulos dos trabalhos, os oficiais do CCEM associam as questões ambientais ao emprego da Força Terrestre na região Amazônica e à gestão sustentável dos recursos naturais nos Campos de Instrução do Exército Brasileiro e analisam seus reflexos na segurança nacional.

Os atentados do Onze de Setembro e o início da Guerra no Afeganistão, eventos que aconteceram em 2001, também influenciaram a escolha dos temas das monografias do CCEM em 2004. Os títulos dos trabalhos estabelecem as implicações do terrorismo com as políticas de defesa e as práticas militares. Eles abordam também as decisões tomadas pelo governo dos Estados Unidos após o Onze de Setembro.

¹⁴ Originado em 1985 no governo José Sarney. Sobre o Projeto Calha Norte no governo FHC ver NASCIMENTO (2006), MARQUES (2006 e 2007), ZAVERUCHA (2005) e SOARES (2006).

Nas categorias “Geopolítica” e “Relações Internacionais” aparecem títulos que contemplam a conjuntura mundial, regional e nacional. No discurso de apresentação da *Política de Defesa Nacional* de 1996, Fernando Henrique Cardoso conclui que a PDN centrava-se numa postura estratégica dissuasória, de caráter defensivo e baseado nas seguintes premissas:

Fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional; rejeição à guerra de conquista; busca de solução pacífica de controvérsias, com uso da força somente como recurso de autodefesa. [...] O fortalecimento do processo de integração proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos, a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da zona de paz e cooperação no Atlântico Sul viabilizam essa concentração de esforços (Cardoso, 1996, p. 458-459).

A PDN de 1996 realiza exame das conjunturas e revela a complexidade daquele momento que apresentava condições extremamente instáveis na escala mundial e de relativa estabilidade na América do Sul, implicando em diferentes desafios e perspectivas no planejamento da defesa do Brasil. Essas considerações estão presentes nos títulos das monografias que abordam a soberania nacional e a participação do Brasil nos blocos econômicos regionais como o MERCOSUL e a ALCA. Os trabalhos associam os blocos econômicos com o fenômeno da globalização e suas influências na “agenda brasileira de negociações comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio”.

As monografias também retratam as instabilidades do Timor Leste, da Colômbia e as consequências dos conflitos gerados pelo fundamentalismo religioso. Além disso, demonstram interesse pelas novas economias globais da China e da Índia.

7.4

A ECEME e o contexto nacional nos anos 2011 e 2012

Em 2011 e 2012, os assuntos endógenos representaram 48% e 46%, respectivamente, e os assuntos exógenos 34% e 33% das monografias do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME. Apesar de a maioria dos temas serem de assuntos endógenos, esses dois últimos anos destacam-se por terem apontado um declínio nos temas endógenos e crescimento das monografias com temas

exógenos, diferentemente dos demais anos estudados, com exceção do ano 2004, que tratamos anteriormente.

Assim como fizemos com o ano 2004, também nos propomos a analisar essas mudanças sob dois aspectos: um, analisando os acontecimentos internos na ECEME e outro, analisando o contexto nacional, principalmente sobre as políticas de defesa e a relação entre governo e militares.

Na ECEME, o ano de 2007 marca o início de mudanças significativas na escola. Foi nesse ano que a seção de Pós-Graduação passou a integrar o Centro de Estudos Estratégicos¹⁵ (CEE) da escola. A partir de então, a seção de Pós-Graduação deixou de ser apenas a seção que coordenava os trabalhos de conclusão de curso da escola e, segundo Maia Neto (2012), passou a assumir o papel de inter-relação das pesquisas realizadas na ECEME com o meio acadêmico.

Sobre a parceria com o meio acadêmico, a partir de 2008, a ECEME é contemplada, juntamente com a Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas, pelo edital do Programa Pró-Defesa¹⁶ com o projeto intitulado *Gestão Estratégica de Defesa*¹⁷. A parceria das duas instituições levou à criação do *Núcleo de Pesquisa em Estudos Estratégicos*, que teve como objetivo fortalecer a cooperação entre as instituições participantes, buscando incentivar a captação, a geração e a disseminação de conhecimentos na área de Defesa Nacional, em especial nas Ciências Militares e na área de estudos em Administração¹⁸.

Em 2009, os currículos do Curso de Comando e Estado-Maior foram reformulados, sendo realizada a revisão dos Planos de Disciplinas, que passaram a vigorar em 2010, como vimos no capítulo 5. As principais mudanças foram o

¹⁵ O Centro de Estudos Estratégicos foi criado em 2000 e ao incorporar a Seção de Pós-Graduação destina-se a coordenar, orientar, desenvolver e disseminar a pesquisa científica, a pós-graduação e os estudos em Ciências Militares e Segurança & Defesa; criar oportunidades de pós-graduação para militares e civis nessas áreas; contribuir para o aprimoramento dos cursos regulares da Escola; colaborar no desenvolvimento da capacitação dos docentes de pós-graduação do Exército Brasileiro e promover o intercâmbio acadêmico com instituições do ensino superior civil e militar. Além disso, orienta e supervisiona a publicação da revista científica PADECEME. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?option=com_content&view=article&id=86&Itemid=58>. Acessado em 5 nov 2014.

¹⁶ Sobre o Pró-Defesa e seus objetivos ver <<http://www.defesa.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/8469-pro-defesa>>. Acessado em 29 out 2014.

¹⁷ Informação disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Resultado_Edital_Pro-Defesa012008.pdf>. Acessado em 29 out 2014.

¹⁸ Ver Núcleo de Pesquisa em Estudos Estratégicos – NPEE, disponível em <<http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/npee.pdf>>. Acessado em 29 out 2014.

aumento considerado de carga horária nas disciplinas Serviço de Estado-Maior e Direito e inclusão de quatro novas disciplinas: Geopolítica; Relações Internacionais; Operações complementares e outras atividades; e Operações conjuntas, interaliadas e simulação de combate.

Sobre o contexto nacional, os anos das escolhas dos temas das monografias dos anos 2011 e 2012 deram-se no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Em seu discurso de posse do primeiro mandato, no Congresso Nacional¹⁹, o presidente Lula afirmava que, naquele ano, o Ministério da Defesa promoveria a atualização da *Política de Defesa Nacional*, com o objetivo de revigorar o debate sobre temas estratégicos com a sociedade civil e a elaboração do *Livro Branco de Defesa*.

Os dois mandatos do presidente Lula tiveram quatro diferentes gestões no Ministério da Defesa, sendo três no primeiro mandato. Entre as tensões político-militares do período destacamos o caos aéreo, iniciado em 2006, e o caso do morro da Providência, em junho de 2008, como veremos a seguir.

Os acidentes aéreos da Gol linhas aéreas no sul do Pará²⁰ e do *Airbus A320* da companhia aérea TAM²¹, que não conseguiu frear no aeroporto de Congonhas em São Paulo, apontaram fragilidades no sistema de controle de voos do país. Os profissionais, na grande maioria militares, deram início a uma mobilização defensiva que passou a afetar seriamente o tráfego aéreo do país desencadeando a primeira tensão militar grave no segundo mandato de Lula (Martins Filho, 2010, p. 288). Ao final, sem intervenção do Ministério da Defesa e com o presidente tratando e negociando diretamente com os comandantes militares, o governo voltou atrás em todas as frentes de negociação direta que havia tomado com os grevistas militares e devolveu à Força Aérea Brasileira a iniciativa de puni-los²².

Segundo Salvadori (2009, p. 20), após a greve de 2007, 102 controladores foram afastados da função ou expulsos. Oito deles foram condenados pela Justiça Militar às penas de prisão por crimes como “iniciamento à desobediência” e

¹⁹ Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acessado em 5 nov 2014.

²⁰ Em 29 de setembro de 2006.

²¹ Em 17 de julho de 2007.

²² Após novo caos, Lula cria "gabinete de crise". *Folha de São Paulo*, 7 dez 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0712200601.htm>>. Acessado em 5 nov 2014.

“publicação e crítica indevida”. O acidente com o *Airbus* da TAM culminou, pouco depois, com a queda do Ministro da Defesa Waldir Pires, sendo nomeado para ocupar a pasta o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim²³.

Em dezembro de 2007, o Exército iniciou intervenções de ação social, com duração prevista de um ano, em apoio a um programa governamental de obras públicas no Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro. No ano seguinte, no mês de junho, ocorreu o incidente envolvendo a patrulha do Exército e a morte de três jovens moradores da comunidade. Os jovens foram mortos por uma das facções criminosas da comunidade, após terem sido entregues a uma delas pelo tenente que conduzia a operação antitráfico. Os militares envolvidos foram indiciados em Inquérito Policial Militar e o episódio gerou críticas sobre a natureza da missão e as determinações legais do Exército nesse caso²⁴.

O exame desses dois momentos demonstram algumas das dificuldades encontradas na implementação da autoridade do Ministério da Defesa no Brasil, no período Lula. Para Martins Filho (2010, p. 300), no processo sempre difícil de relação com militares acostumados à autonomia, é uma missão impossível conseguir obediência sem fornecer benefícios, sendo necessário que o ministro da Defesa tenha tanto vocação quanto força política.

Como aspectos positivos do governo Lula, em 2005 foi lançada a reformulação da *Política Nacional de Defesa* e, em 2008 foi decretada a primeira *Estratégia Nacional de Defesa* do país. Apesar da promessa do *Livro Branco de Defesa*, essa só foi se concretizar em 2012, já no governo de Dilma Rousseff.

A END, como vimos no capítulo 3, trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, Exército e Aeronáutica. Ela propicia a execução da *Política Nacional de Defesa* apresentando orientações sistemáticas.

A Estratégia de 2008 preconiza, dentre os objetivos estratégicos das Forças Armadas, que o Exército deve ser constituído por meios modernos e por efetivos bem adestrados e que a Força Terrestre deverá manter-se em permanente processo de transformação, buscando evoluir da era industrial para a era do conhecimento.

²³ MARTINS FILHO, 2010, p. 284.

²⁴ Sobre a participação do Exército na missão do Morro da Providência ver ROCHA (2008), LEAL (2009) e TÁRDAGUILA (2010).

Em suas diretrizes determina-se que convém organizar as forças em torno de capacidades e não em torno de inimigos específicos e em suas ações estratégicas ressaltam a necessidade de promoção e aperfeiçoamento da Doutrina de Operações Conjuntas. A END introduziu ainda, como uma das prioridades, a busca por integração entre as forças armadas da região, não como uma força armada única da América do Sul, mas como forças armadas nacionais que consigam atuar de forma conjunta²⁵.

As relações do Brasil no hemisfério sul começaram a ser redesenhadas lentamente, segundo D'Araujo (2010b, p. 39), a partir dos anos 1990, quando a América do Sul ia se destacando como espaço mais integrado e mais independente da influência norte-americana. Esse pensamento mais abrangente sobre segurança regional foi sendo construído e contou com a criação de outros órgãos, como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, e transformada, em 2008, na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Este órgão previa uma integração além da econômica, como ocorria com o Mercosul. A UNASUL²⁶ prevê além da consolidação de uma área de livre comércio, o investimento em áreas como a energética, a infraestrutura, a integração territorial, e também as relações política e diplomática entre os países²⁷.

A percepção que a defesa nessa região não poderia ser concebida apenas em termos militares, precisando ser pensada e construída em termos de desenvolvimento social e econômico, também fez parte da análise estratégica brasileira, apresentada na END/2008. Para Senhoras (et. al., 2007, p. 5), a geoestratégia brasileira na América do Sul passou, então, a ser marcada pela tentativa de desempenhar quatro funções que revestem o país como uma espécie de poder moderador na região ao atuar como: estabilizador político, dinamizador da economia regional, coordenador da integração e intermediador de conflitos.

A crise diplomática em março de 2008, provocada pela incursão das Forças Armadas colombianas em território equatoriano para capturar o segundo integrante mais importante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, segundo D'Araujo (2010b, p. 40), acelerou os entendimentos para a criação de um

²⁵ Ver *Estratégia Nacional de Defesa*, Decreto nº 6.703, de 18 dez 2008.

²⁶ Cujos países membros são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

²⁷ Sobre a UNASUL ver OLIVEIRA (2009), TEIXEIRA JR. e SOUSA (2013) e PAGLIARI (2010).

Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Isso aconteceu em maio de 2008, em Brasília, quando foi assinado o Tratado Constitutivo da UNASUL. O conselho instituído propõe a interação na área de defesa e segurança, proporcionando políticas conjuntas na área, intercâmbio entre as forças armadas dos países membros, assim como exercícios militares conjuntos, participação em operações de manutenção de paz e integração das indústrias de defesa da região para criar uma base regional de indústrias de materiais de defesa²⁸.

Ainda sobre a participação do Brasil nas questões de segurança internacional, desde a Conferência de São Francisco, em 1945, da qual resultou a criação da Organização das Nações Unidas, o Brasil tem uma reivindicação histórica de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com ou sem direito de veto²⁹.

Na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, estando à frente do Itamaraty o ministro Celso Amorim (2003 a 2010), o Brasil incorporou-se ao G-4, em 2004, formado pela Alemanha, Índia, Japão e Brasil. O Grupo dos Quatro foi criado com o intuito de apoiar as propostas uns dos outros e promoverem a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas com a expansão das duas categorias de membros do órgão: permanentes e não-permanentes (rotativos)³⁰.

O Brasil apresentou também atuação destacada na estruturação dos BRICS. A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado "Building Better Global Economic: BRICs" e fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China³¹. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. O agrupamento político teve, segundo Silva (2013), o Brasil e a Rússia como os principais articuladores para que o mecanismo tomasse forma.

²⁸ GUIMARÃES, 2004, p. 43.

²⁹ LANDAU (2010, p. 10). A reivindicação histórica é porque o Brasil, desde a criação da ONU, investe no pedido de tornar-se membro do Conselho de Segurança da ONU, por ter sido país coadjuvante dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial e único país latino-americano a enviar tropas a Europa.

³⁰ Sobre as principais características do G-4 ver KLAUSING, 2006.

³¹ Ver Mecanismos Inter-regionais que o Brasil participa, disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acessado em 8 nov 2014.

Por fim, no final do governo Lula, em outubro de 2009, o Brasil toma posse no Conselho de Segurança da ONU, na condição de membro não-permanente, no para o biênio 2010-2011³².

A *Estratégia Nacional de Defesa* de 2008 também repercutiu na organização das Forças Armadas. No Exército, a partir de 2010, deu-se início o processo de transformação da Força Terrestre. Estabelecido pelo documento PROFORÇA, o processo tem sido conduzido através de vetores de transformação, tendo como marcos temporais os anos de 2015, 2022 e 2030, como explicamos no capítulo 3.

Outro ponto importante na política militar do governo Lula aconteceu no final do seu mandato, em 2010, com a lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, que alterou a estrutura do Ministério da Defesa com a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas³³ e também a ampliação da estrutura do ministério, com a criação de Secretarias como a Secretaria de Produtos de Defesa, a Secretaria de Ensino, Saúde e Desporto, além da Secretaria de Organização. Além da atribuição de novas responsabilidades ao Ministério da Defesa, entre elas a implantação do *Livro Branco de Defesa Nacional*.

7.5

Análise dos temas exógenos das monografias do CCEM/2011 e 2012

Sendo assim, tendo como contexto as mudanças ocorridas no campo da defesa nacional, como a reformulação da *Política Nacional de Defesa*, em 2005 e a criação da *Estratégia Nacional de Defesa*, em 2008, juntamente com mudanças curriculares na ECEME, ocorridas a partir de 2007, observe a seguir a tabela com

³² Como membros permanentes estão Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China, que na época da criação do órgão (1945), representavam os vencedores da Segunda Guerra Mundial e responsáveis pela estabilidade internacional. Eles têm direito de veto, podendo barrar a aprovação de qualquer resolução. Os outros dez membros são rotativos, eleitos pela Assembleia Geral da ONU e cumprem mandato de dois anos. Informações sobre o Conselho de Segurança da ONU disponível em <www.brasil-cs-onu.com>. Acessado em 3 nov 2014.

³³ O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) tem como missão assessorar o ministro da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares. Desde sua criação o EMCFA tem funcionado junto à Administração Central do Ministério da Defesa, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Disponível em <www.defesa.gov.br/index.php/forcas-armadas/estado-maior-conjunto>. Acessado em 6 nov 2014.

as porcentagens dos temas das monografias que compõem os grupos endógenos e exógenos à instituição nos anos 2011 e 2012.

Tabela 8
Frequência dos temas das monografias CCEM – 2011 e 2012

Grupo	Temas	Ano 2011 (%)	Ano 2012 (%)
Grupo Endógeno	Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)	27,27%	30,88%
	Liderança e História Militar	16,66%	11,76%
	RH, Gestão e Informática	4,53%	3,67%
TOTAL		48,46%	46,31%
Grupo Exógeno	Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	11,36%	11,02%
	Desenvolvimento Nacional e Exército e Sociedade	5,29%	5,88%
	Amazônia	5,3%	5,88%
	Geopolítica e Relações Internacionais	11,36%	10,29%
	Direito Humanitário	1,51%	0
TOTAL		34,82%	33,07%

Apesar dos assuntos com temas endógenos à instituição ainda permanecerem altos, os anos 2011 e 2012 destacam-se pela queda nesses temas e aumento dos temas de assuntos exógenos à instituição. Destaca-se novamente, como aconteceu em 2004, maior número de monografias com temas relacionados às “Novas demandas das Forças Armadas e Políticas de Defesa” e “Geopolítica e Relações Internacionais”. Sendo assim, a partir dos títulos das monografias dessas duas categorias (tabela 9), buscamos verificar como as questões nacionais do governo Lula foram abordadas nos trabalhos dos oficiais concludentes do Curso de Comando e Estado-Maior nos anos de 2011 e 2012.

Tabela 9
Títulos das Monografias com temas exógenos em 2011 e 2012

Temas	Títulos das Monografias (2011)	Títulos das Monografias (2012)
	1. Operação de Crédito Externo - Instrumento de	1. Desenvolvimento do Livro Branco de Defesa na

<p>Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa</p>	<p>captação de recursos para implementação de projetos da Estratégia Nacional de Defesa: uma proposta</p> <p>2. Posicionamentos estratégicos do Brasil e a Defesa Nacional: O Brasil como membro permanente no Conselho de segurança da ONU: uma reflexão</p> <p>3. Documento Branco de Defesa do Paraguai: análise descritiva</p> <p>4. O Livro Branco da Estratégia da Defesa Nacional dos Estados Unidos: uma parte de um processo complexo de fazer Segurança Nacional</p> <p>5. O terrorismo no mundo atual e seus reflexos para o Brasil diante do desafio de sediar grandes eventos internacionais</p> <p>6. Aumento dos gastos em Defesa pela Colômbia e seus reflexos para a Estratégia Nacional de Defesa no Brasil</p> <p>7. O conflito de 4ª geração e a evolução da Guerra Irregular: reflexos para a doutrina do Exército Brasileiro</p> <p>8. Dez anos de criação do Ministério da Defesa: principais dificuldades e avanços para a defesa nacional</p> <p>9. Os reflexos, para o Exército Brasileiro, da participação do Brasil na Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ).</p> <p>10. O terrorismo contemporâneo e seus reflexos para o estado brasileiro</p> <p>11. Sistemas operacionais de combate: o desafio da articulação e integração da</p>	<p>República Oriental do Uruguai</p> <p>2. O setor cibernético nos Estado Unidos da América: ensinamentos para o Exército Brasileiro</p> <p>3. Os principais mecanismos de não proliferação de armas nucleares e seu impacto no âmbito do Ministério da Defesa</p> <p>4. Aspectos construtivos de obras militares com vistas à preservação ambiental</p> <p>5. Enfrentando a complexidade de baixas civis em conflitos de contra insurgência</p> <p>6. Livro Branco Argentino: capitalização da experiência passada e a integração cívico-militar como ferramenta de legitimidade social</p> <p>7. Perspectivas para o Exército Brasileiro face às novas preocupações de defesa para o Brasil no século XXI: terrorismo, narcotráfico e segurança pública</p> <p>8. O módulo brigada de infantaria de selva no contexto da Estratégia Nacional de Defesa</p> <p>9. O sistema de catalogação no Exército Brasileiro e a sua contribuição para a área da defesa nacional</p> <p>10. Estudo crítico da doutrina de comando e controle do Exército Brasileiro face às demandas do início do século XXI</p> <p>11. As características do campo de batalha do século XXI e suas consequências para o Exército Brasileiro</p>
---	--	--

	<p>comunicação no teatro de operações contemporâneo</p> <p>12. O Estado no combate ao terrorismo: estudo dos casos Brasil e EUA</p>	<p>12. O emprego das operações de defesa em posição para a Doutrina "D"³⁴: sua validade no combate moderno</p> <p>13. As necessidades orçamentárias do Exército Brasileiro para a consecução da estratégia Braço Forte (período de 2012 a 2015)</p> <p>14. A Estratégia Nacional de Defesa e os seus principais reflexos para a adequação do Exército Brasileiro às necessidades do século XXI</p> <p>15. Política de Defesa Nacional e Realidade Brasileira: Imposições a Força Terrestre</p>
<p>Geopolítica e Relações Internacionais</p>	<p>1. Reflexos da aproximação brasileira com o BRIC nas atividades desenvolvidas pelo EB no campo das relações internacionais, durante o período de 2003 a 2010</p> <p>2. A contribuição do Governo de Luís de Albuquerque para a formação da Fronteira Oeste Brasileira</p> <p>3. O Mercosul e o Sistema de Defesa Sub-regional</p> <p>4. Análise do conflito Israel-Palestina (1993-2011): as ações estratégicas e o processo de paz</p> <p>5. Conselho de Defesa Sul-Americano: novos arranjos em segurança e defesa na América do Sul</p> <p>6. Liderança do Brasil na América do Sul: aspectos favoráveis e óbices</p> <p>7. A demarcação da</p>	<p>1. A geopolítica da América do Sul: o papel determinante da defesa na integração do setor elétrico</p> <p>2. Viabilização do uso de dirigíveis na vigilância da fronteira Equador-Colômbia</p> <p>3. As reações internacionais ao protagonismo brasileiro</p> <p>4. Paquistão e Brasil, relações: uma visão de futuro</p> <p>5. Política externa da Coreia em relação ao Brasil: uma análise do passado, do presente e do futuro.</p> <p>6. O protagonismo regional do Brasil: aspectos favoráveis e óbices</p> <p>7. UNASUL X ALBA: uma comparação das propostas de defesa</p> <p>8. A articulação entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações</p>

³⁴ A Doutrina "D" ou Doutrina Delta diz respeito à Doutrina de Emprego da Força Terrestre em situação de guerra e não guerra. Ver página do *Centro de Doutrina do Exército*. Disponível em <www.cdoutex.eb.mil.br>.

	<p>fronteira seca com o Paraguai e sua influência sobre Itaipu</p> <p>8. Conselho de Defesa Sul-Americano: repercussões para o Brasil</p> <p>9. A UNASUL como instrumento de projeção militar do Brasil na América do Sul</p> <p>10. O aumento de gastos em defesa do Chile: reflexos na indústria de defesa brasileira</p> <p>11. Protagonismo regional do Brasil: aspectos favoráveis e óbices</p> <p>12. O conselho de defesa Sul-Americano como alavanca para a reconstrução da indústria de defesa no Brasil</p> <p>13. A instabilidade entre a Colômbia e a Venezuela: reflexos para o Exército Brasileiro.</p> <p>14. O significado da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, para o Brasil, no contexto da integração da América do Sul</p> <p>15. A influência do Bolivarianismo na América do Sul: possíveis reflexos para o Brasil no campo militar do poder nacional</p>	<p>Exteriores como fator de projeção do Brasil no sistema internacional de segurança: possibilidades e limitações.</p> <p>9. O Conselho de Defesa Sul-Americano e sua contribuição para a consecução das orientações estratégicas da Política de Defesa Nacional</p> <p>10. A construção da liderança brasileira na América do Sul.</p> <p>11. Protagonismo regional do Brasil: aspectos favoráveis e óbices.</p> <p>12. Conselho de Defesa Sul-Americano: repercussões para o Brasil no campo político e militar.</p> <p>13. Integração e identidade na América do Sul O pensamento geopolítico brasileiro e sua evolução.</p>
--	--	---

Percebe-se que as monografias de 2011 e 2012 trouxeram muitos títulos sobre a *Estratégia Nacional de Defesa* de 2008. Em 2011, os temas sobre a END focaram nas questões dos gastos em defesa. Uma monografia apresenta a operação de Crédito Externo como instrumento de captação de recursos para implementação dos projetos da *Estratégia Nacional de Defesa* e outra demonstra a preocupação com o aumento dos gastos com a defesa da Colômbia e os reflexos para a estratégia brasileira. Em 2012, duas monografias apontam para a adaptação do Exército para se adequar às diretrizes da END. Destacamos uma dessas

monografias que apresenta crítica à PDN com o título: “Política de Defesa Nacional e Realidade Brasileira: Imposições à Força Terrestre”.

Sobre o *Livro Branco da Defesa*, percebemos pelos títulos dos trabalhos que houve uma preocupação de estudarem como foi a elaboração do Livro em outros países. As monografias abordam experiências da confecção desse documento em países como Paraguai e Estados Unidos (monografias de 2011) e Uruguai e Argentina (monografias de 2012). Em 2011, também há uma monografia sobre os 10 anos de criação do Ministério da Defesa com o título: “Dez anos de criação do Ministério da Defesa: principais dificuldades e avanços para a defesa nacional”.

O terrorismo e as novas modalidades de combate do futuro, chamadas nos títulos das monografias de conflitos de contra-insurgência, quarta geração ou guerras irregulares³⁵, também foram temas constantes nos trabalhos dos anos de 2011 e 2012. Em 2011, há uma monografia de estudos de casos sobre o terrorismo no Brasil e nos Estados Unidos e outra sobre os desafios do terrorismo na recepção dos grandes eventos. A integração, não-permanente, do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, no biênio 2010-2011, também repercutiu em um dos temas da monografia de 2011. O título do trabalho sugere uma reflexão sobre o posicionamento estratégico do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e as implicações para a Defesa Nacional.

Os temas mais frequentes das monografias sobre questões “Geopolíticas” e “Relações Internacionais” refletem a participação brasileira nas políticas internacionais no governo Lula. Há um tema, em 2011, sobre o BRIC e as atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro no campo das relações internacionais, durante o período de 2003 a 2010. O protagonismo e liderança do Brasil na América do Sul e os novos arranjos de segurança e defesa na região, após o surgimento da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano, foram destaques nas monografias desses dois últimos anos da pesquisa.

Criado no final do ano de 2008, o Conselho de Defesa Sul-Americano é considerado, por Celso Amorim (2013), um dos eixos prioritários de nossa política de defesa em sua vertente internacional. Para o ministro, o Conselho é o

³⁵ Desde os atentados do Onze de Setembro de 2011, o conceito de guerra irregular assumiu grande proporção. Para Leal (2011) o que difere a guerra irregular da guerra convencional é a ênfase na utilização de forças irregulares e outras indiretas, métodos não-convencionais e os meios de subverter, desgastar e cansar o adversário, ou torná-lo irrelevante para a população de acolhimento, em vez de derrotá-lo pela confrontação militar direta convencional. Sobre guerra irregular ver HEYDTE (1990).

foro, por excelência, que possibilita a edificação, no nosso entorno sul-americano, conforme a concepção de Karl Deutsch, de um “espaço onde a guerra seja inconcebível” (p. II).

Nas monografias do Curso de Comando e Estado-Maior abordam-se temas sobre os novos arranjos em segurança e defesa na América do Sul e os aspectos favoráveis e desfavoráveis para o Brasil e as repercussões no campo político e militar do país. Há uma monografia, em 2012, que realiza comparações das propostas de defesa entre a UNASUL e a ALBA e ressaltam as contribuições do Conselho de Defesa Sul-Americano para as estratégias da *Política Nacional de Defesa* do Brasil.

8

Considerações finais

O que se procurou fazer ao longo deste trabalho foi contribuir e aprofundar os conhecimentos a respeito do ensino militar bélico na formação do Quadro de Estado-Maior do Exército Brasileiro. Confirmamos a hipótese inicial dessa pesquisa, que as Políticas e as Estratégias de Defesa nacionais, juntamente com as novas conjunturas no campo da segurança e defesa internacional, após a Guerra Fria, estabeleceram mudanças na formação do Estado-Maior do Exército no período pesquisado. Identificamos as influências das legislações, diretrizes e ações estabelecidas pelo Ministério da Defesa nos conteúdos e nos temas das monografias elaboradas pelos oficiais do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), demonstrando que o Exército não é totalmente refratário e se ajusta, mesmo que lentamente e a seu modo, às transformações exigidas por outros órgãos e pelos eventos externos à instituição.

Constatamos que os militares decidem, sem intervenção do Ministério da Defesa ou do Ministério da Educação, os currículos, as orientações pedagógicas e a estruturação dos seus cursos. Sendo assim, as reformas no sistema de ensino do Exército são realizadas na busca de adequação da instituição às novas realidades no cenário da Defesa Nacional, mas são realizadas de forma autônoma e sem intervenção civil.

Em busca dos objetivos específicos estabelecidos no início da tese, apresentamos os currículos e suas mudanças, fazendo o mesmo com os temas das monografias de conclusão do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército. Apesar da ausência de intervenção direta do Ministério da Defesa nas questões relacionadas ao ensino militar bélico e levando em consideração as características culturais e herméticas das instituições militares, demonstramos que as atuações e providências do Ministério da Defesa e suas políticas afetaram o CCEM com a criação de novas disciplinas, mudanças nos conteúdos curriculares, alterações de carga-horária e também subsidiaram novas discussões nos trabalhos de conclusão do curso.

Ainda sobre as mudanças ocorridas no curso, nas disciplinas Estratégia e Política, por exemplo, predominaram, até 2006, os autores relacionados às concepções de soberania nacional e conquistas territoriais, os mesmos autores que

embasaram a *Doutrina de Segurança Nacional* do regime militar. Já nos temas das monografias, percebemos que houve um aumento do interesse por temas exógenos à instituição, que problematizam e analisam a participação das Forças Armadas e de outros assuntos das atuais políticas de defesa. Observamos que ainda é pouco o estímulo dado aos oficiais para pesquisarem, por exemplo, temas sobre os direitos humanos, sendo esse o assunto que teve menor menção nos títulos das monografias pesquisadas. No entanto, a recomendação da END 2012 (p. 149) é a de que “as instituições de ensino das três Forças valorizem noções de Direito Constitucional e de Direitos Humanos, indispensáveis para consolidar a identificação das Forças Armadas com o povo brasileiro”.

Sobre os temas das monografias de conclusão do CCEM percebemos também que sobressaem as escolhas por assuntos endógenos à instituição. Esse fenômeno é considerado natural por serem temas voltados para a realidade da profissão militar. Porém, faz-se necessário considerar alguns fatores. Entre eles destacamos a extensa carga horária que engloba as disciplinas, as atividades de pesquisa, a elaboração das monografias e as atividades de complementação de ensino, incluindo viagens e simulações de manobras. O tempo destinado à pesquisa monográfica, atrelado às demais atividades são fatores que também contribuem para que os oficiais-alunos optem por assuntos que pertencem à “zona de conforto” de suas experiências profissionais.

Se, por um lado, a preferência por temas endógenos pode ser considerada como algo natural e motivado pelo tempo destinado a elaboração do trabalho, por outro lado esse fenômeno nos possibilitou a identificação dos períodos de mudanças na ECEME motivando a diminuição dos temas endógenos e o aumento dos temas exógenos, como observamos nos anos 2004, 2011 e 2012. A identificação desses anos e a análise dos acontecimentos nos respectivos períodos, realizados no capítulo 7, nos permitiram conhecer quais são os temas das políticas de defesa que despertam o interesse dos oficiais-alunos dos Altos-Estudos e suas percepções sobre as estratégias e ações propostas pelo Ministério da Defesa. Percebemos que a Amazônia é a área do país que desperta os mais variados temas de estudo dos futuros oficiais do QEMA, envolvendo de assuntos exógenos relacionados à soberania nacional às questões logísticas de ocupação militar na área.

Outro aspecto que nos chamou atenção nas análises dos anos 2004, 2011 e 2012 foram as mudanças na ECEME em relação à estruturação das Seções de Pesquisa e Pós-Graduação e o intercâmbio com a comunidade acadêmica, através de Programas como o Pró-Defesa.

O Ministério da Defesa tem como competência uma diversificada gama de assuntos, alguns de grande sensibilidade e complexidade como a educação de defesa. O Ministério participa diretamente desse processo educacional realizado nas instituições a ele subordinadas¹, destinadas a formar quadros de especialistas civis em defesa. Tais quadros, segundo a PND/2012 (p. 51), permitirão, no futuro, aumentar a presença de civis em postos dirigentes e nos demais níveis do Ministério da Defesa.

Na *Política de Ensino de Defesa* (PEnsD) sancionada pelo Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010, tem-se como objetivo geral incrementar o estudo de temas de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade, em particular no meio acadêmico, capacitando recursos humanos, conforme as necessidades dessa área. Apesar das intenções do decreto estarem relacionadas à participação dos civis no ensino da defesa, no último objetivo específico do decreto (Item XIII, Artº 4) é mencionado o aprimoramento do perfil dos militares das Forças Armadas, por meio da valorização dos princípios da iniciativa e da flexibilidade, nos cursos militares de carreira. Sem explicitar como será a participação do Ministério da Defesa nesse aprimoramento, o Art 6º deixa claro que os atos complementares da PEnsD observarão a legislação vigente das Forças Armadas, assegurando, portanto, suas autonomias.

A intervenção civil no ensino militar é dificultada devido ao direito adquirido, pelas Forças Armadas, na *Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira*. Porém, vimos no capítulo 7 que a contemplação do Programa Pró-Defesa pela ECEME pode ter sido um dos fatores de mudança nos temas das monografias de 2011 e 2012, o que proporcionou a inter-relação das pesquisas realizadas na escola militar com o meio acadêmico. A parceria ECEME e FGV²

¹ Escola Superior de Guerra (ESG), Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC), Instituto Pandiá Calógeras (IPC) e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

² A ECEME participou do Pró-Defesa, em parcerias com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de acordo com os editais de 2005 e 2008, enviando oficiais selecionados para cursos de mestrado e doutorado naquelas instituições. No caso do Pró-Estratégia, obteve três projetos de pesquisa acadêmica aprovados em 2012, tendo como

no programa Pró-Defesa, em 2008, repercutiu na estrutura da escola, dando maior *status* para a Seção de Pós-Graduação e Pesquisa. A seção responsável pela condução dos trabalhos monográficos e pela articulação da ECEME com o meio acadêmico, exerce um rígido sistema de controle interferindo diretamente na escolha dos temas das monografias. Por isso, atribuímos o aumento dos temas de caráter exógeno à instituição às mudanças na escola. Esses temas proporcionam reflexões críticas por parte dos militares sobre seus papéis no contexto nacional e internacional e sobre a defesa na contemporaneidade, principalmente nos dois últimos anos pesquisados.

Instrutores, professores e alunos da ECEME também têm comparecido aos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED). No encontro de 2012, em São Paulo, segundo Nunes (2012), a escola teve 25 trabalhos selecionados para apresentação. Para o autor também foi relevante a colaboração da escola com a RESDAL (Red de Seguridad y Defensa de América Latina) na elaboração do Atlas Comparativo da Defesa na América Latina e Caribe. Nesse mesmo ano também foi criado na ECEME o Instituto Meira Mattos³ destinado a coordenar, orientar, desenvolver e disseminar a pesquisa científica, a pós-graduação e os estudos em Ciências Militares e Segurança e Defesa⁴. O Instituto criou a Pós-Graduação para militares e civis nessas áreas. Ainda nesse mesmo ano, teve-se a recomendação do programa *stricto sensu* de Mestrado em Ciências Militares, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e reconhecimento pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria Ministerial nº 1.009, de 10 de outubro de 2013.

Sendo assim, podemos afirmar que a parceria entre instituições de ensino militar e o meio acadêmico civil, por meio das ações e incentivos do Ministério da

parceiras a FGV, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) (NUNES, 2012). No último edital (2013) o Pró-Defesa passou a dirigir-se a instituições públicas e privadas brasileiras que possuam, em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos pelo Ministério da Educação, área(s) de concentração ou linha(s) de pesquisa em Defesa Nacional, sem necessidade da parceria com instituições militares de ensino, como nos anos anteriores. Foi admitida a participação de instituições militares de altos estudos que não possuam programas de pós-graduação *stricto sensu*, mas que estabeleçam associação com IES, nos termos deste edital. Disponível em < <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-defesa>>. Acessado em 15 nov 2014.

³ Portaria nº 724, de 6 set 2012.

⁴ Informações disponíveis em < http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?option=com_content&view=article&id=86&Itemid=58&lang=pt>. Acessado em 16 nov 2014.

Defesa, juntamente com os demais órgãos como a CAPES, têm contribuído para o avanço das ações relacionadas à educação de defesa, refletindo também na formação militar, principalmente em relação aos Altos-Estudos. Essas questões apontam para uma possibilidade de maior participação civil na caserna e de militares em instituições civis, proporcionando novos hábitos e concepções no ambiente militar e dando ensejo a fissuras que arejam a hermética estrutura.

Sobre o que os militares acham dessa integração entre civis e militares, nos anos 2012 e 2013 foi aplicado, aos oficiais do Exército Brasileiro⁵, um *survey* elaborado pelo grupo de pesquisa *Sociologia das Forças Armadas*, formado por professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio e professores do Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro pela parceria do Pró-Defesa. As perguntas consistiam em informações sobre origem social, percurso da carreira e questões e valores institucionais e sociais. De todos os militares que responderam ao *survey*, 423 foram oficiais do Quadro de Estado-Maior do Exército (QEMA). Para contribuir com as considerações finais dessa tese⁶, selecionamos algumas respostas, fornecidas por eles, sobre vivências acadêmicas fora do Exército e opiniões sobre a aproximação do ensino militar com as Universidades:

Tabela 10
Pergunta: Fora das Instituições Militares, o Sr. cursou mestrado

	nº de casos	%
Sim	45	10,6
Não	358	84,6
Total	403	95,3
Não respondeu	20	4,7
Total	423	100,0

⁵ Os dados foram coletados a partir de um questionário com 95 perguntas, realizado on-line e enviado para 20.435 oficiais do Exército, dos quais 2.716 (13%) qualificaram a amostra da pesquisa.

⁶ Os dados foram gentilmente cedidos pelo coordenador do Projeto, professor Eduardo Raposo (PUC-Rio).

Tabela 11
Pergunta: Fora das Instituições Militares, o Sr. cursou doutorado

	nº de casos	%
Sim	47	11,1
Não	355	83,9
Total	402	95,0
Não respondeu	21	5,0
Total	423	100,0

Tabela 12
Pergunta: A aproximação entre o Exército e a Universidade pode contribuir para o aperfeiçoamento dos seus oficiais:

	nº de casos	%
Concordo	375	88,7
Discordo	9	2,1
Total	384	90,8
Não respondeu	39	9,2
Total	423	100,0

Tabela 13
Pergunta: Assinale a opção com que o Sr. mais se identifica

	nº de casos que concordam	%
As instituições de ensino militar são suficientes para formação do Oficial do Exército Brasileiro	146	34,5
Os militares do Exército Brasileiro necessitam também dos conhecimentos adquiridos nas instituições civis de ensino	239	56,5
Total	385	91,0
Não respondeu	38	9,0
Total	423	100,0

Percebemos que apesar de 10% dos oficiais QEMA possuírem Pós-Graduação (Mestrado e/ou Doutorado) em instituições civis, foi quase consenso, entre os que responderam à pergunta, a concordância (88,7%) sobre a contribuição que a Universidade pode ter no aperfeiçoamento dos militares. Já em termos de formação, 56,5% consideram que os militares do Exército Brasileiro necessitam

também dos conhecimentos adquiridos nas instituições civis de ensino e 34,5% acreditam que as instituições de ensino militar são suficientes para a formação do oficial do Exército Brasileiro.

Os dados nos ajudam a ilustrar a discussão sobre a integração civil e militar para os assuntos de Defesa e as implicações para a formação do Estado-Maior do Exército. A END/2012, no item “Ensino” (p. 149), traz como um dos objetivos acelerar o processo de interação do ensino militar, em particular no nível de Altos Estudos, com as diretrizes da Estratégia.

O reconhecimento do curso de Mestrado da ECEME, pelo Instituto Meira Mattos, submete a escola militar aos critérios de avaliação da CAPES. Isso quer dizer que a ECEME, para conseguir e manter o credenciamento terá que seguir as condições estabelecidas pelo órgão civil condicionando, entre as suas exigências, produção científica, biblioteca atualizada e professores qualificados. Arelada a essas mudanças tem-se a presença de alunos civis que complementam suas formações acadêmicas dentro de um estabelecimento de ensino militar, interferindo, de diferentes formas, no cotidiano da caserna.

O incentivo à participação de militares em eventos acadêmicos civis e nos cursos de Pós-Graduação, nas universidades, anunciam mudanças no cenário do pensamento militar sobre a Defesa no Brasil. São grandes as possibilidades de confrontação de ideias, crescimento intelectual e ampliação do conhecimento tanto dos militares sobre a realidade civil, quanto dos civis em relação à realidade militar, concretizando a possível aproximação dos dois grupos. Porém, cabe destacar que as mudanças afetam, mas continuam não interferindo na autonomia militar. Pelo contrário, as mudanças observadas foram protagonizadas pelos próprios militares, que estabelecem os critérios de mudanças de acordo com seus interesses e perspectivas, reafirmando sua autonomia.

Martins Filho (2000, p. 8) considera que em todos os episódios de reafirmação da autonomia militar, a reação dos poderes civis costuma ser tardia e desarticulada. Já a disposição militar para se antecipar aos civis, como a inércia do Executivo e do Legislativo, no que tange ao controle das iniciativas militares, não são alteradas. Ao contrário, o que parece ocorrer é um aumento de autonomia militar em virtude das permissões do Executivo diante das reivindicações militares.

Nesse sentido, lembramos que a aproximação dos militares com o meio acadêmico foi acompanhada do ganho de mais uma prerrogativa que foi a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu* regulada pela Portaria Normativa Interministerial nº18, de 13 de novembro de 2008. Para D'Araujo (2012b, p. 88), nesse aspecto da educação militar pode-se ver claramente que predomina um corporativismo arraigado nas Forças Armadas, presente na contradição de que não há reconhecimento de cursos de graduação ou pós-graduação eventualmente feitos por militares em universidades, ou seja, apenas escolas militares podem formar militares. Porém, de outra parte, demanda-se e faz-se cumprir em lei, que os cursos feitos por militares dentro das instituições militares sejam aceitos no Sistema de Ensino Nacional com equivalências aos títulos.

Fuccille (2007, p. 126) aponta que pensar as relações civis e militares na realidade brasileira pós-autoritária é pensar um modelo híbrido. Para o autor, temos subordinação militar com espasmos de autonomia e autonomia militar com espasmos de subordinação.

Em relação à formação do Estado-Maior do Exército percebe-se, nessa relação civil/militar que falta ainda, ao Ministério da Defesa, conteúdo e força política para lidar com o assunto. A direção política almejada vai além da questão administrativa, sendo desejável associá-la ao questionamento sobre as Forças Armadas que desejamos, tendo como contexto o perfil estratégico planejado pelo país. Para que isso aconteça, é necessária a compreensão e intervenções sobre o que é e como são formados nossos militares.

O efetivo do Exército é de aproximadamente duzentos mil integrantes e cerca de 650 estabelecimentos militares⁷. Intervir nessa estrutura é uma empreitada que demanda ações além do Executivo, necessita também da participação do Legislativo e de outros atores, incluindo os próprios militares e a comunidade acadêmica. O caminho não deve ser outro senão pelo diálogo aberto, transparente e democrático, sobre como devem ser superadas as dificuldades em relação ao estabelecimento da direção política dos quartéis, em especial, as escolas militares.

⁷ MAIA NETO (2012, p. 187).

Referências Bibliográficas

ABBOTT, Andrew. **The system of professions: an essay on the division of expert labour**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. 452 p.

ALSINA Jr., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: v. 46, nº. 2, jul/dez 2003, p. 53-86.

AMARAL, Marilea Lima Prazeres. **Educação Militar pós-1985: os currículos da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME)**. 2007. 184 f. Dissertação de Mestrado. UFPE (CFCH), Recife, 2007.

AMORIM, Celso. Defesa Nacional e Pensamento Estratégico brasileiro. In **Revista Política Hoje**. V. 21, nº 2, p. 330-349, 2012.

_____. Apresentação. In ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 11-13.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 166 p.

ANDRADE JR., Hermes. **Limites e desafios aos militares brasileiros em relação à questão ambiental**. 2005. 333f. Tese de Doutorado. Fio Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

ARAGÃO, Campos de. **Cadete do Realengo**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959. 307 p.

ARAÚJO NETO, José Carlos de. Parâmetros curriculares militares como construtor de novos paradigmas e instrumento de integração das Forças Armadas. In **Concurso de Artigos sobre o Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2011.

ARON, Raymond. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1991. 302 p.

ARRAES, Virgílio Caixeta. Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: vol.47, no.1, p. 112-139, 2004.

AZEVEDO, Ana Luíza, BORGES, Ana Paula e NARDUCCI, Viviane. A Educação a Distância numa Instituição de Ensino Militar: um estudo de caso sobre a ECEME. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2009. Disponível em <http://ww.aedb.br/seget/artigos09/352_352_SEGET_2009_2.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 310 p.

_____. **História do Estado-Maior das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987. 280 p.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v.10, n.1, p.129-142, mai. 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 148 p.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 280 p.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011. 384 p.

BESERRA, Maria Ione Faraco. **Espaço é poder**. 1985. Disponível em <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/887-901-1-PB.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2014.

BITTENCOURT, Luiz. Seguridad en el Nuevo Mundo: Brasil y el dilema del liderazgo mundial. In MARTINEZ, Rafael e TULCHIN, Joseph S. (orgs.) **La seguridad desde las orillas: Un debate entre Europa e Latinoamérica**. Barcelona: CIDOB, 2006, p 287-303.

BLAND, Douglas. A Unified Theory of Civil-Military Relations. In **Armed Forces & Society**. Texas, James Burk, A & M. University, vol 26, nº1, 1999, p. 7-26.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 173 p.

_____. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: UNESP, 2003. 181 p.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 219 p.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de Ensino**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. 280 p.

BRANT, Joseph. **Segredos da guerra psicológica: reminiscências da segunda guerra mundial**. São Paulo: Difusora Cultural, 1967. 240 p.

BRASIL. Decreto Imperial de 13 de março de 1824. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38575-13-marco-1824567105-publicacaooriginal-90521-pe.html>> Acesso em: 9 set. 2014.

_____. Tratado de Cooperação Amazônica. Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980.

_____. Estatuto dos Militares. Lei nº 6880 de 9 de dezembro de 1980. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm> Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos teóricos**. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

_____. Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Lei nº 8.745 de 9 dez 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18745cons.htm> Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a destruição das armas químicas existentes no mundo. Decreto nº 2.977, de 1º de março de 1999. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2977.htm> Acesso em: 9 dez. 2014.

_____. Normas gerais para a organização, o preparo e emprego das Forças Armadas. Lei complementar nº 97, de 9 de julho de 1999. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm> Acesso em: 8 dez. de 2014.

_____. Organização da Presidência da República e dos Ministérios. Medida Provisória 1.911-8 de 29 de junho de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1911-8.htm> Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. Criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Lei nº 9883, de 7 de dezembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm> Acesso em: 8 dez. de 2014.

_____. Lei do Serviço Militar. Lei n.º 174 de 21 de setembro de 1999. Disponível em <https://juventude.gov.pt/Legislacao/Documents/lei_174_99.pdf> Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126). Portaria nº 549, de 6 de outubro de 2000.

_____. Normas de Elaboração e Revisão de Currículos (NERC). Portaria nº 103/DEP, de 28 Dez 2000.

_____. Promoções dos Oficiais da Ativa do Exército. Decreto ° 3998 de 5 out 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3998.htm> Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. Diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm>. Acesso em: 8 dez. 2014.

_____. Remuneração dos militares das Forças Armadas, Tabela III. Medida provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm> Acesso em: 8 dez. 2014.

_____. Vade-Mécum de cerimonial militar do Exército – valores, deveres e ética militar (VM-10). Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002.

_____. Reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/2002/d4307.htm> Acesso em: 8 dez. 2014.

_____. Normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm> Acesso em: 8 dez. 2014.

- _____. Política de Defesa Nacional. Decreto nº 5.484, 30 jun 2005.
- _____. Regulamento da Escola Superior de Guerra. Decreto nº 5.874, de 15 ago 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5874.htm> Acesso em: 7 dez. 2014.
- _____. **Plano Plurianual 2004-2007**: relatório anual de avaliação, ano base 2005. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2006, p. 19-20.
- _____. Política de Defesa Nacional. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5848.htm> Acesso em: 9 dez. 2014.
- _____. Estratégia Nacional de Defesa. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm> Acesso em: 9 dez. 2014.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). 35ª Edição. **Centro de Documentação e Informação**. Brasília: Edições Câmara, 2012.
- _____. Política Nacional de Defesa 2012. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf> Acesso em: 25 set. 2014a.
- _____. Estratégia Nacional de Defesa 2012. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf> Acesso em: 25 set. 2014b.
- _____. Livro Branco da Defesa Nacional 2012. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf> Acesso em: 25 set. 2014c.
- _____. Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. Decreto nº 7.974 de 1º de abril de 2013. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7974.htm> Acesso em: 7 dez. 2014.
- _____. Distribuição do efetivo de Oficiais-Generais do Exército em 2014. Decreto nº 8.210, de 21 de março de 2014. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8210.htm> Acesso em: 7 dez. 2014.
- BRAVO, Camila Fernandes. Reflexões ainda necessárias sobre o recrutamento endógeno no Exército brasileiro. In **Humanis**. Rio de Janeiro: CEP, 2013, p. 53-70.
- BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA JR, Domício. **Concertação Múltipla**: Inserção Internacional de Segurança do Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Konrad Adenauer, 2002. 168 p.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. 228 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In _____. **Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. p. 50-82.

_____. Discurso de posse no Congresso Nacional. In **Biblioteca da Presidência da República**. Brasília, 1995. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/governo-federal-e-formado-por-ministerios-secretarias-e-orgaos-especiais>> Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Discurso da cerimônia de anúncio da Política de Defesa Nacional. In **Biblioteca da Presidência da República**, 1996. Disponível em <www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes> Acesso em: 8 dez. 2014.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea**: Mahan, Mackinder e a “grande estratégia” do Brasil para o século XXI. 2012. 166 f. Dissertação de Mestrado. USP, Programa de Pós-graduação de Geografia da FFLCH, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. 219 p.

_____. Forças Armadas. In FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Sociedade e instituições (1889-1930). Livro Segundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 197- 280.

CASTRO, Celso. A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão. In **CEBRAP**, nº 37, p. 225-231, novembro de 1993.

_____. **Os militares e a República**: um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 208 p.

_____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 91 p.

_____. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004a. 182 p.

_____. A socialização profissional dos militares brasileiros: notas sobre uma investigação antropológica na caserna. In **Etnografia**, v. VIII (1), p. 79-90, 2004b.

_____. (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2006. 172 p.

CASTRO, Paulo Cesar de. Vamos pensar o Exército? In Coleção Meira Mattos **PADECEME**. Nº 22, p. 1-14, 2º quadrimestre de 2010.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Autonomia militar e construção da potência. In Oliveira, Eliézer Rizzo de. (et.al.). **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 57-100, 1987.

CHIAVENATO, Júlio. **Geopolítica, arma do fascismo**. São Paulo: Global Ed. 1981. 94 p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Disponível em <<https://pensamentosnomadas.files.wordpress.com/2012/11/da-guerra-carl-von-clausewitz.pdf>> Acesso em: 10 set 2014.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000. 206 p.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional** – O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978. 251 p.

CONTINI, Alaerte. Antonio. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica. In **Âmbito Jurídico**. V. 69, p. 1-17, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e geopolítica** – discurso sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 1992. 352 p.

COSTA, Luciana Corrêa. O fim do Plano Colômbia e a compra de armas pela Venezuela. In **Conjuntura Internacional**. PUC-Minas, 2005. Disponível em <www.pucminas.br/conjuntura> Acesso em: 26 out. 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A Comissão Nacional da Verdade e os militares perseguidos. In **Acervo**. V. 27, nº 1, p. 137-155, jan-jun/2014.

D'ARAUJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas. In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.439-459.

_____. Política e corporativismo militar no Brasil. **I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa (ABED)**. Universidade Federal de São Carlos, setembro de 2007. Não paginado.

_____. Links between Military Police and Armed Forces in Brazil - A Historical View. **BRASA IX** - Tulane University, New Orleans, Louisiana, 2008. p. 1-13.

_____. **Militares, democracia e desenvolvimento**: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a. 264 p.

_____. Perspectiva brasileira para os novos aspectos da segurança regional. In **Cadernos Adenauer**. Ano XI, vol4, p. 34-42, 2010b.

_____. El Libro Blanco de Defensa. In DONADIO, Marcela (Coord.). **Atlas comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe**: Edição 2012. Buenos Aires: RESDAL, p. 148-157, 2012a.

_____. Ensino militar no Brasil e interfaces com a sociedade. In KLEPAK, Hal (Org.). **Formación y educación militar: los futuros oficiales y la democracia**. 1a ed. Buenos Aires: RESDAL, p. 81-92, 2012b.

_____. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. In **Varia História**. Vol 8, nº 48. Belo Horizonte: Julho/Dezembro, p. 573-597, 2012c.

DA SILVA, Carlos Eduardo. **O Sistema de Planejamento Estratégico do Exército brasileiro (SIPLEx)**: uma análise da doutrina militar terrestre do Exército brasileiro e do seu planejamento. 2009. 218 f. Tese de Doutorado. UFSCar, São Carlos, 2009.

DESCARTES, René. **Discurso do método e tratado das paixões da alma**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 102 p.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 190 p.

DONADIO, Marcela. La cuestión de La reforma de las instituciones militares: los rostros de las fuerzas armadas em El hemisfério. In _____ (Org.). **La**

reconstrucción de La seguridad nacional. Defesa, democracia y cuestión militar em América latina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. p. 253-293.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado.** Ação política, poder, golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. 814 p.

_____. Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária? In RIZZO, Eliézer (et. al.). **As Forças Armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 101-144, 1987.

DURAN, Débora. Ciências Militares, Militares e Ciência: o desafio da pesquisa no Exército Brasileiro. In GOMES, Julio César e SCHAFFEL, Sarita Léa (Org.) **Ciências Militares em Foco.** Rio de Janeiro: CEP, 2010, p. 59-84.

ECEME. **Plano de Gestão da ECEME (2010 – 2011).** 2010. 53 p.

ESTEVEZ, Diniz. **Documentos históricos do Estado-Maior do Exército.** Brasília, DF: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996. 47 p.

EXÉRCITO. 2ª versão da Metodologia para Elaboração e revisão de Currículos (MERC/87). Portaria nº 73/DEP, de 10 de dezembro de 1987.

_____. Criação do Quadro Complementar de Oficiais do Exército. Lei nº 7.831, de 2 out 1989.

_____. Diretrizes para modernização de ensino. Portaria nº25/DEP, julho de 1996.

_____. Fundamentos para a Modernização do Ensino. GTEME – 1996 (Extrato). Disponível em <http://www.decex.ensino.eb.br/port_/leg_ensino/8_outras/a_memoria_moderniz_ensino/7_doc49_15Jul1996_FundamentosModernizEns_GTEME_EXTRATO.pdf> Acesso em: 8 de out. 2014.

_____. Diretrizes para a reformulação de ensino. Portaria nº 28/DEP, jun, 1997.

_____. Conceituação dos Atributos da Área Afetiva. Portaria nº 012, de 12 de maio de 1998.

_____. Lei de Ensino do Exército. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.

_____. Normas para Elaboração do Conceito Escolar (NECE). Portaria nº 102 / DEP, de 28 de Dezembro de 2000.

_____. Define Ciências Militares, fixa sua abrangência e estabelece a finalidade de seu estudo. Portaria nº 517, de 26 de setembro de 2000.

_____. Normas de Elaboração e Revisão de currículos. Portaria nº 103/DEP, de 28 de Dezembro de 2000.

_____. Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126), Portaria nº 549, de 6 outubro de 2000.

_____. Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior. BE nº 47, de 25 de agosto de 2001.

_____. O Combate de Resistência. Portaria 035-EME-Res, de 24 de maio de 2002, que aprova as Instruções Provisórias IP 72-2.

_____. Política de Ensino do Exército. Portaria nº 715, de 6 dezembro de 2002.

_____. Manual com diretrizes para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas. Portaria 20/EME, de 2 de abril de 2003.

_____. Programa Excelência Gerencial do Exército brasileiro (PEG-EB), Portaria Cmt Ex nº 191, de 17 de abril de 2003.

_____. Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior (R-181). Portaria nº 843, de 11 de novembro de 2005.

_____. Normatização do Curso de Preparação à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (CP/ECEME). Portaria nº 227-EME, de 13 de dezembro de 2006.

_____. Pontuação para promoções dos componentes da profissão militar para oficiais da linha de ensino bélico, “Anexo A” da portaria nº058-DGP, 10 de março de 2009.

_____. Diretriz para a Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército Brasileiro da Linha de Ensino Militar Bélico e dá outras providências. Portaria nº 152-EME, de 16 de novembro de 2010.

_____. Diretriz para implantação do Processo de Transformação do Exército. Decreto de 1º jan 11, publicado na Seção 2 do Diário Oficial da União – Edição Especial Rio de Janeiro: Comando do Exército, 2011a.

_____. Implantação da educação por competências na formação de oficiais da linha de ensino bélica. Rio de Janeiro: CEP, 2011b.

_____. Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA). Portaria do Comandante do Exército nº 001-Res, de 27 de fevereiro de 2012.

_____. Perfil profissiográfico do concludente do Curso de Comando e Estado-Maior. Boletim do Exército, nº 086, de 11 de novembro de 2013.

_____. Cronograma da estrutura organizacional do Exército. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma_exercito.php> Acesso em: 1 set. 2014.

_____. Manual de Fundamento EB20-MF-10.102: O Exército Brasileiro, disponível no site do Centro de Doutrina do Exército: <<http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/produtos-doutrinarios/novos-manuais>> Acesso em: 7 set. 2014.

_____. Instruções reguladoras do concurso de admissão e matrícula na Escola de Comando e Estado-Maior, EB60-IR-11.001, Portaria nº 103 – DECEX de 7 ago 2014.

_____. Organograma da estrutura organizacional do Exército. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma_exercito.php> Acesso em: 1º set. 2014.

_____. Objetivos da Pós-Graduação da ECEME. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?option=com_content&view=article&id=220&Itemid=208&lang=pt> Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão e Matrícula na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Portaria nº 103 - DECEX, de 7 de agosto de 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012. 929 p.

FÁZIO, Edneia. **A Política de ensino do Exército brasileiro na Nova República**: o projeto de modernização (1985-2000). 2008. 145 f. Tese de Doutorado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2008.

FEAVER, Peter Drucker. The civil-military problematique: Huntington, Janowitz, and the question of civilian control. In: **Armed Forces & Society**, v. 23, n. 2, p. 149-178, 1996.

FERNANDES, Heloísa. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global editora, 1978. 267 p.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo e BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. In **Gestão e Produção**. São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder**: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005. 198 p.

FIORAVANTE, Pedro Antonio. Amazônia: contribuições do Exército brasileiro no desenvolvimento social e cultural das comunidades brasileiras na Amazônia Ocidental. In **Da Cultura**. Ano XII, nº 22, p. 34-42, 2011.

FLEMES, Daniel. Uma comunidade de segurança na América do Sul: Notas teóricas sobre a cooperação na política de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. In **RESDAL**, FEV/2004. Disponível em <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-flemes.html>> Acesso em: 25 set. 2014.

FONSECA, Maria de Lourdes. Profissionalismo político e participação política militar em Portugal. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 103, p. 69-110, jul./dez. 2011.

FRAGOSO, Augusto. **A Escola Superior de Guerra**: origens, finalidade, evolução. Rio de Janeiro: EMFA/ESG, 1968. 45 p.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparativa das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, ano 11, p.141-154, jun. 1996.

_____. **Professionalism**: the third logic. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. 240 p.

FREIRE, Fábio (et al). Uma concepção pedagógica de ensino militar: reflexões para a elaboração de um plano de desenvolvimento do ensino militar. In GOMES, Julio Cesar e SHAFFEL, Sarita. **Currículo**: limites e possibilidades. Rio de Janeiro: CEP, p. 109-128, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997a. 148 p.

_____. **Ação Cultural para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. 178 p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 256 p.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Organização militar do Império do Brasil**: em decorrência da emancipação política (07.09.1822). Disponível em < <http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/36.pdf>> Acesso em: 6 set. 2014.

FUCCILLE, Luís Alexandre. A criação do Ministério da Defesa no Brasil: inovação e continuidade. In **Research and Education in Defense and Security Studies**. Brasil: Ministério da Defesa, 2002. Disponível em < http://www.fes-seguridadregional.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1163%3Aa-criacao-do-ministerio-da-defesa-no-brasil-inovacao-e-continuidade&catid=206%3Adocumentos-no-oficiais&Itemid=318> Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. **Democracia e questão militar**: a criação do Ministério da Defesa no Brasil. 2006. 291 f. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

_____. Do desafio à acomodação: descaso e tibieza na construção da direção política sobre a Defesa Nacional. In **Revista de Estudos Estratégicos**. Nº 2, p. 104-130, jan/jul de 2007.

GALVÃO, Fernando Sérgio. Reflexões sobre a evolução legal do emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO). In **STM Em Revista**. Ano 7, nº 8, p. 13-17, dezembro de 2011.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma estratégia militar para o Brasil. In PINTO, J. R. De Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; e SILVA R. Doring Pinho da (orgs). **Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança** v. 1 – Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Brasília: Ministério da defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 39-48.

GUIMARÃES, Virgínia. **Ex-Combatentes do Brasil**: Entre a História e a Memória. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010. 110 p.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais**: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 349 p.

HEYDTE, Friederich August Von Der. **A Guerra Irregular Moderna**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1990. 247 p.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996a. 548 p.

HUNTINGTON, Samuel. **Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Editora objetiva, 1996b. 456 p.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 342 p.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional**: um estudo social e político. Rio de Janeiro: GDR, 1967a. 434 p.

_____. Hierarquia e autoridade no estabelecimento militar. In ETZIONI, Amitai (org.). **Organizações complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais.** São Paulo: Editora Atlas, 1967b. p. 198-211.

KLAUSING, André Lemos. Conselho de Segurança: alternativas para um projeto de reestruturação. In **Conjuntura.** PUC-MG, outubro de 2006. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20061011110623.pdf> Acesso em: 6 nov. 2014.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **O serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil.** 2001. 176 f. Dissertação de Mestrado. USP, FFLCH, São Paulo, 2001.

LANDAU, Georges D. A diplomacia latino-americana do governo Lula. In **Cadernos Adenauer.** Ano XI, vol4, p. 6-13, 2010.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Análise de enquadramento noticioso televisivo: o Jornal Nacional e a representação dos atores envolvidos no Caso do Morro da Providência. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,** Curitiba, setembro de 2009. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?id=36838>> Acesso em: 18 mar. 2015.

LEAL, Fernando D’Eça. **A guerra irregular: a conspiração do silêncio no século XXI?** In Revista Militar. Agosto/setembro de 2011. Disponível em <www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=671> Acesso em: 4 nov. 2014.

LEIRNER, Piero de Camargo. O Exército e a questão da Amazônia. In **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 119-132, 1995.

_____. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124 p.

_____. O Exército e a Amazônia: uma análise de monografias da Eceme. In CASTRO, Celso (org.). **Amazônia e Defesa Nacional.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 143-158.

LIMA, Patrícia de. **O Oficial do Quadro Complementar sob a ótica dos demais quadros, armas e serviços do Exército brasileiro na guarnição de Salvador.** Escola de Administração do Exército e Colégio Militar de Salvador, 2008. Disponível em <http://www.esfcex.ensino.eb.br/revista/producaocientifica/arquivo/302_TCC.pdf> Acesso em: 4 out. 2014.

LIMA, Sued. A formação de oficiais nas Forças Armadas brasileiras. In **Tensões Mundiais.** v. 8, n. 14, p. 199-215, 2012.

LOURENÇÃO, Humberto José. **Forças Armadas e Amazônia (1985-2006).** 2007. 203 f. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2007.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Democracia e ensino militar.** São Paulo: Cortez, 1998. 120 p.

LYPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos.** São Paulo: Ed Barcarolla, 2004. 136 p.

MAIA NETO, Jacintho. Os desafios do ensino militar no contexto transformacional do Exército Brasileiro: recriando a pós-graduação *strictu sensu* em Ciências Militares. In SOARES, Samuel Alves (coord.). **VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. São Paulo, p. 1-16, 2012.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. O Processo de Modernização de Ensino (PME) do Exército brasileiro (1995-2001): investigando o *ethos* e a ação política dos especialistas de ensino. In **XIV Encontro Regional da ANPUH**. Rio de Janeiro, julho de 2010. Disponível em <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276564883_ARQUIVO_ArtigodoPos-docparaANPUHR.pdf> Acesso em: 18 mar. 2015.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. 572 p.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2007. 174 p.

MARKERT, Werner. Novos paradigmas do conhecimento e modernos conceitos de produção: Implicações para uma nova didática na formação profissional. In **Educação e Sociedade**. Ano XXI, nº 72, agosto, 2000.

MARQUES, Adriana Aparecida. Presença militar na Amazônia: a visão do Poder Legislativo. In CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 69-96.

_____. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. 233 f. Tese de Doutorado. Ciência Política USP, São Paulo, 2007.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da democracia: a participação militar na administração federal das comunicações e na educação, 1963-1990**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 220 p.

MARTÍNEZ, Rafael. La consolidación social de la democracia como parte del proceso de democratización de las fuerzas armadas. In MARTINEZ, Rafael e TULCHIN, Joseph S. (orgs.). **La seguridad desde las orillas: Un debate entre Europa e Latinoamérica**. Barcelona: CIDOB, 2006. p. 79-132.

MARTINS FILHO, João Roberto. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas. In **Revista Olhar**. Ano 2, nº 4, p. 1-17, dezembro de 2000.

_____. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. **Symposium The Cultures of Dictatorship**, 2004. Disponível em <www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc> Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França. In **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 4, p. 283-306, jul-dez de 2010.

MAZULO, Luana Ferreira da Silva. **Mulheres no Exército Brasileiro: um estudo sobre poder simbólico e relações de poder em uma organização militar**. 2010. 147 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 2010.

MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 422 p.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional. Portaria Normativa nº 1.317/MD, de 4 de novembro de 2004.

_____. Política Nacional da Indústria de Defesa. Portaria Normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005.

_____. Ações Estratégicas da Política Nacional da Indústria de Defesa. Portaria Normativa nº 586/MD, de 24 de abril de 2006.

_____. Equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu*. Portaria Normativa Interministerial nº18, de 13 de novembro de 2008.

_____. Equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu*. Portaria Normativa Interministerial nº18, de 13 de novembro de 2008.

_____. Equivalência dos Cursos Superiores de Tecnologia desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Portaria Normativa Interministerial nº 15, de 27 de maio de 2010.

_____. Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10 (1ª Edição/2013). Portaria Normativa nº 3.461 /MD, de 19 de dezembro de 2013.

_____. Equivalência dos cursos de educação profissional técnica de nível médio desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Portaria Normativa Interministerial nº 1, de 14 de março de 2014.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional. In **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: v 22, nº 2, p. 431-472, jul/dez 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001. 102 p.

MOSKOS, Charles. A nova organização militar: institucional, ocupacional ou plural. In HARRIES-JENKINS, G., MOSKOS, Charles. **Las Fuerzas Armadas y la sociedad**. Madrid: Alianza, 1984. 182 p.

MOTA, Jackeline Luciano. O combate ao narcotráfico no contexto dos objetivos da política externa de FHC. **1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais**. Brasília, Painel Segurança no Marco das Políticas Públicas Brasileiras, julho de 2012.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001. 314 p.

NASCIMENTO, Durbens. Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. In CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 97-117.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1934-1938). **IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação**. PUC-RS, 2009.

NUNES, Richard Fernandez. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o Processo de Transformação do Exército Brasileiro. Coleção Meira Mattos, **Revista das Ciências Militares**. Volume 2, nº 26, 2º quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

OEA. **Adoption of the guidelines on developing national defense policy and doctrine papers.** Disponível em < <http://www.oas.org/consejo/resolutions/res829.asp>> Acesso em: 22 set. 2014.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia.** Campinas: Papirus, 1994. 352 p.

_____. Constituinte, Forças Armadas e Autonomia Militar. In _____ (et. al.). **As Forças Armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 145-185.

_____. **Democracia e Defesa Nacional:** a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. São Paulo: Manole, 2005. 516 p.

_____. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. In **Interesse Nacional.** Ano 2, nº 5, abril-junho de 2009.

_____ e SOARES, Samuel Alves. Forças Armadas, direção política e formatação institucional. In D'Araujo, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 98-124.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. **D. João VI no Brasil: 1808-1821.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. 145 p.

OLIVEIRA NETO, Amaro Soares de. O concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: os olhos da tradição voltados para o futuro. In **Revista Ciências Militares - Coleção Meira Mattos.** Rio de Janeiro, nº 22, p. 1-11, 2010.

ONU. **Carta das Nações Amigas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.** 1945. Disponível em < http://www.onu.org.br/docs/carta_da_onu.pdf> Acesso em: 18 out. 2014.

PAGLIARI, Graciela De Conti. Segurança e defesa na América do Sul: cooperação regional e o papel do Brasil. In **Diálogo Canoas.** Nº 16, p. 13-29, jan-jun de 2010.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. A Escola do Método: Cem anos pensando o Exército. In **PADECEME.** Nº 10, 1º quadrim. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, p. 5-10, 2005.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política.** São Paulo: Nova Cultura, 1987. 336 p.

PERES, Carlos Roberto e CÂMARA, Hiram de Freitas (Orgs.). **ECEME – a escola do método:** um século pensando o Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. 267 p.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 96 p.

_____ et al. **As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 2002. 176 p.

PORTAL BRASIL. **Governo federal é formado por ministérios, secretarias e órgãos especiais.** Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/governo-federal-e-formado-por-ministerios-secretarias-e-orgaos-especiais>> Acesso em: 25 set. 2014.

PROENÇA Jr., Jadir Domício e DINIZ, Eugenio. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 152 p.

_____. Considerações técnicas sobre a política de defesa do Brasil. **Anais do XIX ENEGEP**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0019.PDF> Acesso em: 25 set. 2014.

PROENÇA Jr., Jadir Domício e STAUDOHAR, Gisele. Do processo de criação à consolidação do Ministério da Defesa no Brasil. Trabalho apresentado no **II Simpósio Regional sobre Defesa e Segurança Internacional: Segurança na Região, riscos e incertezas – Associação dos Graduados do Centro Hemisférico de Estudos em Defesa**. Montevideú: agosto de 2002. Disponível em <http://www.anesp.org.br/userfiles/file/estudos/processo_criacao.pdf> Acesso em: 25 set. 2014.

PROENÇA Jr., Jadir Domício e RAZA, Salvador Ghelfi. A Educação Militar para o século XXI. In: **Seminário sobre Educação e Pesquisa em Defesa e Estudos Estratégicos**. Santiago, 2003.

RAZA, Salvador Ghelfi. Para além dos Livros Brancos de Defesa. **Seminário Internacional sobre Missões de Paz, Segurança e Defesa**. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em <http://media.wix.com/ugd/6b6930_0530fb6255a09c272dc2e7e0ac944526.pdf?dn=15.%2BPARA%2BAL%C3%89M%2BDOS%2BLIVROS%2BBRANCOS%2BDE%2BDEFESA.pdf> Acesso em: 25 set. 2014.

RICARDO, Beto e RICARDO, Fany (Orgs.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. 879 p.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. Forças Armadas em missão de polícia: a história do morro da providência e outros casos. In **Cadernos Aslegis**. Nº34, p. 115-131, maio-agosto de 2008.

RODRIGUES Jr, José. **A taxonomia de objetivos educacionais - um manual para o usuário**. Editora UNB, 1994. 66 p.

RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército brasileiro no período regencial (1831-1840). In **Almanack brasiliense**. Nº 3, p. 57-68, maio de 2003.

ROMÃO, Frederico Lisbôa. **A greve do fim do mundo: petroleiros 1995**. 2006. 524 f. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UniCamp, Campinas, 2006.

ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.155 p.

RUDZIT, Gunther e NOGAMI, Ottoani. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. In **Revista Brasileira de Políticas Internacionais**. Nº 53 (1), p. 5-24, 2010.

RUIVO, Mariana Maia. A (des) articulação da Política de Defesa Nacional e da Política Externa Brasileira. **II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política**. São Carlos, 2011. Disponível em <http://www.forumcienciapolitica.com.br/edicoesanteriores/2011/especific_files/papers/GT8548.pdf> Acesso em: 25 set. 2014.

SAAVEDRA, Claudio Fuentes. La educación militar como agente de innovación. In DONADIO, Marcela (Coord.). **Atlas comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe**: edição 2012. Buenos Aires: RESDAL, 2012. p. 70-74.

SADER, Emir (Org.). **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995. 447 p.

_____ e GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 205 p.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 126 p.

_____. Las Definiciones Políticas / Defensa y seguridad. In: RESDAL. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**. Edição 2008. Disponível em <<http://www.resdal.org/experiencias/main-cdma-sep08.html>> Acesso em: 25 set. 2014.

_____ e WINAND, Érica. A construção tardia do Ministério da Defesa como chave para compreender as particularidades do setor no Brasil. In **La administración de la Defensa en América Latina II**: Análisis nacionales Madrid : Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, v.II, p. 51-83, 2008.

_____. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. In **História - Dossiê História e Militarismo**. Franca: vol. 29, nº 2, p. 3-29, Dez de 2010.

SALVADORI, Fausto. Em céu de brigadeiros, FAB prende e expulsa controladores de voo, à moda da Ditadura. In **Revista Adusp**. p. 19-26, março de 2009.

SANTOS, Maria Helena de Castro. A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Gerra Fria: o caso do Brasil. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19 nº. 54, p. 115-129, fevereiro/2004a.

SANTOS, Theotônio dos. **Do Terror à Esperança**. São Paulo: Ed Ideias e Letras, 2004b. 568 p.

SANTOS. Julio César Evangelista dos. A influência dos fatos ocorridos entre 1985 3 2001 na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Revista das Ciências Militares**. Coleção Meira Mattos. Rio de Janeiro: ECEME, nº10, p. 52-65, 2005.

SANTOS, José Rodrigues dos. Modelos de Análise da Profissão Militar: crítica dos principais modelos e proposta de um modelo a três dimensões para a análise das profissões militares. In **Episteme**. Lisboa: 2ª série (15-16-17), p. 209-252, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed Record, 2008. 174 p.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 2005. 238 p.

SAVIANI, Dermeval. **A educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1994. 170 p.

_____. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1997. 104 p.

SCHAFFEL, Sarita Léa. O currículo no ensino do Exército: um tema para estudo. In **Currículo: limites e possibilidades**. Rio de Janeiro: CEP, 2010. p. 27-40.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: O processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, SP: Manole, 2003. 376 p.

SEMINÁRIO REALIZADO PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Revolução de 30**. Rio de Janeiro e Brasília: Editora Universidade de Brasília. Coleção Brasileiros, nº 54, 1983.

SENHORAS, Elói Martins. Marcos Geohistóricos da evolução da segurança regional e das relações político-militares na América do Sul. **VI Jornadas de La Asociación Latinoamericana de Relaciones Internacionales**. Buenos Aires, 2013. Disponível em < <http://works.bepress.com/eloi/306/>> Acesso em: 18 mar. 2015.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed Record, 2001. 270 p.

_____. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed Record, 2009. 204 p.

SERRA, Narcis. El control de las fuerza armadas en la transición democrática. In MARTINEZ, Rafael e TULCHIN, Joseph S. (orgs.) **La seguridad desde las orillas: Un debate entre Europa e Latinoamérica**. Barcelona: CIDOB, 2006. p. 17- 37.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 140 p.

SHAW, Martin. La evolución de la sociedad de risco. Un punto de vista teórico. In _____. **Los militares en la Europa del siglo XXI**. Santiago do Chile: Konrad Adenauer Stiftung, 2004. p. 35-49.

SILVA, Charles Domingues da. **O Currículo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: visão histórica e prospectiva**. 2011. 130 f. Dissertação de Mestrado. ECEME, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Antouan Matheus Monteiro Pereira da. **O BRIC na Política Externa do governo Lula (2003-2010): do conceito à coalizão**. 2013. 156 f. Dissertação de Mestrado. Relações Internacionais, UNB, 2013.

SILVA, Rodrigo Cássio Marinho. A Sociologia Militar aplicada à Sociologia das Profissões: a carreira militar e sua profissionalização. In **Áskesis**. V. 3, nº1, p. 85-100, jan-jun de 2014.

SMALLMAN, Shawn C. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 389-408.

SOARES, Samuel A. **Militares e pensamento político: análise de monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1985-1993)**. 1994. 160 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. USP, São Paulo, 1994.

SOARES, Samuel Alves. De autonomías y controles: fuerzas armadas y sistema político en Brasil (1995-2002). In **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**. Santiago, n.3-4, ano 18, p. 83-113, jul/dez 2004.

_____. A construção da democracia e traços da mentalidade política militar (1985-1993). In **Revista Teoria & Pesquisa**. 46v, p. 49-81, Janeiro/2005.

_____. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006. 222 p.

_____ e MATHIAS, Suzeley Kalil. Forças Armadas, orçamento e autonomia militar. In **Perspectivas**. São Paulo: n° 24-25, p. 85-113, 2001/2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Ed Expressão Popular, 2010. 575 p.

SOUZA, Adriana Barreto de. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50). In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 159-178.

SOUZA, João Ricardo Carvalho de. Empregos das Forças Armadas na Garantia da lei e da ordem. In **Caderno Aslegis**. Volume 6, p. 81-99, julho de 2004.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975. 222 p.

STEPHENSON, Scott. A Revolução em Assuntos Militares: 12 Observações sobre uma Ideia Fora de Moda. In **Military Review**, jul-ago 2010. Disponível em <<http://www.ecsbrdefesa.com.br/defesa/fts/MRJA2010.pdf>> Acesso em: 24 set. 2014.

TARDÁGUILA, Cristina. O exército, o político, o morro e a morte. In **Revista Piauí**. Edição 46, julho de 2010.

TARDIF, Maurice. A Profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. In **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 123, p. 551-571, abr.-jun. 2011.

TEIXEIRA JR., Augusto Wagner Menezes e SOUZA, Valéria de Moura. O desafio do uso da força e a evolução das medidas de confiança mútua no Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. In **Boletim Meridiano 47**. Vol. 14, n° 140, p. 42-48, nov-dez de 2013.

TOSTA, Octávio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

TERRIEN, Jacques. Trabalho e saber: A interação no contexto da pós-modernidade. In MARKERT, W. (org.). **Trabalho, qualificação e politécnica**. Campinas: Papirus, 1996. p. 53-70.

TREVISAN, Leonardo. **Obsessões Patrióticas**: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. 276 p.

TURATTI, Julio Cesar. A ECEME no contexto histórico de 1945 a 1960: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares. In **Revista Padeceme**. Edição especial. Rio de Janeiro, p. 29-40, 2° quadrimestre de 2005.

VAZ, Nuno Mira. A profissão militar: um modelo à procura de sustentação. In **Nação e Defesa**. Lisboa, nº 98, 2ª série, p. 49-72, 2001.

VIEIRA, Friederick Brum. **Matrizes teóricas da geopolítica brasileira**: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos. 2005. 278 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UERJ, 2005.

WINAND, Érica e SAINT-PIERRE, Héctor Luis. O legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino. In SAINT-PIERRE, Héctor Luis (Org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 33-72.

ZABALA, Antoni e ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 197 p.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. 333p.

_____. **FHC, Forças Armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro/São Paulo: Ed Record, 2005. 285 p.

10 ANEXO A

Categorias de análise e títulos das monografias (1999-2012)

Ano 1999

Total: 79 Monografias

<p>I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proposta de reestruturação dos efetivos operacionais do Exército: baseada na capacidade de mobilização, como alternativa para a redução dos custos da Força Terrestre. 2. O papel da Brigada de Infantaria Paraquedista na doutrina da resistência e seu emprego no TO norte. 3. A Divisão de Exército de selva: necessidade ou não; constituição; tropas divisionárias; posicionamento como elo na cadeia de apoio logístico. 4. Operação de transposição de cursos de água obstáculo: a influência dos novos meios de engenharia no apoio a mobilidade e suas consequências para a doutrina delta 5. C2 como instrumento para o aumento da eficiência da artilharia de campanha 6. Reflexos da Doutrina Delta para a engenharia de combate nas operações defensivas. 7. A doutrina de emprego da aviação de Exército a luz da nova IP 1-20 - O Esquadrão de Aviação do Exército 8. As operações de assalto aeromóvel da Brigada de Infantaria Leve: considerações sobre a organização e o emprego de. 9. Sincronização do campo de batalha. 10. Emprego da unidade de cavalaria nas operações de selva: natureza, dosagem, estrutura, formas de atuação. 11. A integração da logística entre as Forças singulares: uma concepção 12. Comparação dos métodos de estudo de situação do comandante tático utilizados no Brasil e na OTAN 13. Doutrina Delta: reflexos para a aviação do Exército. 14. A Brigada de Infantaria de Selva na Execução da estratégia da resistência. 15. O planejamento das comunicações táticas na estratégia da resistência. 16. O combate noturno com helicóptero: uma proposta para o emprego no Exército brasileiro. 17. A nova estrutura organizacional das unidades blindadas e mecanizadas. 18. Inteligência: metodologia de análise prospectiva. 19. Logística na aviação do Exército em atendimento as
--	--

	<p>diretrizes do EME para a consolidação da implantação da aviação do Exército.</p> <p>20. Terceirização do serviço de provisão em tempo de paz.</p> <p>21. As normas e procedimentos para licitação, recebimento, armazenamento, distribuição e entrega de suprimentos de todas as classes.</p> <p>22. O treinamento físico militar no combate ao estresse.</p> <p>23. O Emprego da avaliação do Exército nas operações em profundidade.</p> <p>24. A Artilharia do Exército da Guatemala e sua participação no combate à guerrilha.</p> <p>25. A formação e o emprego da inteligência estratégica e a tática no campo de batalha</p> <p>26. O Emprego da aviação do Exército em operações noturnas.</p>
II. Operações Conjuntas	
III. Liderança	
IV. Indústria de Defesa	
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comando e controle: centro de Gravidade das Guerras do Futuro. 2. As Perspectivas da ameaça aérea para o século XXI e suas consequências para o preparo da Força terrestre. 3. A Adequação das Tropas Blindadas Brasileiras ao Combate Moderno. 4. Emprego da Telefonia Celular nas Comunicações Militares. 5. As perspectivas da ameaça aérea para o século XXI e suas consequências para o preparo da Força Terrestre.
VI. Informática	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Papel da Informática nas OM do Exército Brasileiro 2. O Desenvolvimento de Sistemas Informatizados para a ECEME: uma proposta de estruturação.
VII. Desenvolvimento Nacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Influência do Gasoduto Brasil-Bolívia no Desenvolvimento Socioeconômico da Região Centro-Oeste
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transporte Multimodal na Região Amazônica. 2. A Redivisão Geográfica do Estado do Amazonas com a Criação dos Territórios Federais do Rio Negro e Alto Solimões: Reflexos no desenvolvimento Regional e na Segurança. 3. As Operações Psicológicas na Preparação do Combate de Resistência: (Proposta). 4. Obras na Região Amazônica: Óbices e sugestões 5. Transporte multimodal na região amazônica.
IX. Exército e Sociedade	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Opinião Pública: o 5º Fato da Decisão - A imagem do Exército junto à sociedade brasileira ao longo do tempo - uma síntese. 2. A participação da sociedade civil na formulação e

	condução da política de segurança nacional: situação atual, possibilidades e necessidades.
X. Ensino Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação de desempenho e avaliação escolar: uma nova visão. 2. O atual modelo de formação dos oficiais da reserva do Exército Brasileiro - NPOR/CPOR - e propostas para o seu aprimoramento. 3. A Formação do Oficial da Reserva do Exército 4. Como desenvolver os atributos de liderança militar nas escolas de formação do Exército Brasileiro. 5. O ensino de história militar no Exército Brasileiro: uma abordagem crítica 6. O ensino na AMAN: como modernizá-lo com aumento significativo de qualidade? : uma proposta 7. O impacto da terceira onda (era do conhecimento) em uma estrutura tradicional de ensino
XI. Serviço militar obrigatório	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tiros-de-guerra em áreas carentes: fator de ocupação territorial. 2. Seleção e recrutamento de pessoal: um novo enfoque. 3. Drogas ilícitas: suas influências sobre a juventude brasileira com reflexos sobre o serviço militar.
XII. GLO	<ol style="list-style-type: none"> 1. O emprego de tropa federal na manutenção da lei e da ordem pública: um caso real (Operação Matias de Albuquerque). 2. O Exército na defesa interna: operações em ambiente urbano. 3. As Forças Armadas e o crime organizado: implicações legais no confronto. 4. O hospital de campanha - estrutura e emprego em campanha e em situações emergenciais 5. A importância do emprego das companhias de assuntos civis na guerra irregular. 6. A emergência de novas formas de guerrilha.
XIII. História Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. A evolução da arte da guerra e do pensamento militar no século XX: enfocando, principalmente, as contribuições das Primeira e Segunda Guerras Mundiais e Guerra do Golfo. 2. Canudos: Uma visão das principais causas dos insucessos operacionais e seus ensinamentos para a Força terrestre 3. 2ª Guerra Mundial: o teatro de operações da África do Norte e sua contribuição para a evolução da arte da guerra e do pensamento militar. 4. Lições e Ensinamentos do Estudo dos Deslocamentos e Concentrações Estratégicas Realizadas pelo Exército Brasileiro no Período do Império e da República. 5. Participação do Exército do Peru na pacificação nacional durante o processo subversivo na década de 50 6. O fratricídio em operações: uma análise histórica e propostas para a prevenção

	<p>7. Marechal Manoel Luis Osório: liderança na Guerra da Tríplice Aliança.</p> <p>8. Os acordos de paz: reflexos para a Força Armada de El Salvador.</p> <p>9. Operações especiais na Guerra do Golfo: emprego das Forças especiais.</p>
XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<p>1. O Fator Humanitário no Processo de Paz em Angola e seus Reflexos no Papel dos Militares da Força de Paz.</p> <p>2. O observador militar brasileiro na EX-IUGOLÁVIA uma experiência enriquecedora.</p> <p>3. Situações críticas vividas por oficiais do Exército Brasileiro no cumprimento da missão de observador das Nações Unidas: ensinamentos e sugestões para o aperfeiçoamento da preparação.</p>
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<p>1. A Implantação do Programa 5s nas Organizações Militares: construções para o aperfeiçoamento do processo.</p> <p>2. O aperfeiçoamento militar do oficial QCO: propostas.</p> <p>3. O aproveitamento dos militares da reserva remunerada no serviço ativo: processo criado pela instituição e sua validade.</p> <p>4. O Sistema de avaliação para Oficiais e Sargentos nas forças armadas Alemãs.</p>
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<p>1. A Implantação do MERCOSUL e seus reflexos para a segurança externa do Brasil.</p> <p>2. Os principais protocolos, tratados e convenções internacionais sobre desarmamento: evolução, situação atual e reflexos para a Força Terrestre.</p> <p>3. O novo modo de operação das Forças Armadas Revolucionárias Comunistas.</p> <p>4. Segurança regional Sul-Americana: uma proposta para o século XXI.</p> <p>5. A evolução do conceito e as características do conflito no nível estratégico argentino atual.</p>
XVII. Direito/Jurídica Militar	
XVIII. Direitos Humanos	

Ano 2000

Total: 92 Monografias

I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e	<p>1. Uma logística única para tempo de paz e de guerra</p> <p>2. A artilharia antiaérea no contexto do SISDABRA: proposta para o seu aperfeiçoamento.</p> <p>3. As comunicações no combate em ambiente de selva: uma proposta de estrutura da unidade de apoio de comunicações.</p> <p>4. A racionalização e a modernização dos batalhões</p>
--	--

logística)

logísticos.

5. O transporte de suprimentos as frações destacadas dos comandos de fronteira sediados no CMA.
6. O apoio da Aviação do Exército as operações das brigadas de cavalaria mecanizada e regimentos de cavalaria mecanizada/DE: uma proposta
7. O emprego do Batalhão de Forças Especiais de acordo com a Doutrina Delta.
8. A criação da companhia de inteligência de combate: uma doutrina de emprego, destacando a utilização militar da imagem no campo de batalha.
9. Uma visão crítica da atual estrutura da infantaria blindada do Exército brasileiro.
10. A situação dos modais de transporte da região sul e seus reflexos para o emprego da Força Terrestre na Doutrina Delta.
11. O SIVAM e seus reflexos no sistema de inteligência da Força Terrestre.
12. O grupo de artilharia e o apoio de fogo em operações em ambiente de selva.
13. O emprego da artilharia antiaérea em ambiente de selva.
14. O apoio de engenharia na Doutrina Gama-R: uma proposta.
15. A avaliação de adestramento baseada no emprego de dispositivos de simulação de engajamento tático: situação atual no Exército brasileiro e propostas para o aperfeiçoamento do sistema.
16. O emprego de equipamento individual de alta tecnologia pelo Exército Brasileiro e suas consequências para a evolução da doutrina militar terrestre.
17. O apoio de fogo ao assalto aeromóvel: uma abordagem.
18. Providências necessárias para incrementar a aeromobilidade no Contexto da Doutrina Gama-R.
19. O emprego de equipamento individual de alta tecnologia pelo Exército Brasileiro e suas consequências para a evolução da doutrina militar terrestre.
20. Brigada de cavalaria mecanizada: proposta de uma nova organização, preparo e concepção de emprego, dentro da atual doutrina da Força Terrestre.
21. Fadiga de combate: propostas para viabilizar o combate continuado.
22. A inteligência e a guerra eletrônica no contexto da guerra da informação
23. Companhia de Inteligência: uma doutrina de emprego em conflito externo.
24. A defesa antiaérea da cabeça-de-ponte aérea: uma nova concepção em face do combate moderno.
25. A organização dos Regimentos de Carros de

- Combate e dos Batalhões de Infantaria Blindados das Brigadas Blindadas como força-tarefa desde os tempos de paz: uma análise.
26. Brigada de cavalaria blindada: proposta de uma nova organização, preparo e concepção de emprego, dentro da atual doutrina da Força Terrestre.
27. A segurança da informação e sua importância na proteção dos sistemas informatizados em uso nas organizações militares do Exército Brasileiro.
28. A Aviação do Exército na guerra de movimento (Doutrina Delta): análise da atual organização e propostas para emprego.
29. Brigada de Infantaria Mecanizada: proposta de sua organização e reflexos na doutrina de emprego da Força Terrestre.
30. O apoio logístico no combate de resistência
31. O emprego de helicópteros na transposição de curso de água: sua influência na doutrina militar vigente.
32. O apoio logístico no combate de resistência.
33. Jogos de guerra e simulação no sistema de ensino e no sistema operacional: uma proposta de integração.
34. A infantaria de selva no combate de resistência.
35. Engenharia de Brigada de Infantaria Leve (Amv): uma proposta de doutrina de emprego.
36. Uma racionalização da logística operacional.
37. A gerência de risco: uma ferramenta de apoio à decisão.
38. Brigada Blindada: proposta de uma nova organização, preparo e concepção de emprego, dentro da atual doutrina da Força Terrestre
39. A cavalaria mecanizada na Doutrina Delta: propostas de emprego e novas estruturas organizacionais
40. O aumento da tecnologia agregada nas novas viaturas blindadas de combate (VBC) em uso no Exército Brasileiro: reflexos para a doutrina de emprego de Blindados na Força Terrestre
41. A situação dos modais de transporte na região sul e seus reflexos para a atuação da Força terrestre na Doutrina Delta.
42. Proposta de estruturação de uma infantaria mecanizada para o Exército Brasileiro
43. Reflexos da Doutrina Delta no emprego das Brigadas de Infantaria em operações defensivas: uma visão.
44. A organização, o funcionamento e as possibilidades de emprego da companhia logística de suprimento dos batalhões logísticos: uma proposta.
45. Logística sob medida: possibilidade de aplicação doutrinária no Exército Brasileiro.
46. O apoio de suprimento classe III (combustíveis e

	<p>lubrificantes) as operações e a concepção de um combustível único para o Exército: uma análise.</p> <p>47. Desenvolvimento e avaliação de sistema de vigilância eletrônica para fronteira.</p> <p>48. Emprego de antenas inteligentes na guerra eletrônica.</p> <p>49. A integração dos sistemas de informação para o comando e controle e os sistemas de simulação: o projeto português.</p> <p>50. A doutrina do Exército da Guatemala.</p> <p>51. NGA e técnicas para ser o.</p> <p>52. Diferenças dos sistemas de planejamento empregados pelo Exército Argentino e Exército Brasileiro</p> <p>53. A preparação, o adestramento e o emprego da infantaria em operações militares em terreno urbano.</p> <p>54. O emprego da cavalaria aérea dos EUA em operações de reconhecimento e segurança.</p> <p>55. Modernização da engenharia em face das necessidades de rapidez, sincronização e amplitude do campo de batalha: uma proposta.</p>
II. Operações Conjuntas	
III. Liderança	<p>1. A liderança do oficial no Exército brasileiro do século XXI: uma nova visão.</p> <p>2. A liderança sênior para oficiais do quadro de Estado-Maior.</p> <p>3. Diferentes níveis de liderança militar na Força Terrestre</p>
IV. Indústria de Defesa	<p>1. Dificuldades interpostas à modernização da Força Terrestre brasileira: óbices à constituição de uma base industrial de defesa.</p>
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. A inteligência militar no século XXI e seus reflexos para a Força Terrestre</p> <p>2. A convenção para proibição de armas químicas: perspectivas para a participação do Exército.</p>
VI. Informática	
VII. Desenvolvimento Nacional	
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<p>1. Doutrina de emprego militar das embarcações na Amazônia: uma proposta.</p> <p>2. O Batalhão de Forças especiais nas operações de interdição na Região Amazônia.</p> <p>3. A aplicação da estratégia da resistência na Amazônia e seus efeitos nos campos não-militares do poder nacional brasileiro.</p> <p>4. Doutrina de emprego militar nas embarcações na Amazônia: uma proposta.</p> <p>5. A Amazônia como rota de união e desenvolvimento entre Brasil-Peru.</p>
IX. Exército e	<p>1. A comunicação social e a opinião pública nas</p>

Sociedade	operações de combate.
X. Ensino Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ensino a distancia: uma solução eficaz para a melhoria do auto-aperfeiçoamento do profissional militar. 2. O ensino da história militar na ECEME e na ESAO: uma proposta. 3. Uma estratégia educacional para a preparação dos futuros chefes militares, desde a sua formação. 4. A formação do oficial do Exército brasileiro no contexto atual e sua preparação para os desafios futuros. 5. Uma estratégia educacional para a preparação dos futuros chefes militares, desde a sua formação.
XI. Serviço militar obrigatório	<ol style="list-style-type: none"> 1. O serviço militar inicial e o Ministério da Defesa.
XII. GLO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Operações psicológicas em tempo de paz e sua evolução para o ambiente de defesa interna. 2. Mobilização nacional: situação atual e perspectivas. 3. Companhia de assuntos civis: uma proposta de organização, preparo e concepção de emprego. 4. O emprego da Força Terrestre na defesa interna: implicações legais, apoio jurídico, soluções para o desempenho e proteção da tropa empregada. 5. O papel do Exército Brasileiro como agente pacificador nos movimentos sociais que ameaçam a segurança interna. 6. Participação das Forças Armadas do Paraguai no combate ao narcotráfico
XIII. História Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uma visão prospectiva para o início do século XXI, baseada na história militar do período 1939-1991, da evolução da arte da guerra no emprego de blindados. 2. Missões e contribuições dos fuzileiros navais da Coreia do Sul na era do pós-guerra fria e zonas de cooperação econômica
XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise da atuação do contingente brasileiro em Angola e sugestões para missões de paz futuras. 2. Missões de paz em Angola: uma análise.
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. O sistema de promoções e suas implicações na eficácia da Força Terrestre. 2. Proposta de plano de carreira para oficiais do Exército Brasileiro, considerando o estabelecimento de cotas compulsórias para a passagem a reserva. 3. A implantação de organizações militares prestadoras de serviços no Exército brasileiro, a semelhança das existentes na marinha do Brasil.
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. O desenvolvimento estratégico das FARC. 2. Nicarágua: transformação da guerrilha em Exército profissional. 3. A integração centro-americana e suas perspectivas no contexto da segurança nacional de El Salvador.

XVII. Direito/Justiça Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimentos jurídicos necessários ao oficial do Exército Brasileiro. 2. Aspectos jurídicos da mobilização nacional
XVIII. Direitos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. O ensino e os direitos humanos nas Forças Armadas Venezuelanas

Ano 2001

Total: 74 Monografias

<p>I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A estratégia da presença: um novo enfoque. 2. Bases administrativas em OM valor unidade: validação de sua implantação 3. Parâmetros para a avaliação do sistema de comunicações de DE e Bda em jogos de guerra. 4. Nova estrutura para a aviação do Exército Brasileiro: uma proposta 5. O emprego de órgãos de inteligência nas operações militares. 6. O comando e controle na integração dos sistemas operacionais de combate. 7. O emprego de Forças especiais na estratégia da resistência 8. A contra-inteligência no âmbito da Força terrestre: uma proposta de modificação 9. A inteligência militar na Força terrestre em tempo de paz: o passado, o presente e o futuro. 10. Os reflexos do estudo do terreno para a arma de engenharia no novo estudo de situação do comandante (PITCI) 11. A integração do sistema de comando e controle da Força terrestre com o sistema de jogos de guerra. 12. A prevenção do fratricídio: uma preocupação constante no combate de tropas blindadas. 13. Os reflexos do estudo do terreno para a arma de engenharia no novo estudo de situação 14. Operações de abertura de brecha. 15. Sincronização no campo de batalha 16. O papel do guia aéreo avançado nas operações aerotáticas: perspectivas, adestramento e emprego na Força terrestre, no contexto da Doutrina Gama-C 17. Organização e gestão sistêmica da logística de material 18. A evolução tecnológica da artilharia: reflexos para o planejamento e coordenação do apoio de fogo 19. A Companhia de precursores paraquedista: uma proposta de modificação em sua estrutura. 20. Prevenção do fratricídio: uma proposta para a sua implantação. 21. A criptografia no combate moderno
--	---

	<p>22. Um modelo para a análise de inteligência estratégica militar.</p> <p>23. O poder relativo de combate no estudo de situação: parâmetro de relação de Forças.</p> <p>24. O aprestamento para o combate em ambiente operacional de selva: uma proposta.</p> <p>25. O centro de instrução de blindados do Exército Brasileiro: uma visão atual.</p> <p>26. Reflexos de um comando enquadrante único para a avaliação do Exército e a Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel).</p> <p>27. Dissimulação e simulação tática e estratégica: uma proposta de emprego da camuflagem.</p> <p>28. A utilização de pacotes logísticos (Pac Log) para racionalizar a distribuição de suprimentos no Exército Brasileiro.</p> <p>29. Os reflexos do estudo do terreno para a arma de engenharia no novo estudo de situação</p> <p>30. O batalhão de comandos: uma necessidade para o Exército Brasileiro</p> <p>31. Proposta de uma Infantaria Mecanizada para o Exército Brasileiro</p> <p>32. Companhia de inteligência: uma doutrina de emprego e nova estruturação.</p> <p>33. Proposta de uma infantaria Mecanizada para o Exército Brasileiro.</p> <p>34. O conflito militar Equador-Peru: ensinamentos doutrinários para as operações em ambiente de selva</p>
II. Operações Conjuntas	
III. Liderança	
IV. Indústria de Defesa	
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. A organização e o emprego de unidades de Forças especiais nas operações contraterror: uma proposta.</p> <p>2. Cenários prospectivos no limiar do terceiro milênio: seus reflexos para o Exército Brasileiro</p>
VI. Informática	<p>1. Sistema de gestão para Organização Militar Valor Batalhão: uma proposta</p>
VII. Desenvolvimento Nacional	
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<p>1. A estratégia da resistência e a problemática dos transportes na Amazônia Oriental: uma visão logística</p> <p>2. Nova estrutura da avaliação do Exército no Comando Militar na Amazônia: uma proposta</p> <p>3. O Exército brasileiro como motivador da vontade nacional contra a integração da Amazônia</p> <p>4. A narcoguerrilha na fronteira amazônica: uma questão de soberania e integridade territoriais.</p> <p>5. A narcoguerrilha na fronteira amazônica: uma questão</p>

	<p>de soberania e integridade territorial</p> <p>6. O desdobramento do comando militar da Amazônia em face do conflito moderno.</p>
IX. Exército e Sociedade	<p>1. Relacionamento do Exército Brasileiro com o público externo e a mídia em operações de garantia da Lei da Ordem</p> <p>2. A opinião pública como fator de decisão</p>
X. Ensino Militar	<p>1. Modernização do ensino no Exército Brasileiro entre 1994 e 1999</p> <p>2. Programa de mestrado para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: uma proposta.</p> <p>3. A formação de Oficiais e Sargentos Forças Especiais: uma proposta</p> <p>4. A avaliação do desempenho do discente na área afetiva nas escolas do Exército Brasileiro (AMAN, EsAO e ECEME): uma proposta</p>
XI. Serviço militar obrigatório	<p>1. A preparação do soldado brasileiro para o combate aproximado: uma proposta</p>
XII. GLO	<p>1. A participação da Força terrestre na garantia da lei e da ordem em grandes eventos</p> <p>2. O emprego da tropa federal na manutenção da Lei e da Ordem: um caso real (Operação Mandacaru)</p> <p>3. Gerenciamento de crise: uma realidade para.</p>
XIII. História Militar	<p>1. Logística no Exército Brasileiro, origem, evolução e contribuição durante os 500 anos do Brasil: perspectiva para o início do século XXI</p> <p>2. A cavalaria do exército brasileiro: origem, evolução e contribuições durante os 500 anos do Brasil. perspectivas para o início do século XXI</p> <p>3. A infantaria do Exército Brasileiro: origem, evolução e contribuições durante os 500 anos do Brasil</p> <p>4. A infantaria do Exército Brasileiro: origem, evolução e contribuições durante os 500 anos do Brasil. Perspectivas para o início do século XXI.</p> <p>5. Evolução da doutrina militar brasileira no século XX</p> <p>6. A infantaria do Exército Brasileiro: origem, evolução e contribuição durante os 500 anos do Brasil. Perspectivas para o início do século XXI.</p> <p>7. Guerra da Chechenia: implantação na doutrina de ataque a localidades</p> <p>8. O emprego da aviação do Exército nas operações em profundidade previstas na doutrina delta.</p> <p>9. Liderança militar na 2ª Guerra Mundial: estudo comparativo entre os principais líderes</p> <p>10. A artilharia do Exército Brasileiro: ordem evolução e contribuições durante os 500 anos do Brasil. Perspectivas para o início do século XXI</p> <p>11. Liderança militar na 2ª Guerra Mundial: estudo comparativo entre os principais líderes</p>

XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	1. Atuação Brasileira no Timor Leste: implantação ou manutenção da paz?
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	1. A aviação do Exército: uma proposta para a otimização de seus recursos humanos 2. O oficial da arma da arma de engenharia e os batalhões de engenharia de construção: uma proposta para otimização desses recursos humanos 3. A problemática do recrutamento de pessoal como condicionante da operacionalidade do primeiro Batalhão de Forças Especiais: uma proposta de solução
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	1. A narcoguerrilha na Colômbia: reflexos para o Brasil nos campos do poder nacional. 2. A presença dos Estados Unidos na América do Sul: uma análise 3. O fim do sentencioso Equador-Peru e a MOMEF: contribuição do poder brasileiro.
XVII. Direito/Jurística Militar	1. Conhecimentos jurídicos necessários ao oficial do Exército Brasileiro
XVIII. Direitos Humanos	1. O direito internacional humanitário e seus reflexos no emprego da Força terrestre. 2. O direito internacional humanitário e seus reflexos no combate moderno

Ano 2002

Total: 131 Monografias

I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)	1. A sincronização do campo de batalha: a integração efetiva dos sistemas operacionais nas brigadas blindadas 2. O apoio logístico a tropa internada no combate de resistência 3. A região militar e sua organização para apoiar operações militares. 4. O emprego das tecnologias de sensoriamento remoto na obtenção das informações de combate. 5. Integração dos sistemas estratégico e tático de comunicações. 6. Irradiação de alimentos: uma nova ração operacional para o ambiente de selva. 7. A utilização do geoprocessamento e do sensoriamento para o levantamento e análise de informações estratégicas. 8. O reconhecimento e o contra-reconhecimento precedendo os combates ofensivo e defensivo: uma proposta de sistematização no escalão Brigada. 9. A aviação do Exército na estratégia da resistência: uma proposta para o seu preparo e emprego 10. Uma visão realista sobre a implantação da base
---	---

- administrativa nas organizações militares
11. Comando de operações de unidades especiais (COpUEsp): análise crítica.
 12. O adestramento da estrutura logística no nível Brigada: análise da situação atual e propostas.
 13. O emprego das operações psicológicas nas hipóteses de emprego prioritárias do Exército Brasileiro
 14. O departamento logístico e suas resultantes nas atividades operacionais e administrativas da Força.
 15. A constituição de módulos tático e logístico para o emprego da aviação do Exército no contexto da Força de ação rápida: uma proposta
 16. Comunicação institucional: um modelo para a Força Terrestre.
 17. O emprego da defesa química, biológica e nuclear: sua utilização como negação do terreno
 18. Apoio logístico nas operações em área de selva.
 19. O sistema de defesa de costa na Força Terrestre do Teatro de Operações Marítimo (FTTOM)
 20. O apoio de comunicações a Brigada de Infantaria Blindada: proposta de uma nova estrutura organizacional.
 21. Proposta de uma nova família de blindados para a Força Terrestre a partir de 2010: uma nova família de blindados sobre rodas para a Cavalaria
 22. Emprego das Forças Especiais em proveito das operações aeroterrestres: propostas para aperfeiçoamento da atividade.
 23. O aperfeiçoamento da segurança técnica do sistema tático de comunicações nos escalões grande comando e grande unidade: uma proposta.
 24. Atividade de inteligência em tempo de paz: fontes de dados e conhecimentos de inteligência - uma proposta
 25. Concentração estratégica das brigadas blindadas: possibilidades e limitações em face dos meios orgânicos e dos meios disponíveis no TO sul-americano.
 26. Princípios do processo administrativo militar.
 27. O perfil ético-militar do oficial do Exército Brasileiro.
 28. O adestramento de defesa territorial: uma experiência
 29. Os reflexos do estudo do terreno para a Arma de Engenharia no novo estudo de situação do Comandante (PITCI).
 30. Inteligência estratégica do Exército Brasileiro: situação atual, críticas e sugestões
 31. Exercícios de simulação de comate: um modelo para os escalões Brigada e Divisão de Exército
 32. As operações psicológicas na estratégia da resistência.
 33. Defesa elástica: aspectos doutrinários.

	<p>34. A mobilização industrial: princípios, óbices e estratégias para supera-los.</p> <p>35. O ciclo de vida da família Leopard no Exército Brasileiro: perspectivas futuras de modernização</p> <p>36. A importância e o emprego do gerenciamento eletrônico de documentos e do fluxo de trabalho em sistemas C4 IRo.</p> <p>37. Blindagens compósitas e a nova família de blindados de rodas</p> <p>38. O apoio à decisão no projeto e preparo da Força Terrestre: a urgência de um centro de análises</p> <p>39. Concepção e desenvolvimento de um míssil superfície-ar para a defesa de baixa altura: uma abordagem de engenharia de sistemas - possibilidades e perspectivas de dissuasão</p> <p>40. Modelagem e simulação de combate: uma proposta para reduzir o gap científico e tecnológico no Exército Brasileiro.</p> <p>41. Gestão de contratos: cláusulas técnicas de qualidade e confiabilidade.</p> <p>42. A participação do Exército Brasileiro na aplicação dos dispositivos da convenção para a proibição de armas químicas.</p> <p>43. O Estado-Maior de um batalhão em operações irregulares</p> <p>44. O emprego da bateria de artilharia antiaérea no sistema de defesa aerotático</p>
II. Operações Conjuntas	1. Apoio logístico nas operações combinadas
III. Liderança	1. A liderança e o relacionamento humano no corpo de tropa: crises e desafios.
IV. Indústria de Defesa	1. Propostas de reativação da indústria bélica nacional
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. O helicóptero como plataforma de armas e de guerra eletrônica: situação atual e uma visão para o futuro</p> <p>2. Evolução doutrinária da guerra eletrônica: a guerra eletrônica e o processo de integração terreno, condições meteorológicas e inimigo</p> <p>3. Desenvolvimento da mentalidade empresarial do Exército Brasileiro: política de resultados</p> <p>4. Comunicação por satélite e seu emprego na Força terrestre.</p> <p>5. A importância estratégica da microeletrônica no contexto do Brasil: situação nas Forças Armadas e no Exército Brasileiro.</p> <p>6. O terrorismo na Argentina: suas ações armadas a luz do direito de resistência a opressão.</p> <p>7. A era da globalização: possibilidades e consequências para as Forças armadas da Alemanha.</p> <p>8. O predomínio da estratégia indireta nos conflitos</p>

	modernos.
VI. Informática	1. Adoção de software livre pelo Exército Brasileiro
VII. Desenvolvimento Nacional	1. A expressão militar na política de ocupação e desenvolvimento na faixa de fronteira norte do Brasil.
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<ol style="list-style-type: none"> 1. O sistema de proteção e o sistema de vigilância da Amazônia: um estudo de seu potencial em proveito da Força terrestre. 2. Apoio ao movimento na Amazônia: estrutura, missões e emprego da arma de engenharia naquela área. 3. A defesa antiaérea na Amazônia e sua integração ao sistema de vigilância da Amazônia. 4. Estrutura e articulação da defesa antiaérea na Amazônia: uma proposta. 5. A Amazônia sob a ótica da defesa nacional. 6. As Forças Especiais em apoio ao Comando Militar da Amazônia nos problemas amazônicos de repercussão internacional. 7. A Amazônia sob a ótica do desenvolvimento 8. O emprego da brigada de infantaria paraquedista na Amazônia.
IX. Exército e Sociedade	<ol style="list-style-type: none"> 1. A influência da ECEME no pensamento militar brasileiro 2. O relacionamento do Exército Brasileiro com o Poder Legislativo: uma nova postura 3. Adequação do Conselho de Disciplina a Constituição Federal de 1988: uma proposta. 4. A degradação do sistema de segurança pública e suas consequências para as Forças Armadas e para a estabilidade democrática. 5. A opinião pública como fator de decisão 6. Implantação do Plano Plurianual (PPA / 2000-2003) "Avanço Brasil": reflexos para o Exército Brasileiro.
X. Ensino Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. O aperfeiçoamento do oficial de Intendência e de Material Bélico na EsAo e a especialização dos quadros em logística: uma proposta de modernização. 2. Administração pela qualidade total: proposta de um modelo de gestão para implementar estratégias de melhoria da qualidade nos estabelecimentos de ensino de graduação do Exército 3. A formação do combatente de selva e o adestramento de frações na Amazônia. 4. Trabalho em grupo: um avanço na modernização do processo ensino-aprendizagem na ECEME?. 5. A modernização do ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: um modelo para auxiliar sua implantação. 6. A otimização do ensino a distancia no Exército Brasileiro no contexto da modernização do ensino militar 7. A influencia da doutrina norte-americana na ECEME 8. Reformulação do currículo da AMAN para atender as

	<p>necessidades atuais da Força terrestre.</p> <p>9. A modernização da gestão administrativa dos estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro e seus reflexos no projeto interdisciplinar</p>
XI. Serviço militar obrigatório	1. Escola de Instrução Militar / Tiro de Guerra: fator de comunicação social no mundo globalizado.
XII. GLO	<p>1. O emprego da comunicação social nas operações de garantia da lei e da ordem.</p> <p>2. O emprego da Força terrestre na garantia da lei e da ordem: aspectos jurídicos.</p> <p>3. A história das relações internacionais dos Estados Unidos e a luta contra drogas</p> <p>4. Imigração no Paraguai - os "Brasiguaios": influencia na segurança da República e a contribuição do Exército para sua melhor integração a vida nacional.</p>
XIII. História Militar	<p>1. A influência da Missão Militar Francesa na ECEME</p> <p>2. A ECEME no contexto histórico 1964-1974: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares.</p> <p>3. Matias de Albuquerque: sua vida e seu legado para a estratégia da resistência</p> <p>4. O preparo e o emprego da Força terrestre para operações de garantia da lei e da ordem</p> <p>5. A ECEME no contexto histórico 1930-1945: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares.</p> <p>6. A ECEME no contexto histórico 1974 a 1985: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, econômicos, sociais e militares.</p> <p>7. A ECEME no contexto histórico 1985-2001: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares.</p> <p>8. A ECEME no contexto histórico de 1945 a 1960: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares.</p> <p>9. A ECEME no contexto histórico 1920-1930: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares.</p> <p>10. A evolução histórica da brigada de infantaria paraquedista no contexto da Força terrestre brasileira.</p> <p>11. A ECEME no contexto histórico 1960-1964: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares.</p> <p>12. A influência dos "Jovens Turcos" na Escola de Estado-Maior.</p> <p>13. ECEME 1964 a 1985: comandantes, instrutores, colaboradores e alunos - perfis, ideias, relações e realizações.</p> <p>14. As evoluções histórica e recente da arma de</p>

	<p>comunicações no Exército Brasileiro: um estudo das projeções dos principais problemas.</p> <p>15. A ECEME no contexto histórico de 1905 a 1920: ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares.</p> <p>16. A ECEME no contexto histórico 1905 a 1930: comandantes, instrutores e alunos.</p> <p>17. A origem e o contexto histórico da criação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.</p> <p>18. ECEME 1985-2001: comandantes, instrutores, colaboradores e alunos - perfil, ideias, relações e realizações.</p> <p>19. ECEME: sedes e relacionamento com o ambiente local.</p> <p>20. ECEME 1930-1945: comandantes, instrutores, colaboradores e alunos.</p> <p>21. Evolução histórica da liderança militar.</p> <p>22. Causa e efeitos do conflito armado na Guatemala.</p> <p>23. ECEME 1945-1964: comandantes, instrutores, colaboradores e alunos (perfil, ideias, relações e realizações).</p> <p>24. Evolução do ensino na ECEME: mapeamento dos cursos, metodologia de ensino, disciplinas, assuntos, objetivos e ênfase.</p>
XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Experiências táticas: técnicas das unidades do Exército Uruguaio em operações de manutenção da paz. 2. O apoio logístico as operações de Força de paz
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. A quantificação do mérito no Exército Brasileiro: uma análise 2. A implantação da qualidade total nas organizações militares operacionais do Exército Brasileiro: uma proposta de um instrumento de auto-avaliação. 3. Recrutamento e seleção de pessoal para as tropas de Comandos e Forças Especiais do Exército Brasileiro: proposta para aperfeiçoamento da atividade 4. Seleção de oficiais e sargentos para servir em colégios militares: requisitos, preparação e aproveitamento. 5. Gestão de recursos humanos no Exército Brasileiro. 6. Uma contribuição a reestruturação do quadro complementar de oficiais em vista das necessidades futuras da Força Terrestre. 7. Avaliação do desenvolvimento profissional do oficial do Exército da Venezuela
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. As implicações do processo de globalização no âmbito do MERCOSUL e seus reflexos para a defesa nacional. 2. A Convenção de Genebra em face das novas concepções do Direito Internacional 3. As relações bilaterais do Brasil com a África do Sul com destaque para a expressão militar.

	<p>4. A evolução do armamento e artilharia do Brasil-Colônia aos dias atuais e suas perspectivas</p> <p>5. A integração entre o Brasil e o Peru através de corredores bioceânicos</p> <p>6. As ameaças à segurança, a democracia e a paz social na Guiana e alguns pensamentos sobre os movimentos na fronteira Guiana-Brasil.</p> <p>7. Política interna norte-americana: federalismo, aumento dos poderes nacionais e diminuição dos poderes estaduais</p>
XVII. Direito/Justiça Militar	<p>1. Prisão e detenção disciplinares: implicações no direito penal e administrativo.</p> <p>2. O ensino jurídico nas escolas militares: uma proposta.</p> <p>3. Os conhecimentos jurídicos necessários ao oficial de Estado-Maior do Exército Brasileiro.</p>
XVIII. Direitos Humanos	<p>1. O Direito Internacional Humanitário e seus reflexos para o combate moderno.</p>

Ano 2003

Total: **100 Monografias**

<p>I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<p>1. A estrutura da aviação do Exército Brasileiro: necessidade de evolução e de criação do esquadrão de reconhecimento e ataque, à luz da doutrina delta.</p> <p>2. A atividade de inteligência na Doutrina GAMA</p> <p>3. O emprego da doutrina delta no ambiente operacional do Pantanal e os reflexos para as forças de fronteira.</p> <p>4. Análise da adequabilidade dos Processos de Gerenciamento dos RSSS nas Organizações Militares de saúde do Exército Brasileiro</p> <p>5. Impasses no processo de acreditação hospitalar em (um) hospital de guarnição do Exército Brasileiro.</p> <p>6. Discursos do sujeito coletivo: uma oportunidade para aperfeiçoar o atendimento ambulatorial nas organizações militares de saúde do Exército</p> <p>7. Fundamentos doutrinários do apoio logístico de saúde no combate em localidade</p> <p>8. A incidência da varicocele e os custos para o seu tratamento no Exército Brasileiro.</p> <p>9. Organização da assistência médica no hospital Central do Exército: preparo para o credenciamento.</p> <p>10. Instrumentos de mensuração e avaliação da gestão pública, aplicáveis a administração orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras: vinculadas ao comando do Exército, embasados em objetos e metas propostos no plano plurianual.</p> <p>11. Principais fortes e fortalezas da fronteira oeste: suas contribuições para a manutenção do território brasileiro</p> <p>12. Força de ação rápida e cavalaria mecanizada: necessidade de trabalho conjunto como fator de</p>
--	--

multiplicação da capacidade de intervenção militar no cenário nacional.
 13. Fortes e Fortalezas da baía de Guanabara.
 14. A evolução da manutenção no Exército Brasileiro com fator de modernização e gerenciamento na análise de falhas do material de emprego militar.
 15. O grupo de artilharia de campanha: uma proposta para alavancagem de recursos.
 16. Transformação da 1a/10 GACos M (Macaé-RJ) em grupo de artilharia de costa em função da importância estratégica da Baía de Campos
 17. O suprimento na divisão de Exército e na brigada
 18. Administração de radiofrequência: sua importância para o emprego da força terrestre nas operações militares
 19. Apoio Logístico nas operações em área de selva
 20. O Emprego do Sistema ASTROS II nas operações contra o desembarque anfíbio: Proposta de uma nova estrutura organizacional.
 21. A sincronização das ações da brigada de infantaria blindada na defesa elástica.
 22. Fortificações portuguesas no Brasil: Contribuições para a base física nacional - uma proposta de preservação
 23. Sistema de comando e controle de brigada: análise dos sistemas de comunicações, eletrônica e informática.
 24. Apoio de Engenharia as brigadas: companhia ou batalhão?
 25. A logística da aviação do exército nas operações em área de selva.
 26. O helicóptero como plataforma de armas e de guerra eletrônica: situação atual e uma visão para o futuro.
 27. A manutenção nível parque na aviação do Exército: terceirização versus autonomia
 28. O sistema de artilharia de campanha de foguetes e doutrina de emprego do LMFgt pelos grandes comandos: uma proposta.
 29. O emprego da aviação do Exército no combate em áreas urbanas: um estudo
 30. O emprego da tecnologia da informação no comando e controle: um estudo de sua ampliação no sistema operacional logística
 31. Uma proposta de aplicação do *vade-mecum* para a implantação de programas.
 32. O emprego de aeronaves C-208 Cessna Caravan no apoio logístico aos pelotões e destacamento de fronteira da Amazônia: uma nova visão
 33. O helicóptero de ataque ou o helicóptero utilitário armado?
 34. A participação da aviação do Exército na coordenação e controle do espaço aéreo em campanha
 35. Auto-avaliação de gestão no Exército Brasileiro: um

	<p>instrumento adaptado para as organizações militares de suprimento</p> <p>36.Polemologia: um estudo científico da guerra.</p> <p>37.A Influência do Planejamento na execução orçamentário-financeiro no âmbito do Exército Brasileiro</p> <p>38.A estrutura da aviação do Exército Brasileiro: Necessidade de evolução e de criação do esquadrão de reconhecimento e ataque a luz da doutrina Delta.</p> <p>39.Estudo, estrutura e atuação do sistema de Perícias Médicas do Exército Brasileiro: problemas e sugestões</p> <p>40.Estudo, estrutura e atuação do sistema de periciais medicas do Exército Brasileiro: problemas e sugestões</p> <p>41.A modernização do sistema operacional defesa antiaérea das Brigadas de infantaria e cavalaria do Exército Brasileiro.</p> <p>42.Organização e emprego do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Brigada de artilharia Antiaérea</p> <p>43.Os contratos de compensação - offset - no Exército Brasileiro</p> <p>44.Proposta de implantação de um sistema de gestão da qualidade para as organizações Militares do Exército Baseado nas normas ISO 9001:2000</p> <p>45.Gestão da Tecnologia da informação: agente de Transformação do capital intelectual do Exército Brasileiro.</p> <p>46.A aplicabilidade dos critérios de excelência do programa de qualidade no serviço publico as unidades operacionais do Exército Brasileiro</p>
II. Operações Conjuntas	
III. Liderança	<ol style="list-style-type: none"> 1. O exercício da liderança no nível estratégico: um pressuposto para a condução da doutrina GAMA-R. 2. Os atributos da liderança militar e sua influência no exercício do comando de organização militar de corpo de tropa. 3. O exercício da Liderança militar nas funções administrativas
IV. Indústria de Defesa	
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento das operações de contraterrorismo num quadro de conflitos limitados, na República Oriental do Uruguai. 2. As Transformações no Exército Francês fase ao século XXI.
VI. Informática	
VII. Desenvolvimento Nacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. O projeto de transposição do rio São Francisco: a capacidade do rio atender a expectativa da obra 2. O emprego do Exército Brasileiro na transposição das águas do rio São Francisco

	3. A participação do Exército na preservação do meio ambiente
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	1. A bateria de artilharia antiaérea de selva e sua integração ao sistema de vigilância da Amazônia. 2. Alternativa de suprimento de água subterrânea na Amazônia por meio de perfuração de poços pela engenharia militar
IX. Exército e Sociedade	1. O Médico militar face às questões da ética e das responsabilidades civil e pena no Brasil 2. Projeção nacional dos ex-alunos da ECEME. 3. O Exército Brasileiro e a sua vocação para o ideal democrático 4. Influência da legislação ambiental na formação e adestramento de tropas do Exército Brasileiro. 5. A aceitação do Exército pela sociedade: o papel das organizações militares, nível unidade. 6. A evolução sistemática do Exército do Brasil-Império e seus reflexos para a sociedade brasileira.
X. Ensino Militar	1. A ampliação dos cursos de formação de sargentos de carreira do Exército Brasileiro. 2. A implantação da divisão de ensino a distancia nos colégios militares: propostas, vantagens e desvantagens 3. A integração dos sistemas de ensino de idiomas estrangeiros das forças armadas: necessidades e viabilidades. 4. Os atributos da liderança militar na formação do oficial das armas, do serviço de intendência e do quadro de material bélico do Exército Brasileiro. 5. Adequação do ensino médio do sistema colégio militar do Brasil a lei de diretrizes e bases da educação nacional. 6. A formação do sargento de carreira do Exército Brasileiro: uma proposta 7. O ensino apoiado em telemática: metodologia para a arquitetura de cursos via internet 8. Reformulação do currículo da AMAN para sistematizar o desenvolvimento dos atributos da liderança militar. 9. Intervenção da psicopedagogia nas questões disciplinares do relacionamento professor-aluno: uma proposta para o colégio Militar do Rio de Janeiro 10. A pós-graduação no Exército Brasileiro: uma proposta de sistematização dos cursos na linha de ensino militar bélico
XI. Serviço militar obrigatório	1. A modernização nas comunicações de seleção
XII. GLO	1. A destinação constitucional das Forças Armadas 2. O emprego de tropas hipomoveis em operações de garantia da lei e da ordem: uma função operacional para o cavalo

XIII. História Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Casos históricos de liderança e iniciativa na execução e prosseguimento das operações de combate em situações críticas. 2. A influência da Missão Militar Francesa na evolução do ensino na ECEME e seus reflexos nos dias atuais 3. O Exército e a política Nacional no período republicano (de 1889 até 1985) 4. Ilha de Trindade: uma análise histórica de sua importância estratégica para o Brasil. 5. A influência da Guerra do Paraguai na história do Mato Grosso do Sul. 6. As influências, internas e externas, que conduziram o governo argentino a adoção da estratégia nacional direta para a resolução do conflito das Malvinas
XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<ol style="list-style-type: none"> 1. A importância do observador militar para a projeção do poder nacional. 2. O Brasil nas operações de paz das nações unidas: uma visão analítica para a projeção do poder nacional. 3. O apoio Logístico as operações de manutenção da paz
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. A seleção do oficial do Exército Brasileiro para matrícula no curso de comando Estado-Maior. 2. A estruturação da carreira dos sargentos: uma proposta. 3. O impacto da gestão do conhecimento no Exército Brasileiro e suas influências na gestão dos recursos humanos 4. O gerenciamento de recursos humanos e a liderança militar do comandante de organização militar na era pós-moderna. 5. O teste toxicológico como uma ferramenta para o controle e a dissuasão ao uso de drogas no exército Brasileiro
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. A importância do transporte intermodal na interligação dos oceanos atlântico e pacífico. 2. Situação do conflito Palestino-Israelense: alcance e expectativas 3. MERCOSUL: um estudo geopolítico e seus reflexos para o estabelecimento de um sistema de defesa integrado
XVII. Direito/Jurística Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reflexo das sentenças judiciais nas organizações militares do Exército Brasileiro. 2. A justiça militar federal diante da reforma do poder judiciário 3. Análise jurídica do Regulamento Disciplinar do Exército a luz do direito constitucional e administrativo. 4. O Assessoramento jurídico no Exército Brasileiro: uma abordagem sistemática. 5. Apreciação crítica quanto à inclusão da disciplina nas escolas militares: uma visão objetiva da importância do estudo do direito para o comandante de unidade (Direito Agrário)

	6. As inovações na política criminal introduzidas pela lei n. 9.099/95 e os códigos penais militares
XVIII. Direitos Humanos	

Ano 2004

Total: 76 Monografias

<p>I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O apoio logístico no combate de resistência 2. A defesa antiaérea da zona de combate: uma proposta de reestruturação da artilharia antiaérea da divisão 3. A importância estratégica da tecnologia de reatores nucleares para o Exército Brasileiro 4. Proposta de validação de um modelo para a avaliação da trafegabilidade dos solos inserida no estudo de situação de inteligência 5. Os meios de busca de alvos: necessidade de reestruturação da bateria de busca de alvos da artilharia divisionária. 6. A Prestação de contas das unidades gestoras do exército brasileiro, enfatizando a conformidade de suporte documental e a retenção de tributos e contribuições: uma proposta de otimização deste processo. 7. A Estrutura do comando e controle da artilharia antiaérea no contexto do Sisdabra: uma nova concepção 8. Gerenciamento de Projetos do "Project Management Institute" aplicado à transformação do exército brasileiro. 9. A Estruturação operacional da Força Terrestre no Nordeste Brasileiro. 10. Administração de Próprios Nacionais Residenciais-distribuição, manutenção e responsabilidades: uma nova proposta. 11. A coordenação e controle do espaço aéreo em campanha: Um estudo 12. Pelotões Especiais de Fronteiras: sua importância para a vivificação das áreas fronteiras e manutenção da integridade territorial. 13. Proposta modular e adaptável de projeto de cabeceamento estruturado, baseado nas normas ABNT NBR 14.565, para unidades do exército. 14. Aplicações Militares da Inteligência Artificial 15. O modelo administrativo do ciclo de vida dos materiais de emprego militar sob a ótica da engenharia de sistemas: conceitos e possíveis modificações 16. Padronização de SIG no âmbito do Exército brasileiro 17. Sistema de controle das atividades de construção e manutenção às instalações do Exército Venezuelano 18. O emprego das Divisões de Levantamento em Campanha: A Companhia de Engenharia Cartográfica
--	---

II. Operações Conjuntas	
III. Liderança	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liderança militar no século XXI: um enfoque para a aviação do Exército 2. Ação de comando e liderança: as ferramentas de construção do líder estratégico para o século XXI. 3. Liderança Militar organizacional: o relacionamento Comandante / Estado-Maior como um dos componentes dos elementos básicos do poder de combate.
IV. Indústria de Defesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. A implantação da Convenção para a Proibição de Armas químicas no Brasil e suas repercussões para a mobilização industrial pelo Exército Brasileiro
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amplitude das restrições impostas pela legislação ambiental ao preparo e emprego da Força Terrestre: uma proposta de solução 2. A Gestão sustentável dos recursos naturais nos Campos de Instrução do Exército Brasileiro 3. A Guerra do Afeganistão: ensinamentos para as guerras assimétricas 4. A Questão ambiental: tendências atuais e reflexos na segurança nacional. 5. A Tutela do meio ambiente e sua influência na atividade militar da Força Terrestre 6. Projeto de Força: o cerne de um sistema de planejamento de defesa moderno 7. Análise da Refundação Exército da França 8. A postura norte-americana após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e suas implicações políticas e militares para o Brasil. 9. O Desenvolvimento Sustentável e a Proteção Ambiental são aspectos da Segurança Nacional? 10. Sistemas de Combate do Futuro: elementos para a formulação conceitual. 11. Prospecção em ciência e tecnologia: uma proposta para a implantação da atividade no Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro 12. A importância do emprego da Política de Defesa Nacional da República da Guatemala 13. Novas ameaças: narcotráfico e terrorismo no Peru. 14. O Meio Ambiente e a Logística do Exército do Uruguai.
VI. Informática	
VII. Desenvolvimento Nacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Exército nas ações complementares e de apoio à defesa civil na região do semiárido nordestino 2. A criação de terras indígenas e de unidades de conservação na fronteira Norte do Brasil: atual interesse externo com potencial ameaça à Soberania Nacional
VIII. Amazônia (desenvolvimento)	<ol style="list-style-type: none"> 9. Utilização de dirigíveis na Amazônia: solução ou problema?

da região e combate)	10.A Vontade Nacional na defesa da Amazônia Legal 11.As questões ambientais e indígenas na Amazônia - ameaçadas à soberania nacional
IX. Exército e Sociedade	
X. Ensino Militar	11.O trabalho em grupo na AMAN: uma ferramenta para o desenvolvimento da formação militar inicial? 12.Unificação do curso básico de piloto de helicóptero para as Forças Singulares 13.Auto-avaliação: possibilidade de implantação no processo ensino-aprendizagem do curso de Instrutores da Escola de Educação Física do Exército. 14.Ensino a distancia como alternativa pedagógica para atender as necessidades do Exército 15.Ampliação do ensino a distância como forma de manter atualizados os conhecimentos profissionais dos Sargentos de carreira do Exército Brasileiro. 16.Geração de grupos de trabalho a partir de critérios Psicopedagógicos: proposta de um modelo de apoio À decisão na ECEME. 17.A influência da história militar na formação e aperfeiçoamento do profissional militar. 18.O Processo de Formação do sargento de carreira do Exército Brasileiro
XI. Serviço militar obrigatório	
XII. GLO	1. Um estudo sobre a adequabilidade da atual estrutura da aviação do Exército para o cumprimento de missões em operações de garantia da lei e da ordem: (GLO) 2. O preparo da força terrestre para as operações de garantia da lei e da ordem durante os motins das polícias militares
XIII. História Militar	1. Caxias, sua ação como estrategista contribuição para a integridade nacional e a consolidação da identidade do Exército Brasileiro. 2. A influência da FEB na evolução da Força Terrestre 3. O Papel e CAXIAS na evolução do Exército Brasileiro.
XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	1. Gestão de recursos humanos em C&T: o caso do quadro de engenheiros militares: um estudo inicial 2. O sistema de valorização do Mérito: a motivação e o desempenho funcional 3. A formação dos oficiais da reserva do Exército Brasileiro: uma nova visão 4. A Comunicação Social no Exército Brasileiro: um

	<p>instrumento de valorização institucional e de seus integrantes.</p> <p>5. O Desempenho Funcional do sargento</p> <p>6. Gestão do conhecimento: uma ferramenta para a transformação.</p> <p>7. Trabalho de conclusão de curso. (1.Exército Brasileiro - Recursos Humanos - Sargentos de Carreira - Motivação Profissional)</p> <p>8. O Sistema de valorização do mérito dos militares do Exército como fator de eficácia no desempenho profissional dos militares</p>
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<p>4. Timor Leste: um conflito de interesses</p> <p>5. Globalização da economia: soberania nacional e MERCOSUL.</p> <p>6. Conflitos colombianos: origem dos movimentos sociais de massa-reflexões para o Brasil</p> <p>7. O Fundamentalismo Religioso: sua influência na eclosão de conflitos no mundo pós-guerra Fria</p> <p>8. O plano Colômbia: reflexos para o Brasil</p> <p>9. A implantação da ALCA e as influencias na agenda brasileira de negociações comerciais no âmbito da OMC.</p> <p>10.O incremento das relações comerciais do Brasil com a china e a Índia: uma opção aos mercados excludentes dos Estados da América e da União Europeia</p> <p>11.A participação do Brasil nos blocos econômicos regionais do hemisfério americano: a importância da soja:um produto agrícola de relevância nacional.</p> <p>12.Os conflitos árabes-israelense e as estratégias empregadas por Israel desde a criação do seu Estado</p> <p>13.A Influência de aumento do Poder Militar Japonês na Península coreana</p> <p>14.Relações Brasil-República Popular da China (RPC) no campo militar.</p>
XVII. Direito/Jurídica Militar	<p>1. Ampliação e integração do assessoramento jurídico do exército brasileiro para o apoio às ações de comando administrativas e operacionais: plataforma para a reestruturação organizacional</p> <p>2. Marco Jurídico das Relações entre o Exército de Nicarágua e os Governos Municipais.</p>
XVIII. Direitos Humanos	<p>3. O direito internacional na resolução dos conflitos armados</p>

Ano 2005

Total: 135 Monografias

I. Operações	1. A estrutura operacional da aviação do Exército:
---------------------	--

<p>de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<p>uma análise crítica da situação atual.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. As Formas de Manobra Ofensiva e sua Relação com o Poder Relativo de Combate 3. Medidas de Contra - Inteligência para a ciência e tecnologia 4. A avaliação da ameaça aérea pelo sistema de controle e alerta da artilharia antiaérea. 5. A brigada blindada: uma proposta de atualização da doutrina de emprego considerando os meios disponíveis 6. O Emprego da Força terrestre da defesa territorial 7. Base de apoio Logístico: uma proposta de ativação 8. O sistema de armas de baixa altura do GAAAE: uma proposta 9. O método para elaboração e aplicação do poder relativo de combate 10. A Nova logística no Exército Brasileiro comum para o período de paz ou em campanha 11. Inteligência em operações militares no nível tático: A doutrina, a estrutura e a integração de dados 12. A monitoração de região de interesse para a inteligência no escalão divisão de Exército: possibilidades e limitações 13. Atualização da Doutrina de emprego da Força Terrestre do teatro de Operações e da divisão de Exército considerando os meios existentes 14. Proposta de metodologia para exercícios de simulação logística direcionada ao comando logístico da Força terrestre do teatro de operações terrestre, região Militar do teatro de operações terrestre e base logística 15. O sistema mobilidade,contramobilidade e proteção na doutrina Gama-R: uma proposta para o apoio de energia 16. Emprego de Minas em área de selva: possibilidades e limitações 17. A prospectiva e sua influência na estratégia militar 18. Autofinanciamento para batalhões de engenheiros ferroviários do Exército da Venezuela. 19. Espacios Vacios en la republica Argentina, riesgro Y amenazas a la region patagônica. 20. Sistema de acreditação hospitalar no E.B: uma proposta 21. A importância da saúde cardiovascular no E.B enfatizando o aspecto epidemiológico,fatores de risco para doença coronariana e sua aplicabilidade pratica: uma proposta de estratégia preventiva primaria. 22. Gestão pela Qualidade para uma Policlínica Militar do Exército Brasileiro: importância do critério planejamento estratégico para aprimorar sua atitude-fim 23. Atuação do Medico de avaliação na prevenção de acidentes aéreos nas unidades aéreas do Exército
---	--

brasileiro.

24. Hotelaria Hospitalar: uma proposta para os Hospitais Gerais do Exército Brasileiro

25. Sistema de Acreditação Hospitalar no EB: uma proposta

26. O Emprego do Modulo de Telemática em Operações Ofensiva de Brigada: uma proposta

27. O Apoio Logístico em suprimento CI IX-Av para o emprego da aviação do Exército em proveito do comando militar da Amazônia

28. A Análise Critica da Estrutura Organizacional de um Batalhão Logístico: adequabilidade as situações de paz e de guerra

29. O uso do ABM e do PEG para a redução de custos na ECEME

30. O emprego de jogos comerciais nas atividades de simulação de combate: uma proposta

31. A Integração do apoio de fogo da artilharia de campanha com a manobra de uma brigada de infantaria no ataque coordenado

32. A Defesa em setor conduzida pela brigada blindada do E.B

33. Exército Brasileiro: uma Organização que aprende

34. O Comando de Engenharia do Comando Logístico da Força Terrestre do Teatro de Operações Terrestre (CECLFTTOT)

35. O Apoio de Fogo da Artilharia de Campanha, nas Operações Aeroterrestres

36. O Grupo de Artilharia de Campanha 155mm autopropulsado Orgânico das Brigadas Mecanizadas: uma proposta

37. Adoção do Programa Excelência Gerencial do Exército Brasileiro: Óbices e sugestões para supera-los

38. O Ataque a Localidade - o investimento de tropas Blindadas e Mecanizadas em áreas edificadas?

39. A sincronização do apoio logístico níveis Divisão de Exército e Brigada

40. O Emprego da Simulação de Combate como Ferramenta de Apoio ao projeto Organizacional e Doutrinário da Força Terrestre Brasileira

41. Suporte Logístico Integrado.

42. Gestão do conhecimento em um ambiente Hierárquico

43. O Programa de Excelência Gerencial do Exército Brasileiro

44. Sistema de Comando e Controle Para a Engenharia - Escalão Brigada

45. O Emprego Força - Tarefa Blindada Brasileira na conquista de uma localidade

46. O uso da Simulação de Combate como Ferramenta

de Apoio ao Projeto Organizacional e Doutrinário da Força

47. Companhia De Comunicações De Brigada.

48. A Defesa Antiaérea nas Operações Aeromoveis

49. O Sistema de controle e Alerta Automatizado do GAAe Dotado de COAAe E Rdr vig: Características, Possibilidades e Necessidades Decorrentes Da sua Modernização.

50. A Terceirização da Logística voltada para as Operações Militares

51. Centro Integrado de simulação de combate: uma proposta

52. Palavras-chaves: Logística - Nível Operacional - Integração - Cadeia Logística

53. A Estrutura Logística das Brigadas Blindados, visando a autonomia em Operações e a capacidade de durar na ação, no contexto da Doutrina Delta.

54. Integração dos sistemas de mobilização das Forças armadas, visando a otimização do emprego dos recursos a serem disponibilizados

55. O estudo do Terreno Digitalizado no Processo de Integração do Terreno, Condições Meteorológicas e inimigo(PITCI): uma proposta

56. O Sistema Mobilidade Contramobilidade e proteção no combate em localidade: uma proposta para o apoio de Engenharia

57. Apoio a Mobilidade Das Grandes Unidades Blindadas nas Operações de Transposição de Campos ou Áreas Minadas

58. O planejamento da mobilização no Exército Brasileiro para atender as Hipóteses de emprego, suas condicionantes e a integração com sistema logístico.

59. Logística militar integrada: uma proposta de concepção de um sistema de informação logísticas

60. A Proteção como Elemento Básico do Poder de Combate: uma proposta

61. O apoio logístico para a brigada de operações especiais: O Batalhão de apoio as operações especiais (uma proposta).

62. O emprego do modulo de telemática em operações defensivas em operações defensivas de Brigada: uma proposta

63. O escalamento da posição Defensiva em face da evolução do armamento

64. A brigada de cavalaria mecanizada na ação Retardadora e a manutenção do contato no combate moderno

65. O GAC orgânico das brigadas blindadas quartanárias do EB: implicações para o seu desdobramento

	<p>66. Modelagem Organizacional: uma necessidade para o Exército Brasileiro do Futuro</p> <p>67. A Sincronização como Fator Multiplicador do Poder de Combate.</p>
II. Operações Conjuntas	<p>1. Integração entre o sistema Logístico do E.B e o das demais Forças Armadas, visando à capacidade de durar na ação em operações combinadas</p> <p>2. A Logística nas operações combinadas.</p> <p>3. Integração das Forças Armadas Brasileiras - Situação atual e perspectivas</p>
III. Liderança	<p>1. Visão de Futuro - importante ferramenta para o líder militar</p> <p>2. Análise Comparativa da liderança Exercida por Pessoas que não Ocupam cargo de chefia nos Ambientes Militar e Empresarial</p>
IV. Indústria de Defesa	
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. A Política de Defesa Nacional: adequação para o Brasil atual e perspectivas para o futuro</p> <p>2. Organização de Exércitos por capacidade: o que e para que serve e sua aplicabilidade para EB do Futuro</p> <p>3. A Modernização do Sistema de inteligência do Exército (SIEX), face à nova realidade do Brasil e do mundo</p> <p>4. Metodologia para estruturação de Forças: como desenhar a arquitetura do Exército brasileiro do futuro</p> <p>5. Origem e desenvolvimento do Terrorismo</p> <p>6. O Gerenciamento do Processo de Transformação do EB para uma Organização Flexível.</p> <p>7. Cenários Prospectivos para o Brasil: os Parâmetros para o Projeto de Força.</p> <p>8. O Terrorismo no Mundo Atual: Perspectivas Globais e Nacionais após os atentado de 11 de setembro de 2001</p>
VI. Informática	
VII. Desenvolvimento Nacional	
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<p>1. O emprego da Força terrestre na defesa de hidrovias interiores na Amazônia no contexto da doutrina gama R - Estratégia de Resistência</p> <p>2. A Força principal da brigada de infantaria de selva no combate de resistência em área urbana da Amazônia</p> <p>3. Doenças Emergentes na Amazônia: Um desafio ao serviço de saúde do Exército</p> <p>4. O Sistema Operacional apoio de fogo (Artilharia de campanha) em apoio às operações no teatro de Operações amazônico</p> <p>5. A Defesa Antiaérea nas Operações contra Desembarque Anfíbio na Área Estratégica Amazônica</p>

	6. Reestruturação do Dispositivo do 2 Grupamento de Engenharia De Construção na Amazônia - Uma Proposta
IX.Exército e Sociedade	1. A Relevância de um Planejamento Estratégico de Marketing: um estudo de caso para o Exército brasileiro sob a ótica das vertentes imagem e crise. 2. Assuntos civis nas operações militares
X.Ensino Militar	19. Processos de Avaliação da Aprendizagem utilizados na ECEME A Partir de 1995. 20. Liderança Organizacional no curso de altos Estudos Militares 21. O concurso de admissão a Escola de Comando Estado-Maior do Exército: uma proposta 22. Uma avaliação do sistema de supervisão Escolar da Escola de comando e Estado Maior do Exército 23. A importância do Ensino Preparatório na Formação do Oficial Combate 24. O Programa de Enriquecimento instrumental e suas Perspectivas para o Ensino do Sistema Colégio Militar do Brasil 25. Validação curricular do curso de Comando e Estado - Maior (CEEM) Do Exército concluído no ano de 2003 26. A avaliação afetiva do discente da ECEME 27. Processo de seleção para a ECEME: uma proposta 28. As atividades de pesquisa na linha de ensino militar bélico do Exército Brasileiro 29. Processo de seleção para a ECEME: uma proposta
XI.Serviço militar obrigatório	
XII.GLO	1. O emprego das operações psicológicas nas operações de garantia da lei e da ordem na situação de normalidade institucional 2. O emprego da guerra eletrônica nas operações de garantia da lei e da ordem 3. A adequabilidade dos batalhões de Infantaria da Força de ação rápida regional para o emprego em operações de garantia da lei e da ordem. 4. Contribuições da simulação de combate nas operações de garantia da lei e da ordem. 5. o emprego de equipamentos de comunicações civis em operações de garantia da lei e da ordem 6. Preparo Legal da Tropa em operações de garantia da lei e da ordem(GLO). 7. O preparo da Força terrestre para operações de garantia da lei da ordem: suas deficiências atuais e propostas para o seu aperfeiçoamento 8. O emprego de unidades de cavalaria mecanizada em operações de garantia da lei e da ordem em situação de normalidade institucional

XIII.História Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Contra Revolução Democrática de 31 de Marco de 1964: sua contribuição ante o momento histórico 2. Iraq War And Indian Revolucion in Military Affairs 3. A importância dos valores imateriais na guerra segundo Clausewitz 4. O Combate urbano na defesa de localidades: casos históricos e seus ensinamentos para o EB 5. O Exército Brasileiro e a Guerra Nacional: as tensões e contradições do modelo de defesa terrestre (1850-1873) 6. Por que ocorreu a Revolução Democrática de 31 de Marco de 1964?
XIV.Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Missão de Paz: ensinamentos para o serviço de saúde do Exército Brasileiro. 2. Missão de Forças de Paz 3. O desenvolvimento da vontade nacional para a Estratégia da Resistência 4. O apoio de saúde nas operações de manutenção de paz: proposta para a padronização da Função Logística Saúde nos seus diversos níveis de atuação 5. O apoio de saúde nas missões de paz implementação do curso de ATLS (advanced Trauma life support course) para oficiais medico na escola de saúde do Exército Brasileiro: uma proposta.
XV.Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Suicídio no Exército: como prevenir 2. Desenvolvimento no publico interno, de atitudes voltadas para a segurança orgânica: uma proposta 3. Desenvolvimento no publico interno de atitudes voltadas para a segurança orgânica: uma proposta. 4. Análise da implantação do voo com óculos de visão noturna na aviação do Exército com ênfase no preparo de pessoal 5. A Capacitação do oficial Médico de carreira do Exército Brasileiro em Pericias Medicas: uma proposta. 6. Qualidade de vida em uma organização militar de saúde: uma proposta 7. Medidas a serem adotadas para a manutenção de saúde ergonômica dos membros da Força terrestre: uma proposta de capacitação 8. Defesa Nacional: bases para um planejamento estratégico visando à capacitação de recursos humanos 9. Analise da eficácia dos programas de prevenção da AIDS através do estudo comportamental de 1.500 militares da brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro: propostas
XVI.Geopolítica e Relações Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Angola: Guerra e Paz 2. O Conflito armado interno na Guatemala, origens, desenvolvimento e as mudanças para o Exército da Guatemala depois dos acordos de paz.

XVII.Direito/Justiça Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modernização do Código Penal Militar e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional 2. A Modernização do código penal militar com enfoque principal no crime de deserção. 3. O Conhecimento Jurídico Necessário Para o Comando Chefia ou Direção de uma OM 4. O conhecimento Jurídico necessário para o Exército de Comando chefia ou Direção de Organização
XVIII.Direitos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organismo de direitos humanos na Força Terrestre do Equador

Ano 2006Total: **139 Monografias**

I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perspectivas para o Exército Brasileiro com a adoção do programa Excelência Gerencial 2. Emprego não convencional da artilharia antiaérea no combate de resistência 3. A Dissimulação tática nas operações ofensivas nos escalões brigada e divisão de exército: uma proposta 4. Força de Mobilização: uma proposta de implantação 5. O Posto de comando no combate de Resistência 6. O Sistema Operacional Defesa Antiaérea na Brigada Blindada Quaternária 7. Os Batalhões de Aviação do Exército: uma proposta de organização e emprego 8. A Articulação da Aviação do Exército: uma análise 9. Embarcação de emprego tático no Batalhão de Infantaria de Selva: uma proposta. 10. Indicadores de Desempenho para uma organização militar logística do Exército Brasileiro: uma proposta. 11. A implantação da manutenção preditiva nas organizações militares operacionais do Exército Brasileiro 12. Estruturação desde o tempo de paz da base de apoio Logístico para o TO Sul: uma proposta 13. O emprego da força terrestre na defesa Territorial da zona do interior. 14. Defesa Móvel: a brigada blindada quaternária como força de choque 15. A integração das operações psicológicas estratégicas com as táticas 16. A Renovação da Frota de Helicópteros da aviação do Exército: uma proposta. 17. Transformação e Reorganização das Organizações militares de Polícia do Exército Brasileiro: uma proposta 18. A adoção do Material 155mm nos GACS das Bda Bld e Mec: uma proposta. 19. O Poder relativo de combate como ferramenta nos
---	--

- Exercícios de Simulação de combate: uma proposta
20. Os efeitos da modernização do sistema de comando e controle da força terrestre (SC2FTer) sobre o sistema de comunicações da brigada
 21. Negociação: Ferramenta eficaz para o comando.
 22. A definição do Teatro de operações na doutrina gama R.
 23. A Liderança do General GIAP: ensinamentos para a Estratégia da Resistência Brasileira.
 24. A Influência do fator vegetação tipo selva na mensuração do poder relativo de combate (PRC).
 25. A Integração dos produtos do SIVAN/SIPAM com o sistema de Inteligência do Exército Brasileiro.
 26. A utilização dos conceitos do *Balanced scorecard* nas organizações militares operacionais do Exército Brasileiro: uma proposta.
 27. Indicações estratégicas de uma organização militar operacional do Exército Brasileiro.
 28. A Integração do Sistema psicológico com a comunicação social: uma proposta.
 29. Proposta de embarcações de emprego tático no contexto da doutrina Gama R Estratégia da Resistência.
 30. Organização e emprego do Batalhão de Reconhecimento e Ataque.
 31. A sistemática de desenvolvimento doutrinário do Exército dos Estados Unidos da América: Sugestões para o sistema doutrinário.
 32. O Adestramento para o combate na estratégia da resistência.
 33. A Integração entre o Sistema Estratégico de guerra eletrônica (SEGE) e o sistema tático de guerra eletrônica (SITAGE) em apoio às Operações Militares e sua inserção no sistema de inteligência do Exército (SIEx)
 34. Análise crítica da Estrutura organizacional do Batalhão de comunicações, em apoio a uma Divisão de Exército em Operações Defensivas, à luz da doutrina em vigor.
 35. Gerenciamento de Recursos da aviação do Exército: uma análise crítica e proposta para o futuro.
 36. O Estudo Digitalizado do Terreno no Processo de Integração Terreno-Condições Meteorológicas-inimigo(PITCI): Situação atual e Perspectivas
 37. O Sistema mobilidade contramobilidade e proteção na doutrina Gama R - uma proposta para o apoio de Engenharia
 38. A execução do apoio logístico no combate de resistência e sua viabilidade, considerando a estrutura atual do Exército Brasileiro na Amazônia.
 39. A valorização do uso da simulação de combate como ferramenta de apoio ao sistema de Doutrina Militar

Terrestre

40. O emprego das organizações militares de Defesa Química, Biológica e Nuclear.
41. A atuação da Engenharia no sistema operacional Mobilidade, contramobilidade e proteção em apoio a uma brigada realizando um movimento retrógrado na guerra moderna.
42. Preparo e Emprego de Forças Subterrâneas, por forças Especiais na Estratégia da Resistência.
43. A estrutura desde o tempo de paz da Base de apoio logístico em apoio às operações militares na região amazônica.
44. O adestramento como instrumento multiplicador do poder de combate
45. Apoio Logístico à Brigada de Operações Especiais
46. O emprego da simulação de combate como ferramenta de apoio ao sistema de avaliação de pessoal da força terrestre brasileira.
47. A Brigada Blindada Quaternária, integrante de uma Divisão de Exército como Força de choque na Defesa Móvel.
48. A aplicabilidade do balanced scorecard como modelo de medição de desempenho nas unidades de engenharia de combate do Exército em tempo de paz
49. O Sistema de comunicações do grupo de artilharia Antiaérea: uma proposta
50. Tecnologias de padrão aberto no exército Brasileiro: uma visão estratégica
51. As deficiências apresentadas pela base física do sistema de comando e controle no contexto da estratégia da resistência.
52. Uma análise das consequências do controle exercido pelo MTCR para a modernização da força terrestre
53. A Utilização de telemedicina no atendimento à família militar do Exército Brasileiro na área de saúde
54. Emprego de Sistemas de Informações Geográficas no Planejamento Logístico Operacional.
55. Metodologia de Avaliação de Nível de Maturidade Tecnológica para o ciclo de vida dos materiais.
56. Gestão de inovações e tecnologia: Roadmap de Tecnologia.
57. As incursões a cabanatuan e son tay: uma análise comparativa
58. A evolução Tecnológica da artilharia: reflexos para o planejamento e coordenação do apoio de fogo.
59. A Integração do Ambiente Logístico Brasileiro com a Mobilização Militar: uma necessidade.
60. O poder relativo de Combate no estudo de situação de comparação de forças.
61. A Integração do Sistema de Comando e Controle da

	<p>Força Terrestre com o sistema de jogos de guerra</p> <p>62. O batalhão de precursores: uma proposta</p> <p>63. O emprego do veículo aéreo não tripulado nas atividades de guerra eletrônica</p>
II. Operações Conjuntas	<p>1. O uso integrado dos sistemas de inteligência em operações combinadas</p>
III. Liderança	<p>1. Gestão pela qualidade nas organizações de saúde do Exército Brasileiro: o papel da liderança na consecução dos programas e sua influencia nos resultados</p>
IV. Indústria de Defesa	<p>1. O Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército e Seus Reflexos para a indústria nacional de Defesa.</p>
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. O Terrorismo e seus reflexos para o Brasil</p> <p>2. A participação do Exército Brasileiro no combate ao Terrorismo</p> <p>3. A recriação da guarda nacional: avanço ou retrocesso</p> <p>4. A Guarda Nacional: Necessidade ou retrocesso.</p> <p>5. A priorização de tecnologias levantadas em exercício de prosperação tecnológica: Propostas para o sistema de ciência e Tecnologia do EB</p> <p>6. A ação do grupamento de Engenharia em operações de controle do Meio Ambiente</p> <p>7. As Fontes de energia utilizadas no exército brasileiro: uma visão estratégicas</p> <p>8. A Inteligência na luta contra o terrorismo Internacional no combate Americano "2001-2006"</p> <p>9. A operação militar (Palavras chave: Operações militar - Terrorismo - Forças Especiais)</p> <p>10. A utilização de cenários prospectivos no planejamento estratégico do Exército Brasileiro.</p>
VI. Informática	<p>1. EBNet: A Rede Estratégica de C4 do Exército</p>
VII. Desenvolvimento Nacional	<p>1. A ocupação da faixa de fronteira brasileira na região norte. Da estratégia portuguesa ao desenvolvimento dos municípios fronteiriços como forma dissuasória: uma análise do estado de Rondônia.</p> <p>2. A contribuição do Exército Brasileiro para a projeção do poder Nacional: uma visão atual por meio das atividades realizadas na América Central e no Caribe</p>
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<p>1. A Força Marupiara nas atividades de Inteligência no combate de Resistência</p> <p>2. Capacidades de comando e controle e guerra eletrônica na defesa da Amazônia: uma proposta para o exército brasileiro de 2022.</p> <p>3. O apoio logístico nas operações de resistência: suprimento e transporte na Amazônia oriental.</p> <p>4. Análise das Funções logísticas suprimento e transporte no apoio às operações de resistência na Amazônia Ocidental</p> <p>5. A viabilidade do emprego do Búfalo como meio de transporte de suprimentos nas operações na selva.</p>

	6. O Monitoramento do espaço Amazônico Brasileiro e suas Vulnerabilidades.
IX. Exército e Sociedade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considerações civis como o sexto fator da decisão: A influência da opinião pública no emprego da força terrestre 2. As considerações civis como fator de decisão nos níveis operacional e tático 3. A importância dos órgãos de formação de oficiais da reserva como fator de integração nas relações entre civis e militares 4. O Papel do Exército Brasileiro na lei de Mobilização Nacional. 5. O relacionamento do Exército com os segmentos civis da sociedade no contexto das relações civis - militares e o papel da Fundação cultural Exército Brasileiro 6. Intercâmbio das Instituições militares de Ensino com o meio acadêmico civil, uma visão comparativa do MBA Realizado pelas três Escolas de Comando e Estado Maior das Forças Armadas. 7. As Relações entre civis e Militares com o advento do Ministério da defesa e da política de Defesa Nacional: como sensibilizar a sociedade Brasileira para os assuntos de Defesa
X. Ensino Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Desenvolvimento do Ensino da Liderança Militar na ECEME 2. Uma Revisão do Perfil Profissiográfico do concludente do curso de Comando e Estado-Maior do Exército 3. Processo de seleção para a ECEME: uma proposta 4. Ensino a distância na capacitação dos quadros do Exército Brasileiros: proposta de aprimoramento da tutorial. 5. O ensino a distância na capacitação de oficiais do exército brasileiro, na linha de ensino militar Bélico: um estudo sobre a situação atual, os principais óbices e as oportunidade de melhoria. 6. As vantagens do ensino à distância e sua aplicabilidade para os cursos de especialização do Exército: um estudo de caso. 7. Ensino à Distância: Desvantagens e limitações para o Ensino Militar Bélico nas Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e de aperfeiçoamento de oficiais 8. O curso de preparação para os cursos de altos estudos militares da Escola de Comando e Estado - Maior do Exército: oportunidades de melhoria - uma nova visão. 9. Avaliação do instrutor pelo aluno: uma proposta para execução na escola de comando e Estado - Maior do Exército (ECEME) dessa importante ferramenta de aperfeiçoamento do processo em 10. Ensino à Distância: Fundamental Meio Pedagógico

	<p>Complementar ao Ensino - Aprendizagem do Curso de Instrutor Da Escola de Educação Física do Exército (ESEFEX).</p> <p>11. Teoria da Liderança Situacional de Hersey e Blanchard: uma ferramenta de ensino na ECEME</p> <p>12. A avaliação da atuação do docente na ECEME.</p> <p>13. Reestruturação dos cursos de Graduação em Engenharia do IME: análise crítica e consequência para o EB</p> <p>14. Análise Da Atual Prática Didática e Metodológica Empregada no curso de comando e Estado-Maior, Segundo A Percepção De Oficiais Alunos e Instrutores</p>
XI. Serviço militar obrigatório	
XII. GLO	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Emprego de uma brigada de Infantaria leve como Brigada de Operações de Garantia da lei e da ordem 2. O emprego da força terrestre em operações de garantia da lei e da ordem análise das lições aprendidas desde 1998 3. O emprego da força terrestre em operações de garantia da lei e da ordem: Análise das principais lições aprendidas desde 1988 4. O Emprego da brigada da garantia da lei e da ordem (GLO) 5. Negociação em ocorrências de alta complexidade nas operações de garantia da lei e da ordem 6. O adestramento de pequenas frações em ambiente urbano para o emprego na doutrina Gama – R 7. O poder de polícia outorgado às Forças armadas.
XIII. História Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os ensinamentos da participação da força expedicionária brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial: a atuação da artilharia de companhia na 1 DIE um – aprendido 2. O conflito no Afeganistão (1979 - 1989): os ensinamentos para a estratégia da resistência no Brasil. 3. O Conflito do Vietnã: os ensinamentos para o apoio logístico dentro do contexto da estratégia da resistência na Amazônia Brasileira 4. História Oral da aviação do Exército, de 1985 a 1994 5. Guerra de Guerrilha no século XVII: a questão da guerra Brasileira
XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<p>. As operações de manutenção da paz: uma preparação psicológica do oficial do Exército e de sua Família.</p>
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Influência do moral das tropas no poder relativo de combate: aplicabilidade no Exército Brasileiro 2. O Moral e sua influência no poder de combate: um estudo sobre o stresse e a performance das unidades

	<p>militares.</p> <p>3. A importância do desenvolvimento do moral militar na preparação do combatente de resistência e os fatores que favorecem a vontade de lutar</p> <p>4. O aperfeiçoamento do sargento: a experiência da ESA e os caminhos que conduzem à criação do cargo ou graduação de sargento - Major no Exército Brasileiro</p> <p>5. Base Conceitual para o Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro: Recursos Humanos</p> <p>6. A Avaliação dos Oficiais e Sargentos no Exército Brasileiro: uma proposta de Otimização</p> <p>7. Gestão de Recursos Humanos no Grupamento de Engenharia: uma proposta de sistema de Gestão em saúde e segurança do trabalho</p> <p>8. A gestão de recursos humanos em operações de paz.</p>
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<p>1. Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul: Viabilidade de uma força multinacional permanente</p> <p>2. As contribuições das guerras dos seis dias e do <i>yom Kippur</i>, dentro do contexto dos conflitos Árabe Israelenses, para os sistemas operacionais previstos na doutrina da Força Terrestre</p> <p>3. O Plano Colômbia: Efeitos no Equador</p> <p>4. A Reconversão industrial em Cochabamba no atendimento ao esforço de guerra</p> <p>5. A Cooperação prospectiva na área militar e no futuro entre Coreia e o Brasil</p> <p>6. O impacto da globalização nos interesses de segurança dos EUA na América Latina</p> <p>7. O processo de paz na Guatemala e a modernização do Exército</p>
XVII. Direito/Jurística Militar	<p>1. O Conhecimento Jurídico necessário para o exercício de comando chefia ou direção de Organização Militar. As ações de habeas corpus na administração Castrense e seus reflexos para a hierarquia e a disciplina.</p> <p>2. Assessoria Jurídica no escalão Brigada do Exército Brasileiro: uma proposta</p> <p>3. A confecção do Inquérito Policial militar</p> <p>4. <i>Habeas Corpus</i> nas Transgressões disciplinares militares.</p>
XVIII. Direitos Humanos	<p>1. O Direito Internacional Humanitário e as restrições ao uso de armamentos: uma análise do protocolo V da convenção sobre certas armas convencionais.</p>

Ano 2007

Total: 61 Monografias

I. Operações de combate (assuntos)	<p>1. Radionet: especificação de um padrão de comunicações de dados, via rádio, em campanha.</p>
---	--

bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)	<ol style="list-style-type: none"> 2. O emprego da equipe de engenheiros analistas do terreno prevista no PITCI: organização, fundamentos de emprego e possibilidades. 3. O emprego das grandes unidades na conquista de localidades: um estudo sobre a Brigada de Cavalaria Mecanizada. 4. O ataque coordenado na selva: efeito do clima, do terreno e das condições meteorológicas. 5. A Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel nas operações de assalto aeromóvel 6. O grupo de artilharia de campanha quaternário nas operações defensivas 7. Comparação do estudo de situação de engenharia e a estruturação do parágrafo terceiro, das ordens de operações de engenharia, realizados no Exército Brasileiro, no Exército dos Estados Unidos da América e no Exército Chileno. 8. Contribuições do Programa Excelência Gerencial (PEG) para a eficácia operacional da Força Terrestre. 9. Óbices no sistema de mediação de desempenho do Exército Brasileiro dentro da perspectiva operacional: um estudo de caso dos níveis organizacionais 10. O estabelecimento de um órgão específico de proteção civil nos Estados-Maiores do Exército Argentino, considerando os limites legais atuais na Argentina e sua possível pertinência ao Exército Brasileiro. 11. O sistema de comando e controle divisionário sob o enfoque da modelagem de sistemas. 12. Economia e defesa: uma análise da alocação de recursos orçamentários do Exército Brasileiro no decênio 1998-2007. 13. O destacamento logístico nas operações de assalto aeromóvel. 14. O monitoramento ambiental das organizações militares do Exército Brasileiro, utilizando técnicas de inteligência de mercado. 15. A reestruturação do planejamento e coordenação de fogos. 16. Defesa em setor nas Brigadas e Mecanizadas. 17. O escritório de projetos no Estado-Maior do Exército: uma proposta. 18. Sistema engenharia: uma proposta para a atividade especial de mergulho 19. O sensoriamento remoto e as influências na doutrina de camuflagem do Exército Brasileiro 20. A Brigada de Infantaria Blindada na Defesa Elástica: princípios doutrinários, organização e condução da defesa 21. As contribuições do Programa Excelência Gerencial (PEG-EB) para a eficácia operacional da Aviação do Exército
---	--

	<p>22. Mobilização de transportes: a disponibilidade de recursos na sociedade com possibilidades de aproveitamento nos planejamentos logísticos militares.</p> <p>23. A Brigada de Infantaria Mecanizada: uma proposta de organização e de emprego em operações de defesa de área.</p> <p>24. A Brigada de Infantaria Mecanizada: pressupostos teóricos para o emprego em operações ofensivas.</p> <p>25. O programa de manutenção de equipamentos hospitalares e seus reflexos para o fundo de saúde do Exército.</p> <p>26. O fratricídio nas operações com emprego de blindados: medidas para evitar ou minimizar esse incidente.</p> <p>27. A guerra na selva e o Exército Americano</p> <p>28. Proposta de criação de um Exército de simulação de logística para RMTOT, como método de aplicação da logística operacional.</p>
II. Operações Conjuntas	
III. Liderança	<p>1. A liderança nas Unidades Aéreas do Exército Brasileiro: um estudo sobre o desenvolvimento da liderança na atividade de voo</p> <p>2. A identificação da liderança direta no Exército Brasileiro</p>
IV. Indústria de Defesa	
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. A necessidade de o Exército brasileiro adotar uma doutrina para combater o terrorismo</p> <p>2. O estudo das estratégias de dissuasão e da resistência para a validação da Política de Defesa Nacional</p> <p>3. A dissuasão por meio do conhecimento científico</p> <p>4. A atuação do serviço de saúde do Exército Brasileiro em biossegurança nas ameaças biológicas naturais</p> <p>5. O processo da transformação das Forças Armadas Alemãs.</p>
VI. Informática	
VII. Desenvolvimento Nacional	<p>1. Movimentos indígenas e a soberania dos Estados.</p>
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<p>1. As perspectivas de emprego das armas biológicas de destruição em massa na Amazônia brasileira: reflexos para a defesa biológica da Força Terrestre no século XXI.</p>
IX. Exército e Sociedade	<p>1. O papel das forças armadas na crise da nacionalização dos recursos energéticos bolivianos</p>
X. Ensino Militar	<p>1. Atributos da área afetiva na EsAO e na ECEME: diagnóstico, consequências para o perfil dos futuros chefes e propostas.</p> <p>2. A avaliação cognitiva dos trabalhos em grupo: uma proposta</p>

	<p>3. A avaliação cognitiva na ECEME: as demandas da política de ensino e da política de pessoal do Exército Brasileiro.</p> <p>4. A supervisão escolar como ferramenta para a modernização do ensino no sistema Colégio Militar do Brasil</p> <p>5. Seção técnica de ensino, seção de supervisão escolar e seção psicopedagógica: a necessidade do trabalho integrado para o aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem no colégio militar de Santa Maria</p>
XI.Serviço militar obrigatório	
XII.GLO	<p>1. Armamento não-letais em operações de GLO: uma proposta para a 11° Bda de Infantaria</p> <p>2. Aspectos jurídicos nas operações de garantia da lei e da ordem</p>
XIII.História Militar	<p>1. As operações de resistência nacional ocorridas na França e na Iugoslávia contra a ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para a estratégia da resistência no Brasil</p>
XIV.Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<p>1. A evolução da preparação operacional das tropas brasileiras de Força de Paz de Moçambique ao Haiti: uma constatação histórico – científica</p> <p>2. As estratégias do I Contingente Militar para o enfrentamento dos diversos estressores durante a Missão das nações Unidas para a estabilização do Haiti</p> <p>3. O fluxo logístico para os contingentes de tropas brasileiras empregados em operações de paz.</p> <p>4. O centro combinado de operações de paz.</p> <p>5. A adequação da estrutura do Hospital de Campanha do Exército Brasileiro às missões de paz da Organização das Nações Unidas.</p> <p>6. O emprego de frações blindadas em operações de paz.</p>
XV.Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<p>1. Motivação dos recursos humanos: a influência exercida pelo comandante da organização militar</p> <p>2. Estudo sobre a capacitação operacional dos escalões táticos do serviço de saúde do Exército Brasileiro, com ênfase na análise do serviço de saúde da Brigada de Infantaria Paraquedista.</p> <p>3. A capacitação dos oficiais superiores médicos da Força Terrestre Brasileira e seus reflexos para a excelência do atendimento gerencial nos hospitais gerais do Exército Brasileiro.</p>
XVI.Geopolítica e Relações Internacionais	<p>1. O conflito colombiano com os grupos ilegais armados da Colômbia (GIAC) e suas repercussões na fronteira com a Província do Carchi.</p> <p>2. Os tratados contra terrorismo internacional assinados com O.E.A e seus reflexos para a Guatemala</p>

XVII.Direito/Justiça Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. A confecção do Inquérito Policial Militar: uma proposta prática da confecção do IPM. 2. Assessoria jurídica no escalão OM de Exército Brasileiro: uma proposta 3. Emprego do Exército Brasileiro nas ações contra delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira terrestre: aspectos jurídicos
XVIII.Direitos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. O tratamento de prisioneiros de guerra à luz dos Tratados Internacionais: uma proposta para a Força Terrestre.

Ano 2008Total: **138 Monografias**

I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Processo decisório no nível estratégico: uma proposta para racionalizar e agilizar o processo no Exército Brasileiro 2. Reaparelhamento da Força Terrestre: uma proposta de racionalização e otimização no processo de obtenção e distribuição de materiais de emprego militar 3. Proposta de reorganização 4. A integração entre os planejamentos estratégico e administrativo do Exército 5. A gestão de projetos estratégicos no Exército Brasileiro um modelo de acompanhamento da terceirização de produtos e serviços suportados em Tecnologia da Informação 6. A gestão dos recursos orçamentários e financeiros nas Organizações Militares do Exército Brasileiro e o papel de seus principais atores. 7. Acordos de compensação - OFF SET - firmados pelas forças singulares 8. Importância da manutenção do Exército frente às atividades envolvendo produtos controlados 9. A brigada de infantaria mecanizada da operação de transposição de curso de água 10. A Companhia de Engenharia de Combate da Brigada de Cavalaria Mecanizada proporcionando apoio à proteção nas operações ofensivas 11. A logística combinada: Situação atual, principais óbices para sua operacionalização e propostas de aprimoramento 12. Planejamento estratégico de organizações militares: proposta de um modelo 13. Nova família de blindados de rodas: vetor de desenvolvimento para a política de defesa Nacional 14. A aplicação da manutenção centrada em confiabilidade na manutenção de material classe V : Armamento do Exército Brasileiro
---	--

	<p>15. A logística militar terrestre às tropas blindadas</p> <p>16. Otimização da gestão da manutenção no ciclo de vida dos materiais de emprego militar no Exército Brasileiro.</p> <p>17. O emprego do sistema manobra da Brigada de Cavalaria Mecanizada no ataque a localidade</p> <p>18. O Centro de Instrução de Montanhismo.</p> <p>19. Importância do conhecimento de administração pública para o exército da função de ordenador de despesas nas unidades de corpo de tropa do Exército</p> <p>20. A análise de risco nas OM operacionais do Exército Brasileiro e suas contribuições para a Segurança Orgânica</p> <p>21. O emprego da aviação do Exército nas operações urbanas: um estudo sobre as medidas de coordenação e controle do espaço aéreo</p> <p>22. A comunicação como um dos quatro principais fatores da estrutura dinâmica da liderança</p> <p>23. As medidas de contra- reconhecimento no contexto de uma defesa em posição conduzida por uma Divisão de Exército</p> <p>24. A estrutura do comando e controle da Artilharia Antiaérea na zona de combate: uma proposta de otimização</p> <p>25. A segurança de voo em combate na aviação do Exército Brasileiro</p> <p>26. Brigada de infantaria mecanizada no combate urbano: um estudo nas operações ofensivas</p> <p>27. A simulação de combate e sua aplicabilidade ao desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre</p> <p>28. Deficiências do binômio Brigada de Infantaria Leve (AMV) - Atração do Exército para o emprego nas operações de grande profundidade: a necessidade de criação de uma grande Unidade Aeromecanizada para o Exército Brasileiro</p> <p>29. A atualização do processo de avaliação do adestramento do PPA CAV de cavalaria - R C MEC - uma proposta</p> <p>30. A influência do comportamento organizacional do Exército Brasileiro na disposição e capacidade dos quadros em executar tarefas.</p> <p>31. Brigada de Cavalaria Mecanizada: proposta de uma nova organização, preparo e emprego de acordo com a atual Doutrina de Emprego da Força Terrestre.</p> <p>32. A necessidade do emprego da artilharia antiaérea de média altura e sua adequação as operações da força terrestre no contexto da Doutrina Delta</p> <p>33. A adequação dos armamentos de artilharia de campanha nas brigadas e divisões do Exército Brasileiro</p> <p>34. O emprego da Aviação do Exército em Operações Noturnas</p> <p>35. O apoio de comunicações no escalão brigada em</p>
--	--

	<p>operações de ataque a áreas urbanas</p> <p>36. A atual estrutura de gerenciamento e execução de projetos complexos de material de emprego militar do Exército Brasileiro.</p> <p>37. A importância do emprego de meios de simulação de voo no incremento da operacionalidade das tripulações da aviação do Exército Brasileiro</p> <p>38. A função logística transporte no contexto do sistema de mobilização do Exército (SIMOBE).</p> <p>39. O programa de desenvolvimento de contra-inteligência das Organizações Militares do Exército Brasileiro em tempo de paz.</p> <p>40. A integração logística das Forças Singulares no nível estratégico, visando à racionalização de recursos financeiros</p> <p>41. A importância do contra-reconhecimento nos movimentos retrógrados</p> <p>42. Uma proposta de estratégia competitiva para a indústria de material de defesa do Brasil</p> <p>43. Análise da estrutura de apoio logístico à Brigada de Infantaria Paraquedista: adequabilidade às situações de paz e de guerra.</p> <p>44. O emprego do veículo aéreo não tripulado na defesa em posição das brigadas do Exército Brasileiro.</p> <p>45. Emprego de engenharia de sistemas para racionalização de recursos no projeto de sistemas de simulação distribuída</p> <p>46. Proposta de uma Infantaria Mecanizada pra o Exército Brasileiro</p> <p>47. O emprego das tecnologias de sensoriamento remoto no planejamento e condução das operações militares situação atual e perspectivas de futuro.</p> <p>48. Doutrina da logística da aviação do Exército dos Estados Unidos ensinamentos aplicáveis à logística da aviação do Exército Brasileiro</p> <p>49. A requisição e a mobilização nacional: aplicabilidade à luz do direito administrativo</p> <p>50. O emprego de aeronaves de asa fixa orgânicas na Aviação do Exército</p> <p>51. Otimização de fluxo logístico distribuição de suprimento das classes III e V (Mun) às operações militares</p> <p>52. A determinação do poder de combate necessário para realização de operações de ataque a áreas edificadas</p>
II. Operações Conjuntas	1. A função logística suprimento: propostas para a interoperabilidade entre as Forças Armadas nas operações combinadas
III. Liderança	
IV. Indústria de Defesa	1. Base Industrial de Defesa - BID: um modelo para atender às necessidades estratégicas da Força Terrestre

	<p>2. Pesquisa e desenvolvimento de material de defesa: Avaliar a participação do Estado Brasileiro, das Forças Armadas e da iniciativa privada, na pesquisa e desenvolvimento de material de defesa</p> <p>3. A nacionalização dos materiais de defesa: um estudo sob a ótica da globalização</p>
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. A Defesa e os desafios da gestão estratégica: oportunidades para transformação</p> <p>2. Análise de desempenho de um sistema militar de transmissão de imagens digitais utilizando enlaces rádio na faixa de hf</p> <p>3. A nova ordem mundial, os novos conflitos internacionais e o Brasil.</p> <p>4. A nova ordem mundial, os novos conflitos internacionais e o Brasil</p> <p>5. Terrorismo Internacional: consequências para as ações de comunicação social do EB</p> <p>6. Uma avaliação sobre o atual sistema de gestão ambiental do Exército Brasileiro</p> <p>7. O combate urbano moderno: características, peculiaridades e suas implicações para o Exército Brasileiro</p> <p>8. Combate urbano: o investimento de grandes unidades e grandes comandos nas cidades de médio e grande porte</p> <p>9. A tecnologia da informação no Exército Brasileiro: evolução, problemas e impactos nos dias atuais</p> <p>10. O sistema de ciência e tecnologia como fator de dissuasão nacional</p> <p>11. A aplicação do conceito de cooperação civil-militar (CIMIC) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Exército Brasileiro.</p> <p>12. As brigadas de infantaria do futuro.</p>
VI. Informática	<p>1. Sistema de comando e controle de brigada: análise dos sistemas de comunicações, eletrônica e informática.</p>
VII. Desenvolvimento Nacional	<p>1. A importância dos grandes núcleos urbanos Região Norte para o Desenvolvimento sustentável da Amazônia, e as suas consequências para a Defesa Nacional.</p> <p>2. Desenvolvimento Nacional utilizando tecnologias de emprego dual.</p>
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<p>1. As Estratégias de presença e dissuasão e a questão ambiental: Reflexos na faixa de fronteira da Amazônia legal.</p> <p>2. A doutrina de segurança nacional e a internacionalização da questão ambiental: Reflexos para a soberania nacional e para o Exército Brasileiro.</p> <p>3. Emprego do agregado de argila calcinada na Região Amazônica: Facilitador para as operações militares e para o desenvolvimento regional</p> <p>4. Emprego do agregado de argila calcinada na Região Amazônica: facilitador para as operações militares e para</p>

	<p>o desenvolvimento regional</p> <p>5. Gestão ambiental de obras hidroviárias no âmbito do CMA com emprego de ferramenta de informações geográficas</p> <p>6. A política externa brasileira de segurança e defesa da Amazônia (1964 - 2007) -: Um estudo comparativo</p> <p>7. A organização do tratado de cooperação Amazônica: suas implicações para a segurança e defesa da Amazônia brasileira</p> <p>8. Análise da oferta da rede logística do Exército Brasileiro para as ações subsidiárias na Amazônia</p> <p>9. A necessidade da vontade e da identidade nacionais para a adoção da estratégia da resistência na Região Amazônica: um estudo e propostas.</p> <p>10. A reestruturação do sistema de transportes no Comando Militar da Amazônia: o centro de operações de transportes</p>
IX. Exército e Sociedade	<p>1. Inserção dos assuntos de defesa na agenda das políticas públicas: Estratégias a serem desenvolvidas pelo Exército Brasileiro.</p> <p>2. Regime Militar Brasileiro: reflexos para Força Terrestre pós 1985</p> <p>3. Apoio logístico às operações de assuntos civis.</p> <p>4. A atuação política das Forças Armadas Brasileiras no contexto da nova ordem internacional pós-guerra-Fria e no âmbito da condução da política nacional pós-1985</p>
X. Ensino Militar	<p>1. O desenvolvimento da liderança militar na formação do oficial de carreira combatente do Exército Brasileiro</p> <p>2. Propostas de melhoria no processo de seleção para o Curso de Comando e Estado-Maior (CEM) no Exército</p> <p>3. O ensino de idiomas estrangeiros na Academia Militar das Agulhas Negras e seus reflexos nas operações de manutenção de paz.</p> <p>4. O sistema do Colégio Militar do Brasil: finalidades versus necessidades sociais do público-alvo.</p> <p>5. O ensino a distância como instrumento da educação corporativa: uma oportunidade de melhoria da força</p> <p>6. Liderança: o corpo docente no processo inicial da formação do líder da Força Terrestre no AMAN.</p> <p>7. A sistemática do ensino da liderança militar ao longo da carreira do oficial do Exército Brasileiro</p> <p>8. A pós-graduação em engenharia de defesa no contexto do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro</p> <p>9. A operacionalização dos atributos da área afetiva no sistema Colégio Militar no Brasil: uma proposta de otimização deste processo</p> <p>10. O sistema de ensino no EB e a formação da liderança militar na EsSa.</p> <p>11. Uma visão sobre o processo de seleção para a ECEME</p>
XI. Serviço	<p>1. O exército profissional e o serviço de conscrito: os</p>

militar obrigatório	<p>problemas de contencioso de pessoal e seus reflexos para a formação do soldado</p> <p>2. A educação ambiental na formação do soldado do Exército Brasileiro: reflexos para a Força Terrestre</p> <p>3. A Educação Ambiental na formação do soldado brasileiro no Comando Militar da Amazônia</p> <p>4. O novo modelo do Serviço Militar no Exército do Chile como fator de integração nacional</p>
XII. GLO	<p>1. A importância do combate em ambiente urbano nos conflitos modernos e seu emprego no Exército Brasileiro</p> <p>2. O emprego da Polícia do Exército no combate urbano: um estudo</p> <p>3. O emprego das organizações militares de Polícia do Exército das operações de garantia da lei e da ordem</p> <p>4. O combate urbano: como organizar as unidades de combate da Bda Bld, para o investimento a uma localidade, baseado no estudo das campanhas em Beirute (1982), Grozny</p> <p>5. Força Terrestre e sua adaptação de missões típicas de segurança pública no Brasil.</p> <p>6. Aspectos jurídicos do emprego do Exército nas operações de garantia de Lei e da Ordem</p> <p>7. Emprego do Exército Brasileiro em operações militares realizados na faixa de fronteira no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais: a interpretação e os efeitos do inciso IV, art. 17 A da lei complementar n.97, de 02 de setembro de 2004</p>
XIII. História Militar	<p>1. A participação política dos ministros de Exército de 1964 a 1985</p> <p>2. Fortalezas Militares: Contribuição para a manutenção das terras coloniais portuguesas na América</p> <p>3. Os militares do Exército e a História Republicana no Brasil no período de 1955 a 1978: Contribuições para a consolidação ao Estado Democrático de Direito.</p> <p>4. O ambiente político-econômico e social brasileiro (1961-1966): análise das causas que levaram à Revolução Democrática.</p> <p>5. A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas consequências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965.</p> <p>6. A influência da atuação política das lideranças do exército, de 1930 a 1945 no cumprimento das missões constitucionais da força</p> <p>7. A influência dos ideais do Movimento Tenentista no Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964</p> <p>8. Exército Brasileiro: sua atuação na transição e na consolidação da Nova República.</p> <p>9. A importância das ações de comandos no contexto da Segunda Guerra Mundial.</p>
XIV. Missões no	<p>1. O emprego da simulação no adestramento das Forças</p>

Exterior (Força de Paz e observadores)	<p>de Paz do Exército</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Participação brasileira nas operações de desminagem humanitária : Ensinamentos para a Força Terrestre. 3. A cooperação e coordenação civil-militar (C³M) - um enfoque para os assuntos civis: O caso Haiti 4. O emprego da artilharia de campanha em operações de não guerra no âmbito externo 5. O Brasil em operações de paz: reflexões a partir de Missão no Timor Leste. 6. Medidas para otimização do controle patrimonial nas Organizações Militares em Missão no Exterior (OMME) - uma proposta 7. Missão Militar Paraguaia em operações de manutenção da paz 8. O emprego de pequenas frações de helicópteros em operações de manutenção da paz
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistema de avaliação de pessoal: propostas para aperfeiçoamento da valorização do mérito 2. Fluxo de carreira das Praças: Uma proposta. 3. Fatores motivacionais no sistema de avaliação de pessoal do Exército. 4. Os fatores motivacionais no sistema de avaliação do pessoal do Exército. 5. A valorização do mérito para os militares que servem em OM de selva. 6. O sistema de avaliação dos militares do Exército Brasileiro - Reflexos para a liderança 7. Perspectivas da carreira militar -: Fatores motivacionais 8. Os efeitos do condicionamento físico aeróbico no desempenho psicomotor em militares submetidos ao estresse em operações continuadas 9. Fatores relacionados ao suicídio no Exército Brasileiro: medidas preventivas 10. Diagnóstico atual e estratégias para retenção de recursos humanos talentosos do sistema de ciência e tecnologia do Exército Brasileiro. 11. A importância do relacionamento interpessoal na gestão de recursos humanos do Exército Brasileiro
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Áreas de fricção na América do Sul no século XXI 2. Dissuasão nuclear diante da postura defensiva do Brasil e suas consequências para o posicionamento do país na Comunidade Internacional
XVII. Direito/Jurística Militar	<ol style="list-style-type: none"> 1. A caracterização do crime militar e suas consequências para o comando, chefia ou direção de uma organização militar do Exército Brasileiro.
XVIII. Direitos Humanos	

Ano 2010

Total: 136 Monografias

<p>I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Terceirização do serviço de provisão em organização militar paraquedista: viabilidade ou não em tempo de paz 2. A utilização de indicadores de desempenho nas operações ofensivas e defensivas. 3. O emprego de sistemas de monitoramento de viaturas pelos batalhões de suprimento e pelo Estabelecimento Central de Transportes no transporte rodoviário de cargas. 4. O poder relativo de combate: a ênfase na análise do fator visibilidade no emprego da tropa paraquedista. 5. Serviço de Aproveitamento no Exército Brasileiro: estudo da viabilidade de sua terceirização na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 6. Logística reversa: estudo e propostas para sua implementação no Exército Brasileiro 7. O sistema de apoio à decisão para o Exército Brasileiro: uma proposta 8. O Centro de Instrução de Engenharia de Construção: Propostas para seu aperfeiçoamento. 9. A guerra centrada em Rede como instrumento de obtenção de superioridade da informação e aumento do poder de combate 10. Implantação dos modernos recursos da tecnologia da informação na logística militar aplicados à atividade logística de suprimento classe V (munições) 11. A evolução da 16 Base Logística de Selva. 12. A superioridade aérea como fator de desequilíbrio do poder relativo de combate entre forças terrestres oponentes 13. A aplicação do método push na distribuição de suprimentos Classe V no Teatro de Operações (TO). 14. Construção de cartas topográficas pelo Exército Brasileiro: análise sob a ótica da gestão por processo 15. A utilização da Tecnologia da Informação no Sistema de Obras Militares 16. Parque Tecnológico do Exército Brasileiro: uma ferramenta de inovação tecnológica baseada no sistema francês de C&T militar 17. Sistematização do Processo de Acompanhamento das Operações de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro 18. Elaboração e acompanhamento de projetos no EB: sugestão de metodologia para apoio a decisões estratégicas para o desenvolvimento de MEM 19. Otimização de contratos de transferência de tecnologia: uma proposta para o Projeto SISFRON 20. Montagem de uma rede de respondentes em processos
--	---

de prospecção tecnológica: proposta de modelo

21. Governança de Tecnologia da informação: avaliação do alinhamento estratégico das ações de TI no Exército Brasileiro

22. Otimização do gerenciamento da manutenção em Unidades Fabris

23. A utilização dos Sistemas de Tecnologia da Informação no Sistema de Defesa Química, Biológica e Nuclear no âmbito do Exército Brasileiro e sua Integração com o Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre

24. Alternativas Tecnológicas para o Fornecimento de Energia Elétrica aos Pelotões de Fronteira do Exército Brasileiro

25. Desenvolvimento de Tecnologia e Materiais de Emprego Militar de Emprego Dual para o Exército Brasileiro

26. O Exame de situação e o estudo de situação do Comandante tático: uma verificação de compatibilidade

27. A aplicabilidade do Just in Time na obtenção e distribuição dos materiais de emprego militar

28. Gestão Cultural no Exército Brasileiro: uma proposta para a modernização da gestão do patrimônio cultural do Exército.

29. Condicionantes tecnológicas do sensoriamento para a doutrina da Brigada de Cavalaria Mecanizada.

30. O emprego da ferramenta de cenários prospectivos no Exército Brasileiro: uma proposta de aperfeiçoamento do planejamento estratégico da Força Terrestre

31. A instrução da CTTEP nas unidades de Cavalaria Blindadas: uma proposta de atualização e modernização.

32. Confiabilidade e novas tecnologias: a função de densidade de probabilidade de Weibull aplicada ao gerenciamento de manutenção de viaturas da Força Terrestre

33. As Forças Blindadas do Exército Brasileiro - Atualização, modificação e modernização: uma proposta

34. Proposta para atualização das técnicas verticais utilizadas no montanhismo militar do Exército Brasileiro

35. Possível evolução das bases logísticas de selva: vocação para Batalhão Logístico ou para Base Logística avançada da 12ª RM? Análise

36. O regime de apropriabilidade intelectual do projeto da nova família de blindados de rodas brasileiras

37. O planejamento estratégico no Exército Brasileiro: o modelo de planejamento estratégico utilizado pelas empresas brasileiras e estrangeiras- propostas para os comandantes de unidades do EB

38. O emprego do programa C2 em combate como ferramenta de apoio aos oficiais de estado-maior em exercícios de simulação de combate

	<p>39. O programa padrão (PP) para a capacitação técnica e tática do efetivo profissional (CTTEP) nos grupos de Artilharia da Campanha (GAC).</p> <p>40. Tipos de sensores imageadores e suas resoluções para a detecção, reconhecimento e identificação de objetivos militares</p> <p>41. Condicionantes tecnológicos para o apoio logístico: o emprego de operadores logísticos civis para aumentar a flexibilidade e a elasticidade da logística militar</p>
II. Operações Conjuntas	<p>1. Defesa de Hidrovias interiores no Teatro de Operações Amazônico: uma concepção de emprego conjunto de Forças Singulares</p>
III. Liderança	<p>1. Os efeitos da liderança na motivação do ambiente de trabalho de uma organização militar operacional</p> <p>2. Lideranças Militares no Século XX: contribuições para a Projeção e Coesão do Brasil e da Força Terrestre</p> <p>3. Estratégias que potencializem a disposição para liderar no sargento aperfeiçoado do Exército Brasileiro</p> <p>4. A teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard: uma proposta para inclusão nas IP 20-10</p> <p>5. Liderança estratégica: sua importância para o Exército Brasileiro</p> <p>6. A Liderança Militar e o desempenho da OM</p> <p>7. Inteligência competitiva e inovação nas organizações militares do Exército Brasileiro</p> <p>8. Mudanças na cultura organizacional do Exército Brasileiro que influenciaram o exercício da liderança militar a partir de 1988</p> <p>9. Liderança Militar no século XXI: perfil do líder para o comando das unidades de Engenharia de Construção</p> <p>10. A liderança estratégica aplicada ao ambiente operacional amazônico</p> <p>11. Um estudo da liderança militar como resultado de atributos desenvolvidos na formação do oficial de carreira no século XXI</p>
IV. Indústria de Defesa	<p>1. Diretoria de inovação, fabricação e fomento industrial.</p> <p>2. A base industrial de defesa do Brasil como fator de dissuasão na América do Sul</p>
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<p>1. A reestruturação das unidades de engenharia, com vistas à mobilidade preconizada na Estratégia Nacional de Defesa.</p> <p>2. O Ministério da Defesa e o fortalecimento da expressão militar do Poder Nacional</p> <p>3. O Brasil e os conflitos bélicos na atual conjuntura mundial</p> <p>4. Uma abordagem do sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, tendo como referência a ISO 14.001</p> <p>5. Estratégia Nacional de Defesa: o serviço militar e as necessidades futuras do Exército.</p>

	<p>6. Estudos para adequação das Organizações Militares do Exército com as normas ambientais vigentes: uma proposta de gerenciamento dos resíduos de saúde nas organizações militares de saúde</p> <p>7. Sistema de gestão ambiental para organizações militares operacionais do Exército Brasileiro</p> <p>8. A ameaça do Terrorismo Contemporâneo para a América do Sul: Desafios para o Brasil</p> <p>9. Os Pelotões Especiais de Fronteira: instrumentos para a defesa da soberania nacional</p> <p>10. Os impactos da Estratégia Nacional de Defesa sobre a Liderança Estratégica no Exército</p> <p>11. Nova estratégia nacional de Defesa: a política de composição dos efetivos das forças armadas</p> <p>12. A atuação das FARC e sua influência na segurança nacional peruano na região de fronteira com a Colômbia</p> <p>13. Os gastos de Defesa na Republica do Equador a partir da criação do livro Branco de Defesa</p> <p>14. Guerra cibernética: cenário atual e perspectivas</p>
VI. Informática	
VII. Desenvolvimento Nacional	<p>1. A questão da bioenergia no Brasil: dicotomia entre a geração de energia versus a produção alimentar nos dias atuais</p>
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	<p>2. Os desafios do Exército Brasileiro na Amazônia Legal: A consolidação do Movimento Indígena e suas implicações para a Política de Defesa Nacional e/ou Estratégia Nacional de Defesa:</p> <p>3. Os riscos impostos pelas FARC para a Soberania Brasileira na Amazônia.</p> <p>4. A soberania brasileira na Amazônia: o mito da priorização do tema</p> <p>5. A estratégia da resistência no Brasil: a criação de um Comando de Defesa da Amazônia- um estudo e propostas</p> <p>6. Implementação do Programa C2 em Combate na Amazônia: reflexos doutrinários para o apoio da Arma de Comunicações às Brigadas de Infantaria de Selva.</p> <p>7. Reserva indígena raposa/Serra do Sol: implicações para a Política de Defesa Nacional</p> <p>8. Defesa das hidrovias interiores do Teatro de Operações Amazônico: uma concepção logística para o transporte de pessoal</p>
IX. Exército e Sociedade	<p>1. A Defesa Nacional e a sociedade brasileira: a Consciência do papel a ser desempenhado pela Nação nas questões relativas à Defesa</p> <p>2. A importância do desenvolvimento da liderança nos órgãos de Formação de Oficiais da Reserva como ferramenta de relacionamento Exército Brasileiro e sociedade civil</p> <p>3. O preparo e emprego dos militares do Exército</p>

	<p>Brasileiro em ações cívico-sociais</p> <p>4. As operações conjuntas do Exército do Brasil e EUA: uma análise comparativa das operações de assuntos civis</p>
X. Ensino Militar	<p>1. Desenvolvimento e prática da liderança militar nos 1º e 2º anos da Academia Militar das Agulhas Negras</p> <p>2. A criação da Escola de Engenharia: uma proposta viável para o Exército Brasileiro</p> <p>3. Programa de pós-graduação em Engenharia de Defesa: colaboração com a Estratégia Nacional de Defesa</p> <p>4. O desenvolvimento da liderança militar no centro de Preparação de Oficiais da Reserva: uma proposta</p> <p>5. Gestão do conhecimento na Escola de Comando e Estado Maior do Exército: instrumento para possibilitar mudanças na doutrina militar</p> <p>6. A Escola de Engenharia: proposta pedagógica de uma escola de vanguarda</p> <p>7. A utilização da supervisão escolar para o desenvolvimento do atributo liderança no início da formação do oficial combatente do Exército Brasileiro</p>
XI. Serviço militar obrigatório	<p>1. Serviço militar obrigatório: a efetividade nos trabalhos das comissões de seleção para melhorar a seleção de recursos humanos</p> <p>2. O Serviço Militar Obrigatório na Amazônia Ocidental em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa: uma proposta</p> <p>3. A necessidade de aperfeiçoamento da instrução militar sobre o meio ambiente para o soldado do exército Brasileiro</p>
XII. GLO	<p>1. O poder de polícia das Forças Armadas: uma análise</p>
XIII. História Militar	<p>1. Líderes Históricos no Exército Brasileiro a aplicação da Liderança dos Chefes do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial.</p> <p>2. O legado do modelo de propaganda e das ações do governo, do período de 1930 a 1945, na atual formação da mentalidade de Defesa Nacional</p> <p>3. Revolução democrática de 31 de março de 1964: um apelo aos líderes militares da época.</p> <p>4. A força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial:consequências para o Exército</p> <p>5. O processo de escolha do Marechal Castello Branco como presidente do Brasil</p> <p>6. A influência da Escola Superior de Guerra no Pensamento Militar Brasileiro: uma visão</p> <p>7. A constituição de 1988 e o cerimonial público: os reflexos para o cerimonial militar</p> <p>8. A história do Forte de Copacabana, seu papel histórico no século XX e sua importância cultural para a sociedade brasileira.</p> <p>9. O Exército no processo político brasileiro: período da segunda República (1930-1945).</p>

	<p>10. Generais Dutra e Góes Monteiro: o Exército Brasileiro na redemocratização Política Nacional (1945-1951)</p> <p>11. Os reflexos do Movimento Tenentista para o Exército Brasileiro na década de 30</p> <p>12. Articulação política do movimento de 31 de março de 1964</p>
<p>XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A ampliação da participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU): o caso Haiti 2. O Brasil no HAITI : missão de imposição ou manutenção da paz. 3. Imposição da Paz: a pacificação de Cité Soleil e sua contribuição para a projeção do poder nacional brasileiro. 4. A composição do módulo logístico de aviação para o apoio à aviação do exército em missões de paz: uma proposta 5. O treinamento militar das Forças Especiais Paraquedistas da Guatemala em missão da Paz na República Democrática do Congo 6. A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na coordenação civil-militar (CIMIC) 7. Experiência do Brasil nas Operações de Paz: principais reflexos da Minustah 8. A projeção da imagem do Exército Brasileiro no plano internacional: o papel do observador militar 9. As oportunidades para o desenvolvimento da capacidade de liderança em tempo de paz, que atendem as necessidades para o cumprimento de missões de reais, particularmente, na MINUSTAH 10. A coordenação e cooperação civil-militar (C³M) em um contingente brasileiro em Operações de Paz sob a égide da ONU
<p>XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão estratégica de pessoas: fator motivacional para a carreira militar. 2. A importância do relacionamento interpessoal do oficial de estado-maior na liderança organizacional das grandes unidades do Exército Brasileiro 3. O processo de escolha e designação dos comandantes militares: a necessidade de ratificação pelo senado federal 4. O papel da Engenharia Militar na formação de Recursos Humanos na Amazônia: reflexos no desenvolvimento regional e na Soberania Nacional 5. A vinculação DCT/IME na capacitação de Recursos Humanos na linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico 6. Aproveitamento de Recursos Humanos: a desmobilização de observadores militares por término de

	<p>missão de paz.</p> <p>7. A influência da conduta ética do líder militar no Moral e na Operacionalidade da Força Terrestre</p> <p>8. Gestão de competências nas forças armadas: qualificação versus desempenho</p> <p>9. Um estudo sobre a medição da motivação no contexto da valorização dos praças combatentes de carreira do Exército Brasileiro</p> <p>10. Capacitação técnica e tática do efetivo profissional: uma proposta para o preparo profissional dos quadros do Batalhão DOMPSA</p> <p>11. Uma análise crítica da evasão dos oficiais formados pelo Instituto Militar de Engenharia nos últimos 10 anos</p> <p>12. A carreira de sargento das qualificações militares de sargentos de comunicações do Exército Brasileiro: um diagnóstico e sugestões</p> <p>13. A futura 4ª Brigada de Infantaria Leve nas operações em montanha: uma abordagem sobre a preparação dos Recursos Humanos</p> <p>14. Regime próprio de pagamento de pensões dos militares do Exército Brasileiro: aspectos positivos, negativos e contribuições para a manutenção do atual sistema</p> <p>15. Capacitação técnica e tática do efetivo profissional: uma proposta para a instrução de lutas nas forças de ação rápida estratégica (FAR).</p>
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<p>1. O Protagonismo do Brasil na América do Sul: reflexos para a Força Terrestre</p> <p>2. O papel estratégico das armas nucleares: reflexos e alternativas para o Brasil</p> <p>3. Desafios à integração da América do Sul e à formação de uma identidade de segurança sul-americana</p> <p>4. O papel do Brasil na integração da América do Sul: análise da postura do Estado brasileiro perante o recém-criado Conselho de Defesa Sul-americano</p> <p>5. Os interesses brasileiros e o tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares</p> <p>6. O Brasil e o processo de integração da infraestrutura viária sul-americana-óbices para sua execução</p> <p>7. A base industrial de defesa do Brasil como fator de dissuasão na América do Sul</p>
XVII. Direito/Jurística Militar	
XVIII. Direitos Humanos	

Ano 2011

Total: 132 Monografias

<p>I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilização da tecnologia RFID na logística de material do Exército Brasileiro 2. O sistema tático de comunicações de brigada no contexto da Guerra centrada em redes 3. Módulo de combate: uma proposta de organização e emprego 4. Procedimentos de segurança no emprego das operações psicológicas: necessidades e alternativas 5. U e SU especializadas de Engenharia: regulamentação da atividade de mergulho: estudo e proposta 2011 6. Experimentações doutrinárias: um objetivo a ser alcançado na revisão processual e estrutural do Sistema de Doutrina Militar Terrestre 7. A integração logística das forças singulares no nível estratégico visando à racionalização do emprego de recursos: uma nova concepção da estrutura da logística militar no nível estratégico 8. Análise e gerenciamento de riscos aplicados à gestão da segurança da informação no Exército Brasileiro 9. O Ciclo PDCA: uma metodologia para o controle e acompanhamento de projetos nas Organizações Militares do Exército Brasileiro 10. Análise do modelo de gestão desportiva de alto rendimento adotado pelo Exército Brasileiro face aos 5º Jogos Mundiais Militares 11. Aviações dos Exércitos sul-americanos: análise comparativa e implicações para a defesa do Território Brasileiro 12. Auditoria interna como ferramenta de gestão para tomada de decisão na OMS 13. Rede própria ou rede credenciada: uma análise comparativa dos custos para o Exército 14. A gestão da logística militar na Força Armada Nacional da República Bolivariana da Venezuela 15. Atualização do serviço de saúde em campanha do Exército Brasileiro 16. A logística de saúde no comando conjunto das Forças Armadas Brasileiras 17. SIMATEX: análise do desempenho e proposta de aperfeiçoamentos 18. Gestão por processos em uma estrutura departamentalizada: a implantação de suporte logístico integrado na manutenção de material de Emprego militar do exército Brasileiro 19. A terceirização nos serviços de manutenção no âmbito do departamento de Engenharia e construção 20. Gestão da logística empresarial aplicada à mobilização de material no Exército Brasileiro 21. Aplicação do sistema de registro de preços nas licitações e contratos para aquisição de medicamentos
--	--

	<p>22. Padronização de viaturas administrativas por região militar: facilidades logísticas advindas</p> <p>23. Uma análise cognitiva, afetiva e econômica dos exercícios táticos com apoio de sistema de simulação de combate (ETASS) no adestramento de Estado-Maior de grande unidade</p> <p>24. Uma avaliação sobre a adequação dos campos de instrução às normas ambientais vigentes de acordo com o sistema de Gestão Ambiental do Exército</p> <p>25. A família de blindados brasileira face às novas tecnologias</p> <p>26. A pertinência da implantação da metodologia seis sigma no Exército Brasileiro.</p> <p>27. A liderança estratégica do Exército</p> <p>28. Comparação entre logística militar terrestre e a logística empresarial: uma ferramenta necessária para a melhoria da gestão do suprimento Classe I.</p> <p>29. Planejamento estratégico das Forças Armadas baseado em capacidades: reflexos para o Exército Brasileiro</p> <p>30. A aplicação de sistemas de monitoramento remoto em embarcações no âmbito do Exército Brasileiro.</p> <p>31. Offset como mecanismo de compensação comercial nas grandes aquisições do Exército Brasileiro relacionadas à Estratégia Nacional de Defesa: uma análise</p> <p>32. O desenvolvimento sustentável nos Pelotões Especiais de Fronteira</p> <p>33. Emprego efetivo do sistema de registro de preços (SRP) no Exército Brasileiro, para redução dos custos logísticos no processo de compras e estocagem de material.</p> <p>34. As operações de Defesa em posição na Doutrina Delta: sua validade no combate moderno sob a ótica do sistema mobilidade, contra-mobilidade e proteção (MCP).</p> <p>35. Operações baseadas em efeitos (OBE): reflexos para a doutrina militar terrestre.</p> <p>36. O emprego do Sistema de Simulação Construtivo como ferramenta de apoio à decisão: uma proposta ao Exército Brasileiro</p>
<p>II. Operações Conjuntas</p>	<p>1. O comando conjunto do Teatro de Operações (TO): reflexos para a Força Terrestre</p> <p>2. As operações psicológicas no comando conjunto</p> <p>3. A estruturação de uma Organização Militar de assuntos civis capaz de apoiar um comando conjunto: uma proposta</p> <p>4. O processo de planejamento conjunto do Exército Brasileiro em sede dos princípios do Direito Internacional de conflitos armados</p>
<p>III. Liderança</p>	<p>1. A importância da liderança militar nas operações descentralizadas: um estudo sobre a sua influência no cumprimento da intenção do comandante</p>

	<ol style="list-style-type: none"> 2. A influência da cultura organizacional do exército Brasileiro no exercício da liderança do comandante de OM valor Unidade 3. O papel da liderança militar na logística de suprimento 4. Níveis de liderança: uma proposta 5. As contribuições da liderança para o exercício do comando de uma Organização Militar em tempos de paz 6. O papel da Liderança Militar do chefe do estado-maior na condução dos Estados-maiores no Exército Brasileiro
<p>IV. Indústria de Defesa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilização industrial cívico-militar: a dualidade para a produção de materiais de emprego militar e a inserção do Exército Brasileiro neste contexto 2. A gestão da logística empresarial aplicada à mobilização: contribuições de parceria estratégica para a indústria nacional de produto de defesa 3. Propostas de medidas de incentivo à produção de material de emprego militar pela Indústria nacional de Defesa
<p>V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 4. Operação de Crédito Externo - Instrumento de captação de recursos para implementação de projetos da Estratégia Nacional de Defesa: uma proposta 5. Posicionamentos estratégicos do Brasil e a Defesa Nacional: O Brasil como membro permanente no Conselho de segurança da ONU: uma reflexão 6. Considerações sobre as novas tecnologias da área de saúde no Exército, com ênfase na Telemedicina 7. Documento Branco de Defesa do Paraguai: análise descritiva 8. O Livro Branco da Estratégia da Defesa Nacional dos Estados Unidos: uma parte de um processo complexo de fazer Segurança Nacional 9. O terrorismo no mundo atual e seus reflexos para o Brasil diante do desafio de sediar grandes eventos internacionais 10. Aumento dos gastos em Defesa pela Colômbia e seus reflexos para a Estratégia Nacional de Defesa no Brasil 11. O conflito de 4ª geração e a evolução da Guerra Irregular: reflexos para a doutrina do Exército Brasileiro 12. Dez anos de criação do Ministério da Defesa: principais dificuldades e avanços para a defesa nacional 13. Os reflexos, para o Exército Brasileiro, da participação do Brasil na Organização para Proibição de Armas Químicas: (OPAQ). 14. O terrorismo contemporâneo e seus reflexos para o estado brasileiro 15. Sistemas operacionais de combate: o desafio da articulação e integração da comunicação no teatro de operações contemporâneo

	16.O Estado no combate ao terrorismo: estudo dos casos brasileiro e dos EUA
VI. Informática	2. O uso de ferramentas da web 2.0 para o marketing institucional do Exército Brasileiro
VII. Desenvolvimento Nacional	1. A questão quilombola: origens, atualidade e suas implicações para a Defesa na Conjuntura Nacional (questões de terra) 2. A inserção dos assuntos de defesa na agenda das políticas públicas
VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)	1. Demarcações de terras indígenas: implicações para a Defesa Nacional 2. A estratégia nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira 3. Uma reflexão sobre a importância, no levantamento estratégico de área, de informações de saúde, em operações militares na Região Amazônica 4. Uma proposta de emprego da guerra eletrônica em apoio à estratégia da resistência, dentro da perspectiva de Defesa da Amazônia 5. Perspectivas estratégicas para a defesa da Amazônia à luz da Estratégia Nacional de Defesa: prováveis contribuições no campo militar do poder nacional 6. Perspectiva para defesa da Amazônia: estratégia militar ou estratégia de desenvolvimento 7. Paradigma Tecnológico para o emprego das comunicações da navegação fluvial militar da Amazônia
IX. Exército e Sociedade	1. Livro Branco de Defesa da República do Equador: reflexos para a defesa e a sociedade 2. Livro Branco de Defesa da República da Guatemala: reflexos para a defesa e a sociedade 3. Influência institucional do Exército no campo político por meio da comunicação estratégica 4. A utilização do marketing como ferramenta para o desenvolvimento da imagem do exército por intermédio da gestão da marca Exército Brasileiro 5. Público-alvo prioritário para o fortalecimento da imagem institucional do Exército Brasileiro.
X. Ensino Militar	1. O currículo da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército: visão histórica e prospectiva 2. O projeto liderança da Academia Militar das Agulhas Negras: reflexos na formação dos oficiais combatentes do Exército Brasileiro. 3. Contribuições da teoria do campo social para o processo de formação do Oficial Temporário de Cavalaria do EB 4. A formação de líderes no EB: uma análise das principais ferramentas utilizadas no desenvolvimento da liderança militar na escola de sargentos das armas. 5. Estudos de adequação do sistema Colégio Militar do Brasil às normas ambientais vigentes do Ministério da

	Educação
XI. Serviço militar obrigatório	1. O processo de transformação do Exército Brasileiro: (palavras chaves: Serviço militar obrigatório, História Militar)
XII. GLO	1. Forças armadas e Segurança Nacional: estudo da resolução de crises internas pelo Exército da Nigéria 2. A aplicação de estratégias de contrainsurgência para combater as Organizações de Tráfico Ilícito de drogas no Rio de Janeiro 3. O gerenciamento de crises nas operações de garantia da Lei da ordem
XIII. História Militar	1. A participação dos militares brasileiros na política nacional após a 2ª Guerra Mundial: Influências dessa participação no movimento cívico-militar de 31 de Março de 1964, destacando a atuação do Marechal Castello Branco. 2. Antônio Dias Cardoso: o líder militar esquecido 3. O PAPEL dos principais líderes do Movimento Tenentista no governo de Getúlio Vargas: (1930 a 1937). 4. A importância das construções de sítios históricos, e de centros culturais e museus do Exército, para a preservação da memória e difusão da História Militar do Brasil 5. História das Forças de Defesa da Guiana 6. Guerra Tríplice Aliança: a contribuição do Exército Brasileiro para a projeção do Brasil no continente Sul-Americano no Pós-Guerra (1870-1900). 7. Marechal Osório 8. Campanha de Canudos (1896-1897): contribuições para o Exército Brasileiro 9. Movimento de 1964: um estudo sobre as intenções da esquerda revolucionária no Brasil 10. A importância do Marechal Hermes da Fonseca no processo político e militar brasileiro durante a Primeira República 11. O papel do General Góes Monteiro na profissionalização do Oficial do Exército Brasileiro 12. A cooperação civil-militar na 2ª Guerra do Golfo: ensinamentos para o Exército Brasileiro 13. Os ensinamentos da liderança durante os governos militares no Brasil, aplicados no desenvolvimento das tarefas dos oficiais do Exército Brasileiro 14. Apoio logístico de suprimento às forças paulistas na revolução Constitucionalista de 1932 15. O combate do Estado Brasileiro à Guerrilha do Araguaia: reflexos na estrutura organizacional do Exército para o Teatro de Operações Amazônico 16. A influência do Tenentismo no declínio da oligarquia brasileira (1922-1930)
XIV. Missões no	1. O Stand-by arrangements system: proposta de criação

Exterior (Força de Paz e observadores)	<p>de uma brigada brasileira de pronta atuação em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Operações de paz; definição de novos métodos e exigências para os estudos geográficos 3. A inteligência de imagens em apoio às Operações de Paz 4. Uso da força pelas tropas do Exército Brasileiro durante a missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), a partir do 7º contingente 5. O exercício da liderança no comando dos batalhões de força de paz no Haiti, contribuindo para a projeção do Brasil no cenário internacional 6. O trato dos assuntos civis pelo contingente brasileiro da missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti e seus reflexos no Exército Brasileiro 7. O desgaste físico do militar brasileiro em operações de combate urbano nas operações de Combate Urbano nas operações de Manutenção de Paz- Estudo de Caso- Haiti 2010: reflexos para as operações convencionais 8. Cenário político, social e econômico para a desmobilização do componente militar da MINUSTAH: uma proposta
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Simulação de combate construtiva: a especialização de recursos humanos e a criação do Centro de Simulação do Exército 2. Capacitação do Oficial Médico para exercer funções administrativas em Organizações Militares de Saúde 3. Previdência dos militares: situação atual e perspectivas para o futuro 4. A liderança militar organizacional: influência para redução da evasão de oficiais do quadro de Engenheiros Militares 5. Programa de preparação para a reserva
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reflexos da aproximação brasileira com o BRIC nas atividades desenvolvidas pelo EB no campo das relações intencionais, durante o período de 2003 a 2010 2. A contribuição do Governo de Luís de Albuquerque para a formação da Fronteira Oeste Brasileira 3. O Mercosul e o Sistema de Defesa Sub-regional 4. Análise do conflito Israelo-Palestino (1993-2011): as ações estratégicas e o processo de paz 5. Conselho de Defesa Sul-Americano: novos arranjos em segurança e defesa na América do Sul 6. Liderança do Brasil na América do Sul: aspectos favoráveis e óbices 7. A demarcação da fronteira seca com o Paraguai e sua influencia sobre Itaipu 8. Conselho de Defesa Sul-Americano: repercussões para o Brasil 9. A UNASUL como instrumento de projeção militar do

	<p>Brasil na América do Sul</p> <p>10.O aumento de gastos em defesa do Chile: reflexos na indústria de defesa brasileira</p> <p>11.Protagonismo regional do Brasil: aspectos favoráveis e óbices</p> <p>12.O conselho de defesa Sul-Americano como alavanca para a reconstrução da indústria de defesa no Brasil</p> <p>13.A instabilidade entre a Colômbia e a Venezuela: reflexos para o Exército Brasileiro.</p> <p>14.O significado da criação do Conselho de defesa Sul-Americano, para o Brasil, no contexto da integração da América do Sul</p> <p>15.A influência do Bolivarianismo na América do Sul: possíveis reflexos para o Brasil no campo militar do poder nacional</p>
XVII. Direito/Jurídica Militar	
XVIII. Direitos Humanos	<p>1. Um estudo sobre o emprego da Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro em face dos tratados de Direito Internacional dos Conflitos Armados ratificados pelo Brasil</p> <p>2. Direito Internacional Humanitário: efetividade contemporânea e nos conflitos Armados de 4ª geração</p>

Ano 2012

Total: 136 Monografias

<p>I. Operações de combate (assuntos bélicos, táticos, inteligência, doutrina, adestramento, administração e logística)</p>	<p>1. O comando e controle e o apoio de guerra eletrônica da aviação do Exército nas missões de combate nas operações aeromóveis: análise da situação atual e das deficiências</p> <p>2. O impacto do avanço tecnológico na cobertura estratégica do Exército Peruano.</p> <p>3. O uso de sensores de vigilância terrestre como forma de aumentar a consciência situacional do EB</p> <p>4. Análise crítica de transferência de tecnologia oriunda da compensação financeira (OffSet) dos contratos internacionais de aquisição de aeronaves do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, após 1990</p> <p>5. A viabilidade econômico-financeira de projetos de defesa no âmbito do Exército Brasileiro</p> <p>6. Estudo para atualização do processo de avaliação de materiais de emprego militar</p> <p>7. Implicações da Convenção para a Proibição de Armas Químicas (CPAQ) sobre o Sistema de Defesa Química, Biológica e Nuclear no âmbito do Exército (SDQBNE).</p> <p>8. Utilização da gestão de processos integrados na obtenção de materiais de emprego militar: um estudo de caso do projeto de pesquisa e desenvolvimento do</p>
--	---

REMAX.

9. Convenção sobre certas armas convencionais: perspectivas em relação ao protocolo VI.
10. O controle interno das unidades gestoras do Exército Brasileiro: evolução e propostas de melhorias para o processo de registro de gestão.
11. O apoio logístico necessário às operações da Aviação do Exército em combate
12. O reposicionamento do sistema de controle interno do comando do exército e sua contribuição para aprimorar a transparência da gestão fiscal da instituição
13. A aplicabilidade da estratégia da dissuasão pelo Brasil contra uma ameaça extrarregional
14. O emprego da artilharia de campanha nas operações regulares em áreas edificadas.
15. A adoção de um sistema de medição de desempenho no planejamento estratégico do exército brasileiro: uma análise
16. A gestão do suprimento de manutenção do sistema mobilidade, contramobilidade e proteção
17. O emprego da artilharia divisionária (AD) na defesa do litoral/costa
18. A embarcação tática de emprego da artilharia de selva
19. As vantagens e desvantagens da implantação da base administrativa, no processo de aquisição de materiais, nas Brigadas de Infantaria
20. O sistema de controle e alerta do GAAAE
21. A brigada blindada como força de choque em uma defesa móvel: medidas de coordenação e controle com vistas a se evitar o fratricídio
22. A Brigada de Infantaria em Operações Ofensivas de Combate Urbano: Análise do Sistema Operacional manobra
23. A importância do Marketing Institucional no sistema de Comunicação Social do Exército Brasileiro: reflexos para a consecução dos objetivos estratégicos da força.
24. O emprego da companhia de defesa química, biológica e nuclear em ações de cooperação e subsidiárias como vetor de fortalecimento da imagem da força terrestre na sociedade brasileira: possibilidades e limitações.
25. Transformação da Arma de Engenharia
26. O gerenciamento de risco e as atividades logísticas do Exército Brasileiro
27. A modernização das Forças Blindadas do Exército Brasileiro e seus reflexos para o Brasil
28. Os reflexos da estrutura de comando conjunto para o sistema operacional Defesa Antiaérea
29. Modernização do Grupo de Artilharia Antiaérea

	<p>orgânico da Divisão de Exército em apoio às ações da Força Terrestre Componente na zona de combate: missão, dosagem e formas de atuação</p> <p>30. Instrução e adestramento das grandes unidades militares operacionais em consonância com a legislação ambiental</p> <p>31. A aplicação do gerenciamento de projetos no sistema de obras de cooperação: possibilidades e consequências</p> <p>32. Uso de sistemas da informação para gerenciamento da logística de manutenção</p> <p>33. A estrutura da base logística conjunta em apoio às operações</p> <p>34. O pregão eletrônico como um eficaz instrumento para a otimização do emprego de recursos pela Administração Pública: uma análise.</p> <p>35. A Guerra Cibernética (G Ciber) e as operações de informação no nível operacional.</p> <p>36. Os fatores críticos de sucesso na gestão do processo de gerenciamento de custos do Exército Brasileiro e suas contribuições para a administração pública</p> <p>37. A implementação de zonas de processamento de exportação de produtos de defesa: vantagens</p> <p>38. A atuação da liderança estratégica do Exército Brasileiro na segurança e defesa do espaço cibernético nacional.</p> <p>39. A ativação, desde o tempo de paz, do Grupamento Logístico do Exército de Campanha para o apoio à Força Terrestre Componente do Teatro de Operações.</p> <p>40. Meios blindados das Brigadas: estudo e adequabilidade do apoio de fogo de artilharia na Brigada de Cavalaria Mecanizada, quanto à mobilidade.</p> <p>41. O emprego das operações psicológicas como ferramenta de apoio à liderança organizacional do Exército Brasileiro</p> <p>42. A liderança organizacional no Exército Brasileiro e sua aplicabilidade na administração pública</p>
<p>II. Operações Conjuntas</p>	<p>1. As capacidades do sistema telemática do Exército (SisTEEx) para defender-se de ataques cibernéticos em operações militares conjuntas</p> <p>2. A necessidade de integração do sistema operacional defesa antiaérea das forças singulares por meio da unificação do plano de defesa antiaérea em operações conjuntas</p> <p>3. O Comando Conjunto do Teatro de Operações: concepção da estruturação e do emprego da Força Conjunta de Operações Especiais</p>
<p>III. Liderança</p>	<p>1. A liderança do oficial do quadro de Estado-Maior das grandes unidades do Exército Brasileiro</p> <p>2. O estágio de desenvolvimento da liderança militar no Exército Brasileiro, frente aos conflitos armados</p>

	modernos.
IV. Indústria de Defesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. A gestão, pelo Exército Brasileiro, da obtenção dos materiais de emprego militar como oportunidade de fomento à Base Industrial de Defesa: Estudo de caso: a aquisição, pela EMBRAER, da ORBISAT, fabricante do radar SABER M60 2. O desenvolvimento de uma moderna família de blindados brasileira: reflexos para o Brasil no campo político
V. Novas demandas das FFAA e Políticas de Defesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento do Livro Branco de Defesa na República Oriental de Uruguai 2. O setor cibernético nos Estado Unidos da América: ensinamentos para o Exército Brasileiro 3. Os principais mecanismos de não proliferação de armas nucleares e seu impacto no âmbito do Ministério da Defesa. 4. Aspectos construtivos de obras militares com vistas à preservação ambiental. 5. Enfrentando a complexidade de baixas civis em conflitos de contra insurgência 6. Livro Branco Argentino: capitalização da experiência passada e a integração cívico-militar como ferramenta de legitimidade social 7. Perspectivas para o Exército Brasileiro face às novas preocupações de defesa para o Brasil no século XXI: terrorismo, narcotráfico e segurança pública. 8. O módulo brigada de infantaria de selva no contexto da Estratégia Nacional de Defesa. 9. O sistema de catalogação no Exército Brasileiro e a sua contribuição para a área da defesa nacional. 10. Estudo crítico da doutrina de comando e controle do Exército Brasileiro face às demandas do início do século XXI 11. As características do campo de batalha do século XXI e suas consequências para o Exército Brasileiro 12. O emprego das operações de defesa em posição para a Doutrina "D": sua validade no combate moderno. 13. As necessidades orçamentárias do Exército Brasileiro para a consecução da estratégia Braço Forte (período de 2012 a 2015). 14. A Estratégia Nacional de Defesa e os seus principais reflexos para a adequação do Exército Brasileiro às necessidades do século XXI. 15. Política de Defesa Nacional e Realidade Brasileira: Imposições a Força Terrestre
VI. Informática	
VII. Desenvolvimento Nacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Biocombustível 2. Perspectivas de expansão da geração de energia elétrica no Brasil por fonte nuclear e seus reflexos sobre a economia nacional

<p>VIII. Amazônia (desenvolvimento da região e combate)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico. 2. As implicações atual processo de demarcação de terras indígenas para a Defesa Nacional 3. A Amazônia e a soberania nacional 4. A demarcação de terras indígenas como ameaça à soberania nacional e ao emprego das Forças Armadas 5. Implicações para o Exército Brasileiro na demarcação de terras indígenas na Amazônia: o fortalecimento do poder militar nos territórios ocupados pelos índios, aumentando Estado nessas regiões. 6. Ausência do Estado Nacional na Amazônia 7. A liderança estratégica no Exército Brasileiro: as contribuições para o aprimoramento da Defesa Nacional na região Amazônica 8. Histórico das operações ribeirinhas no contexto das operações conjuntas
<p>IX. Exército e Sociedade</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A proposta de criação da carreira de Defesa Nacional e sua contribuição para a integração entre o meio acadêmico civil e militar 2. Comunicação social: o emprego de técnicas de gerenciamento de crises na manutenção da imagem do Exército Brasileiro junto a seus públicos 3. Análise dos Livros Brancos de defesa do Chile: "O caminho certo à integração cívico-militar". 4. A estratégia nacional de defesa e seus reflexos para sociedade brasileira 5. As implicações das questões indígenas e quilombolas nas expressões do poder e seus riscos à segurança nacional 6. Gestão da imagem: as organizações de engenharia e o marketing institucional do Exército Brasileiro
<p>X. Ensino Militar</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A educação superior militar da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Paraguai diante da sociedade: demandas, desafios e ações prioritárias. 2. Liderança e o ambiente militar: análise dos planos de ensino de liderança em educação militar dos níveis formação, especialização e aperfeiçoamento do EE 3. O processo de formação de líderes do Exército nos órgãos de formação de oficiais da reserva: reflexos para a Força Terrestre e para a sociedade brasileira. 4. O processo de formação de líderes na Academia Militar das Agulhas Negras 5. Liderança militar e o ensino por competências: uma avaliação curricular do militar de engenharia formado na AMAN na perspectiva de seus comandantes 6. A importância do estudo da História Militar para o desenvolvimento da Estratégia Militar
<p>XI. Serviço</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O serviço militar obrigatório na República do Paraguai

militar obrigatório	<p>2. As possibilidades e limitações do serviço militar com relação à estratégia nacional de defesa</p> <p>3. O serviço militar e as necessidades futuras do Exército Brasileiro</p>
XII. GLO	<p>1. Os aspectos relevantes da participação em operações de Garantia da lei e da ordem, no conjunto de favelas do complexo do alemão, no Rio de Janeiro: operação ARCANJO</p> <p>2. O apoio logístico às operações de Garantia da Lei e da Ordem</p> <p>3. O apoio de comunicações na Brigada de Infantaria Motorizada em operações de garantia da lei e da ordem realizadas em ambientes urbanos</p> <p>4. Análise do atual desenvolvimento da disciplina de Garantia da Lei e da Ordem, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ao atendimento das novas perspectivas previstas na Estratégia Nacional de Defesa.</p>
XIII. História Militar	<p>1. A liderança dos líderes militares estratégicos na 2ª Guerra Mundial: a motivação por meio da valorização.</p> <p>2. A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas.</p> <p>3. "Exército da unidade": a dissolução do Exército Nacional Popular da RDA e a integração de oficiais nas Forças Armadas da RFA depois da reunificação da Alemanha</p> <p>4. Análise da Batalha de Curupayty desde o ponto de vista dos princípios de guerra vigentes no Exército Argentino</p> <p>5. O Exército Brasileiro do Estado Novo à Revolução Democrática de 1964: evolução histórica de sua profissionalização.</p> <p>6. A contribuição da missão militar francesa para a evolução militar do Exército Brasileiro.</p> <p>7. A doutrina militar portuguesa durante o período colonial na América do Sul: heranças absorvidas pela doutrina militar terrestre brasileira e mantidas até os nossos dias</p> <p>8. A guerra insurgencial no Afeganistão: ensinamentos para o Exército Brasileiro</p> <p>9. A liderança estratégica de Caxias na pacificação da Revolução Farroupilha e sua influência na consolidação da soberania do Brasil na Bacia do Prata</p> <p>10. A Evolução Doutrinária da arma de Engenharia do Exército Brasileiro no período de 1919 a 1945.</p> <p>11. A evolução doutrinária do Exército Brasileiro a partir da experiência da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial</p> <p>12. A missão militar francesa e suas contribuições para a evolução doutrinária do Exército Brasileiro</p> <p>13. A influência do pensamento militar romano na</p>

	<p>doutrina militar do Exército Brasileiro: defesa territorial e serviço militar</p> <p>14. Em busca da modernidade: a produção e a manutenção de armamentos e munições no Exército Brasileiro no Segundo Reinado (1864-1889).</p>
XIV. Missões no Exterior (Força de Paz e observadores)	<ol style="list-style-type: none"> 1. A participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas como vetor de inserção internacional de segurança 2. O Brasil na MINUSTAH e o aumento de sua projeção no Cone Sul 3. O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: uma forma de incrementar a Política Externa Brasileira 4. Logística em missões de paz: emprego eficaz para melhorar as condições dos contingentes desdobrados. 5. O observador militar das Nações Amigas na Missão de Paz do Sudão (UNMIS) e a responsabilidade penal sob a ótica do Tribunal Penal Internacional. 6. A participação do Brasil em operações de paz desde a Segunda Guerra Mundial: aumento do prestígio e da projeção do Brasil no cenário internacional e oportunidade para o preparo da Força Terrestre. 7. O exercício da liderança organizacional com inteligência emocional, na missão de paz no Haiti, e seus reflexos para o Brasil.
XV. Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. A capacitação de recursos humanos na linha científico-tecnológica e seu alinhamento às atividades de engenharia militar no Exército Brasileiro 2. O sistema de mobilização de recursos humanos no Exército e o emprego do SERMILWEB como ferramenta gerencial 3. Uma proposta para reestruturação da sistemática de ingresso na carreira dos Sargentos do Exército Brasileiro 4. Gestão de competências: designação de funções para composição de Estado-Maior de grandes unidades do Exército Brasileiro em tempos de paz 5. Absorção das competências dos militares do quadro complementar de oficiais pelos militares do quadro auxiliar de oficiais
XVI. Geopolítica e Relações Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. A geopolítica da América do Sul: o papel determinante da defesa na integração do setor elétrico 2. Viabilização do uso de dirigíveis na vigilância da fronteira Equador-Colômbia 3. As reações internacionais ao protagonismo brasileiro 4. Paquistão Brasil relações: uma visão de futuro 5. Política externa da Coreia em relação ao Brasil: uma análise do passado, do presente e do futuro 6. O protagonismo regional do Brasil: aspectos favoráveis e óbices 7. UNASUL X ALBA: uma comparação das propostas de defesa

	<p>8. A articulação entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores como fator de projeção do Brasil no sistema internacional de segurança: possibilidades e limitações.</p> <p>9. O Conselho de Defesa Sul-Americano e sua contribuição para a consecução das orientações estratégicas da Política de Defesa Nacional</p> <p>10. A construção da liderança brasileira na América do Sul.</p> <p>11. Protagonismo regional do Brasil: aspectos favoráveis e óbices.</p> <p>12. Conselho de Defesa Sul-Americano: repercussões para o Brasil no campo político e militar.</p> <p>13. Integração e identidade na América do Sul</p> <p>14. O pensamento geopolítico brasileiro e sua evolução.</p>
XVII. Direito/Justiça Militar	
XVIII. Direitos Humanos	<p>1. A necessidade do conhecimento do Direito Internacional dos Conflitos Armados por parte da tropa e seus reflexos para a instrução militar.</p> <p>2. A guerra cibernética e o direito internacional dos conflitos armados</p> <p>3. O direito internacional de conflitos armados e sua importância para o Exército Brasileiro.</p>